

HISTÓRIA, PRÁTICAS SOCIAIS E GESTÃO DAS/NAS CIDADES

**Luiz Alex Silva Saraiva
Ana Silvia Rocha Ipiranga
(organizadores)**

Luiz Alex Silva Saraiva
Ana Sílvia Rocha Ipiranga
(organizadores)

**HISTÓRIA, PRÁTICAS SOCIAIS E GESTÃO
DAS/NAS CIDADES**



Ituiutaba, MG
2020

© Luiz Alex Silva Saraiva, Ana Sílvia Rocha Ipiranga, 2020.

Editor da obra: Anderson Pereira Portuguez.

Capa: Fotografia: Eduardo Duvel.

Arte: Anderson Pereira Portuguez.

Diagramação: Equipe Barlavento.

Editora Barlavento

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 87563/ Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Asé Babá Olorigin.

Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.
barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial da E-books Barlavento:

Dra. Mical de Melo Marcelino (Editora-chefe)

Pareceristas:

Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguez

Prof. Dr. Ricardo Lanzarini

Prof. Dr. Rosselvet José Santos

Prof. Dr. Antonio de Oliveira Júnior

Profa. Cláudia Neu

Prof. Dr. Giovanni F. Seabra

Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos

História, práticas sociais e gestão das/nas cidades. Luiz Alex Silva Saraiva/Ana Sílvia Rocha Ipiranga (org). Ituiutaba: Barlavento, 2020, 379 p.

ISBN: 978-65-87563-01-5

1. Cidades. 2. Estudos organizacionais. 3. Urbano. 4. Interdisciplinar

I. SARAIVA, Luiz Alex Silva. II. IPIRANGA, Ana Sílvia Rocha.

Todos os direitos desta edição reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da Editora Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

SUMÁRIO

Prefácio: Sobre história, práticas sociais e gestão nas/das cidades <i>Alessandro Gomes Enoque</i>	6
Introduzindo história, práticas sociais e gestão das/nas cidades <i>Luiz Alex Silva Saraiva</i> <i>Ana Silvia Rocha Ipiranga</i>	10
PARTE 1 – HISTÓRIA	
Cidades, Walter Benjamin e estudos organizacionais: uma análise da literatura e oportunidades de pesquisa <i>Carlos César de Oliveira Lacerda</i> <i>Ana Sílvia Rocha Ipiranga</i> <i>Ulf Thoene</i>	26
Urbe, vida social organizada e literatura: algumas reflexões <i>Fabiane Louise Bitencourt Pinto</i> <i>Fabiana Florio Domingues</i>	70
Histórias de subsistência e histórias de trabalho em uma comunidade quilombola de Belo Horizonte <i>Elisângela de Jesus Furtado da Silva</i> <i>Luiz Alex Silva Saraiva</i>	102

PARTE 2 – PRÁTICAS SOCIAIS

Cidades globais: uma perspectiva para o contexto urbano das organizações

Carlos Henrique Goncalves Freitas

Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros

Valdir Machado Valadão Júnior

141

Futebol como tradição ou invenção? A prática de representar a cidade no museu brasileiro do futebol de Belo Horizonte

Gabriel Farias Alves Correia

José Vitor Palhares dos Santos

Alexandre de Pádua Carrieri

179

Prática de ciclismo utilitário em Fortaleza

Claudio Henrique Fontenelle Santos

Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva

216

O espaço público é de quem? Conflitos e contradições na apropriação da Travessa Jorge Amado pelo mercadão de Maringá

Mateus Pires Martins

Priscilla Borgonhoni Chagas

227

PARTE 3 – GESTÃO

O organizar multiespécie da cidade

Leticia Dias Fantinel

297

**Cidades em movimento: auto-organização, emergência
e insurgência cidadã**

Patrícia Gêmily Grenfell de Oliveira

Herus Orsano Machado

Hermano José Batista de Carvalho

345

SOBRE OS AUTORES

375

Prefácio

SOBRE HISTÓRIA, PRÁTICAS SOCIAIS E GESTÃO NAS/DAS CIDADES

*Alessandro Gomes Enoque*¹

Essas portas – as entradas das passagens – são limiaries. Não os demarca nenhum degrau de pedra, mas sim a atitude de expectativa de algumas pessoas. Passos parcimoniosamente medidos refletem, sem que as pessoas o saibam, que se está diante de uma decisão (Benjamin, 2018, p. 175).

Foi com um misto de imensa alegria e um sentimento de grande responsabilidade que recebi o convite dos organizadores, os professores Luiz Alex Silva Saraiva e Ana Silvia Rocha Ipiranga, para escrever o prefácio desta já imprescindível obra. É preciso dizer, inicialmente, que não exagero, de nenhuma maneira, ao dizer que o livro "*História, Práticas Sociais e Gestão das/nas Cidades*" nasce como imprescindível para aqueles pesquisadores que tenham, como interesse, as afinidades

¹ Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Associado da Universidade Federal de Uberlândia. Contato: alessandroenoque@gmail.com.

eletivas entre a área de estudos organizacionais e a temática das cidades.

Fruto de um trabalho sério e dedicado de organização por parte destes pesquisadores, que já se tornaram referências em suas áreas de atuação, o livro lança um olhar profundo, crítico e multifacetado sobre as cidades brasileiras. Dividido em três eixos fundamentais: História, Práticas Sociais e Gestão, o livro transfigura-se no *flâneur* benjaminiano que caminha sobre as ruas das cidades brasileiras, em toda a sua crueza e desigualdade, e reflete, a partir de experiências diversas, sua própria condição humana. Assim, os diversos textos componentes desta obra são carregados, por que não dizer, de uma sensibilidade não apenas teórico-acadêmica, mas, também, poética, que busca revelar ao mundo um universo no qual estamos diuturnamente embriagados.

Neste ponto, arrisco a dizer que esta obra tem, neste momento especial de crise econômica, de recrudescimento da desigualdade social, de desmantelamento do que é público, de implantação de um projeto neoliberal excludente, além de uma crise sanitária gravíssima, a oportunidade de nos fazer refletir acerca de nossa própria situação histórica, (re)definindo nossos papéis e atuações sociais no plano urbano.

É mister, portanto, neste cenário atual, a necessidade de livros como este. Não para colocá-lo em alguma prateleira distante ou nas pastas invisibilizadas de nossos computadores. É daquelas

obras que se fazem necessárias no resistir contemporâneo e, por que não dizer, no resistir urbano. É preciso lê-la de maneira atenta, cuidadosa, recorrente. Dando conta de que cada linha, cada parágrafo, nos leva por "passagens" antes inimaginadas ou ignoradas. É preciso exaltar o fato de que cada voz presente nos textos é, sobretudo, um grito de quem clama por ser ouvido, ser lembrado, ser rememorado.

Neste sentido, tendo a concordar com Walter Benjamin que, em suas teses sobre o conceito de história (particularmente em sua tese de número III), é papel central do cronista (e por que não dizer, do intelectual) narrar "(...) *profusamente os acontecimentos, sem distinguir grandes e pequenos*" e levar em conta com isso "(...) *a verdade de que nada do que alguma vez aconteceu pode ser dado por perdido para a história*".

Assim, construir narrativas das cidades a partir de outros olhares de pesquisadores da área de estudos organizacionais, como no caso específico desta obra, é uma gratificante surpresa e uma necessidade cada vez mais premente em nossa academia. Por fim acredito que esta obra (que já disse, imprescindível) contribui, fortemente, para um crescente interesse e, ao mesmo tempo, para uma consolidação da cidade como um locus privilegiado de estudo, possibilitando, assim, diálogos com diversas temáticas caras à área de estudos organizacionais.

Boa leitura!!!

Referências

Benjamin, W. (2018). *Passagens* (vol. 1). Belo Horizonte: UFMG.

Löwy, M. (2005). *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo.

INTRODUZINDO HISTÓRIAS, PRÁTICAS SOCIAIS E GESTÃO DAS/NAS CIDADES

Luiz Alex Silva Saraiva²
Ana Silvia Rocha Ipiranga³

Satisfeitos, temos observado uma crescente consolidação da cidade no campo dos Estudos Organizacionais. São cada vez mais presentes fóruns específicos de discussão, nos quais podem ser constatadas iniciativas em variadas etapas de amadurecimento, uma efetiva incorporação de “gerações” de pesquisadores em torno do tema, um indicativo de que parece haver um movimento rumo à formação de uma massa crítica relacionada aos estudos urbanos com enfoque organizacional (Saraiva, 2019). Tendo em vista este movimento, parece-nos importante não apenas o interesse, mas a sistematização de pelo menos parte da produção existente, de maneira a que se vislumbre de maneira mais simples “o caminho das pedras”, e

² Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Associado da Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: saraiva@face.ufmg.br.

³ Doutora em Psicologia do Trabalho e da Organização pela Università di Bologna. Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará. Contato: silvia.ipiranga@uece.br.

isso possa constituir um estímulo a que se trilhe este fascinante percurso de estudar as cidades na sua complexidade (Certeau, 2014; Kuster & Pechman, 2014; Saraiva & Enoque, 2019).

O ponto de partida desta obra foi a proposição do tema de interesse 7, “Cidades e Estudos Organizacionais: História, Gestão e Prática Social”, no ano de 2019, para o X Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD (EnEO) e para o XLIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD) pelos professores Ana Silvia Rocha Ipiranga, Luiz Alex Silva Saraiva e Ulf Thoene. Esta iniciativa resultou em quase 30 artigos aprovados nas duas conferências. Presencialmente, tivemos a oportunidade de constatar um rico mosaico de estudos que impulsionaram sobremaneira as discussões nas diferentes sessões, o que nos estimulou a continuar a iniciativa. A forma que nos pareceu mais interessante foi selecionar, entre as dezenas de bons textos aprovados, os que se mostraram mais interessantes e aderentes aos três eixos propostos: História, Práticas Sociais e Gestões, que vieram a se tornar cada uma das partes do livro, com discussões aderentes.

E do que tratam os três eixos mencionados? O primeiro dos eixos, o da história, “confere à cidade um referencial específico situado nos meandros da reflexão sobre o tempo e na construção de espaços urbanos de história e memória” (Ipiranga, Saraiva & Thoene, 2019, p. 5). Em outras palavras, situa em um referencial espacial específico uma temporalidade que se vê travessada por

uma historicidade vivida por sujeitos que lhe atribuem memórias, transformando o espaço rumo a outros referenciais como o de lugar e território (Ipiranga & Lopes, 2017; Rodrigues & Ichikawa, 2015; Saraiva, Carrieri & Soares, 2014; Coimbra & Saraiva, 2014; 2013; Bretas & Saraiva, 2013; Fantinel & Cavedon, 2010, Ipiranga, 2010; Medeiros, Valadão Junior e Ferreira, 2008; Saraiva & Machado, 2007).

Nesta primeira parte do livro, intitulada “História das/nas Cidades”, contamos com três capítulos. No primeiro deles, “Cidades, Walter Benjamin e estudos organizacionais: uma análise da literatura e oportunidades de pesquisa”, Carlos César de Oliveira Lacerda, Ana Sílvia Rocha Ipiranga e Ulf Thoene analisam como vem sendo problematizadas as teses “Sobre o conceito da história” de Walter Benjamin na área dos Estudos Organizacionais, identificando as lacunas nesta literatura e possíveis oportunidades de pesquisas. Para isso constituíram um portfólio bibliográfico por meio de um amplo e sistemático levantamento de trabalhos nas principais bases de dados, nacionais e internacionais, reconhecidas pelo *Journal Citation Reports*. As análises dessa literatura realçaram diferentes articulações das intenções alegóricas de Walter Benjamin a temas de interesse dos Estudos Organizacionais, entre estes, com destaque, a cidade se coloca como um dos promissores cenários de pesquisa.

No segundo capítulo, “Urbe, vida social organizada e literatura: algumas reflexões”, Fabiane Louise Bitencourt Pinto e Fabiana

Florio Domingues se propõem a apresentar a narrativa literária como possibilidade de reconhecimento do chão da cidade, por meio de representações da cidade moderna, do imaginário social e da história cotidiana dos cidadãos. A literatura urbana revela facetas do convívio diário, das sociabilidades na cidade, a resistência e a ressignificação de seus reais protagonistas – as pessoas ditas comuns. As autoras compreendem que a Literatura permite articular elementos que ampliam a compreensão da vida social organizada em um dado tempo e espaço. Para tanto, visitaram, de modo breve, a escrita de Jorge Amado, Clarice Lispector, João do Rio e Aluísio de Azevedo. Cada literato em seu tempo, com sua forma e estrutura de escrita, nos conta sobre cidades e seus protagonistas, que faz com que conversações como estas façam parte do campo de interesses no campo dos Estudos Organizacionais.

Em “Histórias de subsistência e histórias de trabalho em uma comunidade quilombola de Belo Horizonte”, Elisângela de Jesus Furtado da Silva e Luiz Alex Silva Saraiva adotam como ponto de partida a pergunta: quais histórias de subsistência e trabalho podem ser construídas discursivamente a partir das memórias de mulheres da comunidade Luizes? Esta organização, uma comunidade quilombola, se constitui historicamente por meio da tradição oral, o que faz das memórias uma possibilidade para que grupos marginalizados possam contar sua versão da história. As histórias de subsistência evidenciam que a Comunidade Luizes pode ser considerada uma organização na qual é possível destacar no passado a subsistência de base agrícola. Com

relação ao trabalho, após a superação do modelo de subsistência baseada em agricultura, houve a necessidade de novas alternativas. Inicialmente, as novas formas de trabalho possíveis para as pessoas da comunidade, com a crescente urbanização de Belo Horizonte, significaram trabalho infantil, exploração e precariedade.

O segundo eixo, o das práticas sociais, incorpora uma “perspectiva social e política que abrange considerar o espaço urbano um território diversificado, de produção e de direito, de conquista e disputa, apropriação e rupturas, de inclusão, resiliências e resistências” (Ipiranga, Saraiva & Thoene, 2019, p. 5). Esta dimensão se refere, portanto, a uma cidade levada a cabo pelos sujeitos, uma cidade por eles praticada em múltiplas dimensões das suas práticas sociais (Ipiranga, 2016; Nascimento *et al.*, 2016; Perdigão, Carrieri e Saraiva, 2014; Viegas & Saraiva, 2014; Mendes & Cavedon, 2012; Saraiva & Carrieri, 2012; Carrieri *et al.*, 2008; Carrieri, Saraiva & Pimentel, 2008), um alerta para a superação da ideia homogênea de sociedade urbana.

Quatro capítulos fazem parte da segunda parte do livro, intitulada “Práticas sociais das/nas cidades”. No primeiro deles, “Cidades globais: uma perspectiva para o contexto urbano das organizações”, Carlos Henrique Goncalves Freitas, Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros e Valdir Machado Valadão Júnior problematizam a noção de cidade global como uma plataforma crítica para a compreensão das transformações

contemporâneas em cidades de médio porte, nas quais emergem fenômenos comuns aos centros metropolitanos. Para isso, se debruçam sobre o contexto organizacional de restaurantes finos. Os principais achados destacam que mesmo em cidades que não se caracterizam como metrópoles, comida e alimentação constituem uma forma de narrativa histórica que se insere em um contexto que valoriza o refinamento como condição de “fazer parte” do mundo global. A culinária de restaurantes finos, assim, representa as preferências e práticas de um grupo que se impõem aos demais em um processo político para além do cardápio.

Em “Futebol como tradição ou invenção? A prática de representar a cidade no Museu Brasileiro do Futebol de Belo Horizonte”, Gabriel Farias Alves Correia, José Vítor Palhares dos Santos e Alexandre de Pádua Carrieri se debruçam sobre como ocorre a prática de representar a cidade de Belo Horizonte a partir do caso do Museu Brasileiro do Futebol (MBF). Para tanto, partindo de uma discussão sobre práticas de representar na cidade e os museus de futebol e de entrevistas analisadas por meio da análise linguística do discurso, eles encontraram três percursos semânticos: “O processo de estabelecimento de um museu sobre futebol em Belo Horizonte”, “A cidade representada: afinal, qual é a Belo Horizonte do MBF?”, e “Os aspectos turísticos relacionados ao museu”. As conclusões permitem reflexões sobre práticas que buscam criar um discurso de Belo Horizonte como cidade turística do futebol, destacando a popularidade de um esporte de tradição inventada.

No terceiro capítulo desta parte, “Prática de ciclismo utilitário em Fortaleza”, Claudio Henrique Fontenelle Santos e Mônica Aguiar Mac-Allister se propõe a compreender a prática do ciclismo utilitário em Fortaleza. A partir dessa perspectiva teórica, os autores empregaram a observação participante gravada em vídeo para levantar e analisar isolada e comparativamente as práticas de duas ciclistas utilitárias na capital do Ceará. Uma das ciclistas deslocou-se pela primeira vez de casa para a universidade, percorrendo 7,7 km, e circulou, em alguns trechos, no sentido contrário ao permitido na via para ciclistas e sobre passeios para pedestres, evitando aproximar-se de veículos motorizados no percurso. A outra ciclista, que pedala há mais tempo, fez o trajeto casa-trabalho, percorrendo 13,5 km, e não tendo se absterido de circular nas vias para automóveis, ficando mais vezes em situação de risco de colisão com veículos motorizados do que a primeira. Os autores compreenderam que a prática do ciclismo utilitário em Fortaleza ainda é insegura tanto para ciclistas inexperientes quanto para ciclistas mais experientes, apresentando-se como desconfortável e pouco atraente para novos ciclistas.

Fechando esta parte do livro, Mateus Pires Martins e Priscilla Borgonhoni Chagas, em “O espaço público é de quem? Conflitos e contradições na apropriação da Travessa Jorge Amado pelo Mercado de Maringá”, analisam a produção e apropriação do espaço público de Maringá (Paraná) por agentes privados e a atuação da administração urbana no favorecimento dessas relações. Para tanto, tomam como objeto de estudo o

Mercado Municipal de Maringá, descrevendo a atuação dos agentes na travessa Jorge Amado, onde o mercado se situa. A pesquisa, que envolveu a coleta de dados secundários, além de observação direta e não-participante, apontou para a existência de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o Mercado, na qual os empresários fornecem revitalizações na travessa e, em troca a Prefeitura permite que os bares a utilizem para disposição de mesas para os clientes. Embora o entorno do Mercado seja de propriedade pública, as obras privilegiaram o empreendimento em detrimento da utilização do espaço pela população em geral, marcando a apropriação do espaço público pelo Mercado.

O terceiro e último eixo, o da gestão, encampa “a perspectiva criativa e econômica, na qual se destaca a gestão como um aspecto central” (Ipiranga, Saraiva & Thoene, 2019, p. 5). Como estamos concretamente em uma era na qual a existência fora de organizações é virtualmente impossível, isso confere à gestão um peso expressivo no entendimento de como a cidade opera (Honorato, Saraiva & Silva, 2017; Fantinel & Fischer, 2012; Carrieri, Maranhão & Murta, 2009; Félix *et al.*, 2008). É preciso considerar, assim, a economia que a dirige, mas também o fazem a criatividade e a inventividade com que os sujeitos com ela lidam. “Com isso queremos dizer que se a dimensão operacional das organizações é indiscutivelmente importante, mais importante ainda é o que está além da administração, a força dos aspectos humanos em suas múltiplas interfaces no ambiente organizacional” (Saraiva, 2014, p. 9) – em especial em

uma organização altamente complexa como uma cidade (Fischer, 1996).

Na terceira e última parte deste livro, intitulada “Gestão das/nas cidades”, contamos com dois capítulos. No primeiro deles, Letícia Dias Fantinel, em “O organizar multiespécie da cidade”, se engaja na compreensão do organizar multiespécie urbano a partir das mudanças nas práticas de organização de populações animais em contextos urbanos. A partir de uma abordagem teórica multiespécie, ela coloca em perspectiva atores geralmente excluídos das fronteiras do organizar, notadamente os animais não-humanos, coprodutores da realidade urbana. Por meio de etnografia, os achados de campo evidenciam transformações sociais que se refletem em novas formas de produzir a cidade, em torno de um repensar da tradicional exclusão de espécies animais não-humanas dos processos organizativos urbanos, um desafio à clássica barreira construída entre natureza e cultura.

No segundo capítulo, e que fecha esta obra, “Cidades em movimento: auto-organização, emergência e insurgência cidadã”, Patrícia Gêmily Grenfell de Oliveira, Herus Orsano Machado e Hermano José Batista de Carvalho objetivam compreender a dinâmica dos grupos insurgentes, suas características gerais e peculiaridades. Os autores compreendem as cidades pela perspectiva dos sistemas complexos, composta por diversos atores sociais que se inter-relacionam e geram comportamentos emergentes que transformam as dinâmicas

urbanas. A pesquisa de campo foi levada a cabo mediante entrevistas em profundidade realizadas com quatro coletivos urbanos da cidade de Fortaleza, material tratado por meio da análise de conteúdo. A conclusão é que a lente teórica da complexidade se mostrou apropriada para compreender o objeto estudado, tendo os grupos e movimentos insurgentes desempenhado um papel político e social importante na transformação das cidades e da sociedade.

Como se pode facilmente perceber, o conjunto de textos apresenta olhares heterogêneos (Souza, 2014) sobre como a cidade se apresenta, convidando-nos a mergulhar nas possibilidades organizacionais de se examinar o urbano.

Gostaríamos de encerrar esta breve introdução agradecendo aos autores e às autoras, que não apenas acreditaram na proposta, mas nos encaminharam prontamente seus textos para a composição deste livro. Desejamos que a leitura seja prazerosa e provocativa!

Referências

Bretas, P. F. F. & Saraiva, L. A. S. (2013). Práticas de controle e territorialidades na cidade: um estudo sobre lavadores e flanelinhas. *Gestão.Org: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 11(2), 247-270.

Carrieri, A. P., Maranhão, C. M. S. A., & Murta, I. B. D. (2009). Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte. *Revista de Administração Pública*, 43(6), 1315-1342.

Carrieri, A. P., Saraiva, L. A. S., Lima, G. C. O., & Maranhão, C. M. S. A. (2008). Estratégias subversivas de sobrevivência na “Feira Hippie” de Belo Horizonte. *Gestão.Org. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 6(2), 174-192.

Carrieri, A. P., Saraiva, L. A. S., & Pimentel, T. D. (2008). A institucionalização da Feira Hippie de Belo Horizonte. *Organizações & Sociedade*, 15(44), 63-79.

Certeau, M. (2014). *A invenção do cotidiano 1: artes do fazer* (22a ed.). Petrópolis: Vozes.

Coimbra, K. E. R. & Saraiva, L. A. S. (2014). Confrontos entre o espaço produzido e o espaço vivido em Belo Horizonte: um estudo sobre o Quarteirão do Soul. *Economia & Gestão*, 14(37), 28-52.

Coimbra, K. E. R. & Saraiva, L. A. S. (2013). Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento Quarteirão do Soul. *Gestão & Regionalidade*, 29(86), 34-46.

Fantinel, L. D. & Fischer, T. M. D. (2012). Organizações e contextos urbanos: os cafés e as sociabilidades. *Gestão e Sociedade*, 6(15), 280-307.

Fantinel, L. D. & Cavedon, N. R. (2010). A cultura organizacional do restaurante Chalé da Praça XV em Porto Alegre: espaços e tempos sendo revelados. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(1), 6-37.

Félix, W. J. S., Ipiranga, A. S. R., Câmara, J. F., & Rodrigues, K. M. (2008). Da tapera do turismo – quando organizações transformam cidades. O caso de Nova Olinda. *Turismo: Visão e Ação*, 10(3), 334-357.

Fischer, T. (Org.). (1996). *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: FGV.

Honorato, B. E. F., Saraiva, L. A. S., & Silva, E. R. (2017). A construção social da ordem e da subversão nos discursos da (e sobre a) população em situação de rua de Belo Horizonte. *Organizações em Contexto*, 13(26), 339-383.

Ipiranga, A. S. R. (2016). Práticas culturais de espaços urbanos e o organizar estético: uma proposta de estudo. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 5(2), 105-123.

Ipiranga, A. S. R. (2010). A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(1), 65-90.

Ipiranga, A. S. R. & Lopes, L. L. S. (2017). O organizar da estética espacial: uma história tátil da Praça dos Leões. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 12(1), 130-153.

Ipiranga, A. S. R., Saraiva, L. A. S., & Thoene, U. (2019). *Proposta temática “Cidades e Estudos Organizacionais: História, Gestão e Prática Social”* [Mimeo]. Fortaleza/Belo Horizonte/Chía: Universidade Estadual do Ceará/Universidade Federal de Minas Gerais/Universidad de La Sabana.

Kuster, E. & Pechman, R. *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

Medeiros, C. R. O., Valadão Junior, V. M., & Ferreira, A. P. (2008). Condomínios horizontais fechados: segregação do espaço social. *Revista Eletrônica de Administração*, 11(12), s.p.

Mendes, L. & Cavedon, N. R. (2012). A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 4(1), 123-140.

Nascimento, M. C. R., Teixeira, J. C., Oliveira, J. S., & Saraiva, L. A. S. (2016). Práticas de segregação e resistência nas organizações: uma análise discursiva sobre os “rolezinhos” na cidade de Belo Horizonte (MG). *Revista de Administração Mackenzie*, 17(1), 55-81.

Perdigão, D. A., Carrieri, A. P., & Saraiva, L. A. S. (2014). Das ruas para os shoppings populares: o empreendedorismo informal no discurso dos camelôs e da Prefeitura de Belo Horizonte. *Perspectivas Contemporâneas*, 9(1), 43-58.

Rodrigues, F. S. & Ichikawa, E. Y. (2015). O cotidiano de um catador de material reciclável: a cidade sob o olhar do homem ordinário. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 9(1), 97-112.

Saraiva, L. A. S. (2019). Os estudos organizacionais e as cidades. In: L. A. S. Saraiva & A. G. Enoque (Orgs.). *Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário* (pp. 21-73). Ituiutaba: Barlavento.

Saraiva, L. A. S. (2014). Um farol nos estudos organizacionais brasileiros. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 1(1), 1-18.

Saraiva, L. A. S. & Carrieri, A. P. (2012). Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 547-576.

Saraiva, L. A. S., Carrieri, A. P., & Soares, A. S. (2014). Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. *Revista de Administração Mackenzie*, 15(2), 97-126.

Saraiva, L. A. S. & Enoque, A. G. (Orgs.). *Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário*. Ituiutaba: Barlavento.

Saraiva, L. A. S. & Machado, A. M. A. (2007). Bipolaridade simbólica no Museu Histórico Abílio Barreto. *Cadernos EBAPE.BR*, 5(2), 1-14.

Souza, E. M. (2014). Poder, diferença e subjetividade: a problematização do normal. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 1(1), 113-160.

Viegas, G. C. F. S. & Saraiva, L. A. S. (2015). Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. *Revista de Administração Mackenzie*, 16(5), 68-94.

Parte 1

História

Capítulo 1

CIDADES, WALTER BENJAMIN E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: UMA ANÁLISE DA LITERATURA E OPORTUNIDADES DE PESQUISA

*Carlos César de Oliveira Lacerda*⁴

*Ana Sílvia Rocha Ipiranga*⁵

*Ulf Thoene*⁶

Introdução

Os últimos trinta anos foram testemunhas de uma crescente convocação para uma virada histórica (*historic turn*) em estudos de gestão e teoria organizacional (Jacques, 2006; Kieser, 1994). Nesse contexto, Booth e Rowlinson (2006) propuseram, na

⁴ Doutorando em Administração pela Universidade Estadual do Ceará. Contato: cesarlacerda.adm@hotmail.com.

⁵ Doutora em Psicologia do Trabalho e da Organização pela Università di Bologna. Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará. Contato: silvia.ipiranga@uece.br.

⁶ Ph.D. em Direito pela University of Warwick. Professor da Universidad de La Sabana. Contato: ulfthoene@gmail.com.

chamada inaugural do *Management & Organizational History*, uma agenda de pesquisas para avançar nos estudos que articulassem abordagens históricas na gestão e nas organizações. Entre os dez itens da citada agenda, o de número três intitulado, “The Philosophy of History and Historical Theorists – the relevance for management and organization theory of philosophers of history”, sugere e destaca o trabalho de vários filósofos da história, cujas abordagens podem ser articuladas aos temas de interesse da gestão organizacional, refletindo como a dimensão histórica pode problematizar a construção do tempo em organizações.

No entanto, observamos que entre esses teóricos não foi citado o filósofo histórico Walter Benjamin (1994c) e as célebres teses “Sobre o conceito da história” elaboradas em 1942 que enunciam teorias construídas ao longo do trabalho do autor, sendo estas articuladas em diferentes fragmentos alegóricos. O presente capítulo resgata o apelo, entre outros autores, de Clark e Rowlinson (2004), Vizeu (2010), Costa, Barros e Martins (2010) e Barros e Carrieri (2015) pelo desenvolvimento de mais pesquisas históricas no contexto da administração e dos estudos organizacionais por meio da problematização de alegorias contidas nas teses “Sobre o conceito da história” de Walter Benjamin (1994c).

O objetivo desse capítulo foi, portanto, analisar sobre como vem sendo problematizadas as teses “Sobre o conceito da história” de Walter Benjamin na área dos estudos organizacionais,

identificando as lacunas nesta literatura e possíveis oportunidades de pesquisa. Para isso foi realizado um mapeamento da literatura pertinente e constituído um portfólio bibliográfico (Gray, 2012) por meio de um amplo e sistemático levantamento de artigos nas principais bases de dados, nacionais e internacionais, reconhecidas pelo *Journal Citation Reports* (JCR).

O presente capítulo se estrutura a seguir com uma breve reflexão sobre a noção de alegoria como uma base para a compreensão das teses “Sobre o conceito da história” de Walter Benjamin. Após se apresentam os procedimentos metodológicos para a constituição do portfólio bibliográfico. No item seguinte, se articulam as análises da literatura mapeada e as discussões sobre as principais lacunas identificadas que iluminaram algumas oportunidades de pesquisas. As conclusões e referências bibliográficas encerram o texto.

A noção de alegoria como base para uma leitura das teses “sobre o conceito de história” de Walter Benjamin

Walter Benjamin (1892-1940) foi um filósofo e crítico literário alemão e principal responsável por uma concepção dialética e não evolucionista da história. Suas teses “Sobre o conceito de história” (Benjamin, 1994c) foram publicadas postumamente em 1942. No seu conjunto são 18 Teses e mais dois Apêndices.

Schlesener (2011) explica que as Teses se desenvolveram como um trabalho de crítica ao arcabouço teórico defendido pelos historiadores da época, tecendo um questionamento radical da estrutura da temporalidade e do pensamento moderno por meio do confronto entre duas concepções de história. As Teses discutiram não apenas o processo sobre o devir histórico de uma realidade no tempo, mas também a construção dos nossos discursos e práticas em relação a todas as formas de historicismo. Para Benjamin (2016), o historicismo propõe a imagem eterna do passado. Por sua vez, o materialista histórico faz o passado se acompanhar de uma experiência única e originária. A substituição do momento épico pelo construtivo revela ser a condição dessa experiência, destruindo o contínuo da história, ao se libertar das forças presas ao “Era uma vez” do bordel do historicismo, conforme explicita a Tese 16 (Benjamin, 1994c). Gagnebin (1994) ressalta este aspecto “construtivista” presente na Tese 17 e na Tese 14. Para a autora, estes posicionamentos evitam que a teoria benjaminiana sobre a experiência seja reduzida a uma dimensão romântica, enfatizando a transmissão plena da experiência na narração, cujas condições de realização se perderam na sociedade moderna.

Particularmente Gagnebin (1994) enfatiza a questão da abertura da narrativa histórica benjaminiana que se apoia na plenitude e ampla profusão do sentido, por meio de movimentos da memória, possibilitando que a história admita diferentes interpretações. O tema da temporalidade histórica e seus

processos pode ser referenciado na famosa Tese 9 na qual Walter Benjamin (1994c) descreve o Anjo da História. A seguir reproduzimos na íntegra o texto da Tese 9 de Walter Benjamin:

Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e as dispersa aos nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e reconstruir, a partir de seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sobra um vendaval que se enrola nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o irresistivelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o amontoado de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval (Benjamin, 1994c, p. 226).

Assim como para a concepção alegórica, a Tese 9 “Sobre o conceito de história” de Walter Benjamin (1994c) revela os episódios do declínio, da história enquanto uma acumulação de ruínas. Essas não tratam da história triunfalista, aquela contada pelos vencedores, mas da história do sofrimento humano, em contraste com a história linear. As alegorias, como ocorrem na tragédia barroca (Benjamin, 2011) e ou nos poemas de Baudelaire (2016), referem-se a estes movimentos interpretativos. As Teses, enquanto história barroca, sua figura exemplar é a alegoria, enquanto uma transfiguração simbólica da opressão (Rouanet, 1990).

Nesse esteio, Gagnebin (1994) e Schlesener (2011) ressaltaram as influências das estéticas de Proust, Kafka e Baudelaire nas reflexões sobre as Teses benjaminianas. Particularmente para Gagnebin (1994, p. 16), se Proust “personifica a força salvadora da memória” ao transformar o passado, assumindo uma nova forma que poderia ter desaparecido no esquecimento. Kafka, ao contrário, nos transporta para o domínio do esquecimento, da ausência da memória e da deficiência do sentido. A poética de Baudelaire problematiza as Teses ao representarem a perda da experiência e o desaparecimento do sentido primordial, sendo estes um dos temas chaves da crítica benjaminiana à modernidade (Benjamin, 2000).

Em particular, é na morte do sujeito clássico e na desintegração dos objetos que explicam o ressurgimento da forma alegórica em Baudelaire (2016), e que Benjamin (2000) reflete no capitalismo a realização dessa destruição (Gagnebin, 2009). Para a autora, não existe uma totalidade de sentidos, mas trechos de histórias, de sonhos, fragmentos esparsos que falam do fim da identidade do sujeito, da univocidade da palavra, dos objetos que não são mais os depositários de estabilidade, em que o sentido surge da corrosão dos laços, transformando seres vivos em cadáveres ou esqueletos, as coisas em escombros, e os edifícios em ruínas (Gagnebin, 2009).

A tarefa alegórica se traduz em destroçar para conservar ou (re)construir das ruínas, evidenciando a dialética entre o

transitório e o eterno que representa a modernidade, uma ameaça de destruição, mas também e, ao mesmo tempo, redenções, salvações, esperanças e possibilidade de novas significações. Estes fragmentos, enquanto amplos movimentos de abertura da memória e dos sentidos que resultam da sobreposição de espaços e tempos, caracterizam a doutrina benjaminiana das alegorias. A alegoria tem como etimologia o prefixo *allo* que significa outro e *agorein* que significa dizer, sendo movimentos da linguagem, com itinerários que partem do sentido literal e de transposição em transposição, terminam por prescindir o sentido primordial (Gagnebin, 2009; Schlesener, 2011).

Citando o linguístico Tzvetan Todorov, Gagnebin (2009, p. 34) precisa que: “o símbolo é, a alegoria significa; o primeiro faz fundir-se significante e significado, a segunda os separa”. A autora explica que esta fusão entre significante e significado do símbolo repercute na sua estrutura temporal. Enquanto o símbolo é, ao mesmo tempo, instantâneo e eterno, a alegoria continua tributária de um desenvolvimento no tempo, influenciando na sua construção e compreensão, tendo como consequência seu envelhecimento histórico, não conseguindo significar mais nada a não ser a sua própria ruína. Conforme se observa na Tese 9, a alegoria da ruína traduz a impossibilidade de vislumbrar um futuro enquanto não se concretizar a crítica ao presente, confrontando as teorias da história e interrogando a modernidade ante a situação de destruição (Schlesener, 2011). Estas intenções alegóricas vão além de um juízo de valor

estético, formalizando uma apreciação do valor do tempo e da história. A estrutura temporal do símbolo e da alegoria influenciarão fortemente o trabalho de Walter Benjamin, e nesse sentido, presenciamos a reabilitação da alegoria como uma “reabilitação da temporalidade e da historicidade em oposição ao ideal de eternidade que o símbolo encarna” (Gagnebin, 2009, p. 31), sendo esta a ênfase para a sua compreensão.

Segundo Schlesener (2011), estas discussões caracterizam a necessidade benjaminiana de iluminar elementos ontológicos na estrutura da temporalidade, onde sua infinitude não pode estar baseada na simples sucessão mecânica e vazia que caracteriza a vida moderna orientada pelo progresso. Tendo em vista estes itinerários de leitura histórica, as Teses têm como objetivo implícito reformular métodos e conteúdos, objetivando conservar e restaurar o devir que presentifica o passado no contexto de uma história construída por meio de alegorias e de múltiplas significações a serem decifradas e atualizadas (Schlesener, 2011).

Nesse contexto, Benjamin (1994c) afirma que a tarefa do historiador é abordar o presente como ponto de equilíbrio. Schlesener (2011, p. 83) pontua como uma tarefa de memória que não busca imagens desconexas num tempo perdido, que o presente esqueceu e que não surge na versão dos vencedores, mas “vislumbra no presente o que se esconde em suas dobras, como um sinal, testemunho material de um passado latente, a espera de ser descoberto e redimido”. Conforme explicitado no

Apêndice I, as Teses desvelam uma nova organização da temporalidade histórica enquanto método que norteia a prática do historiador, fundando um conceito do presente como “um ‘agora’ no qual se infiltraram estilhaços do messiânico” (Benjamin, 1994c, p. 232).

Procedimentos metodológicos

Com base nos objetivos e para a consecução desse estudo foi realizada uma análise da literatura compilada e constituído um portfólio bibliográfico (Gray, 2012) por meio de um amplo e sistemático levantamento de trabalhos nas principais bases de dados, nacionais e internacionais, reconhecidas pelo *Journal Citation Reports* (JCR).

O mapeamento e a revisão sistemática da literatura (Petticrew & Roberts, 2008) foram realizados através de trabalhos científicos que foram construídos por meio de dados primários e/ou secundários e que estão disponíveis em algum banco de dados público ou privado. É um método que busca mapear o estado da arte, inserido em um recorte temporal e que propicia a descrição de trabalhos seminais e atuais dentro de um escopo de conhecimento definido (Denzin & Lincoln, 2011).

A seguir serão apresentados os principais procedimentos referentes ao levantamento e organização do portfólio bibliográfico da pesquisa. Em um segundo momento foram

articuladas as análises sobre como vem sendo problematizadas as teses “Sobre o conceito de história” de Walter Benjamin na área da gestão e dos estudos organizacionais. Por fim, se apresenta uma discussão sobre as lacunas identificadas nesta literatura, refletindo as possíveis oportunidades de pesquisas.

Análise e discussão dos resultados

O levantamento dos trabalhos foi realizado em bases de dados de domínio público e privado, internacional e nacional, reconhecidas pelo *Journal Citation Reports* (JCR), por meio de periódicos qualificados pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Foram selecionadas diversas bases de dados por sistema de indexação e disponibilização de acesso aberto. Todas essas bases, listadas a seguir, oferecem acesso a trabalhos indexados em periódicos de alto impacto na produção de conhecimentos multidisciplinares que se conecta por meio de métricas de citação de conteúdos vinculados de várias fontes em diversas interfaces: SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*); SPELL (*Scientific Periodicals Electronic Library*); SciVerse SCOPUS da Elsevier; *Web of Science*; EBSCO *Information Services* (Elton B. Stephens Company).

Em relação à definição de critérios de inclusão/exclusão dos estudos levantados não foram estabelecidos *a priori* recortes temporais, pois a intenção foi explorar ao máximo as

possibilidades de pesquisa como estratégia de busca. Por meio de uma primeira sondagem nas bases, percebemos que ao colocar apenas o descritor “Walter Benjamin” um número muito grande de trabalhos emergia. Com isso, foi utilizada uma estratégia de pesquisa que reduzisse a seleção, cruzando diferentes conectores a fim de se obter um amplo leque de informações, mas de forma combinada mesmo que em diversas áreas do conhecimento, entre estes: “Walter Benjamin e administração”, “gestão, história e administração”, “*management history*”; “Teses de Walter Benjamin e Walter Benjamin” ou “*Theses of Walter Benjamin and Walter Benjamin*”; “Walter Benjamin e estudos organizacionais ou *organizational studies*”; “*management and history*”. Todos os descritores foram filtrados e ou combinados pela palavra “Walter Benjamin” com a utilização de aspas. Em relação aos filtros foi considerado: 1) artigos de periódicos e *journals* científicos; 2) revisado por pares; 3) em língua portuguesa e inglesa. A esse ponto da pesquisa, o trabalho de busca e mapeamento considerou os títulos (*title*), resumos (*abstracts*) e ou palavras-chave (*keywords*) das referências. Ao final foi compilado um total de 311 trabalhos como apresentado no quadro 1.

Quadro 1: Quantitativo de trabalhos em diferentes bases e áreas do conhecimento

Base de dados	Quantidade	Áreas do conhecimento
CAPEL	135 artigos	Arquitetura, História, Teologia, Linguagem, Economia Política, Sociologia, Psicologia Social e Gestão.
SCIELO	6 artigos	Ciências Humanas, Linguística, Filosofia, Literatura, Religião, Ciências Sociais Aplicadas, Teoria Literária, Gestão, Antropologia, Educação e Pesquisa Educacional.
SPELL	3 artigos	Artes, Literatura e Cidades.
SCOPUS	92 artigos	Artes, Ciências Sociais, Psicologia, Educação, Engenharia e Gestão.
Web of Science	73 artigos	Filosofia, Literatura, História, Artes, Estudos Culturais, Religião, Ética, Gestão e Sociologia.
EBSCO	5 artigos	História, Gestão e Filosofia.
Total	311 artigos	Diversas áreas do conhecimento.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Após essa primeira compilação, procedeu-se a leitura e análise dos objetivos, problemáticas e ênfases temáticas articuladas nos resumos dos trabalhos, a fim de reduzir o escopo e eliminar os artigos que não mantinham relação com a problemática da presente pesquisa. A partir dessas análises, selecionamos os artigos que articulassem sobre as Teses “Sobre o conceito de história” (1994c) e ou outros conceitos de Walter Benjamin nas diversas áreas da gestão. Algumas questões foram formuladas para direcionar este momento da pesquisa: i) qual(is) área(s) do

conhecimento está vinculado ao trabalho? ii) qual(is) área(s) da gestão são abordadas nestes trabalhos? iii) Quais os temas da administração e ou dos estudos organizacionais e como estes estão sendo articulados com as Teses benjaminianas?

Com base nestes procedimentos analíticos foram eliminados 264 documentos e mantidos 47 trabalhos, além de evidenciar um livro publicado pela editora Juruá, de Ana Paula Paes de Paula, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Com isso, constituímos o portfólio bibliográfico final (Gray, 2012) da presente pesquisa com 48 trabalhos (47 artigos +1 livro).

Estes 47 trabalhos foram lidos e analisados na íntegra, objetivando uma compreensão sobre de que forma os autores problematizaram as Teses benjaminianas na gestão e, em particular, nos estudos organizacionais. Em um segundo momento, elaboramos os cruzamentos entre as problemáticas e objetivos dos artigos, visando identificar as lacunas nesta literatura e possíveis oportunidades de futuros trabalhos. Na organização dos trabalhos foi utilizada a forma por agrupamentos e os critérios que orientaram as leituras estão expressos no quadro 2.

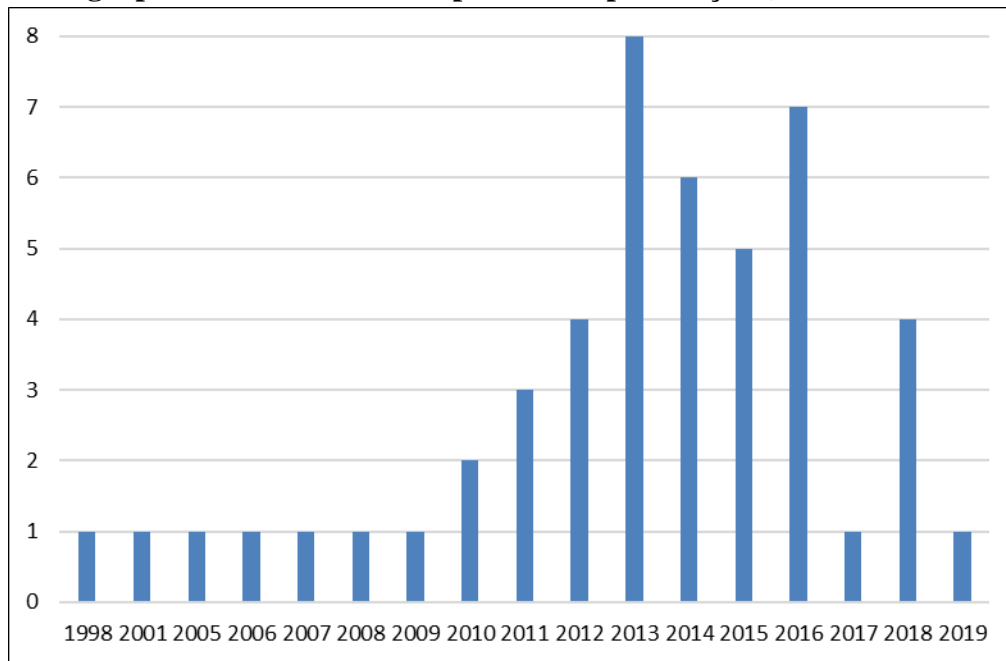
Quadro 2: Organização e critérios de análise dos artigos

Agrupamentos	Critérios
Título do arquivo	Título do texto selecionado
Autores	Autores do artigo
Instituição	Instituições de origem e do lugar social de cada autor
Repositório	Bases de dados, periódicos, anais, editoras e acessos
Ano de publicação	Períodos e anos de publicação
Problematização, objetivos e lacunas	Áreas de conhecimento, temáticas de interesse, objetivos e problematizações. Identificação de lacunas
Delineamento da pesquisa	Estudo conceitual, teórico ou teórico e empírico. Contextualização dos estudos
Abordagens ontológicas e epistemológicas	Quais teorias utilizadas? Como os autores discutiam seus objetos? De quais perspectivas os autores mencionavam suas teorias?
Metodologia	Natureza, estratégias da pesquisa e demais procedimentos
Principais resultados	Organização, apresentação e discussões em termos de resultados e principais evidências
Principais conclusões	Quais as conclusões dos autores? O que se pode aprender de cada texto? Os avanços do conhecimento na área e sugestões e oportunidades de estudos futuros
Comentários	Comentários extras e relevantes sobre cada trabalho
Referências utilizadas	Listagem das principais referências de Walter Benjamin que os autores utilizaram

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Os procedimentos de agrupamento dos trabalhos evidenciaram a relação entre ano de publicação, autores e suas instituições de origem e o repositório onde os trabalhos estavam disponíveis. Em relação ao ano de publicação, foi possível observar que os trabalhos, tanto nacionais como internacionais, se encontram entre os anos 1998 e 2019. Os anos que obtiveram os maiores números de publicações foram os anos de 2013 e 2016, respectivamente com oito e sete trabalhos, seguido dos anos 2014 e 2015 com seis e cinco trabalhos respectivamente. O gráfico 1 a seguir organiza estas informações.

Gráfico 1: Agrupamentos de trabalhos por ano de publicação (nacional e internacional)



Fonte: dados da pesquisa (2019).

No que diz respeito ao agrupamento repositório, na seara internacional o mais significativo foi o periódico *Management & Organizational History* com sete trabalhos. No ano de 2013 os autores Christian De Cock, Damian O'Doherty e Alf Rehn lançaram, neste mesmo periódico, uma chamada de trabalhos que discutissem Walter Benjamin na gestão, o que faz do ano de 2013 o mais representativo. O gráfico 2 organiza essas informações. Observa-se ainda que os periódicos *Space and Culture* com três trabalhos e o *Journal of Consumer Culture*, com dois trabalhos também surgem como significativos em relação aos demais repositórios nesta seara de periódicos internacionais.

Gráfico 2: Agrupamento por repositório dos trabalhos internacionais



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na seara internacional, citamos os seguintes autores: Christian De Cock (*University of Essex*, UK); Damian O' Doherty (*University of Manchester*, UK); Charles Booth (*Bristol Business School*, UK); Nick Couldry (*The London School of Economics and Political Science*, UK); Jorgen Ole Baerenholdt (*Roskilde University*, Denmark); Sheena Vachhani (*Bristol Business School*, UK); Ann Rippin (*Bristol Business School*, UK); Nidhi Srinivas (*The New School*, USA), entre outros. A seguir, no quadro 3, apresentamos o mapeamento dos trabalhos internacionais, organizados cronologicamente por ano de publicação

Quadro 3: Mapeamento de trabalhos internacionais

Título	Autores	Repositório	Ano
The view from inside the ‘simulacrum’: visitors’ tales from the set of Coronation Street	Nick Couldry	Journal Leisure Studies	1998
The retromarketing revolution: l’imagination au pouvoir	Stephen Brown	IJMR (International Journal of Management Reviews)	2001
The Motel: An Image of Elsewhere	Sarah Treadwell	Space and Culture	2005
Innovation and the Post-Original: On Moral Stances and Reproduction	Alf Rehn & Sheena Vachhani	Creativity and innovation Management	2006
Cultural heritage in the age of new media	Jeffery Edward Malpas	New Heritage	2007
The Body and the Eye: Perspectives, Technologies, and Practices of Urbanism	Oddrun Saeter	Space and Culture	2011
Colouring Benjamin	Christian De Cock	Ephemera theory & politics in organization	2012
The possibilities of the past: Two routes to a past and what they tell us about professional power	Nidhi Srinivas	Management & Organizational History	2012

Термен не мрет: a fractional biography of failure	Charles Booth	Management & Organizational History	2013
Specters, ruins and chimeras: management & organizational history's encounter with Benjamin	Christian De Cock , Damian O'Doherty & Alf Rehn	Management & Organizational History	2013
Affective disruption: Walter Benjamin and the 'history' of Ireland's industrial schools	Kate Kenny	Management & Organizational History	2013
Making sense of sovereign wealth funds: entrepreneurial and political wish-images in 'building for the future' of China and Singapore	Wilson Ng & Declan Scully	Management & Organizational History	2013
Thirteen notebooks for Walter Benjamin	Ann Rippin	Management & Organizational History	2013
(Re) creating objects from the past–affect, tactility and every day creativity	Sheena J. Vachhani	Management & Organizational History	2013
Off-Road and spaced-out in the city: organization and the interruption of topology	Damian P. O'Doherty	Space and Culture	2013
Memories standing outside of the self: the commodity, the collector, and Walter Benjamin's theory of experience	Murray Skees	Consumer Culture Theory	2015

The rhetoric of business in brecht's <i>dreigroschenroman</i>	Ernest Schonfield	German Life and Letters	2016
Experiencing the enchantment of place and mobility	Jorgen Ole Baerenholdt	Journal of Consumer Culture	2016
Podemos and the Spanish political crisis	Josep Maria Antentas	Labor History	2016
Ruin and organization studies	Christian De Cock e Damian O'Doherty	Organization Studies	2016
On the name of book wrighting: Irma Boom's "transformative crossover" production	Irma Boom & Danné Ojeda	The Journal of Modern Craft	2016
Making sense of disaster through rhetorical homologies: extending Walter Benjamin's unique/copy binary to post-Katrina tours	Diana Isabel Bowen	Communication Quarterly	2017
technologised consumer culture: the Adorno-Benjamin debate and the reverse side of politicization	Bohdana Kurylo	Journal of Consumer Culture	2018

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A análise desses 23 trabalhos internacionais evidenciou que: a) oito estudos articularam especificamente as Teses “Sobre o conceito de história” (1994c) de Walter Benjamin no contexto da gestão (Brown, 2001; Srinivas, 2012; Booth, 2013; De Cock & O' Doherty; Rehn, 2013; Ng & Scully, 2013; O' Doherty, 2013; Rippin, 2013; De Cock & O' Doherty, 2016); b) cinco trabalhos (estão marcados no quadro na cor cinza) discutiram diferentes perspectivas benjaminianas articulando-as a um promissor tema dos estudos organizacionais: a organização de cidades (Couldry, 1998; Saeter, 2011; O' Doherty, 2013; Baerenholdt, 2016; Bowen, 2017); c) apenas um trabalho cruzou ambas temáticas as Teses benjaminianas com os estudos de cidades: Damian P. O'Doherty em 2013 intitulado “Off-road and spaced-out in the city: organization and the interruption of topology”. Os demais trabalhos utilizaram outras perspectivas benjaminianas para articular suas problemáticas e em diferentes áreas da gestão organizacional.

Na seara nacional, foi evidenciado que o periódico mais representativo foi o Cadernos EBAPE.BR com sete trabalhos, além do periódico Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade com quatro trabalhos, seguido da RBEO – Revista Brasileira de Estudos Organizacionais, da RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social e da RAE – Revista de Administração de Empresas com dois trabalhos em cada periódico. Os periódicos restantes apresentam uma publicação em cada, além do livro da editora Juruá, de autoria de Ana Paula Paes de Paula, da UFMG, como demonstrado no gráfico 3.

Gráfico 3: Agrupamento por repositório dos trabalhos nacionais



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Entre os autores brasileiros, destacam-se a já citada Ana Paula Paes de Paula e Alexandre de Pádua Carrieri, ambos da Universidade Federal de Minas Gerais; Alexandre de Almeida Faria (Fundação Getulio Vargas); Amon Barros (Fundação Getulio Vargas); Fábio Vizeu (Universidade Positivo); Alessandra Mello da Costa (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), entre outros. No tocante ao mapeamento de publicações brasileiras foram selecionados 25 estudos que articularam conceitos benjaminianos ou citam Walter Benjamin na gestão e nos EOs. O quadro 4 organiza esse mapeamento cronologicamente por ano.

Quadro 4: Mapeamento de trabalhos nacionais

Título	Autores	Repositório	Ano
A imagina(organiza)ção surrealista: rompendo a gaiola de ferro dos estudos organizacionais	Alexandre Reis Rosa	Cadernos EBAPE.BR	2008
Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte	José Henrique de Faria	Cadernos EBAPE.BR	2009
A história oral na análise organizacional: a possível e promissora conversa entre a história e a administração	Almiralva Ferraz Gomes e Weslei G. Piau Santana	Cadernos EBAPE.BR	2010
Epistemologia e metodologia para as pesquisas críticas em administração: leituras aproximadas de horkheimer e adorno	Ana Cristina Batistas-dos-Santos, Jomária M. de Lima Alloufa e Luciana H. Nepomuceno	Revista de Administração de Empresas	2010
A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo	Alessandra Mello da Costa, Denise F. Barros e José L. F. Carvalho	Revista de Administração Contemporânea	2011
A história e a memória na comunicação organizacional: um estudo da narrativa da experiência para atratividade dos públicos	Rodrigo Silveira Cogo e Paulo Nassar	Animus - Revista Interamericana de Comunicação Midiática	2011
Estilhaços do real: o ensino da administração em uma perspectiva benjaminiana	Ana Paula Paes de Paula	Editora Juruá	2012
Narrativas em comunicação	Paulo Roberto Nassar	Revista Esferas	2012

organizacional e as interações com a memória	de Oliveira		
- Mãe!? O mundo vai acabar...? Reflexões sobre desdobramentos e implicações dos paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan para os estudos organizacionais	Rogério Zanon da Silveira	Cadernos EBAPE.BR	2013
Enrique Dussel: contribuições para a crítica ética e radical nos Estudos Organizacionais	Maria Ceci Misoczky e Guilherme D. Camara	Cadernos EBAPE.BR	2014
As gestões e as sociedades	Alexandre de Pádua Carrieri	Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade	2014
O artesanato enquanto prática e materialidade: argumento para pensar a dimensão estética e os artefatos nos estudos organizacionais	Marina Dantas de Figueiredo	Revista Interdisciplinar de Gestão Social	2014
Artesanato, arte, design... Por que isso importa aos estudos organizacionais?	Marina Dantas de Figueiredo e Fábio F. Schilling Marquesan	Revista Interdisciplinar de Gestão Social	2014
A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais	Alexandre de Pádua Carrieri, Denis A. Perdigão e Ana Rosa Camillo Aguiar	Revista de Administração da USP	2014
Ética na administração pública: desafios e	Nanci Fonseca Gomes	Revista de Administração	2014

possibilidades		Pública	
Uma “sociedade do espetáculo” nos/dos estudos organizacionais brasileiros: notas críticas sobre uma leitura incipiente	Pablo Gobira, Oscar Lima e Alexandre de Pádua Carrieri	Cadernos EBAPE.BR	2015
Por onde andei: Administração, estudos organizacionais e algumas obsessões	Pedro Lincoln C. L. de Mattos	Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade	2015
O lado sombrio do caminho: estudos críticos em administração e relações públicas críticas	Stephen Andrew Linstead	Revista Brasileira de Estudos Organizacionais	2015
O cotidiano e a história: construindo novos olhares na administração	Amon Barros e Alexandre de Pádua Carrieri	Revista de Administração de Empresas	2015
Os rolezinhos em shopping centers: reflexões sobre o que agregam e em que desafiam os estudos dos shoppings como espaços de segregação social e urbana	Juliana Cristina Teixeira e Amon Narciso de Barros	Revista Brasileira de Estudos Organizacionais	2016
Estratégias empresariais e esfera pública: a Zona Franca de Manaus como colonização sócio política	Cleiton Ferreira Maciel e Jeanne Mariel Brito de Moura	Novos Cadernos - NAEA	2016
Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção	André Ricardo Fonsêca da Silva	Revista de Ciências Sociais e Política	2018
As histórias e o cotidiano das organizações: uma	Josiane B. Gouvêa, Rocío Del Pilar L.	Farol - Revista de Estudos	2018

possibilidade de dar ouvidos àqueles que o discurso hegemônico cala	Cabana e Elisa Y. Ichikawa	Organizacionais e Sociedade	
Seres do subterrâneo: os invisíveis do mundo moderno	Felipe Amaral Borges e Kettle Duarte Paes	Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade	2018
O potencial da frankfurtianidade de Habermas em estudos organizacionais	Luiz Gustavo Alves de Lara e Fábio Vizeu	Cadernos EBAPE.BR	2019

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Assim como o primeiro levantamento de base internacional, estes 25 trabalhos nacionais também foram lidos na íntegra, objetivando uma compreensão sobre de que forma os autores problematizaram os conceitos benjaminianos na gestão e, em particular, nos EOs. Um ponto em comum nesses textos se relaciona à discussão teórico-metodológica sobre o uso de história oral, arquivos, documentos históricos e problematizações benjaminianas críticas de temáticas nos EOs, entre estas: o tempo passado, história, espaço, epistemologia crítica, experiência, arte, cotidiano e estética em artigos que são na sua maioria teóricos, propondo aproximações entre a abordagem da história e os EOs. Conforme marcado em cinza no quadro 4, há entre estes 25 trabalhos, apenas dois textos que tiveram como foco o tema cidades, Carrieri (2014) e Teixeira e Barros (2016).

Itinerários em Walter Benjamin e os estudos organizacionais de cidades

A seguir apresentamos uma discussão sobre os itinerários percorridos nestas cinco pesquisas (internacionais) e duas pesquisas (nacionais) que focalizaram o tema cidade nos estudos organizacionais, articulando conceitos de Walter Benjamin. Além desses estudos, também foram analisados os seis trabalhos selecionados para compor o número especial do *Management & Organizational History* do ano de 2013, proposto pelos autores Christian De Cock, Damian O'Doherty e Alf Rehn em que foram apresentadas discussões sobre as aproximações entre Walter Benjamin e os estudos organizacionais e a administração. O editorial desse número traz ainda uma discussão conceitual esclarecedora de alguns fragmentos contidos nas Teses “Sobre o conceito da história” de Walter Benjamin.

Dessa forma, apresentamos a seguir, em ordem cronológica de publicação, uma síntese da análise desenvolvida desses artigos, indicando brevemente, as problematizações, objetivos e contextos da pesquisa, delineamentos e articulações com a perspectiva benjaminiana.

O primeiro estudo de Couldry, publicado em 1998, intitulado “The view from inside the ‘simulacrum’: visitors’ tales from the set of Coronation Street”, articulou a alegoria benjaminiana da “aura” para discutir o conceito de experiência e os significados de vivenciar um simulacro por pessoas que visitam uma rua

(*Coronation Street*) onde funciona uma locação fílmica e televisiva. A visita ao *set* da rua conecta os espectadores a dois mundos simbolicamente organizados: o “mundo da mídia” e o “mundo comum”, enquanto construções sociais e base do “poder do lugar”. As conclusões do trabalho articulam essas discussões às questões da “ressubjetivação do espaço” no qual a localidade é uma dimensão estética-expressiva.

O texto de Saeter de 2011 “The Body and the Eye: perspectives, technologies and practices of urbanism” discute as várias formas de visualizar a cidade e suas possíveis consequências para a concepção e construção do ambiente urbano. O trabalho se inspirou no modelo weberiano do tipo ideal para problematizar duas figuras benjaminianas contrastantes: o *flâneur* e o planejador. A análise se desenvolve por meio das leituras urbanas benjaminianas baseadas em Le Corbusier, tendo como objetivo delinear uma terceira perspectiva entre esses dois diferentes tipos de racionalidades. Os resultados direcionam a discussão para as práticas estéticas de sensoriamento urbano, bem como para a organização de práticas de participação, criação e planejamento das cidades.

Como já comentado, o ano de 2013 foi o mais significativo em termos de publicações de trabalhos que articularam conceitos benjaminianos na gestão e nos EOs. Entre estes citam-se os seis trabalhos reunidos no número especial da *Management & Organizational History* oriundos da chamada proposta por De Cock, O'Doherty, Rehn (2013) intitulada *Specters, ruins and*

chimeras: Management & Organizational History's encounter with Benjamin. Todos os seis artigos tinham como foco a articulação de perspectivas de Walter Benjamin com temas da gestão. No editorial, os autores identificaram algumas lacunas indicando aproximações entre as abordagens de história e da gestão e como estas podem ser rearticuladas por meio dos conceitos de Walter Benjamin. Os autores ainda argumentaram que a história da Administração e as teorias da organização, tanto como objeto de estudo quanto como disciplina, contém uma infinidade de sujeitos e objetos que são descartados, não identificados, esquecidos e abandonados. Assim, os autores convidaram artigos que se envolvessem com histórias alternativas ou suprimidas, histórias hipotéticas, abordagens teóricas fora de moda e campos empíricos desprezados para explorar a grande extensão de conceitos esquecidos e descartados no campo.

Booth (2013) em seu texto “Термен не мрет: a fractional biography of failure” apresenta uma biografia fracionária de um inventor e de um grupo de tecnologias por ele inventadas. O objetivo foi apresentar as biografias de duas tecnologias: a do Termen e a do Theremin. O autor defende que algumas ideias benjaminianas podem ser frutíferas ao sustentar uma abordagem fracionária para escrever a história da administração e das organizações. O autor se concentra principalmente em três temas sugeridos nas Teses “Sobre o conceito da história”: a questão da redenção e as discussões referidas à contra história; a alegoria da ruína; e a terceira discutiu questões que

problematizaram a história dita oficial. Por fim, o autor discute o que ele conceitua de "biografia fracionada do fracasso", problematizando a vitória, passado e presente dos governantes (Booth, 2013).

O texto de Kenny (2013) intitulado “Affective disruption: Walter Benjamin and the ‘history of Ireland's industrial schools” é articulado através de um estudo empírico em escolas industriais da Irlanda, questionando o papel que as organizações desempenham na história da escrita. Articula o conceito benjaminiano de constelação para enfatizar o passado e o presente articulados em um contexto de conflitos. Engloba uma crítica benjaminiana da história, enfatizando que o que foi negligenciado e esquecido no passado ressurge como uma força presente, representando um tipo de reconhecibilidade que se relaciona com a experiência atual.

Já Vachhani (2013), com o trabalho “(Re) creating objects from the past— affect, tactility and everyda y creativity”, desenvolve uma discussão teórica sobre a noção de criatividade cotidiana como prática afetiva através da ressurreição do artesanato. A autora contextualiza especialmente os objetos *vintage* e práticas artesanais tradicionais que evocam memórias de objetos do passado. A ideia benjaminiana de tempos passados foi articulada para discutir a ressurreição do artesanato. A autora conclui discutindo a política afetiva do ofício, a ressurreição, reprodução e recriação de objetos antigos.

Rippin (2013) no seu texto intitulado “Thirteen notebooks for Walter Benjamin” realiza um trabalho cujo objetivo é elaborar um projeto experimental criando 13 cadernos para Walter Benjamin como uma maneira de se envolver com o pensamento benjaminiano, considerando estes cadernos como uma ferramenta para estudiosos organizacionais. De acordo com a autora, Walter Benjamin era fascinado por cadernos que ele manteve ao longo de sua vida, discutindo sobre a importância dos cadernos no fazer das pesquisas, sobretudo, de cunho histórico. Foi debatido sobre o olhar de novo, levar em conta os negligenciados e descartados, e pensar em como os *insights* obtidos com esse processo poderiam ser reapresentados.

Ng e Scully (2013) partem de uma provocação teórica e empírica ao problematizar sobre a história de dois fundos financeiros de investimento: um da China, *Investment Corporation* (CIC), e outro em Cingapura, a *Temasek Holdings*. No artigo cujo título é “Making sense of sovereign wealth funds: entrepreneurial and political wish-images in ‘building for the future’ of China and Singapore”, os autores contaram a história dessas organizações financeiras que investem nos EUA. Discutiu-se o contraste na crise financeira das “imagens de desejo”, interesses discretos e ambiciosos que são moldados pelas experiências. Os autores articulam estas discussões com base aos temas benjaminianos relacionados ao progresso e ao desenvolvimento do capitalismo com suas consequências potencialmente catastróficas no contexto da cidade de Paris, referenciada na obra *Passagens* (1999).

Ainda em 2013, o artigo de O'Doherty intitulado “Off-road and spaced-out in the city: organization and the interruption of topology” publicado na *Space and Culture* relata um experimento projetado por meio de passeios e caminhadas pela cidade de *Manchester* (UK), objetivando esculpir novas formas de abordar a organização urbana. Estas experiências trouxeram à tona características espaciais inovadoras de leitura da cidade que convergem em torno da ideia de “interrupção da topologia”. Em particular foram problematizadas as concepções benjaminianas sobre o empobrecimento da experiência que aconteceu com o advento das cidades modernas. O autor discute a primazia e a hegemonia do olhar e a consequente mecanização e desqualificação dos pés, que conspiraram para dessensibilizar e abstrair a cognição da locomoção. Estes deslocamentos sensoriais atuaram em detrimento da capacidade de ler a organização da cidade por meio da prática da caminhada. O autor conclui articulando os conceitos benjaminianos de coletivo sonhador e do potencial revolucionário da memória para discutir a experiência sinestésica da caminhada pela cidade, sendo esta desencadeada pelas interrupções de topologias.

O artigo de Baerenholdt (2016) intitulado “Experiencing the enchantment of place and mobility” articula o conceito benjaminiano de experiência e o conceito de ausência – presença por meio da abordagem da *Actor Network Theory* (ANT) com o objetivo de analisar a organização de lugares turísticos. Para o autor, essas práticas são organizadas por meio de mobilidades inquietas entre múltiplos lugares, onde as

conexões são centrais para que as tensões ausência-presença produzam experiências.

E por fim o trabalho Bowen (2017) “Making sense of disaster through rhetorical homologues: extending Walter Benjamin’s unique/copy binary to post-Katrina tours” que analisa informações publicamente disponíveis sobre a organização turística dos *Tours by Isabelle*. Com base no desejo das pessoas de ver e contemplar os danos e efeitos da catástrofe do furacão Katrina na cidade de New Orleans, a pesquisa investigou rotas e passeios turísticos nas áreas urbanas afetadas. Os passeios pós-Katrina relacionados aos eventos turísticos desastrosos surgem da ansiedade sobre como reagir e criar estratégias orientadas pela agência do enfrentamento. A autora fundamentou essa dicotomia discursiva de desastre/agência com base em um discurso homólogo de singularidade/cópia desenvolvido no ensaio de Walter Benjamin (1994a) intitulado “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”.

A seguir, concluímos esta análise, apresentando os dois trabalhos brasileiros que articularam perspectivas benjaminianas no contexto da organização de cidades. O primeiro estudo identificado foi o de Carrieri, publicado em 2014, intitulado “As gestões e as sociedades”, em que o autor tece discussões sobre a história do grupo de pesquisa “NEOS” do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFMG. O autor apresenta uma linha de estudos do NEOS denominada “fragmentos da vida organizada” em que o foco no cotidiano articula o tema cidades.

Para o autor, “a cidade se (re)constrói no cotidiano das pessoas que a povoam. É neste sentido que se torna fundamental analisar as formas de gestão que permeiam os espaços que constituem as cidades” (Carrieri, 2014, p. 38). É ainda ressaltado a importância de colocar o espaço da cidade e seus arranjos simbólicos no centro das discussões de gestão do espaço, onde esta “pode assumir diferentes feições dado o espaço no qual é desenvolvida e a cotidianidade que a envolve” (Carrieri, 2014, p. 39). Essas discussões sobre cidades são articuladas com a abordagem benjaminiana da experiência com base na alegoria do *flâneur*, tendo como foco as poesias de Charles Baudelaire (2016). Além dessas, o autor ainda utiliza três referências de Walter Benjamin: “Passagens” (1999), “Pequena história da fotografia” (1994b) e as Teses “Sobre o conceito da história” (1994c).

O segundo estudo brasileiro, de Teixeira e Barros (2016) intitulado “Os rolezinhos em *shopping centers*: reflexões sobre os que agregam e em que desafiam os estudos dos *shoppings* como espaços de segregação social e urbana”, teve como objetivo discutir sobre o espaço em *shopping center* e sua relação com as práticas de consumo, o espaço urbano e a segregação social. Em particular, os autores refletem essa questão problematizando “sobre o que os rolês agregam e em que desafiam os estudos sobre os *shopping centers* como espaços de segregação” (Teixeira & Barros, 2016, p. 1). A obra “Passagens” (1999) de Walter Benjamin é articulada por meio de questões como a construção de espaços, do estabelecimento de uma cultura de consumo e do processo de fetichização.

Considerações finais

As análises da literatura mapeada no portfólio realçaram diferentes articulações conceituais, assim como das intenções alegóricas contidas nas teses “Sobre o conceito de história” de Walter Benjamin (1994c) a temas de interesse da administração que foram problematizadas no contexto de diferentes áreas, além dos estudos organizacionais. Contudo, da análise foi destacado o tema cidade e a sua organização como um dos promissores cenários de pesquisa identificados.

Finalizamos este capítulo citando o artigo que faz parte do nosso portfólio intitulado “Ruin and Organization Studies” (2016) de Christian De Cock e Damian O’Doherty, que propôs uma discussão adicional sobre os diversos caminhos por meio dos quais a alegoria benjaminiana da “ruína” presente nas teses “Sobre o conceito de história” de Walter Benjamin (1994c) constrói significados para os estudos organizacionais, inclusive no contexto do tema cidade. Para os autores, esta alegoria faz menção: (a) a uma abordagem distinta ao tempo, a história e a memória; (b) a uma consciência crescente da multiplicidade de forças que se sobrepõem à organização, forças das quais nós nos retiramos ao desenvolvermos nossas pesquisas; e (c) a um conhecimento de como a maneira que escrevemos é um modo de organização, crucial para nossa capacidade e disposição de olhar para “todos os cantos da realidade”, ou, como coloca Ana Paula de Paes (2012) para “os estilhaços do real”.

Referências

Barros, A. N. & Carrieri, A. P. (2015). O cotidiano e a história: construindo novos olhares na Administração. *Revista de Administração de Empresas*, 55(2), 151-161.

Baudelaire, C. (2016). *O Splenn de Paris*: pequenos poemas em prosa. Porto Alegre: L&PM.

Benjamin, W. (2011). *Origem do drama trágico alemão*. Belo Horizonte: Autêntica.

Benjamin, W. (2000). *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Benjamin, W. (1999). *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Benjamin, W. (1994a). A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In W. Benjamin. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 165-196). São Paulo: Brasiliense.

Benjamin, W. (1994b). Pequena história da fotografia. In W. Benjamin. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 95-107). São Paulo: Brasiliense.

Benjamin, W. (1994c). Sobre o conceito da história. In W. Benjamin. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 222-232). São Paulo: Brasiliense.

Booth, C. (2013). Термен не мет: a fractional biography of failure. *Management & Organizational History*, 8(1), 23-42.

Booth, C. & Rowlinson, M. (2006). Management and organizational history: prospects. *Management & Organizational History*, 1(1) 5-30.

Bowen, D. I. (2107). Making sense of disaster through rhetorical homologies: extending Walter Benjamin's unique/copy binary to post-Katrina tours. *Communication Quarterly*, 66(3), 265-282.

Brown, S. (2001). The retromarketing revolution: l'imagination au pouvoir. *International Journal of Management Reviews*, 3(4), 303-320.

Carrieri, A. P. (2014). As gestões e as sociedades. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 1(1), 21-64.

Clark, P. & Rowlinson, M. (2004). The Treatment of history in organization studies: towards an 'historic turn'? *Business History*, 46(3), 331-352.

Costa, A. M., Barros, D., & Martins, P. (2010). Perspectiva Histórica em Administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. *Revista de Administração de Empresas*, 50(3), 288-299.

Couldry, N. (1998). The view from inside the simulacrum: visitors' tales from the set of Coronation Street. *Leisure Studies*, 17(2), 94-107.

De Cock, C., O' Doherty, D., & Rehn, A. (2013). Specters, ruins and chimeras: management & organizational history's encounter with Benjamin. *Management & Organizational History*, 8(1), 1-9.

De Cock, C. & O' Doherty, D. (2016). Ruin and organization studies. *Organization Studies*, 38(1), 129-150.

Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2011). *The Sage handbook qualitative research*. London: Sage.

Gagnebin, J. M. (1994). Prefácio – Walter Benjamin ou a história aberta. In W. Benjamin. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 7-19). São Paulo: Brasiliense.

Gagnebin, J. M. (2009). *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva.

Gray, D. E. (2012). *Pesquisa no mundo real*. Porto Alegre: Penso.

Jacques, R. S. (2006). History, historiography and organization studies: the challenge and the potential. *Management & Organizational History*, 1(1), 31-49.

Kenny, K. (2013). Affective disruption: Walter Benjamin and the ‘history’ of Ireland's industrial schools. *Management & Organizational History*, 8(1), 10-22.

Kieser, A. (1994). Why organization theory needs historical analyses—and how this should be performed. *Organization Science*, 5(4), 608-620.

Kurylo, B. (2018). Technologised consumer culture: the Adorno–Benjamin debate and the reverse side of politicisation. *Journal of Consumer Culture*, 0(0), 1-18.

Ng, W. & Scully, D. (2013). Making sense of sovereign wealth funds: entrepreneurial and political wish-images in ‘building for the future’ of China and Singapore, *Management & Organizational History*, 8(1), 77-90.

O’Doherty, D. P. (2013). Off-road and spaced-out in the city: organization and the interruption of topology. *Space and Culture*, 16(2), 211-228.

Ole Baerenholdt, J. (2016). Experiencing the enchantment of place and mobility. *Journal of Consumer Culture*, 16(2), 393-411.

Paes de Paula, A. P. (2012). *Estilhaços do real: o ensino da Administração em uma perspectiva benjaminiana*. Curitiba: Juruá.

Petticrew, M. & Roberts, H. (2008). *Systematic reviews in the social sciences: a practical guide*. New York: John Wiley & Sons.

Rehn, A & Vachhani, S. (2006). Innovation and the post-original: on moral stances and reproduction. *Creativity and Innovation Management*, 15(3), 310-322.

Rippin, A. (2013). Thirteen notebooks for Walter Benjamin. *Management & Organizational History*, 8(1), 43-61.

Rouanet, S. P. (1990). *Édipo e o anjo. Itinerários freudianos em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Schlesener, A. H. (2011). *Os tempos da história: leituras de Walter Benjamin*. Brasília: Liber Livro.

Skees, M. (2015). Memories standing outside of the self: the commodity, the collector, and Walter Benjamin's theory of

experience. In A. E. Thyroff, J. B. Murray, & R. W. Belk (Eds). *Consumer culture theory* (pp. 223-254). Bingley: Emerald.

Srinivas, N. (2012). The possibilities of the past: two routes to a past and what they tell us about professional power. *Management & Organizational History*, 7(3), 237-249.

Teixeira, J. C. & Barros, A. N. (2016). Os rolezinhos em shopping centers: reflexões sobre o que agregam e em que desafiam os estudos dos shoppings como espaços de segregação social e urbana. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 3(2), 101-126.

Vizeu, F. (2010). Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. *Revista de Administração de Empresas*, 50(1), 37-47.

Capítulo 2

URBE, VIDA SOCIAL ORGANIZADA E LITERATURA: ALGUMAS REFLEXÕES

*Fabiane Louise Bitencourt Pinto*⁷

*Fabiana Florio Domingues*⁸

Introdução

O Século XIX, com toda a dinâmica sócio-política-cultural que inaugura, apresenta-se como período de instigante recorte histórico para a análise contemporânea. Lugar comum é a notória dinâmica apresentada pelas novas relações sociais disparadas com a ruptura estrutural representada pelo uso em escala de máquinas, surgimento de novos meios de comunicação e transporte, aceleração do crescimento científico e fabril. Período em que se intensifica a formação de aglomerados urbanos, a exemplo de Londres e Paris. No Brasil não foi diferente, como o que ocorreu em Salvador e no Rio de Janeiro,

⁷ Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Secretaria de Administração do Estado da Bahia. Contato: fabiane_louise@yahoo.com.br.

⁸ Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: fabianafd@gmail.com.

e não apenas por representarem lugares que em diferentes tempos sediaram a capital do país. Neste texto, cidades como estas são parte e palco do cotidiano de pessoas ditas “comuns”, entre pobres, subalternos, populares, proletários – protagonistas da questão social urbana brasileira – tessitura expressa tanto na historiografia quanto na literatura.

Nosso caminho, entre as variadas abordagens do fenômeno urbano, foi seguir as possibilidades colocadas sobre a narrativa literária com suas representações sobre a imagem da cidade moderna, sobre o imaginário social e sobre a história cotidiana dos habitantes da urbe; lugar onde a vida social organizada se manifesta. E assim como Pesavento (2002, p. 8), “entendemos ser esta uma fascinante proposta (...), quando a cidade se coloca, mais do que nunca como desafio, sendo o lugar – por excelência – ‘onde as coisas acontecem’”.

Alistamo-nos na construção do conhecimento com dimensões transdisciplinares, pois ter a cidade como objeto não é novidade, mas um fenômeno observado desde sempre por múltiplos olhares, dos quais derivam discursos dos mais diversos. Não que tal constatação represente um obstáculo ou hierarquização de saberes, ao contrário: tomamos esta multiplicidade como oportunidade de compreender a cidade enquanto fenômeno plural, de forma ampliada e crítica.

Na modernidade, na maioria das discussões sobre cidades, o que se percebe é o quanto elas conseguem excluir e descartar a umas

às outras. Entretanto, o que percebemos é um processo de construção de diferenças na cidade, extratos da realidade encontrados em abundância nas análises literárias. A literatura urbana produzida, portanto, “escava o chão da cidade e de lá arranca o próprio sentido do que seja o convívio urbano, como transcendente aos interesses de cada um e operando em prol de uma sociabilidade pública que se rege por regras – a urbanidade – que interdita ou sancionam os comportamentos” (Pechman, 2014, p. 91). Este chão urbano fornece ao escritor imagens, tipos humanos, linguagens, práticas cotidianas da urbe e de seus protagonistas.

Como privilegiados leitores do urbano, *os literatos* se apresentam como condutores para flunar⁹ não apenas sobre seus escritos *per si*, mas sobre as cidades e as possibilidades de interpretação (e compreensão) de suas realidades contadas, e é assim que se faz possível percepções sobre a Paris de Honoré de Balzac ou sobre o Rio de Janeiro de Lima Barreto, por exemplo. Cidade, objeto caro à literatura, mais que exportar cenários, a representação realizada pela narrativa literária evidencia o imprescindível objeto que amplia a compreensão da vida social

⁹ Pesavento (2002) nos coloca que, para traçar a fisionomia de Paris, foi necessária uma educação no olhar e, portanto, não se configura tarefa para qualquer um, sendo Balzac, um *flâneur* que se deliciou sem dieta ao andar sem rumo pelas ruas da capital francesa. Sobre sua incansável experiência de caminhar observando por entre espaços e gentes, teria exclamado Balzac que flunar por Paris é uma ciência gastronômica, é a gastronomia do olho; que flunar diferente de passear, é viver, e não vegetar.

organizada em um dado espaço-tempo. Desse modo, nosso objetivo é articular elementos que justifiquem inter-relações e conexões possíveis entre a cidade e a Literatura, em constructos ligados a urbe moderna de acordo com a perspectiva dos Estudos Organizacionais e Sociedade.

Antes de prosseguirmos, é necessário registrar, conforme nos indicam Clegg e Hardy (2012), que embora não signifique tarefa fácil sua definição, os Estudos Organizacionais compreendem a reunião de uma série de conversações de pesquisadores que ajudam a constituir organizações por meio de paradigmas, métodos e suposições; conversações progressistas, com vocábulos e termos gramaticais emergentes, com variados graus de descontinuidades. Nas palavras dos autores, “referem-se às organizações como objetos empíricos, à organização como discurso teórico e ao organizar como um processo social e às intersecções e hiatos entre elas e seu interior” (Clegg & Hardy, 2012, p. 32).

As organizações se apresentam, portanto, como objetos empíricos, fruto de conversações, derivadas de disciplinas, interações recíprocas, dinâmicas e assimétricas; compreendidas como processos sociais e, ao mesmo tempo, como lócus da ação social. Desse modo, os estudos organizacionais, “como qualquer boa conversação, a dialética é reflexiva, interlocutiva e orientada, não para um acordo final, mas para as possibilidades de entendimento” em torno dos temas e recortes de pesquisa (Clegg & Hardy, 2012, p. 32). A estrutura ora apresentada se faz

reflexiva tanto no que se refere às conversações a serem elaboradas, pois dão suporte para futuros estudos empíricos, bem como sinalizam para a validade (e manancial) ofertado pelas narrativas literárias. Narrativas nas quais nos debruçaremos sobre leituras que nos falam de diferentes cidades; mais que isto, mostram-nos que é possível avançar em uma perspectiva de compreensão mais ampliada de incluem indivíduos ou grupos invisibilizados em suas trajetórias cotidianas – por vezes caracterizados face à subalternidade que marca suas existências, ações e, conseqüentemente, papéis sociais.

A rua – o *ser* e o *estar* na cidade

De maneira evidente, fatos sociais e questões ligadas às desigualdades socioeconômicas são encontrados em todos os momentos da história. Todavia, a partir do “século 19, as imagens do progresso e da civilização iluminam o universo cultural burguês, e a sociedade fetichizada se oferece na sua melhor roupagem. As fantasmagorias urbanas se impõem, fazendo da aparência e da representação um mundo mais convincente que a própria realidade” (Pesavento, 1994, p. 7).

A emergência do mundo urbano moderno em sua dimensão social se dá diante deste contexto de integração e confinamento dos ditos “subalternos”. De um lado os despossuídos da urbe buscam se encaixar no reordenamento das atividades produtivas,

frente às novas dinâmicas capitalistas e as exigências de um trabalhador “típico” da cidade e, ao mesmo tempo, este contingente de pessoas é confinado em zonas do espaço urbano mais distantes e insalubres (Harvey, 2015). Compreendemos que as sociabilidades começaram a se delinear a partir do uso de espaços públicos, possibilitando, de modo diferenciado, o surgimento de distinções sociais e de gênero.

Essa intensa produção de segregação produziu e demarcou, cunhando preconceitos no bojo de uma ordem burguesa, na qual cafés, por exemplo, passaram a ser experimentados como redutos exclusivamente masculinos, enquanto que docerias foram destinadas ao círculo social feminino. Mesmo clubes e teatros se tornaram a extensão do domínio privado burguês. Já praças e avenidas, nas quais não era proibida a circulação, a gente do povo permaneceu lado a lado com aquelas outras “gentes” tidas como “distintas”. Protagonistas da questão social circulando pelas ruas centrais, marquises, becos, fábricas, filas em bairros distantes do centro da cidade. Quais sejam homens, mulheres, crianças, idosos; seguem “(...) contemplando eles também as vitrines e lembrando, incomodamente, que as benesses da sociedade moderna não eram equanimemente distribuídas” (Pesavento, 1994, p. 8).

A elaboração de teorias técnicas e científicas que descrevem, analisam e prospectam estratégias de abordagem aos tais “subalternos da urbe”, enlaçam o discurso médico e o higienista, o jurídico e o criminológico, o religioso e o filantrópico, mas em

todos o que se vê é nada além de um discurso estético. A cargo do Estado, emanados a partir de grupos morais e religiosamente misericordiosos, e até mesmo de particulares – a exemplo do segmento imobiliário ou do patronato – em um cem número de médicos higienistas, advogados, engenheiros, arquitetos, antropólogos, sociólogos que se interessaram pela docilização e disciplina desses subalternos. Uma crescente e intrincada institucionalização de uma imagem: “Zé Povinho, o operário, o vagabundo, a prostituta, o trapeiro. Há entre elas a presença dos conteúdos morais e das etnias e raças envolvidas no processo de trabalho em formação, assim, negros são os criminosos, os ladrões, os vagabundos; mestiço ou mulato é o Zé Povinho” (Pesavento, 1994, p. 9).

E assim, imagens da mestiçagem enquanto representação, denotam de maneira polar e antagônica papéis sociais fundados sob a enunciação das ausências e valores subjacentes, além de práticas sociais não declaradas, mas explicitamente pejorativas, nas quais negros e mestiços são associados à vagabundagem e, logo, a contravenções. Imagens estereotipadas, que forjam uma aparência de realidade com o objetivo de convencer aquele é, de fato, uma faceta do real. A representação imprime sua força na aceitação, na capacidade de mobilização de imagens e discursos (Pesavento, 1994).

À medicina coube o discurso (e as ações) profiláticas: sanando corpos de vícios pouco saudáveis, categorizando os ditos loucos e imprestáveis para o trabalho convencional, eliminando

miasmas; e juntamente com urbanistas, cuidando de suas moradias também pouco mais salubre desta perspectiva. Esse processo, com seus movimentos pendulares, define posições sociais do uso dos espaços a partir do enquadramento sócio-cultural-racial dos indivíduos. Uma série de medidas de natureza política, jurídica, administrativa e ideológica marca o nascedouro de cidades em princípios da república no Brasil. Medidas que impõe uma imagem “adequada” do ponto de vista estético, moral e ético aos indivíduos sob pena de serem subjugados ou postos à margem de todo o ordenamento social.

Em comum, pobres, populares e invisibilizados têm o fato de serem habitantes da urbe e sua inserção nos espaços das cidades se dá de modo inferior na escala econômico-social. Consideramos imprescindível resgatar o que se compreende por subalterno nas cidades. Em Pesavento (1994), encontramos que, Economicamente, são pobres, e seu acesso ao consumo é limitado. Mais que isto, não tem meios de subsistência, e, para eles, a moradia se configura como um dos maiores problemas, logo abaixo da subsistência. Desempenham as tarefas menos qualificadas e podem engajar-se ou não no mercado formal de trabalho. Ora são empregados de alguém, tendo, pois, um patrão e dele recebendo o seu sustento, pelo desempenho de uma tarefa regulamentada e controlada, ora são “avulsos”, *free-lancers*, que vivem de “expedientes”, biscates, pequenas tarefas. Politicamente, são os tais cidadãos de segunda ordem, pouco ouvidos pelas autoridades em suas reclamações e sendo

considerados suspeitos aos olhos da polícia (Pesavento, 1994, p. 11).

Ao longo da história encontramos discursos que reduzem, categorizam, estratificam, hierarquizam os cidadãos diante de certos padrões, infantilizando e, até mesmo, menosprezando seus protagonistas. Discursos invariavelmente aplicados com a devida ciência do seu poder reducionista e destrutivo (Kuster, 2014) de modo que “a subalternidade leva a pensar em relações de subordinação e de dominação, em exclusão política, em inserção por baixo na estrutura social, em ausência ou presença pouco significativa de direitos frente ao grande acúmulo de deveres” (Pesavento, 1994, p. 13). É nessa urbe moderna que os tais cidadãos ditos de “segunda ordem” em virtude da diferenciação – e não da igualdade – imposta pelas suas condições de vida, protagonizam um cotidiano enunciado e descortinado pela literatura. Daí que, embora,

Através da leitura de Calvino, é inevitável pensar em como é fácil deixar que a percepção da vida social se deixe seduzir por perfumarias: a paisagem, o construído, o consumo, as representações do urbano na mídia e nos discursos políticos. Nada disso a exprime, entretanto. Somente ao abrimos mão desses aspectos conseguimos enxergar as rugas das cidades, descortinar a esfera das relações sociais (Kuster, 2014, p. 49).

O processo de urbanização intensificado no Século XIX atribuiu à rua outra identidade, transformando-a em objeto de novo

imaginário, que exigiu outras dinâmicas sociais. A rua por assim dizer, configurou-se como lugar precípuo de vivências e experiências de indivíduos subalternos. A rua então,

não mais que espaço de separação entre as casas, ela foi perdendo as suas antigas formas – medievais na Europa, coloniais na América – para render-se às exigências do viver em cidades. Foi alargada, redesenhada, higienizada, moralizada, embelezada. Cartão de visitas de uma cidade, as ruas deveriam atestar seu progresso ou atraso. Por definição a rua se opunha à casa, delimitando espaços e vivências (Pesavento, 1994, p. 114).

A rua é por excelência o lugar democrático que acolhe a todos sem distinção e lugar de repressão social na mesma medida, isto porque compreende espaço de expressão irreverente à ordem e a sociabilidades condenáveis pelos estratos sociais mais altos. Ou seja, a rua se tornou espaço das mais diversas práticas dos comuns, potencialmente a rua – suas nuanças e expressões – se tornou uma ameaça que deveria ser combatida.

Somando-se à força das ruas para a urbe moderna, nas cidades brasileiras a demarcação social está ligada a uma gradação ou hierarquia do centro à periferia, duas faces de uma mesma moeda, um dentro e um fora. Como exemplo temos o *centro da cidade* em toda a dinâmica que revela, diferente do *sub-urbano* (suburbano), espaços mais distantes ou abaixo do espaço centralmente urbanizado (DaMatta, 2000). E, assim, espaço e tempo, tempo e espaço, apresentam-se como uma gradação

complexa e com conceitos que em muitas sociedades se confundem, visto que

o fato é que tempo e espaço constroem e, ao mesmo tempo, são construídos pela sociedade dos homens. Sobretudo o tempo que é, e simultaneamente passa, confundindo a nossa sensibilidade e, ao mesmo tempo, obrigando a sua elaboração sociológica. Por tudo isso, não há sistema social que exista uma noção de tempo e outra de espaço (DaMatta, 2000, p. 33).

Seguimos aqui, portanto, compreendendo a rua como sendo o lugar do povo, da massa e da multidão. Rua do trabalho dos que buscam a sobrevivência. Rua do protesto e da manifestação. “Se na Inglaterra, sugere Stella Bresciani, a rua suscita a ‘questão social’, na França é a ‘questão política’ que desponta. Tratava-se portanto, de experimentar a rua em toda a sua potencialidade. E a literatura soube fazê-lo” (Kuester & Pechman, 2014, p. 64). Na cidade emergem ideias de descontinuidade, fragmentação e pequenos relatos. Do mesmo modo é na cidade que nasce a historicidade, o grande relato e a ideia de evolução, “assim como de progresso, evolução, desenvolvimento e emancipação” (Ianni, 1994, p. 126).

Operando entre margens – a literatura e a verossimilhança

A Literatura tem sido cada vez mais frequentada pelos historiadores e, mais recentemente, por administradores e

economistas¹⁰ em busca de alternativas que possam alargar e aprofundar possibilidades de se em contato com o passado e, assim, vislumbrar os novos olhares permitidos, outras perspectivas de se ver o mundo. Um enlace fundamentado na interação da história com a literatura, como nos propõe Pesavento (2000b) ao afirmar que com esse recurso é possível resgatar a maneira como os homens representavam a si próprios e à realidade a partir do texto literário. Significa ainda, que esse recurso dá indícios dos sentimentos, das emoções, das maneiras de falar, da gestualidade, dos códigos de conduta partilhados e das ações sociais em outros tempos.

Na década de 1920, a Escola dos *Annales*¹¹, liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre, propôs uma história que fosse constituída não apenas por fatos singulares de ordem política, diplomática ou militar de ordem factual, mas uma história-problema, preocupada com o contexto sociocultural das minorias, dos excluídos, dos que estavam à margem dos processos político-econômicos na sociedade. Um pensamento que corrobora a existência de modos de ser na cidade múltiplos e singulares que abarca a pluralidade de seus cidadãos.

¹⁰ Ver Franco, Gustavo. (2007). *A economia em Machado de Assis: um olhar oblíquo do acionista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

¹¹ Movimento historiográfico francês iniciado na primeira metade do Século XX.

Para compreender melhor o surgimento da Escola dos *Annales* e o movimento historiográfico que se opunha, encontramos em Burke (1992) as principais características do paradigma tradicional, pautado em uma história que diz respeito essencialmente à política, concebida para refletir essencialmente as funções e o papel do Estado; voltada para uma análise nacional e internacional, desconsidera, portanto, a perspectiva regional e local. A concepção da época especializava-se em pensar a história como uma narrativa dos acontecimentos, em uma escrita baseada em documentos e registros oficiais. Entretanto, concebiam-na como historiografia objetiva, cabendo ao historiador a tarefa de apresentar os fatos como eles realmente aconteceram. Em síntese, a perspectiva tradicional oferecia uma visão dominante da história, concentrada apenas nos feitos dos grandes homens, gerais, eclesiásticos, estadistas; enquanto ao restante da humanidade destinava um papel secundário.

O interesse pela historiografia social e econômica foi incorporado no século dezanove, mas, segundo Sharpe (1992), o principal tema continuava sendo a revelação das opiniões políticas da elite. Burke (1992) ressalta que a base filosófica desta Nova história é a ideia de que a realidade é construída social ou culturalmente. Seu relativismo e interdisciplinaridade, portanto, destroem a tradicional distinção do que é periférico e central na história. Justamente pela Nova História ter renunciado ao domínio da verdade, enquanto representação, a história atualmente não se mede por critérios de veracidade, o que

configuraria um retrocesso; mas, sim, pela verossimilhança, que é o ponto de convergência entre hipóteses possíveis de um passado efetuado, vivido. Dessa convergência é que se origina a credibilidade do autor consegue explicar, de maneira plausível e com respaldo de fontes confiáveis, o acontecimento em questão. Nesse aspecto, as fontes são apenas indiciárias e não revelam a verdade propriamente dita como em outrora, para tanto, admite-se a presença da ficcionalidade no domínio do discurso histórico. A verossimilhança na narrativa – seja na narrativa travada pelos historiadores, seja pela construída pelos literatos – toma lugar de destaque diante da pluralidade e multiplicidade de realidades e visões históricas, sendo “o primado do detalhe é um modo realista-romântico de fortalecimento da credibilidade do narrador e da veracidade de sua narração” (Sarlo, 2007, p. 51). Característica presente nos escritos de João do Rio, Jorge Amado e Clarice Lispector também conhecidos por suas temáticas protagonizadas por personagens outrora esquecidos nas histórias de grandes centros urbanos – como Rio de Janeiro e Salvador – permitindo, em nome da verossimilhança, narrativas semelhantes à realidade (Dacanal, 1982).

É neste contexto que compreendemos que a literatura permite uma leitura mais aberta, apresenta uma gama maior de interpretações e percepções não contadas pela historiografia. Vemos assim, a importância da literatura em no exercício reflexivo é integral, pois socializa memórias, narrativas e discursos, além de construir ou reforçar laços identitários, através dos modos de pensamentos e comportamentos que

revela. A narrativa histórica propriamente, e a narrativa ficcional em especial, produzem efeito de real, demonstrando que a relação entre as Ciências Sociais e Literatura traz à tona outros questionamentos, como, por exemplo, o conflito entre verdade e ficção, expondo uma situação recorrente na bibliografia que trata da narrativa literária à luz da Historiografia e pelas Ciências Sociais como um todo.

Starobinski (1995) aponta que os textos apresentam não mais que fragmentos de um universo delimitado por única maneira de olhar. Nesta perspectiva, os elementos internos ao texto devem lhes permitir, ao menos uma existência independente e coerente; enquanto que os elementos externos devem promover o questionamento a respeito de seu conteúdo. Pesavento (2000b) esclarece que ambas as narrativas – a literária e a histórica – se esforçam para capturar a ação dos homens e apresentar interpretações do real. As narrativas literária e histórica pressupõem, portanto, a ordenação do real e a busca por uma coerência dos fatos, que evidencie a correlação dos aspectos analisados e das relações que daí emergem. A significância atribuída pelo leitor revela a validade dessa narrativa. Especificamente, na narrativa literária, o poder de designação da verdade dos relatos se dá pelos critérios de verossimilhança e credibilidade inferidos do texto. Afinal, a literatura constitui expediente inestimável de informações propriamente e percepções diversas sobre aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e organizacionais; visto compreender fonte de

socialização das memórias, acontecimentos e discursos, conforme destacam Leenhardt e Pesavento (1998).

Imaginemos o literato como um *flâneur*¹², como passeadores sensíveis ao cotidiano na urbe, tornando-se, daí, seu cronista e filósofo. O movimento não linear das ruas os atrai e motiva, a rua se torna moradia para o *flâneur* que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivaninha onde apóia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente (Benjamin, 2017, p. 35).

Pesavento (1998, p. 21-22) esclarece que [...] o discurso ficcional, como refere Ricoer (1983), “é uma ‘quase história’, na medida em que os acontecimentos relatados são fatos passados para a voz narrativa, como se tivessem realmente ocorrido [...]. Dando voz ao passado, história e literatura proporcionam a erupção do ontem no hoje [...]”. De modo que o imaginário da literatura se apresenta como a capacidade de representar o real

¹² Walter Benjamin registra em seus ensaios sobre a obra Charles Baudelaire, uma atenção especial para a figura do *flanêur*, o qual se dedica à observação minuciosa e refletida dos moradores de Paris em suas atividades cotidianas. O *flanêur*, portanto, demonstra paixão pela cidade e pela multidão. E de forma derivada, *flanêurie* compreende o ato de apreensão e representação do panorama urbano apresentado pelo *flanêur*.

por meio de um mundo paralelo composto de imagens, de palavras e de significados, mas que em muitas vezes surge com força, ainda mais real que o próprio real tomado como concreto (Pesavento, 2000a).

Lembremos, porém, que metodologicamente a exigência no trato para com as produções literárias deve ser diferenciada de outras fontes, tanto para não incorremos no erro do reducionismo ilustrativo, preservando-se sua riqueza estética e comunicativa, quanto no cuidado para que o conjunto de significados reunidos em sua dimensão social não se perca. Mesmo porque o literato possui uma liberdade condicional em sua criação, na qual a escolha de seus temas, motivações, valores e críticas, apresentam as marcas da sociedade do seu tempo e as representações sociais de sua época – normalmente são estes que balizam o texto e que falam por meio do escritor:

Se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o proscênio dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais cadentes de tensão e a mágoa dos aflitos. Deve traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que os mecanismos da permanência (Sevcenko, 2003, p. 29).

É essa a compreensão que temos aqui sobre a figura do *literato* e sua obra, fontes a partir das quais podemos nos basear para compreender a urbe moderna e seus desvelamentos.

A literatura e suas conexões com a cidade e a vida social organizada

Cada sociedade ordena o conjunto de vivências socialmente centrais e aprovadas a serem lembradas como integrante de seu patrimônio – seus mitos e narrativas – assim como das experiências que não devam ser de pronto acionadas pela memória, mas que coexistam com outras memórias de modo implícito, oculto, dentro de um mesmo sistema cultural. Espaços diferenciados e medidos por temporalidades complementares e opostas, consequência de um sistema de lembranças diferentes. Nesta seção buscamos articular elementos que justifiquem as interrelações e conexões possíveis entre a literatura e a urbe moderna, na perspectiva dos Estudos Organizacionais.

A transição entre os séculos XIX e XX marcou mudanças profundas em todos os setores da vida brasileira, mudanças estas registradas pela literatura, mudanças que se transformaram, de sobremaneira, em pano de fundo para a literatura nacional (Sevcenko, 2003). Nesse sentido, “a questão nacional permite pensar tanto alguns momentos cruciais da história da sociedade como algumas produções notáveis do pensamento. Ressoa, inclusive, nas produções artísticas (...) Está no ensaio e na monografia, no romance e na poesia” (Ianni, 1994, p. 9).

Em Ianni (1994, p. 123) encontramos que a cidade e a grande cidade têm sido o lugar por excelência da modernidade, pois em diferentes épocas e em distintos contextos geográficos e

históricos passam a simbolizar “o que se produz ou se imagina sobre a organização, o funcionamento, os impasses, as rupturas, as transformações e os horizontes da sociedade”. Nessa perspectiva, embora traços e fragmentos de modernidade se encontrem por toda parte na sociedade, existem duas dimensões que se sobressaem às demais: a metrópole e as relações sociais capitalistas. Justamente com a urbanização, o mercado, o dinheiro, o direito, a política, aliados à secularização, a individuação e a racionalização, é que florescem a arte, a ciência e a filosofia, em “distinções nítidas e matizadas entre o público e privado, a civilidade e a privacidade, a população e o povo, os grupos sociais e as classes sociais, a reforma e a revolução, a tirania e a democracia desenvolvem-se, refinam-se e embaralham-se na cidade” (Ianni, 2003, p. 125).

Assim, compreendemos que mudanças na centralidade das vivências a serem lembradas (ou esquecidas), bem como a dinâmica de seu tempo-espaço, estão ligadas diretamente à dinâmica dos grupos sociais implicados em cada temporalidade. Ou seja, por vivermos efetivamente *entre e na passagem* de um grupo social para outro é que podemos “sentir o tempo como algo concreto e a transformação do espaço como elemento socialmente importante” (DaMatta, 2000, p. 41), o mesmo ocorre com as cidades.

Pechman (2014) ressalta que o Brasil esteve ligado diretamente por mais de 300 anos de sua história à ruralidade e laços de compadrio em torno da casa grande. A urbanidade soou como o

sustentáculo da possibilidade de ampliação da cidade em si, em um país que, mesmo independente e republicano, ainda sobrevivia da exportação de produtos primários; daí que era necessário equacionar a sobrevivência da cidade frente à aparente desordem urbana. O fato de não existir emprego em escala industrial para todos os habitantes fazia com que escravos, alforriados, mendigos, trabalhadores avulsos, malandros, prostitutas, entre outros subalternos, ocupassem o imaginário das camadas letradas da sociedade, em uma representação de ameaça à ordem pública.

Essa era, todavia, uma realidade inevitável: à medida que a cidade crescia, que a vida comercial e fabril da urbe se estendia, um povo sem rosto, cada vez mais numeroso, parecia habitar as ruas. Eram, em princípio, pobres, malvestidos, muitas vezes mal-encarados que frequentemente atemorizavam a vida das famílias burguesas à caminho do trabalho, na volta da fábrica, fazendo biscates, mendigando ou simplesmente flanando, a rua parecia lhes pertencer. O domínio do público parecia particularmente perigoso, atentatório aos padrões morais da família burguesa, ameaçador aos bons costumes (Pesavento, 1994, pp. 84).

Em Jorge Amado encontramos o *Jubiabá* – romance lançado na década de 1930 – ambientado na cidade de Salvador e recôncavo baiano de inícios do Século XX, e que, de acordo com Issa (2006), configura o espaço e o lugar para refletir a trajetória de personagens centrais do texto, quais sejam vadios,

malandros, estivadores, mulheres da fábrica de fumo, artistas circenses, ou seja, o povo, pessoas em suas vidas comuns. O próprio protagonista da história é o negro Balduino que, em vários momentos críticos da trama recorre, à ancestralidade e sabedoria vinculadas à imagem do Pai de Santo que dá nome ao romance.

Assim, prosseguimos acreditando na sensibilidade que caracteriza literatos, torna-os leitores privilegiados do social na urbe, que atuam sobre uma mesma realidade e sobre as mesmas dinâmicas de modos diversos. A literatura quando nos conta da cidade faz isto condensando a experiência das vivências com a sensibilidade depositada em um texto fluido, que desperta o interesse, que fala diretamente ao leitor.

Em Jorge Amado, encontramos uma rica construção literária sobre as cidades da Bahia e suas gentes, costumes, experiências, mudanças, compreensões, permanências e rupturas de mundo. Salvador e Ilhéus acontecem de maneira ímpar na obra amadiana. A riqueza da narrativa literária se encontra diante dos variados contextos sociais e geográficos do nosso país, justamente porque o discurso oficial e outros discursos emanados de grupos ou classes dominantes (que se influenciam mutuamente) no Brasil tendem a manipular a diversidade e, até mesmo, folclorizar as diferenças regionais, “escondendo as desigualdades sociais e outras que fundam os interesses predominantes. Reciprocamente, a dispersão geográfica e

histórica pode dificultar as manifestações dos grupos e classes, estados e regiões” (Ianni, 1994, p. 171).

Alguns literatos se utilizam do espaço e da ocupação distinta da urbe como metáfora para dar ênfase nos conflitos latentes ou evidentes entre diferentes *ethos* urbanos, artifício visto em Clarice Lispector, no conto *Feliz Aniversário*, da década de 1960, pois no conto a autora trabalha opondo duas regiões da cidade do Rio de Janeiro, a zona sul da cidade – praieira, dita moderna e mundana, e a zona suburbana – reduto de famílias, do racionalismo e do conservadorismo

Numa mesma família, os irmãos, ao se casarem, se dispersam pela cidade, indo uns morar no subúrbio e outros na região das praias. A marcação geográfica/simbólica feita por Lispector no início do conto vai enquadrá-lo de tal forma que o comportamento de cada personagem, e, portanto, o seu estar na cidade, será pautado pelo pertencimento de cada qual a seu lugar na urbe (Pechman, 2014, p. 92).

As experiências de convivialidade cotidiana dos subalternizados nas cidades a partir do Século XIX são expressas na literatura como substratos preciosos e precisos da tessitura social da urbe desde então. Pechman (2014) nos conta que o romance policial nasceu neste século e acompanhou as diversas formas de sociabilidade urbana de metrópoles e suas multidões,

o romance policial nasce, então, não só como uma aventura literária, mas também como algo que pudesse mitigar o pavor burguês do seu outro na cidade (o trabalhador, o desempregado, o vadio, a prostituta, o ladrão, o assassino, o desordeiro) impedindo, em cada aventura, que a desordem trunfasse, que o mal se impusesse e que uma certa moral maldita contaminasse o todo social (Pechman, 2014, p. 100).

A cidade nos apresenta (e se apresenta) por meio da literatura, como uma cidade sintomática que se constrói no próprio seio da urbe, combatendo uma suposta “cidade real” que só se faz presente em um imaginário que há muito não reconhece a presença do diferente, em um combate declarado que expõe as cidades presentes na cidade. A urbe moderna com suas particularidades internas, simbólicas e, ao mesmo tempo, sólidas, se estrutura e se revela através de comportamentos, de estereótipos e de discursos discriminatórios, pois nas cidades após o Século XIX, “o outro, o perigoso, o indesejado, habita intramuros” (Pesavento, 2001, p. 26).

Encontramos em Kuster (2014) apontamentos sobre o romance *O Cortiço* de Aluísio de Azevedo, lançado em 1890, que tem sua história ambientada no Brasil pré-republicano, na cidade do Rio de Janeiro. O cortiço descrito no livro, situado no bairro de Botafogo, evidencia relações entre moradores e vizinhança, além das ligações estreitas entre diversas camadas sociais que compunham a urbe carioca da época.

Daí que, o cortiço – sinônimo de moradia que abriga, via de regra, os subalternizados pela estrutura socioeconômica da cidade – sintetiza um mundo fervilhante a se multiplicar, tal qual algo que no mundo natural cresce e se replica espontaneamente é “justamente esse aspecto “fúngico” dos vários cortiços e habitações coletivas espalhadas pelo tecido urbano que passa a incomodar alguns setores da cidade do Rio, especialmente a partir da primeira grande epidemia de febre amarela, ocorrida entre 1849 e 1850” (Kuster, 2014, p. 158). Assim, o controle da vida social e a contínua vigilância sanitária, via intervenções da medicina social e do urbanismo, passam a ser constantes sob pretexto do combate à manifestação de epidemias.

O crescimento desordenado e a carência nas habitações populares são o pano de fundo no romance, fazendo com que a aglomeração de pessoas, no caso do Rio de Janeiro, fosse vista “como um grande problema, já que as condições climáticas e geográficas da cidade, ao favorecerem a retenção de calor e umidade, eram consideradas críticas, não favorecendo a limpeza dos miasmas que, acreditava-se, originavam as doenças” (Kuster, 2014, p. 159).

A moradia coletiva e a teia de relações muito próximas que se travam no Cortiço de Botafogo, remetem ainda, ao comportamento daqueles que estariam à margem da ordem social vigente e distante do comportamento desejável pela sociedade fazendo com que questões da moral cristã,

malandragem e vagabundagem permeiem tal narrativa. Ou seja, “alguns personagens que são apresentados como estando fora da ordem desejada por essa nova sociedade: são os malandros, os que não tem trabalho fixo e vivem de jogos, das lutas de capoeira, ou fazendo pequenos bicos” (Kuster, 2014, p. 166).

Ainda sobre o Rio de Janeiro, encontramos nos escritos de João do Rio surgem cenas de uma urbe em rápida transformação no final do Século XIX que expõe seus aspectos mais ameaçadores e inquietantes

Sede do poder político, concentrando as indústrias mais modernas, e ponto de contato privilegiado entre o interior e o exterior, o Rio de Janeiro viu sua população crescer rápida e diversificadamente, alimentada por correntes migratórias nacionais e estrangeiras, e modificar a face da cidade (Veneu, 1990, p. 229).

Radicalmente, segundo Veneu (1990), poucos escritores buscaram ligar suas obras aos processos vivenciados por uma cidade, tanto que Paulo Barreto adotou como pseudônimo para sua identidade literária João do Rio. No conjunto de sua obra, João do Rio reúne crônicas, reportagens, contos e peças de teatro, todas sob a luz de uma “lanterna mágica” que faz ascender as diversas e dinâmicas transformações urbanas, reveladas em sua escrita tanto com fascínio, quanto com desorientação. Nesse sentido, a importância da literatura em nosso exercício de análise é imponderável visto que socializa

memórias, narrativas e discursos, além de construir e reforçar laços identitários, a partir dos modelos de pensamento e comportamento que revela. Análises literárias assim, nos permitem “captar estratégias de resistência no âmbito de uma perspectiva descolonizada (e descolonizadora)” (Caputo, 2017, p. 13).

Com efeito de considerações

Cada sociedade desenvolve uma gramática própria inscrita em seus espaços e temporalidades, mas que depende fundamentalmente das atividades que se ordenam em oposições diferenciadas que permitem lembranças e memórias, diferentes qualidades, sensibilidade e formas de organização. Desse modo, interessa-nos, assim como a Sevcenko (2003, p. 28) em sua tese diante das variadas formas que assumem a produção discursiva, o uso da literatura, sobretudo a literatura moderna, pois “ela constitui possivelmente a porção mais dúctil, o limite mais externo do discurso, o espaço onde ele se expõe por inteiro, visando reproduzir-se, mas expondo-se igualmente à infiltração corrosiva da dúvida e da perplexidade. É por onde o desafiam também os inconformados e os socialmente mal-ajustados”. O cotidiano da urbe moderna assim, se apresenta como fascinante ao mesmo que tempo desafiador campo de saber na cidade plural se manifesta de maneira detalhada na narrativa literária de Jorge Amado, Clarice Lispector, João do Rio, Aluísio de Azevedo e tantos outros literatos.

A literatura urbana sob a qual nos debruçamos, desvela protagonismos e sociabilidades diversas, porventura, esquecidas por outros discursos e demais saberes que possibilita aos Estudos Organizacionais conversações que permitem emergir novas compreensões, ou ainda, convoca a fraturas de antigas visões sobre a cidade, evidenciando lacunas a serem preenchidas por novas pesquisas. Entre a cidade real para alguns e idealizada por outros, é possível perceber, com o auxílio da literatura, uma cidade que se defronta com o seu próprio espelho: uma cidade verossímil. Uma complexidade e identidade social construída no cotidiano das ruas que multiplicam uma cidade em variadas outras que, por maior que seja a semelhança, se resguardam em suas peculiaridades. As marcas da ação e do viver socialmente organizado está por toda a parte; o olhar literário degusta, exercita, flexiona e as exprimem enquanto texto carregado de múltiplos sentidos – cidade problema, cidade plural, cidade simbólica – quantas e quais sejam as faces possíveis para uma mesma urbe.

Referências

Benjamin, W. (2017). Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. In W. Benjamin. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (v. 3). São Paulo: Brasiliense.

Bloch, M. (2001). *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Braudel, F. (1969). *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva.

Bresciani, M. S. (1998). História e historiografia das cidades, um percurso. In M. C. Freitas (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva* (2a ed.) (pp. 237-258). São Paulo: Contexto.

Burke, P. (Org.). (1992). *A escrita da história: novas perspectivas* (2a ed.). São Paulo: Unesp.

Burke, P. (Org.). (2010). *A escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Unesp.

Chartier, R. (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Clegg, S. R. & Hardy, C. (2012). Introdução: organização e estudos organizacionais. In S. R., C. Hardy, & W. Nord (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais* (v. 1) (pp. 27-58). São Paulo: Atlas.

Dacanal, J. H. (1982). *O Romance de 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

DaMatta, R. (2000). *A Casa & A Rua* (5a ed.). Rio de Janeiro: Rocco.

Gruner, C. & DeNipoti, C. (Orgs.). (2008). *Nas tramas da ficção: história, literatura e leitura*. São Paulo: Ateliê Editorial.

Harvey, D. (2015). *Paris, capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo.

Ianni, O. (1994). *A ideia de Brasil moderno* (2a ed.). São Paulo: Brasiliense.

Issa, G. M. S. I. (2006). *Traços romanescos e épicos em Jubiabá de Jorge Amado*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, Brasil.

Kuster, E. (2014). O tédio dos olhares sem alma: algumas considerações sobre a indiferença, o desejo e o papel do cinema no cotidiano das metrópoles. In E. Kuster & R. M. Pechman. *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade* (pp. 103-126). Belo Horizonte: UFMG.

Kuster, E. & Pechman, R. M. (2014). Da ordem, da cidade, da literatura: personagens à beira do “ruim do mundo”. In E. Kuster & R. M. Pechman. *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade* (pp. 247-265). Belo Horizonte: UFMG.

Le Goff, J. (1988). *A história nova* (4a ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Le Goff, J. & Nora, P. (1995). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Leenhardt, J. & Pesavento, S. J. (Orgs.). (1998). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Unicamp.

Pechman, R. M. (2014). Desconstruindo a cidade: cenários para uma nova literatura urbana. In E. Kuster & R. M. Pechman. *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade* (pp. 89-102). Belo Horizonte: UFMG.

Perrot, M. (2009). Maneiras de morar. In M. Perrot. *História da vida privada* (v. 4) (pp. 283-301). São Paulo: Companhia das Letras.

Pesavento, S. J. (2002). *O imaginário da cidade: tensões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre* (2a ed.). Porto Alegre: UFRGS.

Pesavento, S. J. (2001). *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Nacional.

Pesavento, S. J. (2000a). Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. *Revista de História das Ideias*, 21, 33-57.

Pesavento, S. J. (Org.). (2000b). *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: UFRGS.

Pesavento, S. J. (1995). Região e nação: as releituras do Brasil em tempo de democracia. *Humanas*, 18(1/2), 109-119.

Pesavento, S. J. (1994). *Os pobres da cidade: vida e trabalho (1880-1920)*. Porto Alegre: UFRGS.

Sarlo, B. (2007). *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das letras; Belo Horizonte: UFMG.

Schwarcz, L. M. (2001). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sevcenko, N. (2003). *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* (2a ed). São Paulo: Companhia das Letras.

Starobinski, J. (1995). A literatura: o texto e seu intérprete. In J. Le Goff & P. Nora. *História: novos objetos* (pp. 132-143). Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Veneu, M. G. (1990). O flâneur e a vertigem: metrópole e subjetividade na obra de João do Rio. *Revista Estudos Históricos*, 3(6), 229-243.

Capítulo 3

HISTÓRIAS DE SUBSISTÊNCIA E HISTÓRIAS DE TRABALHO EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BELO HORIZONTE

*Elisângela de Jesus Furtado da Silva*¹³

*Luiz Alex Silva Saraiva*¹⁴

Introdução

E no início, nada havia. Essa é a crença compartilhada no âmbito social sobre o cenário anterior à fundação da cidade de Belo Horizonte. No entanto, por meio das histórias e memórias de alguns grupos, é possível perceber que a constituição da cidade não somente ocorreu a partir de um lugar habitado, como também trouxe reflexos para as comunidades já existentes, alguns que mudariam definitivamente as formas de li viver e

¹³ Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: elisangela.jfs@yahoo.com.

¹⁴ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Associado da Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: saraiva@face.ufmg.br.

trabalhar. Esse é o caso da Comunidade Quilombola Luizes, localizada na região oeste da capital mineira.

Sendo a existência desta comunidade anterior à formação da cidade, as famílias que ali viviam acompanharam drásticas e rápidas mudanças, principalmente após 1970. À medida que a cidade crescia, a comunidade encolhia em termos de área ocupada. Embora historicamente vivesse da atividade agrícola, a comunidade aos poucos se viu cercada por um ambiente totalmente urbano. O modo de vida rural, que em determinadas épocas, gerava não somente o próprio sustento como também chegava a empregar pessoas da escassa vizinhança, estava ameaçado. As pessoas da comunidade procuraram se adaptar, desenvolvendo novas formas de subsistência e trabalho. Nesse cenário, a questão que nos fazemos é: quais histórias de subsistência e trabalho podem ser construídas discursivamente a partir das memórias de mulheres da comunidade Luizes? A importância dessa discussão pode ser defendida em função do escasso debate em torno da dinâmica organizativa presente em comunidades quilombolas em um ambiente urbano.

De acordo com Sahasranaman e Jensen (2018), que observaram grupos sociais a partir das nuances raça e renda, a cidade é muito mais que somente uma localização geográfica. Estes autores perceberam que ela é permeada por práticas organizativas ligadas a disputas e que podem produzir reflexos distintos, como a segregação por eles evidenciada. A ONU (2017) prevê expressivo aumento populacional nos centros

urbanos, sendo que somente na América Latina e Caribe, a população deve crescer de 646 milhões de habitantes em 2017 para 780 milhões em 2050, um aumento de 20,75% em 33 anos, sendo os maiores índices de crescimento nas áreas urbanas. Pesquisar os grupos sociais a partir da dinâmica das cidades é importante em função de que o crescimento populacional tem sido acompanhado de crescimento da desigualdade e segregação social (Sahasranaman & Jensen, 2018).

Como um grupo social inserido no contexto urbano, abordar uma comunidade quilombola pode revelar fatores importantes ligados às práticas sociais, pois se trata de um grupo social que enfrenta diversos problemas ligados às dimensões da raça, classe e gênero. Um dos meios para observar tais práticas é justamente compreender os reflexos no modo como essas pessoas vivem e se mantêm em um ambiente urbano.

Referencial teórico

Quilombo, Kilombo, palenques, mocambo, comunidade quilombola, aquilombados... Os termos são vários e já sugerem um grupo social marcado pela fluidez de sentidos e significados ao longo do tempo. A palavra quilombo tem sua origem no termo *quimbundo*, do idioma Banto e significa “união, aldeia/acampamento guerreiro na floresta, composto de vários *kraals*” (Sommer, 2005, p. 36). A associação com o termo originalmente africano ocorreu em função da similaridade das

moradias feitas no Brasil. O termo quilombo é usado de forma datada para evidenciar grupos sociais existentes no Brasil no período colonial e escravagista. Na atualidade, contudo, comunidade quilombola é entendida como uma organização social que possui elementos dos antigos quilombos, mas que não se confunde com esses, por se tratar de fenômenos em épocas, contextos e conflitos amplamente distintos, e que são importantes para compreendê-los em suas especificidades.

O fator temporal evidencia que quilombos existem há mais de 400 anos no Brasil de acordo com registros do Conselho Ultramarino (Moura, 1987). Mesmo com a criminalização, perseguição, prisões e mortes durante o período colonial, na atualidade existem comunidades remanescentes dessa organização social. O desenvolvimento desses grupos sociais, sua expansão e a construção simbólica criada em torno de si indicam que se trata de grupos sociais observáveis do ponto de vista organizacional.

Os quilombos desenvolveram uma rede sofisticada de cooperação e organização porque a oposição ao sistema os aproximou outros grupos sociais oprimidos. De acordo com Moura (1987), além de os quilombos serem formados por pessoas como origens diferentes, tais como ex-escravizados, indígenas e imigrantes brancos e pobres, também mantinham relações com outros grupos. Por meio dessas relações, as comunidades tinham acesso a alimentos, roupas, material bélico, e também se inseriram na dinâmica social e econômica.

Algumas comunidades desenvolveram relações comerciais com fazendeiros e contrabandistas de metais preciosos, para mencionar alguns (Reis, 2007). Embora pareça contraditório, com isso as comunidades geravam tanto o recurso necessário para o grupo, quanto estabeleciam uma rede local de interesses comuns, tais como segurança, políticos e econômicos.

No que se refere à subsistência, o traço mais marcante evidenciado por diversos autores foi o campesinato no meio rural (Gomes, 2015), mas essa não resumia à possibilidade de organização desses grupos sociais. Freitas (1984), estudioso do Quilombo dos Palmares, identificou sete tipos de organização social e econômica em quilombos: agrícolas, extrativistas, mercantis, mineradoras, pastoris, de serviços e predatórias.

A sociabilidade observada em quilombos tinha como traço preponderante o comunitarismo (Schmidt & Araujo, 2012; Moura, 1987; Motta, 1980), manifesto na propriedade coletivizada e cooperativismo, como o mutirão. A divisão do trabalho se dava tanto nas atividades de subsistência, quanto nas de segurança. Especificamente no que se refere a Palmares, quilombo que por sua dimensão e importância é nomeado como República por Moura (1987), a organização social e política e até judicial, diferiu de quilombos menores. Zumbi foi rei em Palmares, mas havia chefes de mocambos que respondiam administrativamente por áreas menores.

Reis (2007) elenca diversas situações que sugerem a organização dinâmica percebida em quilombos, que se valeram de diversas estratégias para garantir a subsistência e a segurança do grupo, como alianças com pequenos comerciantes, fazendeiros e outros quilombos. Manter-se e sobreviver estavam diretamente relacionados a capacidade de as pessoas das comunidades interagirem com os demais grupos e que revela a dimensão organizativa presente nos grupos.

Misoczky (2010, p. 27), ao considerar que “organizar é produzir socialmente modos de cooperação, sempre instáveis e em movimento”, contribui com a discussão ao reforçar que a prática organizativa não é sinônimo de prática gerencial, ao mesmo tempo em que revela a artificialidade e o reducionismo presente no ideal de organizações ordenadas e funcionais. A cooperação percebida nos grupos sociais pressupõe práticas organizativas e, dessa forma, podem ser consideradas organizações.

Os limites da assimilação espacial na cidade

A malha urbana está em contínuo e acelerado crescimento e a compreender como esse processo ocorre ocupa uma agenda ligada a fenômenos complexos como a segregação e a desigualdade (Charles, 2003). O processo de expansão das cidades não se resume aos aspectos arquitetônicos e urbanísticos, já que somente são a dimensão física de um padrão civilizatório, dotado de *ethos* próprio aos que nelas habitam.

É justamente por perceber práticas e sentidos compartilhados socialmente que Agier (2017) sugere que a cidade é uma identidade territorial. Enquanto território, ela é palco e objeto em disputa. A cidade no atual cenário materializa a expectativa em torno da divisão social do trabalho, o que indica acesso a oportunidades, mas também da competição e do acirramento dos conflitos sociais. A manifestação dessas disputas pode ser evidenciada na mobilidade dos grupos na cidade ao longo da história. Esse é o processo que leva a constituição social das áreas consideradas marginais à cidade. O repovoamento não é uma lógica natural e apresenta certa configuração, em oposição à dinâmica do habitar ancestral, da constituição do que ele chama de “lugar antropológico” (Agier, 2017).

Se a localidade é produzida, ela é governada por uma lógica. A questão é que cada território apresenta fatores específicos, mas que, segundo Charles (2003), tem a segregação social como fator comum. Ela é categórica em destacar que esse fenômeno acomete grupos específicos, dentre os quais as pessoas negras. Ocorre que, durante anos, pesquisas são realizadas a fim de compreender quais mecanismos são responsáveis pela perpetuação da segregação, mas sem oferecer uma explicação satisfatória. Para a autora, uma das questões para isso está na lógica interpretativa. Após se constatar a intensidade e persistência da segregação, vários autores a ligam ao fato de que pessoas negras tem acesso a menor escolaridade, e conseqüentemente, a renda implica todo um efeito cascata de

condição precária de vida, seja na moradia, no acesso de oportunidades de trabalho e de condição em saúde.

Justificar os descolamentos na cidade unicamente em função do status socioeconômico colabora para tornar ainda mais naturalizadas as relações invisíveis responsáveis por moldar a vida e a dinâmica urbanas. A noção de que as pessoas com acesso a renda maiores tendem a abandonar bairros precários em direção a lugares que ofereçam maior qualidade de vida é o maior fundamento daquilo que ela chama de assimilação espacial. Assim, ter acesso a oportunidades, inserção e ascensão social seriam decorrentes unicamente da questão econômica. Ao observar dois grupos marcados pela diferença em um contexto urbano nos Estados Unidos, mais especificamente brancos hispânicos e asiáticos e negros, Charles (2003) refutou tal hipótese. De acordo com seu estudo, algumas pessoas, podem apresentar mais facilidade de se inserirem na dinâmica social, o que indica que suas diferenças são assimiladas pelos demais. Porém, não é possível generalizar tal teoria, uma vez que hispânicos e asiáticos apresentaram maior assimilação espacial do que pessoas negras. Em suma, não interessa o nível de renda, as pessoas negras estão sujeitas a um processo segregacionista, ligado a pobreza e a vida precarizada. Por mais que o *Apartheid* tenha sido extinto por lei, na prática a dinâmica nas cidades reflete uma tendência a homogeneização, expressa nos bairros majoritariamente brancos e negros (Charles, 2003).

O resultado é uma versão sofisticada de *Apartheid* visível na estratificação dos lugares. Os achados de Charles (2003) são reforçados pelo trabalho de Alves (2017), que identificou que o processo de urbanização impôs higienização e segregação social em um local no qual a zona meretrícia compartilhava a vizinhança da igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, na cidade Alto Conceição, na Paraíba. As tensões de cunho moralista e higienista religiosa provocaram uma mobilidade forçada, processo que ela denomina de (des)territorialização e que é responsável por homogeneizar as vizinhanças. A autora menciona alguns dos mecanismos percebidos no processo, tais como relações de poder, alianças, conflitos e sociabilidades.

Já Lima, Silva e Gurgel (2013) se voltam para mudanças ocorridas em uma cidade interiorana, mas aqui é possível perceber a reprodução da dinâmica urbana. As autoras demonstram que o crescimento acelerado e descontrolado do tecido urbano modificou fortemente as relações produtivas e econômicas na cidade. As mudanças na morfologia da cidade estão diretamente associadas às relações de trabalho que lá se estabelecem, o que as aproxima das contribuições de Agier (2017) ao considerar que a cidade apresenta uma configuração dos espaços locais dotados de diferentes técnicas de produção. A discussão de Lima, Silva e Gurgel (2013) problematiza a segregação na interface em que molda as relações produtivas, dando origem as funções urbanas. Em outros termos, uma dinâmica de divisão social do trabalho e voltada às necessidades de grupos privilegiados na cidade.

Compreender as mudanças ocorridas nas várias dimensões dos grupos sociais pode ser feito por diversas vias. A discussão aqui tratada procurou compreender a dinâmica social implicada nas relações produtivas e de trabalho enquanto desdobramentos das especificidades da cidade, tratada por identidade territorial por Agier (2017). A persistência da segregação e, conseqüentemente, das desigualdades sociais apontam para o fato de que a assimilação espacial não pode ser usada para explicar a experiência de todos os grupos na cidade. O caminho para compreender o processo histórico de modificação nos modos de vida na cidade, entre os quais abordamos a passagem da subsistência para as novas possibilidades de trabalho, parece ser identificar a lógica da estratificação dos lugares constituídos por uma determinada função urbana. Todos esses fatores, aliados à tendência a homogeneização, considerada ponto pacífico entre os autores, revelam aspectos ligados a configurações locais.

Metodologia

A realização deste trabalho se fundamentou na ontologia nominalista, método indutivo, sendo a pesquisa qualitativa, pertinente para compreender fenômenos sociais em profundidade. A construção dos dados ocorreu por meio da História Oral (Thompson, 1992) e diz respeito aos relatos orais

das entrevistadas, considerada uma das possibilidades de pesquisa narrativa, de acordo com Saraiva (2007).

A potência da História Oral pode ser ressaltada em virtude de ser a forma de transmissão de saberes, conhecimentos e experiências acessíveis somente por essa via. Por se tratar de um grupo social com tradição oral e não hegemônico, muitos quilombos não possuem o registro escrito da própria história (Queiroz, 2016). Considerando-se sociedades grafocêntricas, o fazer histórico tem privilegiado o acesso a determinadas narrativas do passado, em detrimento de outras, o que implica que a alguns grupos é negada a possibilidade de produção histórica. Neste trabalho, considera-se que a ausência da evidência não é evidência da ausência, o que significa que grupos sem registro escrito histórico não significa ausência de história.

Superada discussão da forma de acesso às memórias e ao passado, resta ainda compreender como os relatos de indivíduos podem revelar aspectos mais amplos de um grupo. Ao falar do passado, as pessoas mobilizam sua memória para descrever fatos, eventos e pessoas que marcaram a si ou outras que lhes são importantes de alguma forma. Um autor importante nesse sentido é Halbwachs (2006), por considerar que a memória coletiva retém do passado somente aquilo “que é capaz de viver na consciência dos grupos que a mantêm” (Halbwachs, 2006, p. 102). O autor é insistente na diferenciação entre a memória individual e a coletiva e que entre ambas ocorre um fluxo de

informações, sendo a condição para tal a coerência. Isto é, por mais que uma pessoa não possua a memória de um fato ou evento, ela pode se valer da memória de outros para construir a sua, bastando para isso a concordância entre as memórias. As pessoas de um grupo, como é o caso dos quilombolas, compartilham mais do que somente o território. Elas compartilham saberes, experiências, conhecimentos, práticas e sentidos de forma coletiva. Ao falar do passado, por mais que enunciem de forma individual, terminam por apontar as memórias coletivas.

À luz destas considerações e no intuito de privilegiar a visão e a dinâmica das participantes, as entrevistas tiveram uma abordagem não estruturada. Inicialmente foram definidos 4 temas: i) infância, ii) trabalho, iii) comunidade e iv) sociedade. Esses temas foram usados como *starts* para o relato das participantes. Assim, procedemos todas as entrevistas dando início a uma explicação de qual seria o tema e as participantes tiveram ampla liberdade para se expressarem.

Ao falar da entrevista enquanto instrumento privilegiado para apreender e explicar a realidade de pessoas e que compõe métodos narrativos, Poupart (2012, p. 220) afirma que seu uso na pesquisa de grupos minoritários e marginalizados justifica-se por tratar-se de um instrumento que confere potência à denúncia de questões e conflitos vividos por esses grupos, visão compartilhada por Wodak (2001a). As entrevistas foram realizadas na Comunidade Luizes em dias pré-agendados com as

participantes e foram gravadas e posteriormente transcritas, tal como recomenda Thompson (1992).

Com relação aos participantes da pesquisa, Thompson (1992) afirma que essa escolha é decorrente da análise do pesquisador, ao ter-se em mente o argumento da pesquisa, possibilitando a escolha das pessoas. Para Bosi (2016), é possível encontrar histórias sociais bem desenvolvidas a partir das lembranças e das memórias de pessoas idosas. Na comunidade quilombola Luizes, há algumas mulheres consideradas referências políticas e culturais e que se autodenominam matriarcas. Trata-se de senhoras, já anciãs e que, por isso, possuem um vasto repertório experiencial. Neste trabalho, as participantes da pesquisa foram nomeadas como Zilda Luizes e Francisca Luizes, como forma de proteger suas identidades.

A comunidade quilombola Luizes está localizada no bairro Grajaú, região oeste de Belo Horizonte, com dados que indicam a existência da comunidade antes da fundação da cidade, ocorrida em 1897. A justificativa para a escolha desse grupo se deu em função de ser considerado o caso polar, já que, considerando as três comunidades quilombolas existentes em Belo Horizonte, sendo as outras duas, o Mangueiras, localizado na região norte da cidade e o Manzo Ngunzo Kaiango localizado no bairro Santa Efigênia, consideramos os Luizes em situação mais delicada em termos de invasão territorial, violência e invisibilização.

Após o processo a seleção dos fragmentos dos relatos, procedeu-se a análise. O esquema de análise do corpus desta pesquisa está embasado na proposta de Wodak (2001a; 2001b), que consiste em Análise Crítica Histórico Discursiva. Para Wodak (2001a), a importância da construção da análise está na transparência com que as escolhas são realizadas. Sendo a linguagem uma prática social (Fairclough, 2012; Fairclough & Wodak, 1997), materializada tanto por meio da escrita quanto da fala, ela reflete discursos, entendidos como uma maneira particular de produção e de reprodução de significados.

Para Wodak (2001a), o real é caótico e nesse sentido, não é possível compreender as práticas sociais por meio de modelos universais sensíveis somente ao que há de homogêneo. A autora defende que a partir do caos, o que se tem é a possibilidade de construir ciência pautada em um problema, em uma abordagem específica. O desafio desse processo de análise é compreender os discursos de grupos sociais, de forma crítica e histórica. Em suma, se trata de uma imersão em profundidade, ao invés de procurar modelos explicativos genéricos. Outro diferencial da Análise proposta pela autora reside na dimensão política expressa na crítica ao discurso. Interessa, pois, entender quais elementos nos discursos sinalizam processos naturalizados e opressores.

A partir das histórias e memórias das entrevistadas, dos dados transcritos foram selecionados trechos que remetem a diversas histórias sobre a comunidade, dentre as quais evidenciadas no

presente trabalho as Histórias de Subsistência e Histórias de Trabalho. Os trechos selecionados foram relacionados a textos oriundos de subtópicos, que por sua vez estão vinculados a macrotópicos. Os textos são produtos da ação linguística produzida pelas pessoas e, para Wodak (2001a), eles dizem respeito tanto à escrita quanto à fala. Neles estão impressas formas e usos da linguagem que apresentam certa estabilidade na atividade social.

Após a identificação dos macrotópicos, dos subtópicos e dos textos e das relações intertextuais e interdiscursivas perceptíveis procedemos a análise. Nessa fase, o objetivo foi identificar as estratégias discursivas, usadas como formas de persuasão. Wodak (2001a) cita várias delas ao longo de seu trabalho, nomeadamente estratégias de perspectivação, autorrepresentação, mitigação, intensificação, argumentação, nomeação e predicação.

Histórias de Subsistência

Por serem organizações não hegemônicas, as comunidades quilombolas apresentam fatores comuns, sendo o mais recorrente na literatura a subsistência por meio do desenvolvimento de diversas atividades sociais e econômicas (Reis, 2007; Moura, 1987; Freitas, 1984). Desse modo, a comunidade Luizes pode ser considerada uma organização

(Misoczky, 2010), na qual é possível destacar a existência da cooperação entre os membros do grupo.

No passado, a subsistência da comunidade Luizes baseava-se no desenvolvimento de atividades agrícolas. Com os recursos existentes à época, a comunidade conseguia suprir a maior parte das necessidades, sendo o excedente comercializado e transformado em recursos, tal como descreve Moura (1987). As memórias das participantes demonstram a anterioridade do modo de vida da comunidade em relação a urbanização do bairro Grajaú e de Belo Horizonte. Nesse ponto, já é possível identificar que mesmo as pessoas da comunidade não acessassem tudo que desejaram, a terra lhes fornecia o suficiente para a subsistência, algo descrito por Gomes (2015) no desenvolvimento de organizações quilombolas campesinas no meio rural. Francisca e Zilda descrevem o bairro com uma paisagem rural, em que as escassas casas dividiam espaço com o córrego e as plantações da comunidade. A atividade agrícola é uma, das várias formas possíveis de prover o sustento adotada por quilombos, de acordo com Freitas (1984).

O córrego Piteiras, segundo Zilda, foi construído por seus antepassados para irrigar a propriedade. Na região próxima estava localizado o leito do Rio Arrudas, e os moradores na época teriam criado um desvio. Atualmente esse córrego foi canalizado sob três vias: Silva Lobo, Barão Homem de Melo e Francisco Sá. O córrego foi um elemento importante para a subsistência da comunidade. Além do cultivo e da criação de

animais que garantiam o sustento, as memórias de Francisca expressas no fragmento 1 demonstram que a comunidade era essencialmente rural, sendo um dos tipos de organização social e econômica em comunidades quilombolas, estudados por Freitas (1984) entre agrícolas, extrativistas, mercantis, mineradores, pastoris, serviços e predatórias.

[1] na época do meu pai, da minha vó, eu vendi muita verdura com vovó lá pra Cidade Jardim, saía de balaio e tudo e vendia... na época do papai e dos meus tios, eles tinham essa regalia, era... tinham, era o tempo das vacas gordas né, porque tinham porco, chiqueiro, com pouca... muita galinha, muita coisa, **comia o que tinha no quilombo**. Nós não. Aqui, a única coisa que eu vivi foi, que eu nasci aqui, foi que aqui atrás da casa era um barracão ali, a gente criava galinha e criava porco. Então, a gente nunca... eu vivi na época das vacas gordas (risos) [...] por exemplo, lá na, no Cipó, eles têm na porta da... do quilombo deles, eles vendem muita coisa que eles criam, é horta, é tudo, mas da roça, todo mundo tem só hortinha, então eles têm mais dificuldade do que a gente, porque a gente era urbano, a gente vendia as coisas da gente na cidade a fora, e na Cidade Jardim, então, a gente vivia... As minhas tias viviam disso. (Francisca Luizes)

Para Francisca, suas lembranças e memórias de um passado sob o modo de vida rural representam uma boa fase. A estratégia perspectivação (Wodak, 2001a) ocorre por ela considerar que a “época do papai e dos meus tios” foi marcada por fartura, já que a maior parte das necessidades do grupo era suprida pelo que produziam, em oposição aos tempos atuais, já que os

contemporâneos dela não viveram a mesma experiência, sendo que a alternativa o trabalho doméstico.

É possível perceber mudanças ocorridas na dinâmica do grupo e as gerações foram utilizadas como marcos temporais. O cotidiano na comunidade no passado reflete que a subsistência era regida por uma determinada lógica, segundo a qual as pessoas dedicavam-se a atividades específicas e que por meio da cooperação (Misoczky, 2010), trocavam e compartilhavam os produtos dos quais necessitavam para viver. A existência da cooperação legitima o grupo como uma organização nos termos de Misoczky, mas também está alinhada a diversos outros autores que destacam o comunitarismo como sendo uma característica comum a quilombos (Schmidt & Araujo, 2012; Moura, 1987; Motta, 1980). É importante destacar que embora seja plausível tomar o grupo como organização, necessário se faz pontuar que ela não se confunde com as organizações do tipo gerencial, consideradas a forma hegemônica na Administração. Assim, é válido considerar que por não possuírem uma finalidade e serem não-gerenciais, os quilombos podem ser compreendidos como um tipo de organização não hegemônica.

A agricultura tanto era capaz de atender às necessidades do grupo, como também às dos moradores circunvizinhos. Isso indica a existência de uma economia local e remete aos vínculos criados com outros grupos sociais, presente no fragmento 2 e discutido por Silva (2017) ao revelar as interações criadas pelas

comunidades quilombolas, mesmo as localizadas em um contexto rural. Sobre isso Francisca acrescenta:

[2] muitos moradores que eram casinhas, casebres do lado de lá, do lado de cá, porque eram coisas que trabalhavam na fazenda [Piteiras, como a comunidade era chamada anteriormente]. (Francisca Luizes)

Nos elementos “casinhas” e “casebres”, as memórias de Zilda revelam um modo de vida de subsistência de trabalhadores rurais, que “trabalhavam na fazenda”. Ao falar de si e do tempo distante evocado em suas memórias, Zilda termina por evidenciar a importância das atividades desenvolvidas na comunidade para o próprio grupo e para os locais:

[3] O nosso, por exemplo, o que pra você vê, a minha... a minha família, por exemplo, todas criaram os filhos sendo empregada doméstica. Ganhava... o que ganhava hoje, já passava no supermercado, porque, a comida nossa é comprada, que nós não temos, porque acabou... meu avô, minha avó, viviam da subsistência deles, porque tinha plantação de... de hortaliças, de verduras, tinha feijão, arroz, é... muita banana, manga é... abacaxi, laranja, então, vivia... café... (Zilda Luizes)

A urbanização crescente do bairro mudou radicalmente o modo de viver das pessoas na comunidade. Isso porque o modo urbano agrava a condição de pobreza, já que não havia mais possibilidade da subsistência pela agricultura. Essa comunidade é anterior a fundação da capital mineira, o que indica que no passado, houve um período em que a vizinhança estava

localizada há diversos quilômetros. Na medida em que esses vizinhos se tornam acessíveis, a dinâmica do grupo se molda a essa nova realidade e por meio do processo de divisão do trabalho, as pessoas da comunidade consideradas mais aptas, em função da idade e do gênero, assumem a comercialização dos alimentos produzidos. Nesse ponto, é possível perceber a tentativa do grupo de assimilar-se espacialmente (Charles, 2003), ante ao processo inicial de urbanização crescente. Esse processo de assimilação espacial foi usado como estratégia de adequação às mudanças, mas encontrou limites.

[4] Agora ali, todo mundo ali, criou os filhos dela sendo diarista, né?![...] os Amaros tinham a Casa de Farinha, eles tinham a plantação deles todinhas, eles viviam da sua própria subsistência. Aqui, não **O quilombo urbano, ele perde muito pelo quilombo rural.** (Francisca Luizes)

O fato de diarista ser a possibilidade mais imediata e comum aos quilombolas, já indica que o processo de urbanização do bairro Grajaú atraiu um determinado grupo que compartilhava condição socioeconômica privilegiada, traço que já sinaliza um fator importante na homogeneização do lugar (Alves, 2017). É justamente por perceber essa tendência que Francisca considera que o quilombo rural é autônomo e, por isso, apresenta melhor condição de vida do que o quilombo no contexto urbano (fragmento 4). O processo por traz dessa lógica é responsável por tornar a comunidade fixada há tanto tempo naquela região alheia a sua própria terra e reflete a estratificação dos lugares (Charles, 2003).

Se antes viviam da terra, os quilombolas passaram a ter como desafio encontrar novas formas de subsistência, e uma das formas mais imediatas era justamente a comercialização da terra. No passado, algumas áreas da comunidade foram vendidas por pessoas de lá. Por ser uma comunidade que compartilha o território coletivamente (Schmidt & Araujo, 2012; Moura, 1987; Motta, 1980), as condições de negociação e venda ocorreram sem o conhecimento e concordância dos demais.

[5] Uma vez vieram aqui, a casa que era da minha tia ali, veio um cidadão pra topografar. Aí eu falei assim, o senhor não vai topografar nada aqui não. "a eu **vou topografar, porque isso aqui foi vendido** e o comprador mandou topografar aqui. [...] aí ele foi embora, **voltou no outro dia com o advogado**, entendeu? Aí ele falou assim "meu constituinte comprou, comprou esse espaço aí tem que topografar. Eu falei assim, o senhor não vai topografar. O senhor comprou de quem? Comprei da dona Felícia, dona Felícia é minha tia, morava aí. Eu falei assim então o senhor vai procurar minha tia Felícia pra ressarcir o seu dinheiro, porque aqui o senhor não vai topografar nada. Aí chamei essa minha prima lá... falei assim, vem aqui que tem uma pendência aqui, eu já dei meu parecer aqui, mas vem aqui pra cê fechar. Aí ela veio conversou com esse advogado, ele disse assim: "ela me deu uma aula de direito!" [...] Esse outro prédio que tá pronto ali, [...] lá eles tinham uma barraca, capoeira, artesanato no lote. Chegou um cara com polícia, cachorro, advogado, não sei o que, derrubou a barraca, e construíram um prédio lá. E o procurador geral da justiça mora na cobertura. Por aí cê vê, como a lei, cobre os bandidos entendeu. Morava na cobertura, o que era procurador da justiça. Então a gente perdeu. (Zilda Luizes)

[6] Diz a Francisca, sabe a Plurimed? Dizem que os filhos dele [tio de Zilda] é que venderam aquilo ali muitos anos atrás... vendeu pra Plurimed ali, agora é claro que se a gente correr atrás, a gente tem o direito de reaver... Não o prédio, mas o valor né. (Zilda Luizes)

As terras de uma comunidade quilombola são utilizadas de forma coletiva (Fiabani, 2008). Para o autor, a posse coletiva impede em parte a fragmentação da propriedade e que ela desapareça por completo. Contudo, o que se pode perceber nas memórias das entrevistadas é que os membros do grupo podem ter visões distintas da posse coletiva. Nos fragmentos 5 e 6, Zilda relembra episódios envolvendo a negociação de imóveis da comunidade. Ao perguntar “o senhor comprou de quem?” (fragmento 5) e “dizem que os filhos dele é que venderam aquilo ali” (fragmento 6), expõe o fato de que pessoas da comunidade negociaram imóveis. O fato de pessoas do grupo tomarem decisões ou adotarem determinada postura em desacordo ou de forma desalinhada com os demais é uma contradição, mas que não descaracteriza o grupo. Para Wodak (2001a), sendo o mundo permeado pelas contradições da lógica econômica capitalista, é esperado que os grupos e as pessoas também reproduzam essas contradições. O fato é que, para alguns grupos, dentre os quais as organizações sociais não hegemônicas como a quilombola, as contradições internas foram utilizadas como estratégia de apropriação territorial.

Como o principal recurso da comunidade advinha do uso da terra, muitos em dificuldades viram-se sem alternativas,

restando negociar partes da propriedade. Mas como descrito nos fragmentos 5 e 6, as condições de venda em diversos casos eram questionáveis. Com a urbanização crescente do bairro e as pessoas da comunidade em dificuldade, diversas empresas e pessoas viram na situação uma oportunidade de obter vantagem. Os relatos de pessoas enganadas são diversos. Várias organizações de renome, como hospital, faculdade e até um banco localizados no bairro Grajaú, foram construídos na área da comunidade, como descreve Zilda no fragmento 7.

A outra forma de obter renda com a terra é o aluguel. Alguns moradores construíram casas na comunidade, aproveitando espaços não ocupados, outros fizeram lojas na Avenida Silva Lobo. Tanto a locação de imóvel voltada à moradia, quanto a voltada para fins comerciais são muito valorizadas no bairro. Contudo, o dilema das atividades realizadas a partir de uma comunidade quilombola é uma questão tratada por Zilda no fragmento 7.

[7] Aqui não deveria ter aluguel. No meu entender e de outras pessoas também, aqui é uma comunidade quilombola ... então morar só pessoas do quilombo [...]. Eu vou fazer daqui uma república. Tem alunos ali na Albert Einstein que eles pagam 500 reais só para dormir, então eu vou fazer república dessa casa. [...] vou fazer aqui que é aonde eu vou ter dinheiro pra mim sobreviver. (Zilda Luizes)

A questão é ampla, pois na comunidade existem pessoas que consideram ser legítimo e de direito o uso para locação,

enquanto outras percebem que explorar esse tipo de imóvel tem causado mudanças negativas na comunidade. A partir da perspectivação (Wodak, 2001a), Zilda acredita não ser correto tal uso do território. Porém, um dos planos de Zilda é fazer de sua residência uma república para estudantes, o que caracteriza uma contradição. Para Wodak (2001a), lutas, contradições são traços marcantes do mundo moderno e das sociedades ocidentais e, dessa forma, não é possível conceber grupo social homogêneo. A autora acredita que, esses fatores manifestos em diferentes ideologias, fragmentações e múltiplas identidades podem ser a chave para as questões impostas pela economia e ideologia neoliberal.

O fragmento 7 contém dois cenários: o ideal e o real para a comunidade quilombola. No ideal, ao modo de pensar de Zilda, os moradores da comunidade “deveriam” ser somente quilombolas. Porém no cenário real, ela precisa de recurso financeiro para sobreviver e sua alternativa é vender seu espaço. Esse panorama demonstra que gradualmente os quilombolas Luizes perderam sua capacidade de subsistência, impondo um modo de vida precário. É nesse ponto que a crítica de Charles (2003) a assimilação espacial adquire amplo sentido. Diferente de outras comunidades majoritariamente negras, o quilombo já está localizado em um local considerado adequado. O fato é que, historicamente, o grupo foi submetido a uma configuração local que significou transferência de renda. Eles que antes detinham a posse da terra, foram expropriados e atualmente enfrentam questões cada vez mais complexas para lá se manterem. Assim,

não houve assimilação espacial, não no caso desse grupo, marcado pela questão racial.

Essa dinâmica perversa também reflete como a segregação produz pobreza e mobilidades forçadas e que se ligam a formação das marginalidades na cidade, discussão presente em Agier (2017). Assim, os dilemas que os sujeitos reproduzem dizem respeito a uma prática social moldada pela contradição, como é possível perceber na situação descrita por Zilda. Ainda que não deseja e não aprove, sente-se forçada, em meio ao contexto a tomar certas atitudes. O contexto no qual Zilda está imersa apresenta a exploração capitalista do déficit populacional alheio. Se antes do processo de urbanização, o quilombo vivia da subsistência e atualmente as pessoas de lá já não conhecem se manter naquele local, por mais que trabalhem e tenham tentando se assimilar as mudanças impostas pela urbanização, falamos de um processo de negação da propriedade bem como de empobrecimento e segregação.

Histórias de Trabalho

Após a superação do modelo de subsistência baseada em agricultura, houve a necessidade de novas formas de trabalho. Essa transição é diferenciada pelas entrevistadas como um período de “vacas gordas e magras”. Essa metáfora indica que a qualidade de vida das pessoas foi marcadamente prejudicada ao longo do tempo.

[8] eu e minha irmãs, os mais velhos, **começamos a trabalhar muito cedo**, a gente **trabalhou de doméstica**, foi com 7 anos a gente já tava na casa dos outros trabalhando. Eu fiquei lá até 13 anos, eu fiquei até 13, minha irmã um pouquinho mais... e minha outra irmã saiu antes. A gente trabalhava com a mesma família. [...] então a gente sofreu muito, muito mesmo. Meu pai morreu eu tinha 2 anos, deixou minha mãe viúva com 5 filhos... a mais velha com 5 anos, a mais nova com um mês. [...] Minha patroa levantava para cortar o pedacinho de pão que eu podia comer... queria comer mais pão, não podia. Entendeu? (Zilda Luizes)

O texto sempre emerge de um contexto (Boje, Alvarez & Schooling, 2001) e o fragmento 8 está ligado às mudanças ocorridas no modo de vida das pessoas do grupo. A comunidade já não apresentava meios para se autossustentar, de modo que o trabalho doméstico foi uma alternativa para diversas pessoas, sobretudo entre as mulheres, ainda durante a infância. As memórias das entrevistadas ligadas a dimensão do trabalho evidenciam que havia uma divisão de trabalho baseada no gênero ainda durante o período em que desenvolviam agricultura de subsistência. As mães das entrevistadas se encarregavam das atividades domésticas, enquanto os homens da comunidade cuidavam da lavoura, algo enunciado no fragmento 9.

[9] Eu nem sei nada de lavoura, eu nunca trabalhei aqui não. As filhas não trabalharam... as filhas, as minhas tias, ajudavam a vovó nos afazeres, é varrer quintal, é porque naquela época, as filhas moravam... tia Carmem, tia Dalva, tia Creuza.

Ninguém deixou as filhas aqui [risos]. Quando elas eram solteiras elas ajudavam vovó nos afazeres. (Francisca Luizes)

A divisão de trabalho exposta na memória de Francisca possui ligação com a lógica sexual binária, baseada na diferenciação entre dois sexos que seriam determinados biologicamente e, portanto, as diferenças estariam expressas nos corpos dos sujeitos. Wodak (1997) afirma que comportamentos com base nessa noção tem sido denunciada pelo movimento feminista. Porém, de acordo com a autora, a lógica sexual binária é um discurso que tem sido produzido e reproduzido em novas formas sutis e que continuam a perpetuar a visão que naturaliza diferenças no nível biológico, desconsiderando todas as demais dimensões que compõe a identidade das pessoas.

No fragmento 9, é possível perceber a interdiscursividade entre trabalho e gênero. Os fatores e elementos presentes no texto formado pelas memórias de Francisca, embora sejam vários, não representam o caos. Esses elementos configuram uma lógica responsável pela correta seleção entre textos e intertextualidades em diferentes contextos, e por meio da polifonia, polissemia e *performance* geram a persuasão (Boje, Alvarez & Schooling, 2001). A polifonia representa a multiplicidade de vozes que enunciam um texto, enquanto a polissemia está ligada aos vários sentidos que um termo pode assumir. Já ações e comportamentos influenciados por determinado discurso são associados à *performance*. A descrição do trabalho feminino na comunidade remete a existência de um discurso, e que é

enunciado por meio de elementos que extrapolam o texto. Justamente em função da pluralidade de elementos que cercam e sustentam os discursos como visto no fragmento 9, é que Wodak (2001b) defende que a análise deve ocorrer por meio de uma abordagem interdisciplinar e trabalhos empíricos.

Embora Francisca fale de um passado distante, ao dizer que “eu nem sei nada de lavoura, eu nunca trabalhei aqui não”, ela evidencia que o trabalho desempenhado por ela e, conseqüentemente, pelas demais mulheres não tinham e continuam a ser vistos como não trabalho. Discursivamente, a negação de Francisca representa um reforço noção da sexualidade binária (Wodak, 1997). Se por um lado essa concepção prega a diferença no nível biológico, por outro ela as hierarquiza e, com isso, gera a opressão ao sexo considerado inferior de forma invisível sob o manto da naturalidade. Isso também está expresso no fragmento 9. Francisca afirma que “ninguém deixou as filhas aqui” e em seguida ri das lembranças que lhe vem à mente. Esse trecho é muito significativo, embora em termos de sentido, ele seja mais valioso pelo que não é dito. As memórias das atividades desempenhadas por mulheres na comunidade são seguidas da lembrança de que elas foram deixaram a comunidade e que fizeram isso motivadas por familiares. Isso pode indicar que as diferenças no trabalho não sejam as únicas expressões da lógica binária presente no modo de vida no passado.

De acordo com Wodak (1997), a diferença e a hierarquia associadas à noção de feminino e masculino pode ser considerada uma ideologia. A autora defende que, no contexto da Análise Crítica Histórico Discursiva (ACHD), as ideologias são importantes marcadores do estabelecimento e manutenção de relações de poder desiguais. Reconhecer as ideologias, portanto, é uma forma de desnaturalizar processos com potencial opressor a determinados grupos sociais. O valor da ACHD é evidente ao se tratar de histórias e memórias de uma organização social não hegemônica nesse sentido. Isso porque, de acordo com Pollak (1989), a memória está embasada em múltiplas referências e que possuem um caráter quase institucional. Isso remete ao fato de que, a força de um processo que “sempre foi assim”, tende a ser naturalizado pelas pessoas. Elas podem, ao longo da vida, reconhecer essas memórias como também podem reconstruí-las (Halbwhachs, 2006) ou ressignificá-las (Ricoeur, 2007). É nesse ponto que a ACHD pode ser um mecanismo de mudança social.

Com a transição no modo de vida, a geração das entrevistadas foi introduzida no mundo do trabalho ainda na infância. No fragmento 10, a memória descrita de Zilda pinta um cenário visualizável, dada a intensidade de sua narrativa com a lembrança do período de intensa escassez.

[10] Levantava muito cedo, acendia o fogão de lenha, arrumava a marmitta para sair a tempo, pois a caminhada era longa. A sirene da fábrica apitava e o relógio de ponto não esperava. O barulho da fábrica de calçados era enorme. Não se

ouviam as vozes. Muitas máquinas, todas com barulho diferente. Acrescentando com a batida do Martelo dos sapateiros que davam forma no sapato. Minha sessão era do acabamento, onde a gente prepara o sapato para ir à loja. Aí a mistura do cheiro das tintas mais o pó de sapato de camurça, a poeira da sola lixadas na máquina, vinham da sessão anterior a nossa, era bem pertinho. Me fez ficar doente dos pulmões. Foi à custa de muita penicilina [...] que pude voltar à fábrica novamente. (Zilda Luizes)

O fragmento 10 é um texto escrito em 1982 por Zilda e refere-se ao trabalho que desempenhou durante a vida adulta. Ela possui manuscritos com textos, poemas e fotos de momentos que a marcaram e durante a entrevista ela leu diversos trechos. A precariedade no trabalho assalariado que Zilda se submeteu ainda na infância, também é percebida na vida adulta, chegando a adoecê-la.

Atualmente, na comunidade, existem pessoas que trabalham em atividades básicas, como também profissionais do ramo de beleza, vestuário, artesanato, músicos e profissionais com nível superior. A realidade na comunidade passou por intensa transformação e o trabalho infantil foi uma das formas para obter recursos para suprir as necessidades das famílias que lá viviam. A necessidade de ajudar economicamente em casa superou os maus tratos sofridos no trabalho. Ante essa necessidade, diversas pessoas interromperam os estudos privilegiando o trabalho. O fragmento 10 demonstra que a inserção dos quilombolas no mercado de trabalho ocorreu em um sistema que os oprimiu e o expropriou de recursos. A

dinâmica da vida urbana, além de tornar impossível o modo de vida rural baseado na subsistência, a falta de opções e a pobreza para a qual a comunidade foi empurrada significou a imposição do trabalho infantil e precário a diversas pessoas da comunidade.

Conclusão

A realização deste capítulo teve como objetivo geral analisar a forma pela qual as histórias de subsistência e trabalho podem ser construídas discursivamente a partir das memórias de mulheres da comunidade Luizes, o que foi feito por meio da identificação das memórias de mulheres idosas do Quilombo Luizes com entrevistas não estruturadas, enquanto técnica de história oral, organização e análise das memórias coletivas compartilhadas por meio da análise discursiva histórico crítica proposta por Wodak (2001a).

Os trechos selecionados não representam uma história linear, já que a narrativa das entrevistas reflete um tempo que é circular expresso na mobilização das memórias que ocorre por questões provocadas a partir do presente. Outro ponto interessante é o de que essas narrativas não guardam compromisso com a coerência, pois uma das características dos discursos é justamente a possibilidade da ambiguidade e da contradição. Ademais, o esforço em compreender as várias nuances relacionadas à comunidade, ainda que parcialmente, possibilita

compreender aspectos diversos que remetem a um mesmo grupo social, evidenciando sua complexidade e dinâmica. Assim, Zilda Luizes e Francisca Luizes enunciam aspectos de suas memórias, algumas que de tão íntimas somente a elas pertencem e dizem respeito e outras que remetem as memórias compartilhadas coletivamente pelo grupo.

As memórias são uma possibilidade para que grupos marginalizados possam contar sua versão histórica. Existem diversas histórias possíveis dos eventos e do passado, mas alguns grupos sociais são considerados privilegiados e legitimados para realizar essa construção. Isso fez com que diversos grupos fossem marginalizados do ponto de vista histórico. Já que a história também é um discurso e logo, se liga a dimensão de poder, controle e dominação, as versões históricas em função de interesses de determinados grupos, privilegiou certos eventos, enfoques e explicações. Com a oportunidade de narrarem suas histórias, esses grupos trazem à tona aspectos ainda não explorados, tornando suas histórias conhecidas e com isso mais visibilizadas.

A urbanização crescente constituiu-se em um ambiente complexo para os Luizes por dois grandes motivos. O primeiro deles é o do contraste, o modo de vida marcado por atividades rurais desenvolvidas pela comunidade há várias décadas, configurando a terra como modo de subsistência. A urbanidade crescente no entorno gerou impacto direto no modo de vida da comunidade. Um exemplo é que, com a canalização de um

antigo córrego, a comunidade perdeu sua principal fonte de irrigação para o plantio.

Por serem unidades organizativas, as comunidades quilombolas podem desenvolver diversas atividades, sendo a mais recorrente na literatura a subsistência por meio do desenvolvimento de atividades sociais e econômicas. Desse modo, as histórias de subsistência evidenciam que a Comunidade Luizes pode ser considerada uma organização na qual é possível destacar no passado a subsistência de base agrícola. Porém, a urbanização crescente do bairro mudou radicalmente o modo de viver das pessoas na comunidade. Se antes viviam da terra, os quilombolas passaram a ter como desafio encontrar novas formas de subsistência. Atualmente, as formas mais imediatas são a comercialização da terra, que ocorre por duas maneiras na comunidade, seja por venda ou aluguel de imóveis.

Com relação ao trabalho, após a superação do modelo de subsistência baseada em agricultura, houve a necessidade de novas alternativas. Inicialmente, as novas formas de trabalho possíveis para as pessoas da comunidade, com a crescente urbanização de Belo Horizonte, significaram trabalho infantil, exploração e precariedade. Atualmente, na comunidade, existem pessoas que trabalham em atividades básicas, como também profissionais do ramo de beleza, vestuário, artesanato, músicos e profissionais com nível superior, o que indica que parte do grupo superou a dinâmica que os empurrou para o trabalho precário. Mesmo que as atividades profissionais indiquem o

esforço de assimilação dos quilombolas à região na qual estão localizados, foi possível perceber que o grupo está submetido a uma lógica que significou empobrecimento e segregação. A estratificação social faz com que uma tendência mais ampla, orientada pela homogeneização, torne o grupo que é o mais antigo fixado no bairro Grajaú, alheio a sua própria terra.

As histórias e memórias das anciãs da comunidade Luizes indicam que a constituição das cidades e urbanização não podem ser associados ao desenvolvimento, isso porque as melhorias pretendidas por alguns produzem reflexos nos modos de ser e viver de diversos outros grupos sociais que por serem organizações não hegemônicas, terminam por submeter-se a condições crescentes de opressão e segregação que podem significar manutenção e crescimento das desigualdades sociais. Os achados indicam que a condição socioeconômica além de não pode ser considerado o fator central na busca da qualidade de vida, isso porque ela também é fruto de configurações locais que se estabelecem no âmbito da cidade, moldando vidas e ditando possibilidades de acesso ou de marginalização.

Referências

Agier, M. (2017). Onde se inventa a cidade do amanhã? Deslocamentos, margens e dinâmicas das fronteiras urbanas. In J. Gledhill, M. G. Hita, & M. Perelman (Orgs.). *Disputas em*

torno do espaço urbano: processos de [re]produção e apropriação da cidade (pp. 73-100). Salvador: UFBA.

Alves, É. C. M. (2017). Da liberdade ao alto: notas sobre o processo de higienização social, marginalização e demanda étnica de um bairro taperoaense. *História e Cultura*, 6(3), 281-305.

Boje, D. M., Alvarez, R. C., & Schooling, B. (2001). Reclaiming story in organization: narratologies and action sciences. In R. Westwood, R. & S. Linstead (Eds.). *The language of organization* (pp. 132-175). London: Sage.

Bosi, E. (2016). *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (19a ed). São Paulo: Companhia das Letras.

Fairclough, N. (2012). Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. *Linha d'Água*, 25(2), 307-329.

Fairclough, N. & Wodak, R. (1997). *Critical discourse analysis*. London: Sage.

Fiabani, A. (2008). *Os novos quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]*. Tese de doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil.

Freitas, D. (1984). *Palmares: a guerra dos escravos* (5a ed). Porto Alegre: Mercado Aberto.

Gomes, F. S. (2015). *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.

Lima, L. G. D., Silva, P. T., & Gurgel, T. C. N. P. (2013). O processo de expansão da malha urbana de pau dos Ferros/RN. *GeoTemas*, 3(1), 45-56.

Misoczky, M. C. (2010). Das práticas não-gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. In M. C., R., K. Flores, & J. Moraes. *Organização e práxis libertadora* (pp. 13-56). Porto Alegre, Dacasa.

Motta, R. (1980). Palmares e o comunitarismo negro no Brasil. *Ciência & Trópico*, 8(2), 215-229.

Moura, C. (1987). *Quilombos: resistência ao escravismo* (3a ed). São Paulo: Ática.

Poupart, J., Deslauriers, P., Groulx, L., Laperrière, A., Mayer, R., & Pires, A. P. (2012). *A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.

Queiroz, S. (Org.). (2006). *A tradição oral*. Belo Horizonte: FALE/UFMG.

Reis, J. J. (2007). Ameaça negra. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 27, 18-23.

Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp.

Sahasranaman, A. & Jensen, H. J. (2018). Ethnicity and wealth: the dynamics of dual segregation. *PLoS ONE*, 13(10), 1-22.

Saraiva, L. A. S. (2014). Um farol nos estudos organizacionais brasileiros. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 1(1), 1-18.

Saraiva, L. A. S. (2007). Métodos narrativos de pesquisa: uma aproximação. *Gestão.Org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 5(2), 118-134.

Schmidt, J. P. & Araujo, N. C. (2012). Comunidade e comunitarismo na Constituição Federal e na legislação brasileira. *Novos Estudos Jurídicos*, 17(3), 327-344.

Silva, E. J. F., Henrique, R. C., & Oliveira, T. Z. G. (2017). Sociabilidade e territorialidade quilombola no contexto urbano: do mito à realidade. *Anais dos Seminários em Administração FEA/USP*, São Paulo, SP Brasil, XX.

Sommer, M. F. (2005). *Territorialidade negra urbana a morfologia sócio-espacial dos núcleos negros urbanos segundo*

a herança histórica comum. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Thompson, P. (1992). *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

UN (Population Division). (2017). *World population prospects: the 2017 revision, key findings and advance tables*. Recuperado em 15 fevereiro, 2019, de: https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/wpp2017_keyfindings.pdf

Wodak, R. (2001a). The discourse-historical approach. In R. Wodak & M. Meyer (Eds.). *Methods of critical discourse analysis* (pp. 63-94). London: Sage.

Wodak, R. (2001b). What CDA is about – a summary of its history, important concepts and its developments. In R. Wodak & M. Meyer (Eds.). *Methods of critical discourse analysis* (pp. 1-13). London: Sage.

Parte 2

Práticas sociais

Capítulo 4

CIDADES GLOBAIS: UMA PERSPECTIVA PARA O CONTEXTO URBANO DAS ORGANIZAÇÕES

*Carlos Henrique Goncalves Freitas*¹⁵
*Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros*¹⁶
*Valdir Machado Valadão Júnior*¹⁷

Introdução

O fenômeno da globalização está presente em diferentes campos de pesquisa, desde geografia, economia e relações internacionais até estudos ambientais e de negócios, particularmente em abordagens funcionais para a gestão das organizações e seu

¹⁵ Mestre em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia. Contato: chg.freitas@gmail.com.

¹⁶ Doutora em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas. Professora Adjunta da Universidade Federal de Uberlândia. Contato: cintia@ufu.br.

¹⁷ Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia. Contato: valdirjr@ufu.br.

impacto em suas operações e decisões estratégicas. Este artigo tem como objetivo discutir a noção de cidade global como uma plataforma crítica para a compreensão das transformações contemporâneas em cidades de médio porte, nas quais emergem fenômenos comuns aos centros metropolitanos. Para ilustrar a discussão proposta, este artigo enfoca o contexto de organizações, mais especificamente, restaurantes finos.

O termo "cidade global" refere-se à noção de espaço urbano definida por Alsayyad e Roy (2006), que pode ser traduzida em uma paisagem urbana na qual múltiplos discursos e cidadanias fragmentados refletem um tecido social igualmente diverso e segmentado. Esse termo em Alsayyad e Roy (2006) adquire sua riqueza na medida em que discute a cidadania à luz de fenômenos adjacentes, como desterritorialização, desenraizamento, deslocamento, fragmentação, segmentação, exclusão e gestação, cujo significado pode ser complementado pelo olhar pós-colonial. Mais do que implicar rearranjos hierárquicos transnacionais ou supranacionais de espaços urbanos em metacentros, o foco de Alsayyad e Roy recai sobre rupturas na cidadania devido a um processo de “precarização” das relações entre diferentes grupos sociais, no espaço urbano, com perdas em termos representatividade política e agravamento das desigualdades sociais e de renda. Para Alsayyad e Roy, esse fenômeno é mais evidenciado nas cidades do Sul global (isto é, nos países emergentes) e não se limita a um parâmetro demográfico, mas está relacionado ao esvaziamento de narrativas coletivas. Nesse sentido, a ideia de

uma cidade global pode oferecer uma plataforma crítica para a compreensão das transformações em cidades de médio porte, como Uberlândia, Brasil, onde os problemas anteriormente comuns aos centros metropolitanos os alcançam hoje.

Um aspecto positivo da perspectiva pós-moderna para o relacionamento entre a organização e seu ambiente é o reconhecimento de organizações como criações sociais que refletem valores, relações e escolhas dos agentes envolvidos em sua constituição e continuidade (Hatch & Cunliffe, 2013). Em um país marcado pela desigualdade, como o Brasil (Barros, Henriques & Mendonça, 2001; Ribeiro, 2006/1995; Medeiros, 2016; Costa, 2018), é razoável esperar que diferentes precedentes, circunstâncias, implicações relacionados às desigualdades irão similarmente ser notados nas dinâmicas, arranjos e interações entre organizações. A ideia deste artigo está associada com essa premissa e foi inspirada pela experiência pessoal e profissional de um dos autores ao lado de jovens trabalhadores migrantes de uma específica cidade, Pedro II, em Piauí, que encontraram oportunidades de emprego e aprendizagem como membro de brigadas de cozinha em restaurantes da alta gastronomia em São Paulo, Brasil (Bergamasco, 2011; Pedro II..., 2011; Chef of Pedro II..., 2013).

No entanto, esses empregos tendem a ser mal remunerados, pois são executados por trabalhadores sem experiência ou qualificação anterior ou com baixo grau de instrução ou treinamento (Cavalli & Salay, 2007; Rocha & Amaral, 2012;

Rabbit & Sakowski, 2014) . De fato, a prática de contratar migrantes nordestinos com pouca educação e não qualificados para cozinhar comida europeia em São Paulo remonta aos primeiros restaurantes italianos de sucesso no final da década de 1960 (Collaço, 2009). Até certo ponto, isso também pode convergir indiretamente para uma escala colonial de hierarquização ocidental-não-ocidental, conforme sugerido por Quijano (2000). Complementarmente, essa prática de contratar trabalhadores de cozinha não qualificados expõe uma tendência local de preferir contar com mão de obra treinada internamente, em oposição a cozinheiros treinados em escolas profissionais (Ferreira, 2010; Fonseca, 2013). Tais acordos, no entanto, podem contrastar com características particulares de restaurantes requintados, cujos tipos de serviços, produtos e consumidores podem exigir um conjunto de habilidades específicas e conscientização cultural. O trabalho nesses restaurantes exige que esses jovens trabalhadores migrantes aprendam não apenas técnicas de culinária, mas também novos gostos, estéticas e rituais de serviço alheios a suas raízes, tradições e formação (Boulud, 2004; Ferreira, 2010; Fonseca, 2013; Lopes, Souza & Ipiranga, 2014; Benemann & Menasche, 2017; Gambato & Gonçalves, 2017).

A maioria desses cozinheiros precisa aprender sobre ingredientes que geralmente não têm equivalentes em português ou em suas práticas e tradições caseiras ou regionais. Nesses restaurantes, os chefes de cozinha raramente são estrangeiros, principalmente franceses ou italianos, ou geralmente são

brasileiros treinados no exterior, com reflexões sobre o design do cardápio e sobre técnicas de culinária e até termos linguísticos empregados na cozinha (Ferreira, 2010; Bueno, 2016; Gambato & Gonçalves, 2017). Além disso, diferenças estéticas resultantes de traduções culturais não devem se limitar à apresentação de pratos, pois podem abranger considerações sobre rituais, práticas, artefatos e percepções sensoriais relacionadas a alimentos e refeições (Lopes, Souza & Ipiranga, 2014; Ipiranga, Lopes & Souza, 2016), a tal ponto que esses trabalhadores migrantes talvez precisem aprender, entender ou aceitar por que uma refeição padrão brasileira generosa como o “picadinho” deve ser redesenhada para se parecer com um prato de cozinha nova (Figuras 1 e 2). Ao mesmo tempo, restaurantes finos também são caracterizados por preços altos por seus serviços, produtos e atmosfera, muitas vezes operando como fontes de distinção para os consumidores (Bourdieu, 1984; Finkelstein, 1989; Warde & Martens, 2003; Seymour, 2004; Bueno, 2016). Alimentos e gostos alimentares, práticas e rituais sociais - de consumidores e trabalhadores de cozinha - podem funcionar como elementos de construção, manutenção ou reforço de desigualdades de classe e sabor que vão além do espaço físico da organização (Maguire, 2016). A divisão entre cozinha e sala de jantar pode, então, funcionar como uma alegoria ou um conto das mesmas desigualdades que marcam a sociedade brasileira. Tais contrastes expõem lacunas que exigem negociação entre diversas e diversas tradições locais, influências externas e as aspirações dos clientes de se identificarem com símbolos e representações importados que podem distingui-los

dos outros, em um processo que se assemelha às condições pós-coloniais.

Figura 1: Releitura do prato “picadinho” em restaurante gastronômico, Uberlândia



Fonte: Caramel Sweet & Salt. (2018).

Figura 2: Um “picadinho” adaptado à cozinha francesa no Bistrot Paris 6, São Paulo, Brasil.



Fonte: TripAdvisor (2019).

Além dessas considerações, este artigo argumentará que os restaurantes requintados em questão são organizações estabelecidas e operam em um contexto marcado por efeitos relacionados a categorias de análise que podem se enquadrar nas perspectivas da pós-modernidade – para escolher um dos maneiras possíveis de rotular nosso tempo contemporâneo entre termos como modernidade líquida (Bauman, 2012), hipermodernidade (Lipovetsky, 2000/1983) ou pós-modernidade (Lyotard, 1984), que podem ser caracterizados por diversas noções, como multiplicidade, narrativas, mídia, hiperconsumo, fragmentação, relativismo, instabilidade e incerteza, em várias dimensões, mas que são expostas essencialmente por tipos

particulares de discursos e conjuntos de práticas (Foucault, 2008).

Portanto, fenômenos diferentes podem ser relevantes para essa discussão, como uma crescente compressão ou redução de distâncias entre o espaço urbano e rural (Harvey, 1989; Jameson, 1998); o surgimento de cidades globais em países emergentes (Alsayyad & Roy, 2006); e a fragmentação da sociedade contemporânea (Judt, 2010; Bauman, 2012). Todos juntos podem contribuir para um cenário favorável, cheio de multiplicidades, entre narrativas, conjuntos de valores, necessidades e desejos e discursos menos coesos, marcados pelo surgimento das políticas de identidade e de obstáculos às agendas coletivas, incluindo o primeiro (Judt, 2010; Bauman, 2012). Ao mesmo tempo, como restaurantes finos, no Brasil, tendem a ocorrer com maior frequência em cidades que tiveram maior contato com informações cosmopolitas, direta ou indiretamente, seu potencial de atuar como fontes de distinção social pode convergir para questões pós-coloniais. De uma perspectiva pós-colonial, nos tempos contemporâneos, os encontros culturais podem ser interpretados como uma negociação entre e através de múltiplas identidades e fronteiras nacionais, em diferentes dimensões, e como uma reconstrução de representações e subjetividades culturais (Hall, 1996). É, portanto, razoável supor, como tópico de discussão, que o restaurante requintado possa emergir como objeto de pesquisa valioso em estudos organizacionais, e que tal relevância possa estar ligada à compreensão do espaço urbano em que estão

inseridos. provável: cidades globais, lugares igualmente caracterizados pela possibilidade de tensões resultantes de compressão, fragmentação, globalização e multiplicidade.

Cidades globais e sua medievalidade

Alsayyad e Roy (2006) estendem sua visão do espaço urbano a múltiplos discursos e cidadanias fragmentados que refletem um tecido social igualmente diverso e segmentado. Tal visão poderia estar relacionada à noção de globalização, no entanto, pararia na noção de uma geografia da globalização, como discutido inicialmente em Sassen (1991), que primeiro empregou o termo cidade global, que, por sua vez, estaria intimamente associado à ideia de divisão do trabalho (Alsayyad & Roy, 2006). Sem necessariamente refutar o posterior, esses dois autores usam os termos globalização e, por extensão, cidade global de forma a ganhar maior relevância em termos da discussão sobre a noção de cidadania em relação a questões adjacentes, como enclaves urbanos, etnia divisão, desterritorialização, deslocamento, segmentação e exclusão. Reforçando a relevância de sua discussão para o contexto brasileiro, Alsayyad e Roy (2006) usam exemplos de cidades brasileiras para ilustrar seus argumentos, particularmente no contexto do Sul Global. De fato, tal referência inevitavelmente leva o leitor a pensar do ponto de vista pós-colonial. Até certo ponto, o uso das cidades brasileiras por Alsayyad e Roy (2006) converge para as discussões sobre arranjos urbanos de São

Paulo em Caldeira (1996), Durham (2004) e Maciel (2011). Pode-se recorrer a esses três autores brasileiros para discussões relevantes sobre enclaves urbanos, fragmentação do tecido social, multiplicidade de agendas de grupo e a resultante heterogeneidade da ocupação do espaço urbano.

Para Alsayyad e Roy (2006), a ideia de modernidade medieval deriva da análise das geografias da ocupação do espaço urbano no século XXI, principalmente em relação ao contexto do conceito de Sul Global (Grovgui, 2010). Para eles, a cidade contemporânea desafiaria a hegemonia do estado burocrático e seu monopólio da lei e da força (Weber, 2004/1919), característica da cidade moderna, e abordaria a cidade medieval na qual uma dupla face de arranjos e desarranjos coexistiria, como em um "favo de mel de jurisdições ... um corpo quase medieval de associações sobrepostas, heterogêneas, não uniformes e cada vez mais privadas" (Holston & Appadurai, 1996, pp. 199-200). Segundo Alsayyad e Roy (2006), seria possível traçar um paralelo entre a internacionalização das cidades medievais durante a expansão das rotas de comércio continentais e os espaços das cidades globalizadas da época contemporânea. O monopólio estatal poderia ser contrastado, em primeiro lugar, com o patrocínio da Igreja e das Guildas, uma fonte de segurança na cidade medieval, e, segundo, com os discursos fragmentados e privados de classes ou grupos fundamentalistas, às vezes associados a neoliberais ou religiosos. na cidade contemporânea. Como a Igreja, guildas e senhores feudais geravam sistemas de valores e governança que

impunham suas próprias verdades e normas. Discursos contemporâneos fragmentados e privados também podem fazê-lo opondo agendas coletivas ou mesmo leis nacionais. Nas organizações que escolhemos para ilustrar nossa discussão, restaurantes sofisticados, suas cozinhas também podem ser um lugar de vários conjuntos de normas, por aqueles que governam os comportamentos de alguns trabalhadores (Taylor & Van Every, 2010), para os consumidores que os vêem como fonte de distinção social (Warde & Martens, 2003; Seymour, 2004).

Em resumo, para Alsayyad e Roy (2006), a cidade global estaria relacionada à globalização, mas não se limitaria a uma discussão sobre rearranjos hierárquicos transnacionais ou supranacionais de espaços urbanos em mega-centros, com base em uma lógica darwiniana ou neoliberal de expansão ou numa racionalidade durkheimiana de solidariedade orgânica. Seu foco recai sobre rupturas de cidadania devido a um processo de sinalização das relações entre diferentes grupos sociais, no espaço urbano, com perdas mútuas em termos de representatividade política e agravamento das desigualdades sociais e de renda. Para eles, esse fenômeno seria ainda mais evidente nas cidades do Sul global (isto é, nos países emergentes) e não se limitaria a um parâmetro demográfico, mas ao esvaziamento de narrativas coletivas. Nesse sentido, a ideia de uma cidade global pode oferecer uma plataforma crítica para a compreensão das transformações no Brasil, não apenas em termos de mega-centros, mas também de cidades de médio porte, cada vez mais afetadas pelos mesmos problemas relacionados a crescimento

desigual, além de estar sujeito ao fracasso da modernidade em cumprir suas promessas e fragmentação social, esses dois últimos fenômenos estão presentes nas obras de Bauman (2012) e Judt (2010). No entanto, vale a pena trazer para essa discussão a questão da compressão entre o espaço urbano e rural em Harvey (1989) e Jameson (1998), dois realizadores de autores marxistas, que, no entanto, tomam nota dos efeitos de alguma noção de pós-modernidade no mundo. Mundo já no último quartel do século passado.

De fato, pode-se argumentar que a questão da compressão entre os espaços urbanos e rurais já podia ser percebida na peça Faust de Goethe. Uma das personagens da história, Gretchen, envergonhada por se entregar a Faust como sua primeira vez, vê uma saída de sua tragédia em fugir do mundo provincial da ordem para a liberdade de uma cidade grande, onde essa ordem já está sendo contestada (Berman, 1982). Tal argumento pode servir de suporte à preferência de Bauman (2012) pela noção de modernidade líquida em vez de um tempo ou condição pós-moderna. Ao mesmo tempo, anuncia as bases para a fragmentação e outras condições pós-modernas relevantes que devem vir a caracterizar o fenômeno global da cidade, como na noção proposta por Alsayyad e Roy (2006). Pode-se argumentar, então, que um cenário favorável a múltiplidades de narrativas, conjuntos de valores, necessidades e desejos e identidade menos coesa e agendas coletivas poderia emergir. Seria igualmente razoável assumir a possível emergência e configuração de espaços organizacionais como parte de

contextos sociais e urbanos complexos, todos marcados por realidades paradoxais, comprimidas, fragmentadas e múltiplas, nas quais o global e o local se encontram. A ordem resultante pode ser uma possibilidade de abertura menos coesa para posturas de estranhamento, aprendizado, aceitação, assimilação, exclusão e / ou resistência

A esse respeito, é oportuno destacar que a noção de cidade global de Alsayyad e Roy (2006) também está ligada à noção de medievalidade, ou melhor, de medievalidade moderna. Essa ideia da modernidade medieval desenvolvida por esses autores reforça o suporte teórico de sua argumentação sobre a diversidade cultural e cidadã urbana nas cidades globais. Segundo eles, as cidades globais, especialmente nos países emergentes, apresentariam uma diversidade de enclaves urbanos e sociais com expectativas, comportamentos, valores, regras e normas específicas, resultando em uma multiplicidade de sistemas de governança, refletindo realidades quase paralelas, muitas vezes conflitantes. o mesmo espaço urbano e, por analogia, no mesmo espaço organizacional (por exemplo, em restaurantes requintados, como escolhemos como ilustração). Propomos, portanto, a transposição da ideia de modernidade medieval para um contexto organizacional, mais especificamente para um dos espaços de restaurantes requintados: a cozinha profissional como espaço de trabalho e interações sociais e como extensão da sociedade em que está inserido, replicando compressões paradoxais, fragmentações, globalizações e multiplicidades encontradas no contexto externo

da organização. Assim, a medievalidade é usada como metáfora, uma categoria de análise trans-histórica, aproveitando a imagem proposta por Alsayyad e Roy (2006).

A escolha do termo governança é importante no sentido de uma capacidade que, dado o arranjo social, institucionalizado ou não, possa ter que funcionar como referência de valores e expectativas, com o poder de orientar o comportamento dos membros de um determinado corte social. No entanto, é importante enfatizar a noção de governança do ponto de vista institucional (Fukuyama, 2013), pois é aí que a ideia de medievalidade é melhor compreendida. Para Alsayyad e Roy (2006), a medievalidade dos espaços urbanos contemporâneos (neste caso, cidades globais em países emergentes) é justificada pela oposição de seus múltiplos sistemas de jurisdição, formais ou materiais, ao monopólio da força que caracterizou o moderno Estado (Weber, 2004/1919). Durham (2004) ilustra essa oposição entre os contextos históricos dos espaços urbanos modernos e contemporâneos. Ao discutir o tecido social da periferia de São Paulo no início do Século XXI, o autor nos permite vislumbrar o quão diferente e heterogêneo é o perfil de seus moradores (por exemplo, trabalhadores informais, vendedores ambulantes, alguns funcionários públicos e até traficantes de drogas).), aos moradores de bairro de trabalhadores em Liverpool no Século XIX, principalmente trabalhadores de fábrica. Nesse sentido, o contexto muito diversificado que caracteriza a cidade global contemporânea pode ser visto como um retorno à frouxa coesão social e política

presente nos centros urbanos medievais emergentes (Tilly, 1990).

Essa transposição ganha força, pois também serve para interpretar contextos organizacionais, por exemplo, como nas cozinhas de restaurantes finos, imersos nas cidades do Sul Global (Alsayyad & Roy, 2006), mesmo em centros urbanos de médio porte, todos marcados por processos de crescimento acelerado que atraem migrantes em busca de oportunidades e emprego (Silva et al., 2001; Bertolucci, 2017) e são estágios de múltiplos encontros culturais, com repercussões sociais, econômicas e políticas e idiosincrasias. Dada a importância da inter-relação entre organização e meio ambiente (Hatch & Cunliffe, 2013), espera-se que, ao estudar as relações e dinâmicas em uma cozinha profissional, em um restaurante gastronômico em uma cidade global, seja possível observar e analisar diálogos entre múltiplas realidades, bem como inferir conclusões que possam contribuir para interpretar o contexto fragmentado, incerto e instável que caracteriza o mundo atual em que a sociedade e suas organizações vivem e operam.

Uma *foodscape* nos restaurantes das cidades globais

A cidade global não deve ser vista de um ângulo hierárquico, ou como uma ordem transnacional na composição das forças reguladoras de uma sociedade globalizada, como na concepção de Hardt e Negri (2001). Aqui, propõe-se entendê-lo como uma construção também de arranjos locais que desafiam a ordem

monopolista do Estado e uma parte hegemônica de sua sociedade. A cidade global incluiria espaços nos quais outras forças sociais são capazes de ordená-las independentemente das forças hegemônicas. Ele simboliza um espaço urbano, especialmente nas cidades globais do Sul Global, contaminado pelo pós-colonialismo, caracterizado por vários elementos culturais e pelos discursos de classes e grupos. Essa multiplicidade de discursos é ecoada e reforçada da maneira que o próprio pós-modernismo constitui um cenário de incertezas, instabilidades e fragmentações. Assim, é possível que um certo corte espacial (por exemplo, em organizações como cozinhas de restaurantes requintados) reproduza essas incertezas, instabilidades e fragmentações, especialmente em vista da relevância, riqueza, complexidade e multiplicidade de perspectivas nas relações entrelaçadas entre ambiente e organização, que encontra apoio, novamente, em Taylor e Van Every (2010).

A noção de paisagem gastronômica é uma forma relevante e adequada de representação de arranjos culturais tão complexos que podem caracterizar o contexto de restaurantes requintados. *Foodscape* é um termo relativamente recente que pode ser encontrado na literatura anglofônica sobre sociologia dos estudos sobre administração de alimentos e hospitalidade. No entanto, não descrito universalmente nos dicionários do idioma inglês, pode ser associado etimologicamente à junção da palavra "food" e do sufixo "scape" - que geralmente é usada após um substantivo, indicando uma visão mais ampla dele ou de sua

representação através de uma imagem (-Scape, 2018). No banco de dados Oxford Reference, a primeira ocorrência do termo *foodscape* foi registrada na Enciclopédia Oxford do Mundo Moderno, em 2008, na passagem “... Culinária cajun e alimentos de fusão nos anos 90. No início do século XXI, a paisagem gastronômica americana (em negrito pelos autores) permaneceu vibrante e contrastante ... ”(Foodscape, 2018a). O dicionário do projeto Wikimedia, o Wikcionário, indica a primeira ocorrência do termo em Belasco e Scranton (2002, p. 215) na passagem “... Comida étnica, nessa medida, deve ser considerada uma paisagem de alimentos. Uma noção de paisagem de alimentos revela como os movimentos de comida étnica estão entrelaçados com os diferentes movimentos de grupos étnicos, capital financeiro e negócios ... ”(Foodscape, 2018b). Mais recentemente, Mikkelsen (2011) indica que o sufixo “scape” tem sido amplamente utilizado nas ciências humanas e sociais, sem limitá-lo a qualquer associação necessária ou imediata com uma representação pictórica da perspectiva de um espaço ou cenário.

Assim, o uso do sufixo “scape” no termo *foodscape*, nesta discussão, busca uma abordagem mais ampla. Este artigo propõe o uso da noção de paisagem de alimentos (Johnston e Baumann, 2010; Johnston e Goodman, 2015; Milkksen, 2011). De acordo com as visões desses autores, *foodscape* abrangeria uma perspectiva de mundo consistente com Appadurai (1996), que defendia um mundo caracterizado por um novo papel para a imaginação na vida social. Devido ao surgimento de novas mídias e ao processo de globalização, seria

necessário levar em consideração um cenário de expectativas e aspirações coletivas baseadas em imagens construídas nas comunidades imaginadas de Benedict Anderson (Anderson, 1991). Para Appadurai (1996, p. 33), essa paisagem também seria melhor interpretada em termos das relações entre as cinco dimensões convergentes das paisagens: paisagens financeiras, paisagens naturais, paisagens tecnológicas, paisagens médias e paisagens étnicas. No geral, Johnston e Baumann (2010) e Johnston e Goodman (2015) são recorrentes entre citações e referências relacionadas à noção de *foodscape* e seus trabalhos foram considerados seminais para nossa discussão e pode-se definir tal noção em termos de múltiplos aspectos relacionados à alimentação e alimentação, à culinária e tradições culinárias e, mais próximo A noção de medievalidade de Alsayyad e Roy (2006), para aspectos mais amplos dos contextos da sociedade e das organizações, como questões políticas, econômicas e culturais.

Depois de muito tempo se alimentando do resultado da busca incessante por alimentos, através da caça, extração, saques ou outro acesso a alimentos não cozidos, nossos ancestrais gradualmente aprenderam a controlar o fogo (Fernández-Armesto, 2004) e desenvolveram técnicas para cultivar plantas e alimentos. para pastar, culminando com a Revolução Neolítica, que também foi caracterizada por assentamentos humanos permanentes (Lévi-Strauss, 1952). O ato de cozinhar, portanto, pode ser visto como uma contribuição para a transformação de seres humanos de coletores de alimentos individuais em

membros de uma economia social (Wrangham, 2009; Harari, 2014), na qual a vida e a organização social tiveram um papel relevante (Bell, 2006) - apesar de possíveis controvérsias entre diferentes linhas de pesquisa sobre os caminhos da evolução humana.

Há uma distinção entre alimento como elemento material diretamente ligado à ideia de sobrevivência ou manutenção da vida e alimento como bem cultural intangível. As escolhas, classificações e comportamentos relacionados à alimentação e à alimentação variam de acordo com os simbolismos, representações e outras construções imaginárias que refletem visões de mundo e códigos sociais presentes na maneira como as pessoas interagem umas com as outras e com seu ambiente social e natural (Maciel, 2004). O binômio alimentar e alimentar (doravante apenas "alimento e alimentação") pode então ser interpretado como um sistema simbólico relacionado à vida cultural de uma comunidade. Essa dimensão de comida e alimentação pode ser evidenciada na relação mítica que Schrempp (2011) identifica em sua análise de Wrangham (2009). Schrempp sugere que o foco central do estudo de Wrangham – que sugere que o controle do fogo teria resultado na dieta alterada dos hominínios e em sua constituição biológica e comportamental – estaria menos ligado ao desenvolvimento de técnicas de cozimento ainda embrionárias do que à dimensão mitológica do fogo. Em seu argumento, o autor busca como base a teoria estruturalista de Lévi-Strauss (1964), na qual o antropólogo francês sustentava a importância de binômios

conceituais como fogo / cru e fresco / podre, na construção de sistemas mitológicos, e da natureza dos ritos culinários, construídos em torno do tripé formado por cru (natural), cozido (elaborado) e podre.

As noções de culinária e tradição culinária também podem ser associadas à comida e alimentação. Em termos de espaço, segundo Santos (2011), a culinária é um microcosmo da sociedade – o que está de acordo com o argumento sobre a relevância, riqueza, complexidade e multiplicidade de perspectivas na inter-relação entre a organização, p. a cozinha de um restaurante e seu ambiente externo (Taylor & Van Every, 2010; Vásquez, Brummans & Groleau, 2012; Hatch & Cunliffe, 2013) - com implicações para suas representações abstratas de arranjos sociais, econômicos e políticos. Maciel (2004), Collaço (2009), Bueno (2016) e, complementarmente, Hobsbawm (2000) enriquecem a compreensão da culinária e da culinária, abordando a ideia de comida e alimentação a elementos essenciais da sociedade, como economia, política e cultura e, portanto, a ideia de identidade. Como Symons (1994), Maciel (2004) define a culinária como um sistema alimentar que inclui ingredientes, técnicas, hábitos, comportamentos e pratos, enquanto o cozimento refletiria as preferências sobre a forma de transformação da comida em comida dentro de um determinado período de tempo. (por exemplo, como na cozinha nouvelle) ou um espaço geográfico (por exemplo, no caso de cozinhas nacionais ou regionais) ou social (por exemplo, no caso de um restaurante gastronômico ou popular). Nesse sentido, é possível

prever a possível relação entre cozinhas específicas e a identidade do grupo em que esta foi formada (Rozin, 2007) e seus indivíduos (Fischler, 1988; De Solier, 2013); ou mesmo como marcador social (Demossier, 2004; Rozin, 2007) - como nas palavras de Seymour (2004: 6): "Portanto, os sinais e símbolos usados pelas classes dominantes para atuar como marcadores de sua posição superior adquirem legitimidade cultural. por causa dessa mesma associação com um habitus superior". Essas considerações sobre culinária ou culinária, alimentação e alimentação contribuíram para enriquecer essa discussão.

De certa forma, juntos, cozinha, culinária, tradições culinárias, comida e alimentação podem representar diferentes conjuntos de ideias, práticas, comportamentos, objetos e artefatos que operam de maneira complementar ou complementar e que juntos "implicam maneiras de perceber e expressar um 'modo' ou 'estilo de vida' específico que se considera específico a um grupo específico" (Maciel, 2004, p. 36). Maciel também nos lembra Lévi-Strauss (1968), para quem a culinária seria uma linguagem que traduz inconscientemente as estruturas de uma sociedade, bem como suas contradições. Todas essas noções (culinária, culinária, tradições culinárias, alimentação e alimentação) estão inter-relacionadas e incluem conjuntos de ingredientes, gêneros alimentícios, técnicas culinárias e práticas técnicas (Maciel, 2004); modos de tabela ou etiqueta, práticas e comportamentos sociais ligados a rituais de cozinhar e comer (Linares & Trindade, 2011); relações econômicas, padrões de consumo e

gosto (Santos, 2011); e outros significados. Como representações, extrapolam o domínio imediato da comida ou da alimentação e permeiam relações abstratas, econômicas, sociais e políticas (Santos, 2011). Eles podem ser materializados em símbolos religiosos – p. como o waffle da Santa Comunhão (Carneiro, 2005) – ou em marcadores sociais – p. como caviar, um eventual indicador de distinção e capital social (Bourdieu, 1984; Seymour, 2004). O binômio alimentar e alimentar vai além da ideia de cultura material, pois envolve regras sociais abstratas, representações, símbolos e comportamentos (Santos, 2001), organizados em grupo, em determinado território e época (Maciel, 2004).

Uma das maneiras possíveis de entender a cultura é como um conjunto de símbolos e imagens que se complementam; e que são compartilhados por um grupo e que ordenam ou orientam suas interações com os outros, de acordo com um contexto comum de práticas (Smircich, 1983). Cook e Yanow (1993) classicamente expandem essa ideia, definindo cultura como o conjunto de valores, crenças, sentimentos, artefatos, expressões, mitos, símbolos, metáforas e rituais criados, herdados, compartilhados, perpetuados e transmitidos pelos indivíduos de um grupo. o grupo, que, dessa forma, também pode caracterizá-los e distingui-los. Essa abordagem pode ser suficiente se buscarmos uma visão sistêmica e utilitária da noção de cultura. Por outro lado, Geertz (1973) já definia a cultura como uma "teia de significância", enfatizando sua natureza descritiva, em oposição a qualquer papel prescritivo no qual os indivíduos buscassem significado. Essa rede

de significados pode ser descrita na forma de discursos. O discurso nas ciências sociais tem sido um assunto fértil e complexo. Pode ser definida como uma estrutura não linear e multidimensional de textos e imagens que refletem toda a configuração social em que são produzidos (Howarth, 2000). Portanto, a natureza descritiva e interpretativa da cultura pode implicar que qualquer tentativa de compreendê-la envolverá a construção de discursos muitas vezes fluidos e inconscientes, pelo menos até certo ponto (Geertz, 1973). Se a cultura também é discurso, a representação de hábitos, práticas, técnicas, ingredientes e todo o universo de artefatos, práticas e discursos relacionados à comida e sua produção e consumo fica exposta como uma rede de significados, como a própria cultura.

Essa visão particular de alimentos e de comer como cultura certamente não esgota esse conceito de alcance. Comida e alimentação são como um corte de cultura, representando uma paisagem, com todas as suas práticas e influências específicas no modo de vida e nas escolhas das pessoas, individuais ou coletivas, bem como na maneira como elas se organizam e agem, novamente individual e coletivamente. Essa conceitualização pode, portanto, ser definida como uma paisagem alimentar, uma paisagem, uma representação dinâmica de espaços culturais e práticas de alimentação e alimentação que são material e socialmente mediadas e construídas na sociedade por seus agentes individuais, coletivos ou institucionais, conforme discutido e sugerido em Johnston e Goodman (2015).

O cenário cultural específico da comida e da alimentação é a arena na qual forças públicas, privadas, sociais, políticas e econômicas, de natureza individual ou institucional, interagem. Portanto, a paisagem alimentar inclui quais alimentos são avaliados, produzidos, vendidos e consumidos; os agentes que podem influenciar ou controlar seus recursos e as escolhas, individual ou coletivamente, em termos de práticas e representações alimentares; e quem tem acesso a esse sistema, seja como consumidor, produtor, formador de opinião ou qualquer outro agente. A paisagem alimentar reflete "relações dialéticas" - que, no entanto, ainda atingem "escalas múltiplas e mutantes", quebrando reivindicações determinísticas comuns às categorias marxistas - entre elementos culturais construídos socialmente relacionados ao universo da comida e da alimentação, seus artefatos e suas outras reificações, incluindo em suas dimensões políticas e econômicas (Johnston & Baumann, 2010; Johnston & Goodman, 2015).

Levando em consideração a suposição de que poderia ser difícil isolar uma organização como um corte social de toda a sua imagem externa, pode-se presumir que sobre arranjos culturais tão complexos também possam ser úteis para analisar outros tipos de organização. No entanto, o que é uma paisagem de alimentos? Appadurai (1996) defende uma visão de mundo caracterizada por um novo papel da imaginação na vida social. Devido às novas mídias e ao processo de globalização, o autor argumenta e propõe que seria necessário considerar um cenário de aspirações coletivas, baseado em imagens construídas

mecanicamente e na ideia de comunidades imaginadas de Benedict Anderson. Para Appadurai (1996), essa paisagem ainda seria entendida de acordo com as relações entre cinco dimensões das paisagens convergentes: paisagens financeiras, paisagens naturais, paisagens tecnológicas, paisagens médias e etnociências. Complementarmente, Johnston e Goodman (2015) definem a paisagem alimentar em termos de relações dialéticas, mas quebram reivindicações determinísticas comuns às categorias marxistas.

O alimento é o sistema biológico que foi mais notavelmente transmutado em um composto de significados, práticas, representações e eventos sociais, na medida em que seu valor material e nutricional seja ofuscado por seus aspectos culturais (Rozin, 2007). O binômio alimentar e alimentar assume, então, um significado importante como forma de ritual social e historicamente construído e como fenômeno cultural (Hegarty & O'Mahony, 2001; Carneiro, 2003). Além disso, de acordo com Santos (2011), uma cozinha seria um microcosmo da sociedade; que está de acordo com o argumento sobre a relevância, riqueza, complexidade e multiplicidade de perspectivas para a inter-relação entre a organização, por exemplo um restaurante requintado e seu ambiente externo (Taylor & Van Every, 2010; Vásquez, Brummans & Groleau, 2012; Hatch & Cunliffe, 2013) com implicações para suas representações abstratas de arranjos sociais, econômicos e políticos. Maciel (2004) também nos lembra Lévi-Strauss (1968), para quem uma cozinha seria uma linguagem que traduz inconscientemente as estruturas de uma

sociedade, bem como suas contradições. A paisagem gastronômica, portanto, é o cenário cultural peculiar à comida e à alimentação, é a arena na qual as forças públicas, privadas, sociais, políticas e econômicas, de natureza individual ou institucional, interagem. Portanto, a paisagem alimentar inclui quais alimentos são avaliados, produzidos, vendidos e consumidos; os agentes que podem influenciar ou controlar seus recursos e as escolhas, individuais ou coletivas, em termos de práticas e representações alimentares; e quem tem acesso a esse sistema, seja como consumidor, produtor, formador de opinião ou qualquer outro agente.

Conclusão

Neste artigo, portanto, a noção de cidade global é central para a interpretação das transformações contemporâneas vividas e testemunhadas, mesmo em cidades de médio porte em países emergentes. A cidade global não deve se restringir a um ângulo hierárquico ou econômico e geopolítico, de acordo com uma ordem transnacional, na composição das forças reguladoras da sociedade globalizada, como Hardt e Negri (2001). Aqui, abordou-o como um pedágio para entendê-lo como uma construção (também) de arranjos locais que desafiam a ordem monopolista do Estado e uma parte hegemônica de sua sociedade. A cidade global incluiria espaços nos quais outras forças sociais são capazes de ordená-las na ausência de porções hegemônicas da sociedade. Existem diferentes autores e

argumentos que oferecem suporte teórico para isso, principalmente considerando a modernidade líquida de Bauman (2012), segundo a qual narrativas e agendas identitárias contribuem para a fragmentação da ação coletiva.

A ideia de paisagem de alimentos se estenderia por múltiplas e variáveis escalas entre elementos culturais construídos socialmente relacionados ao universo da comida e da alimentação, seus artefatos e outras reificações, no entanto, incluindo dimensões políticas e econômicas.

Nesse cenário, comida e alimentação podem ser centrais para vários arranjos de poder na sociedade. É então relevante considerar ideias como identidade e poder. Apesar da importância de abordagens materialistas para alimentação e alimentação, como as comuns no campo da nutrição, engenharia de alimentos, química e psicologia, elementos como cultura, identidade, poder, política, podem contribuir para a construção da cidade, a história de uma região ou nação, à luz dos estudos do pós-colonialismo e do processo geralmente chamado de globalização, pois são reconhecidos ao longo das discussões em Warde (2016). No mesmo sentido conferido por Warde (2016), a identidade pode estar relacionada tanto à ideia de desempenho individual quanto à prática social, próxima ao conceito de habitus de Bourdieu (1984), a fim de permitir inferências tanto do comportamento individual à luz da sociedade, como do coletivo, da sociedade, à luz do comportamento individual. Entretanto, a identidade pode ser definida em termos de uma

paisagem alimentar específica, que também pode funcionar como uma representação imaginária, mas com um valor prescritivo, que pode influenciar a construção do próprio universo social, de um grupo, cidade, região ou país (Hobsbawm , 2000; Bueno, 2016).

Vaughan (2004) nos lembra de Georg Simmel para argumentar que o papel do cientista social é extrair formas sociais essenciais do conteúdo. Segundo esse autor, por meio de comparações e analogias, é possível tentar estudar categorias como cultura, conflito, hierarquia, divisão do trabalho, poder, desigualdades comuns a toda organização social. Como qualquer fenômeno cultural, comida e alimentação, portanto, um restaurante requintado também refletem a maneira como um grupo é organizado, suas representações, símbolos e discursos. Da mesma forma, pode ser percebida como uma narrativa histórica de um processo de identificação cultural que leva a uma culinária que representa as preferências e práticas de um grupo (Fischler, 1988; Collaço, 2013a). A certa altura, esse desenvolvimento pode até estar associado ao processo de construção da nação, uma vez que a identidade nacional também pode ser fortalecida por meio de sua culinária (Collaço, 2013a). Essa construção social das representações de uma paisagem alimentar, de seu espaço e de suas práticas, tem natureza dinâmica e heterogênea, pois medeia arranjos culturais e materiais e dimensões econômicas e políticas desiguais (Johnston & Goodman, 2015). No entanto, a ideia de narrativa, identidade, fluxo e heterogeneidade deve ser considerada à luz

de subjetividades pós-modernas e pós-coloniais, fragmentadas, múltiplas, deslocadas e descentralizadas (Hall, 1992).

Nesse sentido, este artigo procurou oferecer algumas considerações sobre um tipo específico de organização, que, no entanto, oferece tipos específicos de serviço e produto – alimentos e alimentação – que, no entanto, são centrais para a existência humana, do ponto de vista biológico e cultural. Portanto, essas organizações podem exigir uma análise teórica abrangente e oferecer acesso a possibilidades bastante interessantes de evidências empíricas para o estudo das organizações e da sociedade.

Referências

Alsayyad, N. & Roy, A. (2006). Medieval modernity: on citizenship and urbanism in a global era. *Space and Polity*, 10(1), 1-20.

Anderson, B. (1991). *Imagined communities: reflection on the origin and spread of capitalism*. London: Verso.

Appadurai, A. (1996). *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Bauman, Z. (2012). *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press.

Barros, R. P., Henriques, R., & Mendonça, R. (2001). *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Brasília: IPEA.

Bergamasco, D. (2011). *Conheça a capital brasileira dos garçons*. Recuperado em 1 junho, 2011, de: <http://vejasp.abril.com.br/cidades/garcom-pedro-capital/>.

Berman, M. (1982). *All that is solid melts into air*. New York: Simon & Schuster.

Bertolucci Júnior, L. (2017). Análise demográfica da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - TMAP. In V. P. Corrêa (Org.). *dinâmica socioeconômica da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba* (pp. 1-44). Uberlândia: CEPES/IEUFU. v. 1.

Boulud, D. (2004). *Conselhos a um Jovem chef*. São Paulo: Anhembi Morumbi.

Bourdieu, P. (1984). *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Cambridge: Harvard University Press

Bueno, M. L. (2016). Da gastronomia francesa à gastronomia global: hibridismos e identidades inventadas. *Caderno CRH*, 29(78), 443-462.

Caldeira, T. P. R. (1996). Fortified enclaves: the new urban segregation. *Public Culture*, 8(2), 303-328.

Caramel Sweet & Salt. (2018). *O cardápio executivo está cheio de opções deliciosas, como o Picadinho Chic de filé mignon em cubos ao molho de vinho tinto, arroz branco, banana crocante e farofa de cenoura e ovo. Venha aproveitar!* Recuperado em 6 fevereiro, 2018, de: <https://www.facebook.com/caramelrest/photos/a.1087323587949504.1073741829.1083330681682128/2011610312187489/?type=3&theater%3E>.

Carneiro, H. (2003). *Comida e sociedade: uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Campus.

Cavalli, S. B. & Salay, E. (2007). Gestão de pessoas em unidades produtoras de refeições comerciais e a segurança alimentar. *Revista de Nutrição*, 20(6), 657-667.

Chef de Pedro II é selecionado para trabalhar na Copa das Confederações. Recuperado em 23 junho, 2013, de: <http://gritador.com.br/?pg=noticia&id=1474>.

Collaço, J. L. H. (2013a). Gastronomia: a trajetória de uma construção recente. *Habitus*, 11(2), 203-222.

Collaço, J. H. L. (2013b). O encontro entre o tradicional e o novo: autenticidade e restaurantes na cidade de São Paulo. *Tessituras*, 1(1), 191-221.

Collaço, J. H. L. (2009). *Sabores e memórias: cozinha italiana e construção de identitária em São Paulo*. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Costa, S. (2018). Entangled inequalities, state, and social policies in contemporary Brazil. In M. Ystanes & I. Strønen (Eds) *The social life of economic inequalities in contemporary Latin America* (pp. 59-80). Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Durham, E. R. (2004). Movimentos sociais: a construção da cidadania. In E. R. Durham. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia* (pp. 283-294). São Paulo: Cosacnaify.

Ferreira, J. F. (2010). *O processo de aprendizagem e as culturas organizacionais em restaurantes étnicos*. Tese de doutorado, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil.

Finkelstein, J. (1989). *Dining out: a sociology of modern manners*. Cambridge: Polity Press.

Fischler, C. (1988). Food, self and identity. *Social Science Information*, 27(2), 275-292.

Fonseca, S. A. (2013). *Ingredientes da aprendizagem social: um estudo na cozinha de um restaurante da grande São Paulo*. Tese de doutorado, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil.

Fukuyama, F. (2013). What is governance? *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, 26(3), 347-368.

Gambato, C. & Gonçalves, R. B. (2017). Adaptação da cozinha francesa à cultura e ao paladar brasileiro. *Cultur*, 11(3), 58-86.

Grovogui, S. N. (2010). The global south: a metaphor, not an etymology. *Global Studies Review*, 6(3), 1-5.

Hall, S. (1992). The question of cultural identity. In S. Hall. *Modernity and its futures* (pp. 274-316). Cambridge: Polity Press.

Hardt, M. & Negri, A. (2001). *Empire*. Cambridge: Harvard University Press.

Harvey, D. (1989). *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Oxford: Blackwell.

Hatch, M. J. & Cunliffe, A. L. (2013). *Organization theory: moderns, symbolic and postmodern perspectives* (3a ed.). Oxford: Oxford University Press.

Hegarty, J. A. & O'Mahony, G. B. (2001). Gastronomy: a phenomenon of cultural expressionism and an aesthetic for living. *International Journal of Hospitality Management*, 20(1), 3-13.

Hobsbawm, E. (2000). Introduction: inventing traditions. In E. Hobsbawm & T. Ranger (Eds.). *The invention of tradition* (pp. 1-14). Cambridge: Cambridge University Press.

Ipiranga, A. S. R., Lopes, L. L. S., & Souza, E. M. (2016). A experiência estética nas práticas culinárias de uma organização gastronômica. *Organizações & Sociedade*, 23(77), 191-210.

Jameson, F. (1998). The antinomies of postmodernity. In F. Jameson. *The cultural turn: selected writings on the postmodern 1983-1998* (pp. 50-72). London: Verso.

Johnston, J. & Baumann, S. (2010) *Foodies: democracy and distinction in the gourmet foodscape*. London: Routledge.

Johnston, J. & Goodman, M. K. (2015). Spectacular foodscapes: food celebrities and the politics of lifestyle mediation in an age of inequality. *Food, Culture and Society*, 18(2), 205-222.

Judt, T. (2010). *Ill Fares the Land*. New York: The Penguin Press.

Lévi-Strauss, C. (1968). Petit traité d'ethnologie culinaire. In C. Lévi-Strauss. *L'origine des manières de table* (pp. 390-411). Paris: Plon.

Lipovetsky, G. (2000). *La era del vacío: ensayos sobre el individualismo contemporáneo*. Barcelona: Anagrama.

Lopes, L. L. S., Souza, E. M., & Ipiranga, A. S. R. (2014). Desvelando as categorias estéticas na organização de um pequeno restaurante. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 3(1), 207-222.

Maciel, L. M. (2011). Entrevista: Revisitando o “caminho da cidade”, com Eunice Ribeiro Durham. *Ideias*, 2(1), 293-307.

Maciel, M. E. (2004). Uma cozinha à brasileira. *Revista Estudos Históricos*, 33, 26-39.

Maguire, J. S. (2016). Introduction: looking at food practices and taste across the class divide. *Food, Culture & Society*, 19(1), 11-18.

Mikkelsen, B. E. (2011). Images of foodscapes: introduction to foodscape studies and their application in the study of healthy eating out-of-home environments. *Perspectives in Public Health*, 131(5), 209-216.

Pedro II é cidade que mais exporta garçons para São Paulo. Recuperado em 27 agosto, 2011, de: <https://cidadeverde.com/noticias/83142/pedro-ii-e-cidadeque-mais-exporta-garcons-para-sao-paulo-diz-revista>.

Quijano, A. (2000). Coloniality of power and eurocentrism in Latin America. *International Sociology*, 15(2), 215-232.

Rocha, F. G. & Amaral, F. M. (2012). Qualificação para as atividades do turismo: perfil profissional de trabalhadores, proprietários e gestores de empresas de alimentação fora do lar na região litorânea central do estado de Santa Catarina (Brasil). *Turismo & Sociedade*, 5(1), 124-143.

Rozin, P. (2007). Food and eating. In S. Kitayama & D. Cohen (Eds.). *Handbook of cultural psychology* (pp. 391-416). New York: Guilford.

Santos, C. R. A. (2011). A comida como lugar de história: as dimensões do gosto. *História: Questões & Debates*, 54(1), 103-124.

Sassen, S. (1991). *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.

Scape. (2018). *Cambridge dictionary*. Cambridge: Cambridge University Press. Recuperado em 13 dezembro, 2019, de: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/scape> .

Seymour, D. (2004). The social construction of taste. In D. Sloan (Ed.) *Culinary taste: consumer behaviour in the international restaurant sector* (pp. 1-22). Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann.

Silva, V. A., Guimarães, E. N., Bertolucci Júnior, L., Ferreira, E. W., & Diniz, C. J. (2001). Aglomeração urbana de Uberlândia (MG): Formação socioeconômica e centralidade regional. In D. J. Hogan, J., R. L. Carmos, J. M. P. Cunha, & R. Baeninger (Orgs.). *Migração e ambiente nas aglomerações urbanas* (pp. 195-223). Campinas: Núcleo de Estudos Populacionais/UNICAMP.

Taylor, J. R. & Van Every, E. J. (2010). *The situated organization: case studies in the pragmatics of communication research*. Abingdon: Routledge.

Tilly, C. (1990). *Coercion, capital, and European states: AD 990-1990*. Cambridge: Basil Blackwell.

TripAdvisor (2019). Recuperado em 12 dezembro, 2019, de: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g303631-d2087365i160035577PARIS_6_Classique-Sao_Paulo_State_of_Sao_Paulo.html.

Vásquez, C., Brummans, B. H. J. M., & Groleau, C. (2012). Notes from the field on organizational shadowing as framing.

Qualitative Research in Organizations and Management, 7(2), 144-165.

Vaughan, D. (2004). Theorizing disaster. *Ethnography*, 5(3), 315–347.

Warde, A. (2016). *The practice of eating*. Cambridge: Polity Press.

Warde, A. & Martens, L. (2003). *Eating out: social differentiation, consumption and pleasure*. Cambridge: Cambridge University Press.

Weber, M. (2004). Politics as a vocation. In M. Weber. *The vocation lectures* (pp. 32-94). Indianapolis: Hackett Publishing Company.

Wilson, T. M. & Donnan, H. (1998). Nation, state and identity at international borders. In T. M. Wilson & H. Donnan (Eds.). *Border identities: nation and state at international frontiers* (pp 1-30). Cambridge: Cambridge University Press.

Capítulo 5

FUTEBOL COMO TRADIÇÃO OU INVENÇÃO? A PRÁTICA DE REPRESENTAR A CIDADE NO MUSEU BRASILEIRO DO FUTEBOL DE BELO HORIZONTE

*Gabriel Farias Alves Correia*¹⁸
*José Vitor Palhares dos Santos*¹⁹
*Alexandre de Pádua Carrieri*²⁰

Introdução

O objetivo desse trabalho é compreender como ocorre a prática de representar a cidade de Belo Horizonte a partir do caso do Museu Brasileiro do Futebol (MBF), anexo ao estádio Governador Magalhães Pinto, mais conhecido como Mineirão.

¹⁸ Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: correia_gfa@gmail.com.

¹⁹ Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Instituto Federal Farroupilha. Contato: titopalhares@hotmail.com.

²⁰ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: alexandre@face.ufmg.br.

De acordo com Harvey (2007), por se tratar de centros de conflitos e transformações, faz-se necessário resgatar a noção de “cidades” enquanto um corpo político para se (re)pensar e reconstruir o mundo em que vivemos e, inclusive, a nós mesmos. Nesse sentido, apesar de ser um tema relativamente novo na Administração, sobretudo nos Estudos Organizacionais, tem havido um crescente interesse por parte de pesquisadores da área pelos estudos sobre cidades e a complexidade urbana (Honorato & Saraiva, 2016; Teixeira, Subirats & Lacerda, 2018; Xavier & Carrieri, 2016).

Assim, buscamos contribuir para a reflexão teórica nos Estudos Organizacionais das práticas de representar as cidades a partir das formas com que as histórias de uma determinada localidade são contadas por meio dos museus. Com esse estudo é possível também avançarmos nas análises dos usos sociais dos museus associados ao turismo cultural, uma vez que ele movimentada cada vez mais viajantes. Além disso, grande parte dos turistas que as cidades recebem veem nos museus um dos pontos mais importantes para seu deslocamento (Richards, 2011). Nesse contexto, os museus de futebol se constituem como importantes atrativos turísticos nas cidades, atraindo até mais visitantes do que museus de obras de arte (Oliveira, 2014; Richards, 2011; Silva & Santos, 2011).

Saraiva e Carrieri (2012) embasam o conceito de cidade, permitindo uma orientação organizacional no contexto urbano e a observação da vida social organizada. Assim, ao

considerarmos as possibilidades de incorporação de culturas, é preciso também questionarmos quais são as destacadas, por quem, de quais maneiras e por quais motivos assim ocorrem. Ainda que o MBF busque trazer sua versão oficial de cultura e de memória do futebol a ser preservada, é o público frequentador que possibilita sua existência.

Alegrias (2017) afirma que a construção de uma memória histórica e social envolve o futebol em uma localidade, incluindo as conquistas de clubes, a importância de indivíduos relacionados a ele, além das apreciações midiáticas realizadas. Os museus de futebol para a autora buscam assumir, no discurso museológico, a produção e constante reforço de identidades socioculturais no território que buscam recontar a história. Com isso, esses espaços acabam por corroborar a identidade do local, associada à sua memória.

As múltiplas possibilidades de leitura da cidade conversam com os interesses de exposição dos museus, sendo caracterizadas como práticas de representar. Essas práticas ocorrem como construções de determinadas imagens dentre tantas outras possíveis, convergindo com a compreensão, interpretação e síntese das diversas visões existentes (Sánchez, 2001). Ao considerarmos a diversidade no olhar para as cidades, devemos compreender que ela pode ser imaginada de diversas formas. A busca pelo ordenamento, pela quantificação, pela exaltação e pelo lucro revela a tentativa de tornar a cidade eficiente aos olhos dos investidores, valendo-se da aparente objetividade

ideológica que busca transmitir a naturalidade do que é criado e inventado (Sánchez, 2001).

Para alcance do objetivo proposto, buscamos suporte teórico nas práticas de representar as/nas cidades e a compreensão social dos museus, enfatizando os museus de futebol. Logo após, apresentamos o percurso metodológico que aponta os caminhos dessa pesquisa e, em seguida, analisamos os dados coletados. Por fim, tecemos as considerações finais e as propostas de trabalhos futuros em relação ao tema.

As práticas de representar as/nas cidades

A cidade é compreendida nesse trabalho sob o ponto de vista de Saraiva e Carrieri (2012) como aquela que transpassa a delimitação física em que reside uma população, para ser considerada como o seu povo. Tal concepção parte da ideia de cultura como metáfora, já que é a dinâmica populacional que define o que é ou não aceitável em determinado lugar.

As práticas de representar as cidades em espaços culturais possibilitam a criação de artifícios que conectam a cultura aos seus serviços ou produtos. Esses processos devem ser analisados em conjunto com os possíveis processos de exclusão sociocultural. A escolha por representar um tipo de cidade leva a marginalização de outras representações, geralmente, vinculadas aos grupos subalternos e minorias sociais. Dessa forma, é

necessário refletir sobre a atração que possui determinado espaço cultivado por um modelo burguês de cultura, ou seja, destinado aos que podem por ela pagar, transformando a cultura em mercadoria e os cidadãos em consumidores (Correia, Colares & Saraiva, 2017).

A dificuldade de se pensar a cidade por meio de leis simples e regulares que poderiam prever sua evolução é destacada por Limena (2001). A autora afirma que a crise que está posta em várias instâncias do conhecimento também atinge à forma e aos conceitos em que as cidades têm sido pensadas. A predominância de ideais modernos de ordem, regularidade, previsão, controle e avanço tendem para a uma visão reducionista e mecanicista das dinâmicas nas cidades.

Limena (2001, p. 39) afirma que as políticas de intervenção nas cidades orientadas por planejadores e administradores utilizam princípios ainda do início do século XX, “pautados por um pensamento contaminado pela ênfase nos negócios e pela ausência de objetivos sociais e políticos que possam reverter na melhoria das condições de vida para a totalidade dos cidadãos”. Sánchez (2001) complementa que as intervenções nas cidades são pautadas em uma lógica de promoção de mercadoria, representada com uma visão de mundo dominante.

Sánchez (2001) reflete que a tentativa de transmitir algo como natural revela que as representações são ideologicamente construídas a partir de uma posição social e que possuem

objetivos determinados. O posicionamento que busca se colocar como neutro está carregado de seletividade. Ele busca ser homogeneizante, dado para que se tenha uma aceitação passiva dos valores culturais, políticos e morais já que estão postos e não são mutáveis. As representações andam em conjunto com a intencionalidade, buscando sempre produzir discursos de verdade na realidade social. Nogueira (1998) já havia colocado que as reflexões sobre as cidades envolvem refletir sobre nós mesmos, em uma perspectiva que foge da imparcialidade e destaca a importância do posicionamento dos pesquisadores no mundo em que estão. Por isso, escrevermos sobre essa temática é escrevermos sobre os nossos próprios sonhos, frustrações, vivências, inquietações e concepções, aproximando o cotidiano vivido com a memória, o símbolo, o mito e o intangível.

Portanto, é importante considerarmos que por mais que Belo Horizonte e, no caso desse trabalho, o futebol, busque ser representado, eles não são reduzidos aos discursos. Com isso, o olhar para as cidades deve refletir sobre as diversas intencionalidades permeadas pelas práticas dos múltiplos atores. Olhar para as cidades é carregar conosco as diversas formas que elas foram representadas, vividas, percebidas, lembradas, sociabilizadas e também esquecidas, invisibilizadas.

Dos museus aos museus de futebol

Os museus são considerados importantes fontes históricas e promotoras de memórias, possuindo importância simbólica (Alegrias, 2017). Além disso, por mais que se tente considerar que as memórias conservam acontecimentos, práticas, imagens, recordações e hábitos, elas são vivas e mutáveis, não objetivas e acabadas. No momento que são evocadas, as memórias recriam os acontecimentos, criam novas versões e significações para os fatos pretendidos. A autora embasa que esses locais buscam enfrentar o tempo e as certezas dos esquecimentos para que, preservando as memórias, se tenham pontos de referência para as ações próximas de identidades comuns. Identidades essas que caminham para o já discutido por Benedict Anderson (1983/2008) como discursos construídos e imaginados, como comunidades imaginadas e representadas.

Os museus emergem enquanto espaços sociais de consumo de cultura e de turismo, sendo um dos locais mais visitados no turismo cultural, o qual se volta para a criação e a memória do sujeito, ao testemunho de seu passado e de sua história (Baudrihaye, 1997). Esses locais são considerados âncoras culturais no fortalecimento dos atrativos turísticos das cidades para os visitantes em geral (Braga & Shibaki, 2010). Da mesma forma, os museus se destacam como recursos potenciais para recebimento de visitantes hospedados nas cidades e oferecem alternativas de lazer, conhecimento e identidade, tanto aos turistas quanto à população local (Conforti, Gonzalez & Endere,

2014). O turista contemporâneo busca consumir produtos e experiências relacionadas às comunidades locais, às experiências vividas e àquelas que podem ser utilizadas em situações posteriores as das visitas (Carvalho & Silva, 2014), convergindo com a redefinição ocorrida nos últimos anos que ampliou a atenção para as cidades e seus atrativos, diferente dos destinos que até a década de 1970 se centravam em atrações naturais, como montanhas e mares (Gastal & Osmański, 2017).

Ao considerarmos o contexto específico de Belo Horizonte, algumas das principais motivações para se visitar os museus da cidade são a recomendação por pessoas próximas, a busca por experiências novas, a aprendizagem, o desejo de conhecer a cultura local, o escapismo e o turismo (Gosling, Silva & Coelho, 2016). Porém, a condição social de visitação de museus também sofre interferência de questões como tempo e trabalho. Para Damasceno (2018), as sociedades capitalistas são deslumbradas com o controle do tempo, necessário para produção e consequente exploração do trabalho assalariado. Desta maneira, o trabalhador sofre implicações diretas na realização de atividades lúdicas, lazer e cultura, interferindo, para o mesmo autor, nas taxas de visitação aos museus.

Museus de futebol são, para Costa (2016), iniciativas que buscam evidenciar as memórias expostas e acionar as lembranças dos visitantes que se compatibilizam com o esporte. Alegrias (2017) complementa que o futebol é um fenômeno

social e cultural, de massa, historicamente produzido e os códigos de pertencimento são estimulados de forma com que os símbolos sejam reconhecidos por todos que por ele simpatizam. Os museus de futebol seriam então instituições capazes de reforçar esses reconhecimentos ao patrimonializarem esse esporte, além de serem considerados atrativos turísticos (Oliveira, 2014; Silva & Santos, 2011).

Por fim, nos baseamos em Azevedo e Alfonsi (2010) para considerarmos que os museus de futebol possuem como função a preservação das memórias do futebol consideradas significativas e que possuem interesse de compartilhamento e patrimonialização. Esses pontos se tornam importantes para que ao olharmos para os museus e suas representações de memórias fundamentais, seja possível contextualizá-las no tempo e espaço. Refletirmos sobre o que, como, quem, por quê, quando, de que forma e em que lugar esses locais buscam transmitir memórias de forma institucionalizada, auxilia-nos em um olhar crítico sobre as práticas que são realizadas no âmbito de instituições museológicas.

Percurso metodológico

A pesquisa aqui realizada é qualitativa. Colbari (2014) embasa que esse tipo de pesquisa propicia aos pesquisadores a compreensão sob diversas perspectivas do fenômeno estudado. É importante ressaltar que esse método envolve situações

diversas, complexas, não planejadas, em uma espécie de bricolagem, sendo reflexivo e construído por representações, conhecimentos e interpretações dos pesquisadores.

Sobre a coleta de dados, em um primeiro momento, realizamos contato por telefone com o MBF buscando autorização para realização da pesquisa. Ciente dos objetivos, a coordenadora do espaço solicitou o envio do pedido por e-mail, além do termo de consentimento e as apresentações pessoais dos pesquisadores. Feito isso, marcamos uma reunião para elucidarmos eventuais dúvidas e realizarmos as entrevistas no próprio museu.

Foram realizadas dez entrevistas indicadas e autorizadas pela coordenação do espaço, sendo sete delas com sujeitos que trabalham no museu atualmente, dentre eles o atual curador, a coordenadora, os guias, além de quatro visitantes de grupos diferentes que haviam acabado de completar o circuito de visita. Nessa pesquisa, utilizaremos os relatos dos sete primeiros sujeitos que possuem vínculo formal com o museu, o que possibilitou explicitar, por exemplo, o processo de formação, consolidação do espaço e da exposição permanente. Dos sete entrevistados que trabalham no museu atualmente, seis deles são historiadores, auxiliando no embasamento histórico das informações apresentadas na pesquisa. O outro sujeito entrevistado trabalha no estádio desde sua construção, nos anos de 1960.

As entrevistas foram realizadas no mês de julho de 2018 no próprio MBF, tendo como base um roteiro semiestruturado que abordava temas relacionados ao processo de construção, aos objetivos gerais do local, aos objetivos da exposição, ao público frequentador, a relação com o turismo e a história da cidade. As entrevistas, que tiveram duração média de 40 minutos, foram gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra para facilitar a análise de dados. Além disso, atribuímos aleatoriamente números aos entrevistados para que suas identidades fossem preservadas. Desta forma, ao invés de citarmos seus nomes, optamos pelos pseudônimos entrevistado 1 (E1), entrevistado 2 (E2), entrevistado 3 (E3) etc.

Uma vez construído o *corpus* de entrevistas, utilizamos a técnica de Análise Linguística do Discurso (ALD). Optamos por essa técnica, pois, assim como já colocado por Brandão (2002), ela possibilita interconectar fatores linguísticos e sociohistóricos, bem como evidencia aspectos ideológicos e linguísticos. A associação da pesquisa qualitativa à ALD proporciona melhor entendimento entre a realidade social e os conflitos ideológicos e, por apresentar maior clareza ao entrevistador, essa técnica vem sendo usada constantemente pelos Estudos Organizacionais, tornando os textos como objetos (Alvesson & Kärreman, 2011; Souza & Carrieri, 2014). A análise do Discurso nos Estudos Organizacionais é utilizada “para respaldar análises qualitativas que busquem evidenciar processos de construção de sentido em dados contextos sociais e organizacionais” (Souza & Carrieri, 2014, p. 14). Com as

análises, surgiram três percursos semânticos que nortearam as discussões do estudo, a saber: 1) O processo de estabelecimento de um museu sobre futebol em Belo Horizonte; 2) A cidade representada: afinal, qual é a Belo Horizonte do MBF? e 3) os aspectos turísticos relacionados ao museu.

O processo de estabelecimento de um museu sobre futebol em Belo Horizonte

Para a compreensão do contexto em que o museu está colocado, as questões que ele busca relatar, a razão que exerce sua atividade, é importante compreendermos como foi criado e estabelecido o local. O trecho 01 possibilita compreender as formas iniciais do projeto que resultou na criação do museu:

(01) O desafio aqui era implantar um museu que **já tinha um plano museológico estabelecido** por uma empresa [...] e foi feito um acordo com o estado né, da revitalização do Mineirão, que tivesse um equipamento cultural novo [E1].

(02) O Museu Brasileiro do Futebol, a instituição, ela está prevista no contrato de PPP [parceria público privada] da Minas Arena [empresa que administra o estádio]. Então, para a assinatura do contrato tinham várias cláusulas e uma delas era que a gente precisaria instituir esse museu, que esse museu precisa funcionar dessa e dessa forma de acordo com o **plano museológico** e durante todo o período de concessão. Então, esse **é um ponto-chave para o entendimento do que que é esse lugar**. Então, desde o fechamento para reforma já se sabia

que **existiria um museu aqui** dentro [E2].

O processo de criação, segundo os entrevistados E1 e E2, ocorreu a partir de uma exigência contratual entre o governo do estado Minas Gerais e a Minas Arena (empresa que venceu o processo de licitação para gestão do estádio), personagens que aparecem na fala de ambos os entrevistados. A condição social da criação do local ainda é contextualizada pela utilização do interdiscurso de reforma do estádio Mineirão para a realização Copa do Mundo de Futebol no ano de 2014 e a cessão a uma empresa com base em uma parceria público-privada.

Ainda que silenciados nas falas dos entrevistados, é possível refletir sobre os motivos que levaram o estado a exigir a criação de um equipamento cultural sobre o futebol no âmbito da reforma e quais os interesses vinculados na existência de um local oficial para recontar uma história oficial. Como bem colocou Alegrias (2017), o futebol é um fenômeno social e cultural, de massa e produzido historicamente. Isso significa que os códigos de pertencimento são inventados e seriam os museus as instituições capazes de reforçar esses aspectos ao patrimonializá-lo.

A exigência do tipo de memória a ser lembrada aparece como base ao se realizar a escolha semântica da expressão “plano museológico”, já previsto em contrato e demonstrando que não seria qualquer memória que seria preservada no MBF. O entrevistado E2 ainda utiliza do tempo verbal do presente, e não

do passado, para contextualizar que o plano museológico “é um ponto-chave para o entendimento do que que é esse lugar”. Assim, apesar do plano museológico ter sido estabelecido no passado, ele continua sendo, no tempo presente, fundamental para compreensão do que é o museu.

(03) A gente já tinha o museu do futebol em São Paulo contando a história do futebol de certa forma **muito midiática** e aí eu pensei em propor um museu que ajudasse a contar **a história do Mineirão, a história do futebol em Belo Horizonte, a história do futebol mineiro** e depois falar do futebol em geral e falar do futebol dentro do Brasil como um todo [E1].

O entrevistado E1 utiliza de alguns artifícios discursivos para justificar a criação do museu em Belo Horizonte. Em um primeiro momento evoca-se o personagem “museu do futebol em São Paulo”, utilizando a expressão “muito midiática” de forma depreciativa para que, em seguida, pudesse relatar a criação do equipamento cultural de Belo Horizonte. No trecho, opta-se por enunciar temas como “a história do Mineirão, a história do futebol em Belo Horizonte, a história do futebol mineiro” para se ressaltar a importância local dos conteúdos do museu, demonstrando de forma implícita sua necessidade de vinculação local.

Logo após, o uso do advérbio de tempo “depois” indica uma prioridade posterior da narrativa proposta no museu, não por acaso, de temas gerais como o futebol em geral e o futebol no

Brasil. Nesse sentido, o percurso semântico do entrevistado caminha para representar a evidência do futebol da cidade e do estado no cenário esportivo nacional, possivelmente uma das razões de criação do espaço. Isso converge com o colocado por Azevedo e Alfonsi (2010) de que é necessário refletir sobre as memórias do futebol que são compartilhadas nesses espaços, sendo elas oficiais, maiores, consideradas significativas e com vistas à salvaguarda de um tipo de história. Isso ocorre consequentemente com a intenção de silenciar outras.

(04) Houve um estudo pro **nome do museu**. Então, eram três nomes: Museu do Mineirão, Museu do Futebol Brasileiro e Museu Brasileiro do Futebol, **porque o Museu do Futebol não poderia ser porque é um nome registrado do museu que há no Pacaembú [...]**. A gente quer falar do **futebol como experiência social, cultural, econômica, política**, enfim. Se eu coloco, Museu do Mineirão eu só posso falar estritamente do que acontece dentro do estádio. Então, a gente não queria isso, **a gente não queria se restringir a isso aqui, a gente queria se ampliar**. Ai foi pro Museu do Futebol Brasileiro. Museu do Futebol Brasileiro faz com que eu não possa falar da Copa do Mundo por exemplo, eu só posso falar do futebol que acontece aqui. Então Museu Brasileiro do Futebol **foi uma forma mais ampla de conseguir trabalhar as questões a que se propunham** [E2].

No trecho são evidenciados os possíveis nomes para o museu e as questões que ele abarca. Fatores amplos são explícitos no fragmento “futebol como experiência social, cultural, econômica, política”. Isso ocorre porque, apesar do museu estar anexo ao estádio Mineirão, a ideia é que ele pudesse ser espaço

para se resguardar uma memória nacional e internacional, além dos aspectos locais que possui, destacado na contradição e oposição das expressões “não queria se restringir” e “queria se ampliar”. Costa (2017) embasa esse ponto ao considerar que para alcançar possibilidades diversas, o espaço expositivo dos museus e as características dos objetos devem ser extrapoladas. Com isso, o nome “Museu Brasileiro do Futebol” foi definido de “forma mais ampla”, extrapolada.

O uso da expressão “ampla” pelo entrevistado E2 pode ser considerado nesse contexto com uma fuga, se tratando do nome, dos aspectos locais. Fica explícita a tentativa de despontar o equipamento como referência no âmbito nacional, tendo em vista que dois dos três nomes pré-selecionados se referiam ao tema “Brasileiro”. Nesse sentido, refrata-se o discurso do estado de Minas Gerais como submisso aos interesses dos outros estados do sudeste, nesse caso, secundário a existência de outro museu a nível nacional no estado de São Paulo. De forma implícita na escolha do nome do museu, existe uma tentativa de concorrer com o Museu do Futebol de São Paulo, que ocorre no discurso quando se escolhe lembrar do registro do nome que há no estádio Pacaembú.

(05) O Museu Brasileiro do Futebol é um **espaço educativo e expositivo** que vai tratar principalmente **a história do Mineirão e do futebol mineiro** mas também, como o próprio nome diz, **do futebol nacional**. Mineirão é um estádio histórico, faz parte do complexo do Museu, não poderia deixar

de ser diferente. [...] o museu entra como parte integrante do Mineirão nesse processo educativo [E6].

O trecho acima decide por definir o museu como “espaço educativo e expositivo”, mas como um objetivo e uma intencionalidade definida, que é “a história do Mineirão e do futebol mineiro”. O entrevistado segue utilizando a expressão de oposição “mas”, que em conjunto com a expressão “também” adquire função de advérbio para adicionar e enfatizar o protagonismo dado ao futebol nacional no conteúdo exposto. Nesse sentido, o “Mineirão”, utilizado como figura, se torna parte do museu como um objeto, que possibilita transcender o monumento para uma função social educativa. Isso corrobora as afirmações de Conforti, Gonzalez e Endere (2014) e de Costa (2017) de que o museu contemporâneo é um espaço de comunicação e de produção de conhecimento.

No entanto, silencia-se que o processo educativo se refere a uma imagem que se quer transparecer do monumento com todos seus aspectos positivos, invisibilizando aspectos que possam causar uma má impressão ao local, como as denúncias do Ministério Público de Minas Gerais de desvios de verba na construção e reforma do local²¹. Dessa forma, é possível refletir, com base em (Anderson, 1983/2008) sobre quais as histórias do Mineirão

²¹ Cf. <https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2016/06/19/esquema-desviou-mais-de-r-35-mi-para-empiteiras-do-mineirao-afirma-mp.htm>

Acesso em: 9 de Agosto de 2019.

são criadas, construídas, artificiais e descoladas dos acontecimentos ou se realmente são histórias comprometidas com as discussões que possam levar a uma reflexão educacional emancipadora.

(06) A gente põe um texto na parede, mas **tem uma intenção**. Tem intenção do curador, tem intenção do grupo de pesquisa, tem intenção do cara que financia. Então assim, [estalo com os dedos], **não é uma coisa aleatória é uma coisa pensada naquele contexto naquele momento.** [E1]

Por fim, o entrevistado E1 ressalta no fragmento “tem uma intenção” o caráter intencional da exposição e de tudo que a envolve, citando os personagens ocultos “curador”, “grupo de pesquisa” e “cara que financia”. O percurso semântico da parcialidade na exposição e de tudo que é exposto e pensado aparece de forma explícita, que de modo geral, busca evidenciar as intenções do discurso e colocar o museu como instrumento de memória repleto de posições parciais de mundo dos sujeitos que o pensaram e/ou o gerem.

A cidade representada: afinal, qual é a Belo Horizonte do MBF?

A cidade que é representada no museu se confunde com o que representa a monumentalidade do estádio Mineirão, no qual o museu está localizado. Dessa forma, os depoimentos dos entrevistados coadunam o estádio com o museu e, assim, ele é referência para tratar da cidade de Belo Horizonte de forma

positiva. Isso converge com o colocado por Correia, Colares e Saraiva (2017) de que a representação positiva de equipamentos culturais pelo público tentam ser maximizadas por meio dos discursos, como nos trechos abaixo:

(07) [O estádio] tem uma relevância local **impressionante**. **Quando você trata de Minas Gerais, trata de Belo Horizonte você tem que tratar do Mineirão**, então você **abarca todo esse contexto mineiro, belo-horizontino quando você fala do estádio** [E6].

(08) **Com o crescimento da cidade** a gente tem o crescimento dos clubes, né, o **surgimento dessas arenas esportivas antigas**, demonstrando o tanto que **a cidade precisa de opções de lazer**. [...] Então com o crescimento da cidade a gente tem o **crescimento do futebol até que nos anos 60 surge o Mineirão** e ele vai carregar pra dentro de si toda essa bagagem dos clubes, **o gigante da Pampulha, uma obra descomunal** [...] [E4].

Nos trechos 07 e 08, os entrevistados optam pelo percurso semântico do estádio Mineirão como referência na cidade de Belo Horizonte e no contexto mineiro. Desta forma, o entrevistado E6 utiliza o tempo verbal do presente para destacar a relevância atual do estádio para a cidade, utilizando o adjetivo valorativo “impressionante” para reafirmar a importância local. O entrevistado segue utilizando uma estratégia discursiva condicional para afirmar que o personagem “Mineirão” deve ser mencionado ao se tratar dos personagens “Minas Gerais” e

“Belo Horizonte”, utilizando o advérbio de ordem “tem” como recurso discursivo.

O entrevistado E4 utiliza do recurso discursivo histórico para localizar a cidade, para que, logo após, seja dito o que realmente deseja, que é que “a cidade precisa de opções de lazer”. Apesar de iniciar a frase no tempo verbal do passado, o entrevistado termina por encerrá-la no tempo verbal do presente, demonstrando que é algo que ainda se configura como carência atual. O entrevistado utiliza adjetivos valorativos para tratar do estádio por meio dos lexemas “gigante” e “descomunal”.

(09) **Não adianta você ter um museu lindo e maravilhoso que está completamente deslocado da cidade onde ele está inserido**, do local onde ele está instalado. E aí, a gente falar de futebol, **a gente tinha que falar do futebol mineiro, a gente tinha que falar a história do futebol em Belo Horizonte** [E1].

(10) [O MBF busca preservar] a memória **não só do futebol, mas da cidade. Pensando na expografia do museu o que a gente menos fala é do esporte futebol. A gente fala de experiências** que o futebol proporciona, **a gente fala de relações** que o futebol estabelece, mas o esporte propriamente dito, acho que a gente tem uma sala só que fala dele. Então é **repensar a importância do futebol pra essa cidade**, e não só no contexto local, mas no contexto nacional, no contexto internacional [E3].

Nos trechos 09 e 10 o percurso semântico a ser destacado é da necessidade de identificação local que o museu precisa ter para

sua própria sobrevivência. Tal fato corrobora a afirmação de Gosling, Silva e Coelho (2016) de que em Belo Horizonte uma das principais motivações para se visitar os museus da cidade é o desejo de conhecer a cultura local. O entrevistado E1 deixa explícito o caráter negativo que é um museu que não possui identificação com a cultura local. Isso é refletivo na narrativa construída no museu, utilizando o tema do “futebol” e da “história” para destacar por meio do termo no pretérito imperfeito do indicativo “tinha” uma necessidade de identificação que ocorreu no passado, mas que não foi finalizada, trazendo a ideia de continuidade e duração no tempo.

O trecho 10 destaca por meio do advérbio de exclusão “só” que o tema “futebol” não é o único que busca ser preservado, utilizando a conjunção adversativa “mas” para destacar a real intenção no discurso: a personagem “cidade”. Nesse sentido, busca-se de forma explícita trazer a narrativa do futebol como aquele que possibilita outras ocorrências além da experiência da partida em si. Por isso, o entrevistado utiliza do interdiscurso do futebol como catalizador de experiências e relações para, em um segundo momento, refletir o discurso do futebol como paixão nacional, utilizando a expressão “repensar a importância do futebol pra essa cidade”.

(11) **A cidade foi planejada**, ai eu coloco uma foto da cidade, do arraial e uma foto da cidade cinquenta anos depois [...]. É pensar que a cidade era um arraial. É pensar que **é uma cidade inventada e pensar que você inventa tradição**. E ai, a gente

hoje consome uma invenção, uma tradição inventada. Então assim, **o futebol é uma tradição inventada** [E1].

(12) Se você pensar, **Belo Horizonte** uma cidade construída, **uma cidade planejada, em que até as formas de divertimento precisaram ser forjadas.** Porque **você não tinha hábitos, você não tinha raízes nesse lugar.** Então **até o divertimento ele precisou ser pensado,** né. Em uma cidade muito nova, 120 anos é muito pouco pra uma cidade. Então **como que esse esporte chega aqui,** como que outros esportes chegam aqui, **como que as pessoas começam a se relacionar com essa cidade através do esporte** [E5].

Os trechos 11 e 12 utilizam o percurso semântico da “cidade inventada” para expressar a narrativa que o museu busca trazer da cidade. O entrevistado E1 utiliza o interdiscurso do surgimento de Belo Horizonte no tempo verbal do passado para recuperar o que interessa logo em seguida. O uso explícito da expressão “é uma cidade inventada e pensar que você inventa tradição” deixa implícito a invenção do futebol como tradição da cidade de Belo Horizonte e a opção do museu por preservar uma ficção. Esse aspecto até então implícito se torna explícito logo adiante, na expressão “a gente hoje consome uma invenção”. O trecho ainda ressalta a tradição como uma mercadoria ilusória, passível de compra e venda de raízes imaginadas. Tal ponto converge com Sánchez (2001) quando o autor considera que os cidadãos são tratados como consumidores, e por isso, consome os espaços, as culturas, as tradições.

Desse modo, o discurso apresentado sobre a cidade de Belo Horizonte permitiu a compreensão da narrativa histórica proposta no museu, que possui como plano de fundo uma invenção de uma tradição, que é o futebol na cidade. Criam-se personagens e histórias, destaca-se a obra do estádio e a criação de um monumento para transformar Belo Horizonte em um local repleto de glórias e sensações que fazem parte do cotidiano da população e de um ponto turístico da cidade. No entanto, como dito pelos próprios entrevistados, a cidade é nova, com apenas 121 anos de existência. Assim, narrativas que buscam mostrar e demonstrar a importância da cidade para o estado e para o país encontram no futebol e em sua memória uma forma de manutenção da identidade local.

Os aspectos turísticos relacionados ao museu

Nessa seção, buscamos analisar os diferentes processos de valoração do MBF para fins turísticos e sua importância para o turismo cultural em Belo Horizonte. Nesse sentido, podemos destacar que o próprio planejamento e criação do museu levou em consideração esse espaço como atração turística para a capital mineira, como um espaço de transmissão de conhecimento a ser visitado que testemunhou os eventos realizados pela FIFA (Costa, 2016), como um espaço social de consumo de cultura e de turismo (Richards, 2011), que se volta para a criação e a memória e ao testemunho do passado (Baudrihaye, 1997) de vários aspectos relacionados ao futebol

local, nacional e internacional. Isso é possível ser identificado pelas falas dos entrevistados, conforme os trechos a seguir:

(13) Eu considero ele [MBF] como **uma opção de lazer e cultura muito interessante e consolidada**. A gente recebe uma **demanda grande de público turístico** nesse período de férias [E7].

(14) No período ali de março até junho, a grande maioria do nosso público é escolar. Aí chega julho, e dezembro e janeiro, inverte. [...] **Tem muitos turistas, sim**. Não sei se chegam a ser a maioria, mas eu particularmente eu senti um aumento no número de pessoas de fora [E5].

(15) A gente tem um ritmo de visitação, se não me engano, **deve estar entre os cinco melhores de Belo Horizonte** [E3].

A partir dos trechos acima, é possível afirmar que o MBF se constitui como uma âncora cultural no fortalecimento do atrativo turístico (Braga & Shibaki, 2010) de Belo Horizonte, já que se trata de uma opção de lazer e cultura consolidada na cidade, que recebe um grande número de visitantes durante todo o ano, embora tenha seus períodos de sazonalidade. Além disso, vale destacar que os visitantes do museu não são apenas turistas, mas também belorizontinos e mineiros, ainda que os entrevistados tenham percebido um aumento no número de turistas nos últimos anos. Ainda sobre os visitantes do MBF, os entrevistados complementam:

(16) [Um dos outros entrevistados] ele tem uma curiosidade muito grande de saber de **onde as pessoas vêm**, e ele fez uma listinha da quais países a gente recebe. [...]. Eu nem sei de cor, mas assim, ele foi fazendo a lista e é **incontável o número** de [visitantes da] **Alemanha** [E1].

(17) A gente tem percebido um fluxo muito grande de **turistas internacionais pro estádio**. Não fizemos pesquisa sobre isso ainda, mas na minha opinião está muito vinculada a **partida fatídica do 7 a 1** [E6].

(18) Aqui pra gente o **7 a 1**, a gente teve um aumento de **turista alemão** [...]. Eu acho que a gente consegue fazer, o futebol ele tem essa questão da **popularidade** dele e **um dos fatores que ajuda é essa imprevisibilidade do jogo** essa coisa de você conseguir ser ao mesmo tempo campeão e no ano seguinte você tomar uma **sacolada**. **O museu se aproveita [da imprevisibilidade do jogo]** [E2].

No contexto dos fragmentos destacados, fica explícito, de acordo com os entrevistados, que o número de turistas oriundos de vários países distintos que visitam o MBF aumentou após a visibilidade que o estádio, e conseqüentemente o museu, teve em virtude da realização das copas das Confederações e do Mundo, em 2013 e 2014, respectivamente. Esse aumento no número de turistas internacionais é ainda maior quando se trata de visitantes alemães, que buscam reviver a memória da “partida fatídica do 7 a 1”, em que a seleção brasileira foi derrotada pela alemã na semifinal da Copa do Mundo pelo placar elástico.

Nesse contexto, o trecho 18 afirma explicitamente que o futebol acaba se destacando enquanto cultura popular, e os museus, como o MBF, se aproveitam da imprevisibilidade do jogo para serem iniciativas que buscam evidenciar a memória exposta e acionar as lembranças dos visitantes que se compatibilizam com o esporte (Costa, 2016). Dessa forma, por se tratar de um fenômeno social e cultural, de massa e historicamente produzido (Alegrias, 2017), o futebol é incorporado aos museus como objeto de exposição e são responsáveis pela construção de uma memória histórica e social e por reforçar códigos de pertencimento ao patrimonializar esse esporte. Assim, os museus de futebol, tais como o MBF, produzem e reforçam constantemente identidades socioculturais no território, corroborando a identidade do local associada à sua memória (Alegrias, 2017) e, por isso, são importantes atrativos turísticos para as cidades (Oliveira, 2014; Silva & Santos, 2011), já que, como mencionado, uma das principais motivações para se visitar os museus de Belo Horizonte é o desejo de conhecer a cultura local (Gosling, Silva & Coelho, 2016). O implícito no trecho são os ganhos comerciais que advém com a imprevisibilidade do jogo e o fator de internacionalização do local.

Sobre os principais motivos e as condições sociais de visitação do MBF, os entrevistados citam, além do desejo de se conhecer a cidade e a cultura local, o turismo e o lazer (Gosling, Silva & Coelho, 2016), a localização e a distância (Damasceno, 2018) e as experiências vividas e que podem ser utilizadas em situações

posteriores a visita (Carvalho & Silva, 2014), como pode ser observado nas passagens a seguir.

(19) E eu tenho curiosidade de perguntar se elas estão aqui a passeio ou a trabalho e muitas delas falam que não, que é só **a passeio** mesmo, que queriam **conhecer mesmo a cidade** [E6].

(20) Eles [turistas]... Vamos colocar ai, você não pode ir para a Copa do Mundo, **mas você pode ir à um estádio de Copa do Mundo**. Então o **impacto** é muito grande. Realmente ele é **efetivo** e só por causa da Copa do Mundo, você sabe o nome dessa cidade e talvez você tenha o **interesse em conhecer** [E1].

(21) Nosso ritmo de visitação é muito grande, apesar da gente estar **fora de todo circuito cultural...** que o circuito cultural está lá na praça da liberdade [...] Aqui a gente tá fora desse circuito, **dentro de um estádio de futebol** e a gente vai ter três, quatro museus de futebol no Brasil. É o país do futebol? Beleza, mas é um país sem memória. Então assim, **ele não difunde a memória do futebol** [E4].

Cabe destacar ainda que, de acordo com o trecho 21, o Brasil não difunde a memória do futebol. Apesar de o MBF estar localizado dentro de um estádio de futebol, há poucos museus desse tipo que buscam resgatar e difundir a memória desse esporte no país. Portanto, segundo os entrevistados, aqui não se respira tanto futebol como é vendido. Além disso, todos os sujeitos da pesquisa, implícita ou explicitamente, afirmaram o fato de que o museu estar anexado ao estádio favorece o turismo

cultural do espaço e ajuda a ter um aumento no número de visitas, conforme os trechos seguintes.

(22) Belo Horizonte entrou no **cenário internacional de turismo** do Brasil. Belo Horizonte não era propriamente dito uma **cidade turística**, né?! O pessoal vinha muito aqui para **se alojar para ir** para cidades históricas e para muitos **o Mineirão entrou nesse roteiro**. [...] Teve até um caso de um israelita que ele disse que **nunca tinha ouvido falar de Belo Horizonte** e conheceu por causa dos 7 a 1, que veio pra cá, gostou da cidade do mercado central e achou o **Mineirão** muito bonito, claro. [...] o Museu Brasileiro do Futebol ele está entrando mesmo no **roteiro preferido** de turistas, belo-horizontinos e mineiros [E4].

(23) Antes [do sete a um] as pessoas provavelmente **não sabiam o que era Belo Horizonte**, não sabiam o que era esse **estádio**, não sabiam que lugar é esse. E hoje elas vêm pro Brasil e passam por aqui. Então o tanto que a **Copa do Mundo** ela é importante para a **divulgação dos lugares como opção turística**. Porque você pensar na **potencialidade do Brasil como um lugar turístico**, tudo que a gente tem, **por que as pessoas viriam para Belo Horizonte?** Dez anos atrás o **turismo ele era de passagem** né, em Belo Horizonte, e hoje ele já não é mais [E5].

De acordo com os entrevistados E4 e E5, nos últimos anos a capital mineira vem sendo considerada um *point* turístico para visitantes locais, nacionais e internacionais, o que não acontecia há algumas décadas, em que a cidade era considerada como desconhecida e de passagem. Entretanto, o que tem se observado agora é Belo Horizonte como uma cidade turística,

sendo o Mineirão e o MBF considerados pontos turísticos preferidos no roteiro de viagem dos turistas, conforme os trechos 22 e 23. Nesse contexto, os megaeventos esportivos, de projeção internacional, como os realizados pela FIFA em Belo Horizonte, se destacam na promoção da visibilidade das cidades e da demanda turística.

Portanto, o MBF aparece como um espaço potencial para receber os visitantes hospedados na cidade e oferece opções de lazer, conhecimento e identidade aos turistas e à população local (Conforti, Gonzalez & Endere, 2014). Contudo, o que também é evidenciado nos trechos acima, bem como nos trechos 07, 08, 17, 20 e 21, é que especialmente o Mineirão se destaca como ponto turístico importante da cidade de Belo Horizonte, e não tanto o museu. É o estádio Mineirão que tem uma “relevância local impressionante” (E6) quando se trata de atração turística, “um dos fatores que ajuda é essa imprevisibilidade do jogo” (E2) para resgatar e promover a memória, acionar lembranças dos visitantes que compatibilizam símbolos do futebol e produzir e reforçar constantemente identidades socioculturais no território.

Considerações finais

O objetivo desse trabalho foi compreender como ocorre a prática de representar a cidade de Belo Horizonte a partir do caso do Museu Brasileiro do Futebol (MBF). Partimos de uma

orientação organizacional proposta por Saraiva e Carrieri (2012) para compreender a cidade no contexto de vida social organizada, além da reflexão sobre o equipamento cultural objeto desse trabalho, que permitiram questionar como, por que, por quem, quando e por quais motivos ele se estabelece desde o ano de 2013. Ademais, buscamos também avançar na análise dos usos sociais dos museus associados ao turismo cultural, já que grande parte dos turistas que as cidades recebem e a própria população local veem os museus como alternativa de lazer, conhecimento e identidade.

Sánchez (2001) nos ajudou a compreender que a prática de representar a cidade ocorre em conjunto com a difusão de valores e formas de viver próprias das classes médias, se mostrando harmoniosas e sem conflitos, e por isso, construídas e ilusórias, descoladas do real. Além disso, o que o autor chama atenção, e que converge com as reflexões propostas nesse trabalho, é que as representações de locais reformados e modernizados, como o museu dentro do estádio Mineirão, são excludentes. Chama atenção ainda a exigência de um museu para resguardar a memória oficial previsto no contrato de parceria público-privada, reforçando mais uma vez a orientação destacada por Sánchez (2001) dos governos colocarem as cidades à venda, em uma espécie de mercadoria que exclui uma parcela da população não somente pelo local que se encontra ou pelo valor cobrado para entrada nos equipamentos culturais, mas pela cultura e pelos valores sociais de pertencimento que ali estão.

O futebol, dessa maneira, se apresenta como um esporte capaz de criar uma concepção local de identidade e de envolver uma memória histórica e social que pode ser preservada através de instituições oficiais, como os museus (Alegrias, 2017). Dessa maneira, as memórias evocadas recriam acontecimentos que querem ser lembrados, criando nossas significações e novas funções no presente do passado. Isso não ocorre por acaso, sendo permeado de parcialidades e intencionalidades pelas instituições e governos que financiam o resguardo de uma memória oficial.

A partir da Análise Linguística do Discurso (ALD), buscamos compreender como ocorreu o processo de surgimento e estabelecimento do MBF na cidade. Desta forma, foi possível considerar o interesse do governo do estado e exigência no surgimento do museu em um contexto de reformas do estádio Mineirão para a Copa do Mundo de 2014, sendo silenciado pelos entrevistados os motivos que levaram a essa decisão. Uma das considerações que indicam uma possibilidade dessa exigência seria o interesse em ressaltar a importância da memória do estado frente à um contexto nacional, que já possuía em São Paulo um museu sobre futebol para recontar um tipo oficial de memória.

Em um segundo momento, buscamos compreender qual cidade aparece no museu, por meio do percurso semântico “a cidade representada: afinal, qual é a Belo Horizonte do MBF?”. As análises dos dados indicaram que a cidade sofre uma tentativa

de ser transformada em uma cidade do futebol, sendo reforçado a todo tempo a relevância do estádio em que o museu está anexado para o contexto da história e do turismo da cidade. A busca da centralidade do futebol nas práticas culturais da cidade aparece em todos os discursos nesse tópico, sendo possível questionar a maneira e os motivos que isso ocorre, já que os próprios entrevistados relatam a cidade de Belo Horizonte como uma construção, repleta de invenções de tradição e parcialidades na memória a ser resguardada. Com isso, é possível questionar se o futebol é mesmo importante na cidade ou se refere apenas a uma invenção, se os personagens selecionados para serem lembrados possuem realmente importância histórica para o esporte na cidade.

Apesar de se apresentar como uma âncora cultural consolidada no fortalecimento do atrativo turístico de Belo Horizonte e receber um grande número de visitantes durante todo o ano, questionamos também o papel central que o MBF parece ter aos olhos dos entrevistados para o turismo cultural da cidade, já que o Mineirão geralmente é visto como um dos principais pontos turísticos, e o museu fica em segundo plano, como um acessório do estádio. Além disso, é possível questionar se o próprio Mineirão possui relevância como colocado nos discursos dos entrevistados ou se ele se refere a mais uma das invenções de tradição perpetuadas nas práticas da cidade.

Por fim, afirmamos a relevância desse trabalho na proposta de discussão de práticas de representar a e na cidade sob uma

perspectiva que não compõe o *mainstream* da Administração. Refletir sobre como ocorrem ou ocorrerão a salvaguarda de memórias oficiais, tendo como objeto de estudo os museus da cidade se caracteriza como uma possibilidade a ser desenvolvida nos estudos da área. Estudar os museus é refletir sobre as formas com que as histórias de localidades são contadas, quais as intenções de transmissão de um tipo de cultura, de lembrar acontecimentos e silenciar outros, de retomar personagens e silenciar também outros. Desta maneira, foi possível refletir sobre instituições que se colocam sob o prisma da cultura e que muitas das vezes optam por preservar acontecimentos de uma classe média, descolados do real. Além disso, é interessante para estudos futuros a discussão dos interesses de governos e de empresas nesse tipo de instituição e o poder de fala que possuem ao recontar, da sua maneira, os fatos de uma sociedade. Dentro disso, acreditamos ser importante ao se estudar esses espaços conceber não somente as exposições, mas o que não está exposto, considerando esses “outros” diversos que não querem ser lembrados.

Referências

Alegrias, L. (2017). O futebol na construção das representações identitárias nos museus. *Cadernos de Sociomuseologia*, 54(10), 135-162.

Alvesson, M. & Kärreman, D. (2011). Decolonializing discourse: critical reflections on organizational discourse analysis. *Human relations*, 64(9), 1121-1146.

Anderson, B. R. (1983/2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das letras.

Azevedo, C. & Alfonsi, D. (2010). A patrimonialização do futebol: notas sobre o Museu do Futebol. *Revista de História*, 163, 275-292.

Baudrihayé, J. R. (1997). El turismo cultural: luces y sombras. *Estudios turísticos*, 134, 43-54.

Braga, D. C. & Shibaki, V. V. (2010). La Avenida Paulista como ícono turístico: su relación con el turismo de negocios de São Paulo (Brasil). *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 19(4), 500-515.

Brandão, H. H. N. (2002). *Introdução à análise do discurso* (8a ed.) Campinas: Unicamp.

Carvalho, K. D. & Silva, R. T. (2014). El teatro urbano como experiencia turística: un análisis del potencial del municipio de Alcântara, Maranhão, Brasil. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 23(3), 566-584.

Colbari, A. (2014). A análise de conteúdo e a pesquisa empírica qualitativa. In E. M. Souza (Org.). *Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórica-conceitual* (pp. 241-274). Vitória: EDUFES.

Conforti, M. E., Gonzalez, N. & Endere, M. L. (2014). El desafío de articular turismo cultural y patrimonio arqueológico: El caso de Olavarría, Argentina. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 23(4), 749-767.

Correia, G. F. A., Colares, A. F. V. & Saraiva, L. A. S. (2017). Onde termina o público e começa o privado? Análise da privatização da cultura na Praça da Liberdade em Belo Horizonte. *Acta Scientiarum. Humam and Social Sciences*, 39(2), 109-120.

Costa, T. C. (2016, setembro). A exposição do museu brasileiro do futebol: escrita da história e cultura do esporte. *Anais do Simpósio Internacional Futebol, Linguagem, Artes, Cultura e Lazer*, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2.

Damasceno, W. M. (2018). O lugar dos museus e o direito à cidade: um estudo sobre espaço, tempo e trabalho. *Cadernos de sociomuseologia*, 11(55), 151-178.

Gastal, S. & Osmainschi, R. (2017). Ciudades globales: rankings y posibilidades para el turismo. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 26(2), 419-440.

Gosling, M. S., Silva, J. A. & Coelho, M. F. (2016). El modelo de experiencias aplicado a un museo: la perspectiva de los visitantes. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 25(4), 460-482.

Harvey, D. (2007). Neoliberalism and the city. *Studies in Social Justice*, 1(1), 2-13.

Honorato, B. E. F. & Saraiva, L. A. S. (2016). Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. *Desenvolvimento em Questão*, 14(36), 158-186.

Limena, M. M. C. (2011). Cidades complexas no século XXI: ciência, técnica e arte. *São Paulo em Perspectiva*, 15(3) 37-44.

Nogueira, M. A. L. (1998). A cidade imaginada ou o imaginário da cidade. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 5(1), 115-123.

Oliveira, A. P. (2014). Cultura: museus e a Copa do Mundo. *Ciência e Cultura*, 66(2), 51-52.

Richards, G. (2011). Tourism development trajectories: From culture to creativity? *Tourism & Management Studies*, 6, 9-15.

Sánchez, F. (2001). A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia Política*, 16, 31-49,

Saraiva, L. A. S. & Carrieri, A. P. (2012). Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 547-576.

Silva, P. G. & Santos, G. E. O. (2011). A qualidade da experiência dos visitantes ao Museu do Futebol. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 6(2), 1-19.

Souza, M. M. P. & Carrieri, A. P. (2014). A análise do discurso em estudos organizacionais. In E. M. Souza (Org.). *Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórica-conceitual* (pp. 13-38). Vitória: EDUFES.

Teixeira, S. M. F., Subirats, J. & Lacerda, D. (2018). Políticas públicas e a cidade: produzindo espaços urbanos inclusivos. *Revista de Administração Pública*, 52(6), 1007-1014.

Xavier, W. S. & Carrieri, A. P. (2016). Discurso e as cidades: um estudo sobre Cataguases-MG baseado na produção literária modernista da Revista Verde. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(4), 949-965.

PRÁTICA DE CICLISMO UTILITÁRIO EM FORTALEZA

*Claudio Henrique Fontenelle Santos*²²
*Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva*²³

Introdução

Essa abordagem de cidade como fenômeno organizacional parte de sua indissociável relação com mobilidade de inúmeras ordens, por exemplo sociais, econômicas, políticas e espaciais, e de diversos corpos, como as mobilidades de trabalho, cargas e pessoas. Dentre as várias mobilidades, destaca-se, aqui, a mobilidade de pessoas, sendo que não se trata dessa mobilidade entre cidades, e sim no interior dessas cidades.

Ao tratar de mobilidade de pessoas em cidades brasileiras, o que

²² Doutorando em Administração pela Universidade de Lisboa. Contato: chfsantos@gmail.com.

²³ Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Professora Associada da Universidade Federal da Bahia. Contato: monica.macallister@ufba.br.

se observa é a crescente atenção para transportes não motorizados, como a bicicleta. Isso se justifica, em parte, na busca de sustentabilidade ambiental (Rietveld & Daniel, 2004). Para Koglin e Rye (2014), o uso da bicicleta é visto como uma das práticas mais sustentáveis de um sistema de transporte.

A bicicleta produz baixos riscos para as pessoas nos espaços públicos (Koglin & Rye, 2014) e não ocupa muito espaço nas áreas urbanas, pois ciclovias, ciclofaixas e bicicletários ocupam menos espaço que requerem os automóveis e exigem baixos investimentos em infraestrutura, comparando com outros modais (Tsenkova & Mahalek, 2014).

A bicicleta como meio de transporte tem uma série de benefícios ambientais, econômicos e físicos quando comparado aos modos motorizados de transporte (Uttley & Lovelace, 2016; Handy, van Wee, & Kroesen, 2014; Heinen, van Wee & Maat, 2010). É um modo ambientalmente sustentável, pois contribui para redução da emissão de poluentes atmosféricos (Handy, van Wee & Kroesen, 2014). Por ser um modo de transporte ativo, o ciclismo tem muitos benefícios à saúde (Koglin & Rye, 2014). Um benefício potencial à saúde, segundo Garrard, Rissel e Bauman (2012), é o aumento do bem-estar geral dos ciclistas, além de intensificar a atividade física.

Evidências combinadas de diversos estudos pesquisados indicam que os benefícios da prática do ciclismo como meio de transporte para a saúde excedem, em muito, os riscos dos

acidentes de trânsito, contradizendo as falsas e generalizadas percepções de que andar de bicicleta é uma atividade perigosa (Pucher, Dill & Handy, 2010).

Usar bicicleta como meio de transporte, entretanto, tem suas desvantagens. Algumas delas são: esforço físico; dificuldade para levar cargas, compras etc.; dependência do clima e de condições meteorológicas; e eventuais deslocamentos mais lentos que modos motorizados. Esforço físico e velocidade, por exemplo, limitam as distâncias que o ciclista pode percorrer (Heinen, van Wee & Maat, 2010). Além disso, os problemas enfrentados nos deslocamentos, como medo de se envolver em acidentes ou ter sua bicicleta roubada, representam barreiras para a prática do ciclismo (Fernández-Heredia, Monzón & Jara-Díaz, 2014).

Para Franco (2011), estudantes incluiriam a bicicleta em seus trajetos para a universidade se o comportamento dos condutores melhorasse em relação aos ciclistas, se o trânsito fosse menos perigoso, se existisse mais respeito às leis de trânsito e se houvesse uma rede de ciclovias mais bem conservada.

Estudantes e trabalhadores, quando utilizam bicicletas para se deslocarem aos locais de estudo e trabalho, constituem-se em ciclistas utilitários (Velo Mundial, 2010). Considerando que a mobilidade de estudantes e trabalhadores é fundamental para que a bicicleta contribua para a sustentabilidade ambiental de

idades brasileiras, questiona-se: como se pratica o ciclismo utilitário em Fortaleza?

Este artigo tem como objetivo compreender a prática do ciclismo utilitário em Fortaleza. Para tanto, aborda-se teoricamente a prática do ciclismo utilitário e, com base nessa abordagem teórica, desenvolve-se uma análise dessa prática em Fortaleza.

Este artigo está dividido em cinco seções, quais sejam: Introdução; Prática do ciclismo utilitário; Procedimentos metodológicos; Análise de práticas do ciclismo utilitário em Fortaleza; e Conclusão.

Prática do ciclismo utilitário

O ciclismo de modo utilitário, cuja finalidade é o trabalho ou o estudo, é influenciado por uma série de fatores socioeconômicos (Heinen, van Wee & Maat, 2010; Zhang, Magalhães & Wang, 2014), que são diferentes dos fatores que influenciam o ciclismo de lazer ou esportivo (Heinen, van Wee & Maat, 2010).

Heinen, van Wee e Maat (2010) também associam a prática do ciclismo utilitário ao ambiente natural e construído, aos fatores psicológicos e aos aspectos relacionados a custos, tempo de deslocamento, esforço e segurança. Para Rietveld e Daniel (2004), por exemplo, o número de paradas que um ciclista faz

na sua rota, os obstáculos encontrados e o nível de segurança ao longo do percurso influenciam a decisão de usar a bicicleta de modo utilitário.

Pequenas distâncias favorecem a prática do ciclismo (Heinen, van Wee & Maat, 2010). Por outro lado, se o deslocamento for longo, ele inibe o uso da bicicleta (Fernández-Heredia, Monzón & Jara-Díaz, 2014), pois um aumento na distância de viagem resultaria em aumento no tempo e no esforço necessário (Heinen, van Wee & Maat, 2010). Tsenkova e Mahalek (2014) asseveram que as bicicletas são úteis para deslocamentos curtos e médios.

O desenho da rede cicloviária também influencia a prática do ciclismo, pois esta afeta diretamente as distâncias a serem percorridas (Heinen, van Wee & Maat, 2010). Uma rede cicloviária é composta basicamente de ciclovias, ciclofaixas e vias compartilhadas com veículos motorizados, com ou sem indicações. A literatura indica que é mais seguro para os ciclistas separá-los do resto do trânsito (Heinen, van Wee & Maat, 2010), sendo essa uma intervenção bastante comum, como em algumas cidades japonesas (Nakamura & Abe, 2014).

Handy, van Wee e Kroesen (2014) entendem que a oferta de uma infraestrutura cicloviária está positivamente associada com a prática do ciclismo como transporte. Além disso, a relação da rede cicloviária com estacionamentos para carros pode levar a situações de perigo para os ciclistas, pois os condutores dos

carros têm que cruzar as vias para bicicleta para estacionar (Heinen, van Wee & Maat, 2010).

Outro fator bastante relevante para Heinen, van Wee e Maat (2010) é a continuidade da rede cicloviária, ou seja, que esta não tenha interrupção, cuja existência, conforme Tsenkova e Mahalek (2014), impede algumas pessoas de aderirem à prática do ciclismo. Para exemplificar, traz-se o caso da rede cicloviária da cidade de Sevilha (Espanha), onde, segundo Marqués *et al.* (2015), se evidencia a presença de muitos ciclistas usando uma rede contínua e uniforme.

A quantidade de paradas que um ciclista tem que fazer no decorrer do seu percurso é um importante fator para que ele decida, ou não, praticar o ciclismo (Rietveld & Daniel, 2004), sendo considerado inconveniente ter que parar ao longo do percurso (Heinen, van Wee & Maat, 2010), ou ter paradas demoradas em cruzamentos de vias (Pucher & Bueher, 2007).

Buehler e Dill (2016) referem-se à “onda verde” como uma intervenção para dar aos ciclistas consecutivos “sinais verdes” nos cruzamentos e diminuir o tempo de suas viagens. Embora exista pouco conhecimento sobre o papel da “onda verde”, é possível supor que sua existência seja favorável, considerando a inconveniência da interrupção.

Os ciclistas consideram ainda a topografia do terreno ao escolher seus percursos,

pois a presença de encostas e ladeiras aumentam os esforços necessários para se deslocarem (Heinen, van Wee & Maat, 2010). Por conta desse e de outros fatores, Pucher, Garrard e Greaves (2011) entendem que os níveis de prática do ciclismo em Melbourne (Austrália) são duas vezes maiores que em Sydney (Austrália), considerando que a primeira possui topografia, clima, rede cicloviária e políticas mais favoráveis ao ciclismo.

Procedimentos metodológicos

Pesquisas como de preferências declaradas e de contagens de ciclistas são capazes de mostrar os aspectos racionais do ciclismo, mas falham em revelar os significados não racionais, de caráter sensorial, corporificados na natureza social dessa prática, sendo preciso ir mais profundo na análise (Brown & Spinney, 2010).

Koglin (2015) utilizou a técnica de observação ao estudar e comparar a prática do ciclismo nas cidades de Estocolmo (Suécia) e Copenhague (Dinamarca), tendo optado pelo modo oculto e não participante. Rother (2016), por sua vez, optou em fazer observações abertas e participantes ao pesquisar cicloativistas na cidade de Piracicaba-SP, buscando manter-se integrada ao grupo para aprender seus valores, práticas, hábitos e características. Resende e Vieira Filho (2011) também usaram a técnica de observação participante para caracterizar o perfil

socioeconômico dos viajantes da rota turística Estrada Real.

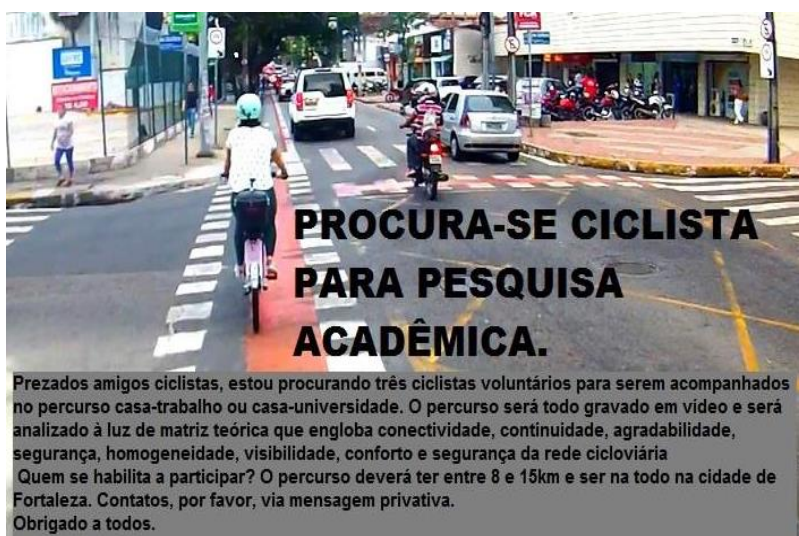
Em pesquisa realizada por Brown, Dilley e Marshall (2008), câmeras foram montadas em capacetes de ciclistas e utilizadas para capturar imagens dos respectivos percursos realizados. O uso de registros em vídeo possibilita obter nuances mais detalhadas e ricas sobre a prática dos ciclistas do que seria de outro modo possível, sendo único em sua capacidade de representar os elementos do espaço e tempo de maneira contínua, abrindo possibilidades de análise dos ritmos da jornada, quais sejam: pausas, paradas, fluxos, tramas, esperas e fluidez (Brown & Spinney, 2010).

Neste estudo, optou-se pela técnica de observação participante. Os observados estavam cientes da observação, e quem observou acompanhando os ciclistas fez algumas intervenções no percurso escolhido e nas decisões tomadas ao longo do percurso. Os registros foram feitos em vídeo, enquanto comentários em áudio foram inseridos pelo observador, considerando o percurso feito, as relações com outros condutores e com pedestres, os incidentes e as relações de cortesia.

Para escolha dos ciclistas a serem acompanhados, foi publicada, em 9 de maio de 2017, uma chamada em grupo de ciclistas de Fortaleza no Facebook (Figura 1), convidando dois ciclistas para participarem da pesquisa. Vários ciclistas se voluntariaram para participar. Duas ciclistas, que até então não tiveram contato pessoal com quem as observaria, foram escolhidas por

conveniência de data e hora (Figura 2). Os dois acompanhamentos foram marcados para os dias 10 e 11 de maio de 2017.

Figura 1 – Convite postado em grupo no Facebook “Fortaleza de Bike ao Trabalho”



**PROCURA-SE CICLISTA
PARA PESQUISA
ACADÊMICA.**

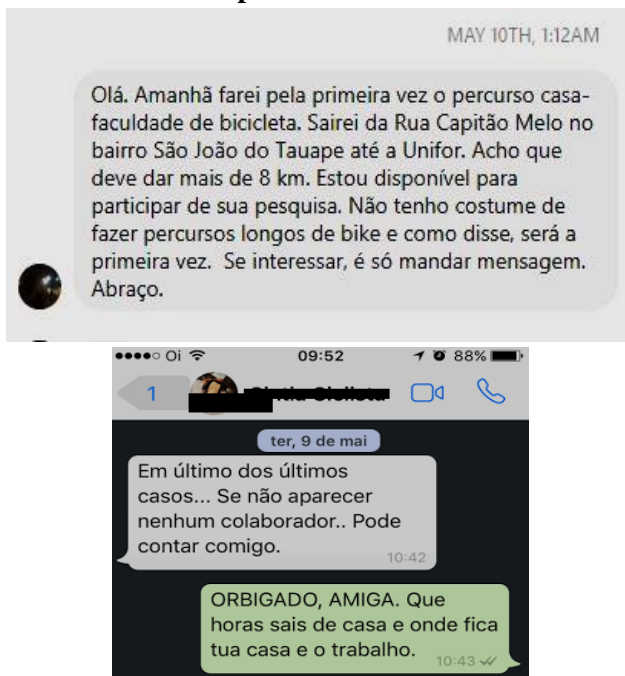
Prezados amigos ciclistas, estou procurando três ciclistas voluntários para serem acompanhados no percurso casa-trabalho ou casa-universidade. O percurso será todo gravado em vídeo e será analisado à luz de matriz teórica que engloba conectividade, continuidade, agradabilidade, segurança, homogeneidade, visibilidade, conforto e segurança da rede cicloviária

Quem se habilita a participar? O percurso deverá ter entre 8 e 15km e ser na todo na cidade de Fortaleza. Contatos, por favor, via mensagem privativa.

Obrigado a todos.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 2 – Respostas dos contatos das ciclistas “A” e “B” ao convite postado no Facebook



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os registros dos percursos foram feitos usando “Strava”, que tem se popularizado como aplicativo para registro e compartilhamento de trajetos de ciclistas, e permite que sejam registrados o percurso em arquivo digital, os tempos de deslocamento, a velocidade média, as elevações, entre outros.

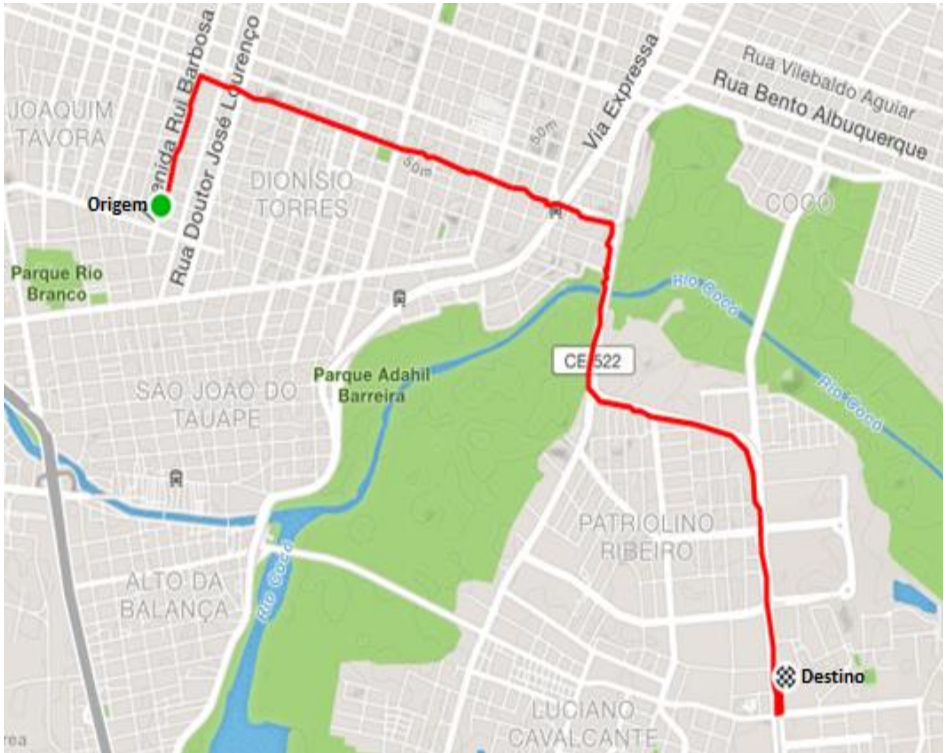
A abordagem teórica da prática do ciclismo utilitário, as observações, as interações entre observados e observador, os registros em vídeo e, com o recurso de pausa na reprodução dos

vídeos, as fotos possibilitaram analisar, de maneira isolada e comparativa, as práticas de duas ciclistas utilitárias. Essa análise resultou em uma compreensão do ciclismo utilitário em Fortaleza; isto sem generalização das práticas analisadas de duas ciclistas utilitárias em um determinado tempo e espaço para o ciclismo utilitário em Fortaleza, mas admitindo a possibilidade de transferência dessa interpretação.

Análise de práticas do ciclismo utilitário em Fortaleza

A Ciclista “A” é estudante da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), com idade de 34 anos, usa bicicleta como meio de transporte, à época da pesquisa, e, no dia do acompanhamento, fez, pela primeira vez, o percurso de 7,73 km até a universidade (Figura 3).

Figura 3 – Percurso da Ciclista “A”



Fonte: Pedalada Vespertina (2017).

Essa ciclista percorreu seis tipos de vias: 0,31 km em vias para carros (4,16% do percurso); 3,58 km em ciclofaixas (47,8%), sendo que 1,53 km no sentido contrário (20,5%), ou seja, na contramão; 2,17 km em passeios para pedestres (29,1%); 0,29 km metros em estacionamentos privados para carros (3,9%); e 1,11 km em ciclovia (14,9%). No total, foram 62,7% em vias para ciclistas (ciclofaixa ou ciclovia), sendo 40,2% no sentido

correto e 20,5% no sentido contrário ao permitido.

O fato de essa ciclista ter feito um quinto do percurso em ciclovia monodirecional, porém, no sentido contrário, vai ao encontro de Marqués *et al.* (2015), que afirmam que ciclistas de cidades com baixa tradição em uso de bicicleta tendem a usar as vias para ciclistas monodirecionais como bidirecionais – isso aconteceu em Sevilha (Espanha), antes da implantação de rede entre 2006 e 2011 –, gerando conflitos quando o tráfego de bicciclistas aumentar.

Uma situação de conflito ocorreu logo no início do percurso, quando a Ciclista “A”, transitando no sentido contrário em uma ciclofaixa unidirecional, teve que ir para a faixa da via para carros ao cruzar com ciclista que vinha no sentido correto da ciclofaixa (Figura 4-A).

O risco de transitar no sentido contrário da ciclofaixa também se evidenciou quando a ciclista se aproximou de uma via transversal e havia veículos aguardando para ingressar na via pela qual ela estava transitando. Nesse caso, o condutor viu os ciclistas e esperou que passassem (Figura 4-B). No cruzamento seguinte, a Ciclista “A” novamente se deparou com mais uma situação similar, dessa vez com o veículo já apresentando uma situação mais perigosa, tendo o condutor posicionado o veículo um pouco mais adiante, comparando com o anterior (Figura 4-C). Ciente da situação de perigo, a Ciclista “A” afastou-se para a direita, chegando a sair da ciclofaixa, mas, por outro lado,

aproximando-se de veículo que vinha no sentido contrário (Figura 4-D).

Figura 4 – Ciclofaixa da Av. Rui Barbosa: (A) conflito na ciclofaixa; (B) situação de risco; (C) situação de risco; (D) situação de risco



(A)



(B)



(C)



(D)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ainda na mesma via, um pouco mais à frente, a Ciclista “A” deparou-se com uma situação que é considerada pelos ciclistas utilitários de Fortaleza como um dos três maiores problemas enfrentados em Fortaleza: veículos estacionados ou transitando

nas vias para ciclistas (Figura 5-A). Algumas quadras adiante, a Ciclista “A” encontrou-se novamente em situação de risco, ao cruzar na frente de veículo que estava posicionado para ingressar na via. Ela acionou a campainha da bicicleta, o que, provavelmente, fez com que o condutor percebesse a sua presença e não avançasse. Ao cruzar o veículo, a Ciclista “A” comentou: “aqui eu tenho medo, sabe”, “por que às vezes o pessoal está olhando para o outro lado e aí derruba”, “só andar um pouquinho para frente, e pronto, caiu” (Figura 5-B). Nos metros finais do percurso na ciclofaixa da Av. Rui Barbosa, a Ciclista “A”, mais uma vez, deparou-se com um veículo parado na ciclofaixa (Figura 5-C). Já na Av. Antônio Sales, trafegando na ciclofaixa no sentido da via, a Ciclista “A” deparou-se com outro dos principais problemas de Fortaleza: estacionamentos de veículos perpendiculares à via, e cruzando a ciclofaixa. Um veículo de cor escura manobrou para estacionar de ré a alguns metros à frente da ciclista (Figura 5-D).

Figura 5 – Ciclofaixa da Av. Rui Barbosa e ciclofaixa da Av. Antônio Sales: (A) carros estacionados na ciclofaixa (Av. Rui Barbosa); (B) situação de risco (Av. Rui Barbosa); (C) carro estacionado na ciclofaixa (Av. Rui Barbosa); (D) carro manobrando na ciclofaixa (Av. Antônio Sales)



(A)



(B)



(C)



(D)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao se aproximar, a Ciclista “A” percebeu que o veículo estava se adiantando para a direita, invadindo a faixa de trânsito, para depois retornar à vaga, o que provocou uma redução na velocidade da ciclista (Figura 6-A). Ao chegar ao cruzamento

das avenidas Antônio Sales e Desembargador Moreira, local onde muitos carros fazem a conversão à esquerda, cruzando a ciclofaixa, a Ciclista “A”, mesmo estando o semáforo verde para ela e para os veículos que seguiam pela Av. Antônio Sales, optou em parar e esperar que ele fechasse e abrisse novamente, comentando: “Aqui, eu prefiro esperar, porque, o carro que for entrar aqui (fazer a conversão à esquerda), eu saio na frente dele”. Com isso, foram observadas a pouca experiência da Ciclista “A” e a falta de confiança que ela tem nos condutores, o que é aceitável, considerando os relatos diários de situações de desrespeito para com ciclistas por parte de condutores de veículos motorizados em Fortaleza. Enquanto estavam parados, aproveitou-se para passar para ela algumas dicas de como agir em situações como aquela. Diante do comentário de que ela tinha receio das conversões à esquerda de veículos, sugeriu-se que ela sinalizasse, para os condutores dos veículos motorizados, que iria seguir em frente no cruzamento que se aproxima. No cruzamento seguinte, a ciclista sinalizou com o braço (Figura 6-B).

Figura 6 – Ciclofaixa da Av. Antônio Sales: (A) carro manobrando na ciclofaixa; (B) ciclista sinalizando para condutores



(A)

(B)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao chegar ao final da ciclofaixa da Av. Antônio Sales, a Ciclista “A” optou em mudar para o lado direito da via e seguiu pelo passeio de pedestres; entretanto, ao transitar pelo passeio, que fica entre a via e as vagas de estacionamento, a ciclista ficou em situação de risco perante veículos estacionados em uma loja. Logo adiante, a ciclista teve que ingressar na via de carros, pois o passeio estava com pavimento em péssimas condições, inclusive para pedestres. O fato de um ciclista ter passado circulando pela via encorajou a Ciclista “A” a fazer esse percurso pela faixa para veículos motorizados (Figura 7-A). Nesse trecho do percurso, um veículo passou muito próximo da ciclista (Figura 7-B), não respeitando a distância mínima que é de 1,5 metros, conforme o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) (Brasil, 1997).

Figura 7 – Ciclofaixa da Av. Antônio Sales: (A) ciclista ingressando na via; (B) condutor não respeitando distância mínima para ciclista (art. 201 do CTB)



(A)

(B)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após cruzar a Av. Miguel Dias, a ciclista continuou pelos passeios de pedestres (Figuras 8-A e 8-B), até chegar ao trecho da Av. Washington Soares, onde há uma ciclovia. Ela teve dificuldade para cruzar a Av. Washington Soares, tanto que desmontou da bicicleta (Figura 8-C) e contou com a colaboração de condutor, que reduziu a velocidade do veículo para que cruzasse, para finalmente ingressar na ciclovia e percorrer o trecho final do percurso (Figura 8-D).

Figura 8 – Av. Washington Soares: (A) Ciclista “A” circulando pela calçada; (B) Ciclista “A” circulando pela calçada; (C) Ciclista “A” acessando a ciclovia da Av. Washington Soares; (D) Ciclista “A” trafegando pela ciclovia da Av. Washington Soares



(A)



(B)



(C)

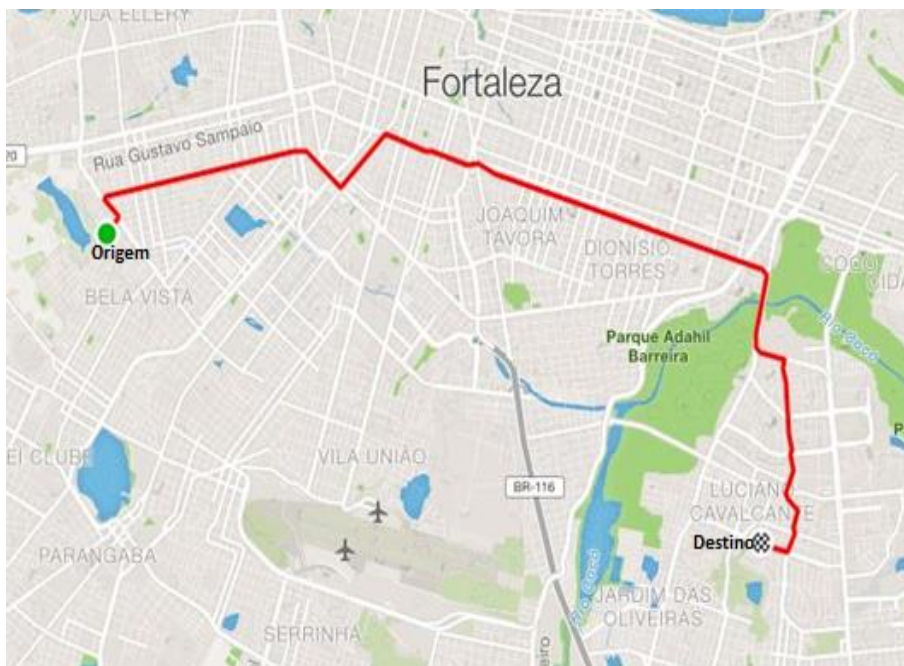


(D)

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Ciclista “B” tem nível médio completo, com idade de 29 anos, trabalha como recepcionista, usa bicicleta como meio de transporte há nove meses, à época da pesquisa, e reside a uma distância de 13,5 km do local de trabalho (Figura 9).

Figura 9 – Percurso realizado com a Ciclista “B”



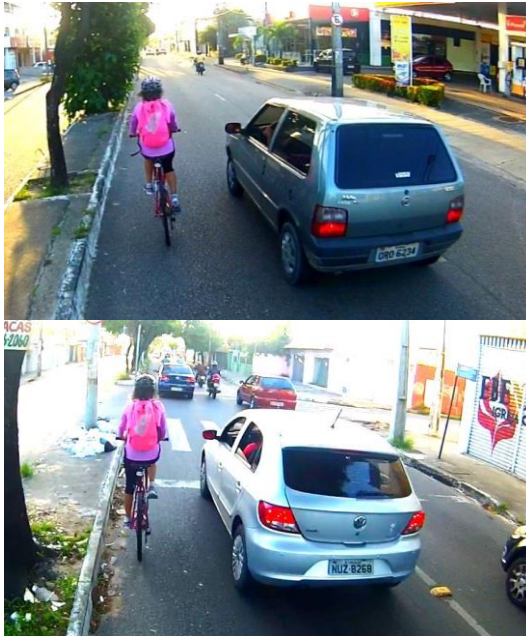
Fonte: Pedlada Matinal (2017).

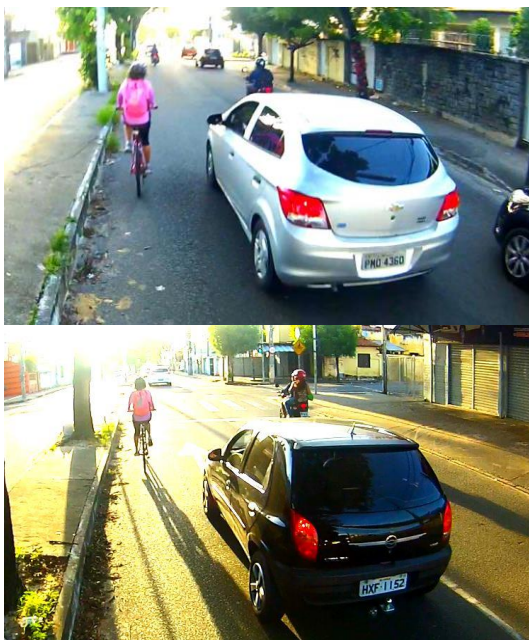
A Ciclista “B” percorreu, no trajeto feito de casa para o trabalho, três tipos de vias: 6,29 km em vias para veículos motorizados (46,4%); e 7,26 km em infraestruturas cicloviárias – ciclovias e ciclofaixas (53,6%). Apesar de usar bicicleta para ir ao trabalho há apenas nove meses, a Ciclista “B” demonstrou experiência para

transitar juntamente com veículos motorizados. Logo no início no percurso, ela faz um trecho de 2,55 km na Av. Jovita Feitosa, usando a borda esquerda, para evitar conflitos com ônibus que transitam pela faixa da direita, segundo ela.

Enquanto estava trafegando pelas avenidas Jovita Feitosa e Treze de Maio, a Ciclista “B” foi ultrapassada algumas vezes por veículos que não respeitaram a distância mínima de 1,5 metros (Figura 10).

Figura 10 – Av. Jovita Feitosa: condutores não respeitando distância mínima para ciclista (art. 201 do CTB)





Fonte: Elaborado pelos autores.

Willian Cruz (2015), responsável pelo projeto “Vá de Bike”, explica que as regras estipuladas no CTB visam a proteger a vida de quem circula nas ruas, sejam pedestres, ciclistas ou motoristas.

Um leve toque de retrovisor na ponta de um guidão de bicicleta faz com que ele vire para a direita, desequilibrando o ciclista para a esquerda e fazendo com que ele caia na via em meio aos carros. Não há destreza do ciclista que supere a física e a gravidade, portanto depois do toque é impossível impedir o processo de queda. Se o próprio carro que tocou o guidão não

passar por cima de um braço ou perna da vítima, o veículo que vier atrás pode passar por cima de sua cabeça. Você não vai querer viver com essa culpa, certo?

E nem é preciso esbarrar no ciclista para que ele caia. O susto de um carro passando muito próximo ou muito rápido, ou até seu deslocamento de ar quando em alta velocidade, podem derrubá-lo da mesma forma, principalmente no caso de um ciclista iniciante ou idoso. E é por isso que ao art. 220 do CTB pede que o motorista reduza ao ultrapassar uma bicicleta.

Há vários motivos para ultrapassar a uma distância segura: o ciclista pode ter que desviar de um buraco (porque se não desviar, corre risco de cair na via); pode ter um desequilíbrio momentâneo que altere sua trajetória um pouco para o lado; o deslocamento de ar do veículo passando ao lado pode desequilibrá-lo; o espaço para ultrapassagem pode ser mal calculado e o retrovisor tocar o guidão (Cruz, 2015, para. 5-7).

Além do aspecto segurança, as avenidas Jovita Feitosa e Treze de Maio também apresentam situações de interrupção para o fluxo do ciclista, tendo a Ciclista “B” que parar e posicionar-se entre os veículos e o canteiro central, de modo inseguro para ela (Figura 11).

Figura 11 – Av. Jovita Feitosa: (A) Ciclista “B” parada; (B) Ciclista “B” com dificuldade para trafegar; (C) Ciclista “B” sem espaço para trafegar; (D) Ciclista “B” parada próximo a um veículo



Fonte: Elaborado pelos autores.

Após trafegar pelas avenidas Jovita Feitosa e Treze de Maio, a Ciclista “B” ingressou na Av. da Universidade para acessar a ciclovia da Av. Domingos Olímpio. Ela trafegou pela borda direita, na faixa “exclusiva” de ônibus. Nesse trecho, ela foi mais respeitada por condutores de ônibus do que nos trechos anteriores. Apesar de haver relatos de desrespeitos por parte de

condutores de ônibus para com ciclistas, tanto em Fortaleza, como em outras cidades do Brasil, no percurso feito pela Ciclista “B” pela Av. da Universidade, observou-se que ela foi respeitada (Figura 12).

Figura 12 – Av. da Universidade: condutores de ônibus respeitando a distância mínima para o ciclista (art. 201 do CTB)

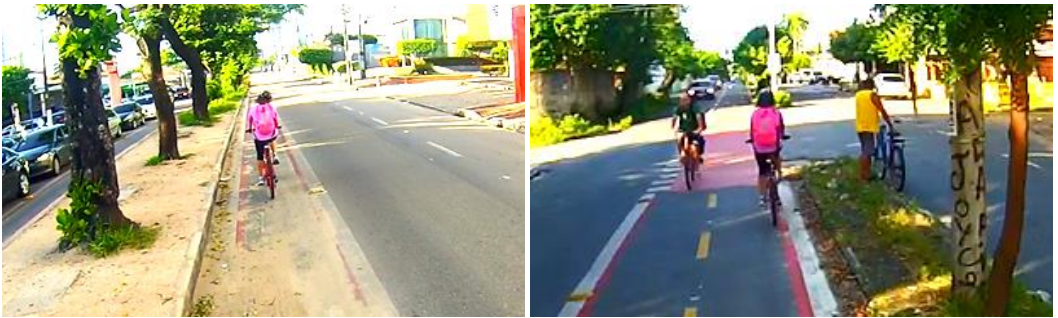


Fonte: Elaborado pelos autores.

Após esse trecho, a Ciclista “B” ingressou na Av. Domingos Olímpio, onde existem ciclovia e ciclofaixa, continuadas pelas

ciclofaixas da Av. Antônio Sales e da Rua João Brígido. Depois de percorrer a Av. Antônio Sales, a Ciclista “B” ingressou no trecho do entorno do Parque do Cocó, e seguiu pelas avenidas Miguel Dias, Pinto Bandeira e Av. Coronel José Philomeno Gomes, todas com ciclofaixa, chegando ao destino final sempre usando a infraestrutura ciclovária (Figuras 13-A e 13-B).

Figura 13 – Ciclofaixa da Av. Miguel Dias: (A) Ciclista “B” trafegando na ciclofaixa da av. Miguel Dias; (B) Ciclista “B” trafegando na ciclofaixa da Av. Pinto Bandeira



(A)

(B)

Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir, são compradas as práticas das duas ciclistas em trecho coincidente. A Figura 14 reúne os dois percursos feitos pelas ciclistas observadas, com destaque para o trecho feito que foi comparado, consideram a dificuldade que os ciclistas têm para cursar o entorno do Parque do Cocó e o *Shopping* Iguatemi, pela inexistência, até o presente momento, de infraestrutura ciclovária.

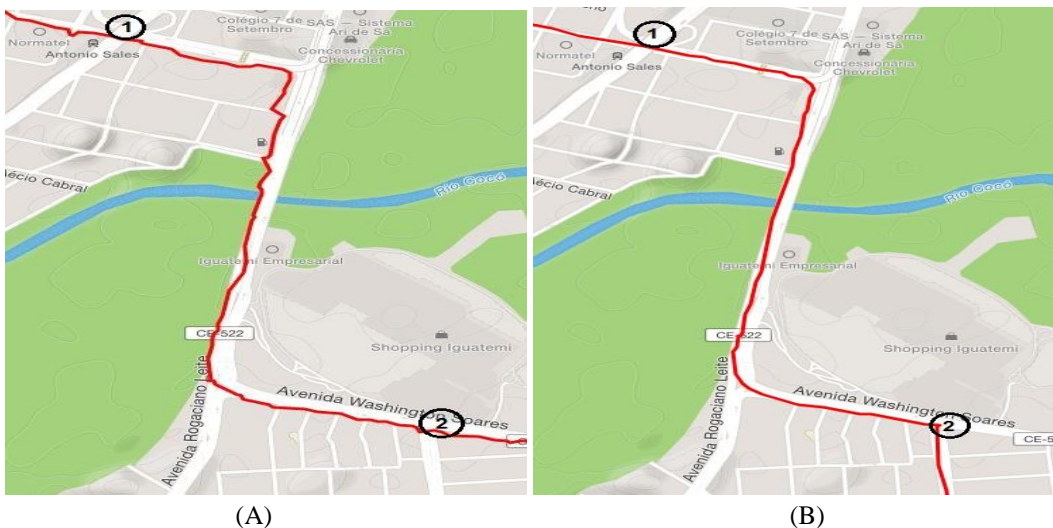
Figura 14 – Sobreposição dos percursos destacando o trecho similar



Fonte: Adaptado do Google Maps (2017).

Por meio dos detalhamentos das figuras 15-A e 15-B, observa-se que a Ciclista “A” fez um percurso mais irregular que a Ciclista “B”, isso pelo fato de a primeira ter usado o passeio para pedestres e ter desmontado seis vezes no trecho, enquanto que a Ciclista “B” fez o percurso continuamente, pela via para carros, usando a borda da direita.

Figura 15 – Detalhes dos percursos: (A) Ciclista “A”; (B) Ciclista “B”



Fonte: Adaptado do Google Maps (2017).

Para passar por baixo do viaduto do Cocó, a Ciclista “A” optou em usar o passeio de pedestres que existe à direita do mesmo (Figura 16-A), evitando, assim, disputar com veículos motorizados o espaço disponível. Como ela seguiria pela direita da via após o viaduto, estar nesse lado já lhe era favorável. A Ciclista “B” optou em seguir pela borda da esquerda, tendo mudado de borda ao chegar no viaduto, isto de maneira arriscada, e, provavelmente, inaceitável para a maioria dos ciclistas utilitários de Fortaleza (Figura 16-B). Observa-se que esse local, ainda não resolvido em termos de mobilidade por veículos não motorizados, é perigoso para todos os ciclistas,

independente de ser experiente e “ousado”, como foi a Ciclista “B”, ou inexperiente, como era a Ciclista “A” na ocasião do acompanhamento.

Figura 16 – Diferentes tipos de abordagem em trecho sem infraestrutura cicloviária: (A) Ciclista “A” trafegando pelo passeio para pedestres e percurso na via para autos da Ciclista “B” marcado (seta); (B) Ciclista “B” circulando pela via para autos e percurso da Ciclista “A” marcado (seta)



(A)

(B)

Fonte: Elaborado pelos autores.

As figuras 17 e 18 mostram as duas ciclistas e o percurso da outra imediatamente após passarem por sob o viaduto. Observe-se a procura por segregação da Ciclista “A”, enquanto a Ciclista “B” segue pela via.

Figura 17 – Ciclista “A” passando pelo estacionamento de carros e percurso da Ciclista “B” marcado (seta)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 18 – Ciclista “B” passando pela via para carros e percurso da Ciclista “A” marcado (seta)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Outro momento de comparação entre as duas ciclistas é o trecho que fica antes, ao longo e depois da ponte do Rio Cocó. A Ciclista “A” optou por fazê-lo quase que todo por passeios de pedestres, enquanto a Ciclista “B” fez pela via para carros, conforme mostrado nas figuras 19 e 20.

Figura 19 – Comparação visual entre os percursos das ciclistas “A” e “B”



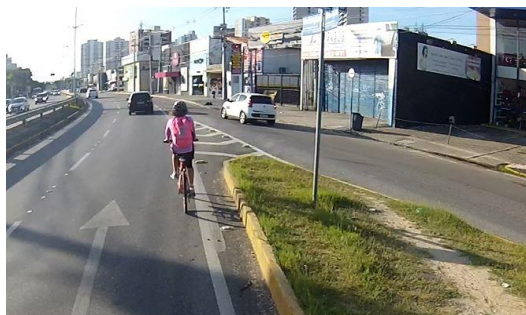
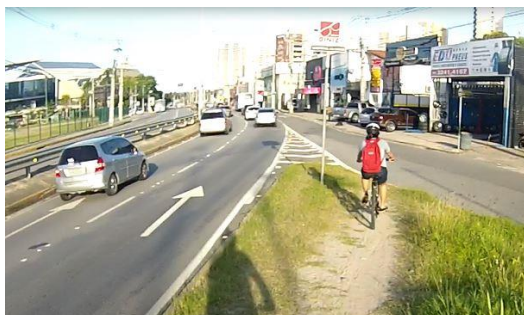
Fonte: Elaborado pelos autores.

As imagens constantes da figura 20 mostram os mesmos locais, porém registrados em momentos distintos, na ocasião dos acompanhamentos feitos. Observa-se: que, enquanto a ciclista (A) transitava pela calçada, a ciclista (B) transitava pela via; que a passagem pela ponte foi feita pela ciclista (A) desmontada da bicicleta, enquanto a ciclista (B) passou pedalando pela via; que, novamente, enquanto a ciclista (A) transitava pela calçada, a ciclista (B) continuou transitando pela via; e que, ao passarem por uma parada de ônibus, a ciclista (A) passou por trás e

desmontada da bicicleta, enquanto a ciclista (B) continuou transitando pela via.

**Figura 20 – Diferentes tipos de abordagem em trecho sem infraestrutura cicloviária, próximos à ponte do Rio Cocó:
(A) Ciclista “A”; (B) Ciclista “B”**





(A)

(B)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conclusão

Este artigo teve como objetivo compreender a prática do ciclismo utilitário em Fortaleza, cumprido com uma abordagem teórica do ciclismo utilitário, seguida de observação participante registrada com vídeo de duas ciclistas utilitárias em Fortaleza; sendo essas práticas analisadas de maneira isolada e comparativa, assim como interpretadas sem generalização e com possibilidade de transferência.

Ciclista “A” realizou pela primeira vez o percurso casa-universidade. Ela iniciou o percurso transitando no contrafluxo de uma ciclofaixa, onde se deparou, principalmente nos cruzamentos, com situações de insegurança, pois os carros que se aproximaram poderiam não a ter visto. Em um momento, ela usou a campainha da bicicleta para indicar sua presença na via. Em outro trecho do percurso, as situações de insegurança continuaram, dessa vez pelo alto número de estacionamentos perpendiculares à via de ciclistas. As conversões com cruzamento da via de ciclistas também preocuparam a Ciclista “A”, pois ela comentou que, ao chegar a determinado cruzamento com alto índice de conversões cruzando a via, prefere parar e esperar o sinal fechar, para, quando abrir novamente, consiga “partir na frente do carro” que estará ao lado, com possibilidade de fazer a conversão. A inexperiência da Ciclista “A” evidenciou-se quando ela circulou em calçadas, em vez de usar as vias para veículos. Ela demonstrou-se bastante insegura para tal. Destacou-se, também, a insegurança subjetiva da Ciclista “A”, por ter circulado no contrafluxo da ciclofaixa, em virtude do medo de avançar nos cruzamentos e dos carros fazendo conversão em cruzamento com a ciclofaixa, por ter circulado sobre calçadas e por ter desmontado da bicicleta em diversos momentos.

A Ciclista “B”, por outro lado, demonstrou experiência, tendo inclusive circulado em velocidade média superior (17,7 km/h) à da Ciclista “A” (9,3 km/h); entretanto, por circular compartilhando a via com outros veículos, ela sofreu mais

ameaças por parte dos condutores de veículos motorizados, principalmente carros e ônibus, quando estes a ultrapassaram sem respeitar a distância mínima exigida pela legislação. O fato de a Ciclista “B” ter feito 46,4% do percurso em vias para veículos, sem infraestrutura cicloviária, indica que a infraestrutura cicloviária de Fortaleza ainda não provê rotas conectadas em vias para ciclistas.

A passagem das ciclistas pelo trecho do viaduto do Cocó evidenciou que esse local, ainda não resolvido em termos de mobilidade por veículos não motorizados, é perigoso para todos os ciclistas, independente de ele ser experiente, como demonstrou ser a Ciclista “B”, ou inexperiente, como foi o caso da Ciclista “A” na ocasião do acompanhamento.

Com base na análise isolada e comparada das práticas de duas ciclistas utilitárias, conclui-se que a prática do ciclismo utilitário em Fortaleza ainda é insegura, tanto para ciclistas inexperientes quanto para ciclistas mais experientes, assim como é desconfortável e pouco atraente para novos ciclistas.

Como sugestão, propõe-se ampliar esse estudo da prática de ciclismo utilitário em Fortaleza e em outras cidades brasileiras, usando a técnica de observação participante gravada em vídeo, acompanhando uma quantidade maior e mais diversificada de ciclistas utilitários, seguida de uma análise conjunta das imagens pelo observador e pelos ciclistas observados, ou de um grupo focal. Propõe-se, também, uma pesquisa-ação,

objetivando promover o crescimento qualificado do ciclismo utilitário nessas cidades e, assim, contribuir para a sustentabilidade desses ambientes.

Referências

Brasil. Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997. (1997). Institui o Código de Trânsito Brasileiro. *Diário Oficial da União*, seção 1. Recuperado em 12 novembro, 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503Compilado.htm.

Brown, K. M., Dilley, R., & Marshall, K. (2008). Using a head-mounted video camera to understand social worlds and experiences. *Sociological Research Online*, 13(6).

Brown, K. & Spinney, J. (2010). Catching a glimpse: the value of video in evoking, understanding and representing the practice of cycling. In B. Fincham, M. McGuinness, & L. Murray (Eds.), *Mobile methodologies* (pp. 130-151). New York: Palgrave Macmillan.

Buehler, R. & Dill, J. (2016). Bikeway networks: a review of effects on cycling. *Transport Reviews*, 36(1), 9-27.

Cruz, W. (2015). *Por que 1,5 m ao ultrapassar ciclista? Tem espaço pra isso?* Recuperado em 16 julho, 2015, de

<http://vadebike.org/2011/07/por-que-15m-ao-ultrapassar-ciclista-tem-espaco-para-isso/>

Fernández-Heredia, Á., Monzón, A., & Jara-Díaz, S. (2014). Understanding cyclists' perceptions, keys for a successful bicycle promotion. *Transportation Research Part A: Policy and Practice*, 63, 1-11.

Franco, C. M. A. (2011). *Incentivos e empecilhos para a inclusão da bicicleta entre universitários*. Dissertação de mestrado, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.

Garrard, J., Rissel, C., & Bauman, A. (2014). Health benefits of cycling. In J. Pucher & R. Buehler (Eds.), *City cycling* (pp. 31-55). Cambridge: MIT Press.

Google Maps (2017). Recuperado em 20 junho, 2017, de <https://www.google.com.br/maps>

Handy, S., van Wee, B., & Kroesen, M. (2014). Promoting cycling for transport: research needs and challenges. *Transport Reviews*, 34(1), 4-24.

Heinen, E., van Wee, B., & Maat, K. (2010). Commuting by bicycle: an overview of the literature. *Transport Reviews*, 30(1), 59-96.

Koglin, T. (2015). Vélomobility and the politics of transport planning. *GeoJournal*, 80(4), 569-586.

Koglin, T. & Rye, T. (2014). The marginalisation of bicycling in modernist urban transport planning. *Journal of Transport & Health*, 1(4), 214-222.

Marqués, R., Hernández-Herradora, V., Calvo-Salazarb, M., & García-Cebrián, J. A. (2015). How infrastructure can promote cycling in cities: Lessons from Seville. *Research in Transportation Economics*, 53, 31-44.

Nakamura, H. & Abe, N. (2014). The role of a non-profit organisation-run public bicycle-sharing programme: the case of Kitakyushu City, Japan. *Journal of Transport Geography*, 41, 338-345.

Pedalada Matinal. (2017a). *Strava*. Recuperado em 11 maio, 2017, de <https://www.strava.com/activities/981043307>

Pedalada Vespertina. (2017b). *Strava*. Recuperado em 10 maio, 2017, de <https://www.strava.com/activities/980331595>

Pucher, J. & Buehler, R. (2007). At the frontiers of cycling: policy innovations in the Netherlands, Denmark and Germany. *World Transport Policy & Practice*, 13(3), 8-56.

Pucher, J., Dill, J., & Handy, S. (2010). Infrastructure, programs, and policies to increase bicycling: an international review. *Preventive Medicine*, 50(Suppl.1), S106-S125.

Pucher, J., Garrard, J., & Greaves, S. (2011). Cycling down under: a comparative analysis of bicycling trends and policies in Sydney and Melbourne. *Journal of Transport Geography*, 19(2), 332-345.

Resende, J. C. & Vieira Filho, N. A. Q. (2011). Cicloturistas na Estrada Real: perfil, forma de viagem e implicações para o segmento. *Revista Turismo em Análise*, 22(1), 168-194.

Rietveld, P. & Daniel, V. (2004). Determinants of bicycle use: do municipal policies matter? *Transportation Research Part A: Policy and Practice*, 38(7), 531-550.

Rother, M. S. (2016). *A mobilidade por bicicletas em Piracicaba-SP: aspectos culturais, ambientais e urbanísticos*. Tese de doutorado, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, Brasil.

Tsenkova, S. & Mahalek, D. (2014). The impact of planning policies on bicycle-transit integration in Calgary. *Urban, Planning and Transport Research*, 2(1), 126-146.

Uttley, J. & Lovelace, R. (2016). Cycling promotion schemes and long-term behavioural change: A case study from the

University of Sheffield. *Case Studies on Transport Policy*, 4(2), 133-142.

Velo Mondial. (2010). VELOINFO Report Summary: Cycling, leisure and tourism. Community Research and Development Information Service (CORDIS). Recuperado em 25 junho, 2010, de http://cordis.europa.eu/result/rcn/45133_en.html

Zhang, D., Magalhães, J. D. A. V., & Wang, X. (2014). Prioritizing bicycle paths in Belo Horizonte City, Brazil: analysis based on user preferences and willingness considering individual heterogeneity. *Transportation Research Part A: Policy and Practice*, 67, 268-278.

**O ESPAÇO PÚBLICO É DE QUEM? CONFLITOS E
CONTRADIÇÕES NA APROPRIAÇÃO DA TRAVESSA
JORGE AMADO PELO MERCADÃO DE MARINGÁ**

*Mateus Pires Martins*²⁴
*Priscilla Borgonhoni Chagas*²⁵

Introdução

Este artigo tem o objetivo de contribuir com as discussões, no campo dos Estudos Organizacionais, sobre a produção e apropriação do espaço público por agentes privados, destacando o papel do Estado nesse processo. Assume-se, nesse contexto, que o espaço é ao mesmo tempo produto e produtor das relações sociais (Lefebvre, 2000). Para tanto foram analisadas as relações existentes quanto ao uso e apropriação do espaço público pelo

²⁴ Mestrando em Administração pela Universidade Estadual de Maringá. Contato: mateus_pires@hotmail.com.

²⁵ Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Maringá. Contato: priscillabchagas@gmail.com.

Mercado Municipal de Maringá, conhecido como Mercadão de Maringá, que está localizado no eixo central da cidade.

A produção do espaço constitui um elemento central da problemática do mundo contemporâneo. As discussões sobre a temática ganharam força nos últimos anos devido à dinâmica do processo de acumulação capitalista, com destaque para a justificativa das ações do Estado em direção à criação dos fundamentos da reprodução, bem como do ângulo da (re)produção da vida, que se realiza em espaços-tempos delimitados reais e concretos (Carlos, 2013).

O desenvolvimento acelerado das cidades brasileiras na segunda metade do século XX engrandeceu as desigualdades sociais e as fronteiras internas existentes no espaço urbano, que é disputado pelas diferentes classes, as quais lutam pela apropriação dos espaços e pela manutenção do poder sobre esses lugares por tempo indeterminado (Chauí, 1989). Rolnik (2012) define o espaço urbano como uma mercadoria, cujo preço é resultado de características físicas e locacionais, como por exemplo, a proximidade com áreas valorizadas. Continua afirmando que a valorização e desvalorização de uma região dependem de investimentos públicos, ou seja, o investimento em água, luz, asfalto, esgoto, escolas, hospitais, lazer e tantos outros atributos básicos para população, são decisivos na lógica do mercado imobiliário, pois geram locais valorizados. Nessa mesma lógica, Godoy (2009) diz que ocorre uma atuação empresarial privada na área central atraindo a população economicamente mais

privilegiada, e que a atuação das imobiliárias junto ao setor público com financiamentos e regulamentações avigoram o crescimento socioeconômico desigual, a especulação imobiliária de ganho de capital na parte central e a necessidade de investimentos urbanos nas áreas periféricas.

Os agentes promotores desse espaço e que exercem seus poderes e influências nessa construção são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (Corrêa, 2004). Dentre todos, é o Estado que possui maior autoridade nessas relações, pois é ele que possui o poder de legislar quanto ao uso do solo, sua distribuição e taxaço. Leitão (1999) também discorreu sobre a atuação desses agentes. Em seu trabalho, ele argumenta que o que ocorre é uma busca da valorização dos espaços urbanos através da produção e reprodução de uma dinâmica que tem o intuito de acumulação de capital através da especulação, ou seja, a terra se apresenta como uma mercadoria, resultando em segregação espacial. Corrêa (2004) aponta que em decorrência desse processo, há um afloramento da desigualdade social, onde os mais pobres são excluídos das regiões mais valorizadas e são transferidos para as áreas periféricas. Essa ideia é confirmada com a realidade do mercado imobiliário brasileiro, que exclui a população de baixa renda, convergindo historicamente forças políticas e econômicas na tomada de decisões para atender suas necessidades. Por outro lado, a classe baixa é alocada em regiões exteriores, longe da cidade, e, na maioria das vezes, sem estrutura urbana.

Assim sendo, as lutas pelo espaço urbano são permeadas pelas políticas públicas do governo, que muitas vezes favorece a reapropriação dos espaços pela elite. São os casos das revitalizações, limpezas sociais e gentrificações (Botelho, 2005; Leite, 2008). Partindo dessa concepção, Harvey (1996), afirma que a organização da vida urbana é resultado de uma coalisão de forças entre os agentes, onde o Estado tem a função de facilitar os processos e acordos. A administração urbana favorece os agentes privados fornecendo empréstimos, estruturas, serviços públicos e condições para que esses empreendimentos se instalem ou se desenvolvam. Nesse contexto, Sánchez (2001), coloca que cada vez mais as cidades são reorganizadas potencializando a eficiência econômica dos lugares por intermédio das técnicas modernas de dominação a fim de que o local se torne elemento de consumo para as pessoas, porém, na prática nem todos tem acesso financeiro para investir e consumir os produtos ali produzidos (Honorato & Saraiva, 2016).

Assim, estudos recentes sobre o objeto cidade emergiram no campo dos Estudos Organizacionais com o intuito de entender a vida social organizada, visando compreender os aspectos simbólicos, sociais e históricos e como a hegemonia capitalista afeta a vida das pessoas (Honorato & Saraiva, 2016; Ipiranga, 2010; Viegas & Saraiva, 2015). Esses estudos comungam da visão de que as cidades são fragmentadas e propensas ao conflito, um polo do qual derivam aspectos não apenas materiais e geográficos, mas também simbólicos, ideológicos e socioambientais (Saraiva & Carrieri, 2012), palco de interações

e conflitos da sociedade moderna. Partindo da abordagem de organização-cidade, esses estudos ampliaram o conceito nos estudos organizacionais e o reafirmaram como objeto, principalmente a partir de uma visão que focaliza a complexidade urbana e evoca a vida social organizada de indivíduos e grupos oprimidos em diversos âmbitos sociais (Coimbra & Saraiva, 2013; Saraiva & Carrieri, 2012). Sendo assim, essa relação dinâmica entre seus habitantes precisa ser estudada, uma vez que esse cotidiano altera o que se entende pela cidade. Para Mendes e Cavedon (2012) a cidade não é estática, mas fluída, pelos movimentos cotidianos, e viva, pelas práticas dos diferentes grupos que nela interagem no dia a dia.

Nesse campo das cidades e espaço urbano, tem-se a figura dos Mercados Públicos Municipais, os quais costumam ter grande valor histórico e cultural na região onde se estabelecem. Essa singularidade para identificação de hábitos costumeiros de uma dada cidade ou região torna o Mercado Municipal um significativo objeto de estudo. Diversas foram as pesquisas nas mais variadas temáticas, podendo ser citados os estudos realizados por Silva (2007), Alves e Ribeiro (2011), Saraiva, Carrieri e Soares (2014), Cavedon (2004), Cavedon, Fantinel, Ávila e Valadão (2010), Bitar (2014), Pintaudi (2006), dentre outros.

Com relação ao Mercado Público de Maringá (“Mercadão”), percebe-se peculiaridades se comparado aos citados acima. Localizado no primeiro armazém cerealista de Maringá, o

Mercado Municipal de Maringá, popularmente chamado de Mercadão, foi inaugurado em outubro de 2009, com área de aproximadamente 7.000 m², após obras de reforma e ampliação da antiga estrutura atuando principalmente no ramo gastronômico. É importante destacar que o empreendimento é de cunho privado, e que a utilização do termo “municipal” foi autorizada pela prefeitura (Sartor, 2010). O Mercadão está situado no novo centro de Maringá, região marcada por empreendimentos imobiliários luxuosos e com um histórico de solicitações de moradores dessa região para que não sejam realizados de eventos de aglomeração de populares no local. De forma mais específica, encontra-se na Avenida Prudente de Moraes, e sua lateral direita faz divisa com a Travessa Jorge Amado. Os bares e restaurantes do Mercadão criaram extensões de suas lojas na Travessa Jorge Amado e ocupam diariamente esse espaço. Essa utilização se iniciou quando o Mercadão de Maringá, autorizado pela Prefeitura Municipal, revitalizou a Travessa Jorge Amado e em contrapartida foi autorizado a utilizar o local (Associação comercial de Maringá [ACIM], 2017). Os bares e restaurantes são considerados de alta qualidade e com preços pouco acessíveis, o que acaba selecionando seus frequentadores.

Nesse sentido, o Mercado Municipal de Maringá apresenta elementos que encontram respaldo nas discussões acerca da produção e apropriação do espaço público por agentes privados, onde o Estado atua viabilizando as práticas de acumulação através dos discursos de embelezamento da cidade (Corrêa,

2004; Harvey, 1996). Esse estudo parte, portanto, da premissa de que a cidade é um campo de desigualdades e disputas, em que o espaço urbano é marcado pela luta de diversos agentes sociais e que, no caso específico da cidade de Maringá, o Mercado Municipal é um importante ator dentro do espaço urbano.

Maringá é uma cidade altamente dividida e segregada. Toda sua história foi marcada por forte presença do poder público como agente orientador do território, em grande maioria por meio de relações negociais com o setor imobiliário (Borges & Sela, 2013), apesar da imagem de uma cidade verde e bela, esconde uma história de contradições, o que torna Maringá um importante lócus de estudo. O papel do poder público no desenvolvimento urbano e a ação dos agentes promotores do espaço em Maringá também foram estudados por Borges e Sela (2013), Abe, Schmitzhaus e Chagas (2015), Reschilian e Uehara (2012) e Godoy (2009). Embora o entorno do Mercado seja de propriedade pública, constata-se que as obras privilegiam o empreendimento em detrimento da utilização do espaço pela população em geral, marcando a apropriação do espaço público pelo Mercado Municipal.

Assim sendo, o estudo parte da seguinte problemática: Quais são os aspectos da apropriação da Travessa Jorge Amado pelo Mercado de Maringá e como se apresentam as contradições e conflitos dessa apropriação? Dessa forma, o objetivo desse estudo é investigar quais são os aspectos da apropriação da

Travessa Jorge Amado pelo Mercado de Maringá e discutir as contradições e conflitos resultantes dessa apropriação. A coleta de dados ocorreu por intermédio de dados secundários documentais e históricos, além de observação direta e não-participante.

Além dessa introdução, o presente artigo está composto por cinco seções. A primeira aborda o espaço urbano e sua produção, a segunda os mercados municipais do Brasil, a terceira os procedimentos metodológicos, a quarta discorre sobre o Mercado Municipal de Maringá, e por fim, a última apresenta as considerações finais.

O espaço urbano e sua produção

A abordagem da Geografia em relação ao conceito de espaço sofreu grande revolução em meados de 1970. A antiga geografia tradicional que privilegiava a concepção de paisagem e região, abriu espaço nessa época para uma ótica mais social, destacando-se, o até então omitido espaço social, entendido como lócus da reprodução das relações sociais de produção da sociedade (Corrêa, 2012). O tema também foi discutido por Carlos (2013), que relata a passagem do pensamento geográfico da ideia de “organização do espaço” para “produção do espaço”.

Henri Lefebvre foi um grande pensador desse período e trouxe uma grande inovação teórica nos seus trabalhos e cada vez mais

exerce influência nos Estudos Organizacionais. Para Lefebvre (2000), a concepção do espaço urbano é a de que ele é um produto social, não um produto irrelevante, uma coisa, mas um conjunto de relações envolvendo pessoas e objetos. Assim, o autor argumenta que conforme o espaço é produzido ele interfere nessa produção, através da organização do trabalho produtivo, do transporte, do fluxo de matérias-primas e energias, e da rede de distribuição de mercadorias. Assim, “[...] à sua maneira produto e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor” (Lefebvre, 2000, p.7).

Corrêa (2004), estabelece que o espaço urbano é um espelho da sociedade, desse modo, o espaço das cidades atuais é segregado, fragmentado e repleto de desigualdades. Assim sendo, se o “produto espaço social” induz a maneira como o mesmo é produzido, ele também muda à medida que a sociedade/meios de produção mudam, logo, existe uma estreita relação entre espaço e tempo. A explicação da realidade, pois, tem validade para momentos históricos específicos e por isso toda a relação social deve ser entendida em sua historicidade, considerando o desenvolvimento histórico e sua transformação. Assim, o conhecimento precisa dar conta do processo que analisa e de suas etapas e periodizações.

Uma questão importante foi colocada por Carlos (2013), a respeito do pensamento de Lefebvre sobre a objetividade e

subjetividade da produção do espaço. De um lado há a produção de objetos, produtos, mercadorias, como por exemplo: a infraestrutura viária, luz e esgoto etc., ou seja, a produção social do espaço urbano se materializa. No entanto, ao mesmo tempo que ocorre essa produção concreta, acontece também uma produção humana acerca de sua consciência, desejos e necessidades. Corrêa (2013), aponta que a produção do espaço está enraizada de materialidades, como os campos cultivados, estradas, represas, centros urbanos, ruas, bairros, áreas residenciais, comerciais e fabris, mas também firmada em estética, status, etnicidade e significado, assumindo assim uma dimensão simbólica. A intersecção entre a materialidade e imaterialidade é discutida por Harvey (1996), o qual diz que o processo de urbanização produz inúmeros arranjos (vias, sistemas políticos e hierárquicos etc.) que dominam as práticas diárias e ações dos indivíduos, suas percepções e aspirações.

Ora, se a produção capitalista envolve toda a sociedade, a ideia de espaço como mercadoria está presente demasiadamente na vida cotidiana das pessoas, logo a utilização dos “lugares” passa a respeitar a lógica privada da propriedade e conseqüentemente a acumulação de capital (Carlos, 2013). Dessa forma, Corrêa (2013), propõe que os agentes sociais promotores do espaço urbano atuam concretizando as suas necessidades e relações no ambiente socioespacial capitalista. Isto é, a produção do espaço urbano “é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos

entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (Corrêa, 2013, p. 43).

Por agentes sociais promotores do espaço urbano entendem-se os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (Corrêa, 2004). Espera-se que o Estado atue de maneira neutra, baseado nos fundamentos de equilíbrio econômico, social e espacial no exercício de suas atribuições, porém, suas ações são tomadas por incoerências e conflitos de interesses entre os envolvidos e costumam privilegiar os proveitos da classe dominante que detém o poder (Corrêa, 2004). O autor ainda continua que seja na implantação dos serviços públicos básicos (esgoto, água, calçadas, iluminação, coleta de lixo etc.), ou até mesmo na implantação de uma refinaria de petróleo, nas regulações de uso da terra e na elaboração de leis, essa prática de favorecimentos acontece a fim de viabilizar as práticas de acumulação e reprodução das classes sociais.

Segundo Harvey (1996), a administração urbana migrou de um papel gerencial para uma atuação mais empresarial. Ele relata em seu trabalho as parcerias público-privadas, nas quais o governo fornece subsídios, empréstimos e infraestrutura para empreendimentos que procuram locais adequados para investir ou se instalar. Para atender os consumidores que possuem dinheiro e são seletivos, os negócios cada vez mais investem em qualidade de vida, na valorização do espaço, na inovação

cultural e na elevação da qualidade do meio urbano. Os estádios esportivos, centros de convenções, shoppings centers, praças de alimentação, e eventos de entretenimento são facetas dessa renovação urbana de uma cidade inovadora, excitante, segura para visitar, consumir e viver. Esse empresariamento resultou na reprodução em série nas cidades de parques, bairros elitizados, centros de entretenimento e negócios (Harvey, 1996). À vista dessa municipalidade na produção e reprodução do espaço urbano, e dos conceitos debatidos nessa seção, a seguir são discutidos os mercados municipais das cidades brasileiras.

Mercados municipais

Desde os primórdios as atividades comerciais desempenham um importante papel no processo de estruturação das cidades. Weber (1979), formula que a formação das cidades está baseada na existência de um “mercado” onde se realizavam as trocas de bens/serviços para suprir as necessidades dos moradores. Com a expansão do sistema capitalista de produção houve uma intensificação da urbanização e industrialização, o que estreitou ainda mais a relação entre comércio e cidade (Alves & Ribeiro, 2011). Pintaudi (2006) afirma que a comercialização de produtos dependia de um local apropriado para esse fim, e que as pessoas precisavam das mercadorias que ali eram vendidas, o que resultou numa importância histórica desses locais de venda para o abastecimento da cidade e região de sua abrangência.

Essas características podem ser verificadas no âmbito dos mercados municipais.

Os mercados municipais são espaços voltados para comercialização e socialização de mercadorias típicas de determinada região, e são cada vez mais valorizados nesse contexto (Alves & Ribeiro, 2011). Bitar (2014), diz que é no mercado municipal que se relacionam pessoas, objetos e espaços, envolvendo trocas comerciais e econômicas cheias de simbolismos e significados, nota-se em seu trabalho que as interações realizadas no mercado envolvem aspectos fundamentais na constituição das pessoas, na maneira que elas narram suas vidas e em como imaginam a cidade.

Os mercados municipais tiveram sua origem na comercialização de produtos alimentícios (arroz, farinha, milho, carnes) e principalmente na comercialização de frutas e legumes (Alves & Ribeiro, 2011; Bitar, 2014; Cavedon, 2004; Cavedon, Fantinel, Ávila & Valadão, 2010; Pintaudi, 2006; Saraiva, Carrieri & Soares, 2014; Silva, 2007). Com o passar do tempo, os papéis dos mercados públicos foram mudando, o que comprova o aspecto histórico/temporal dos espaços, que com o passar das épocas vai se ressignificando e se adequando as novas realidades, como apresentado por Bitar (2014), no CADEG – Mercado Municipal do Rio de Janeiro, que após a criação do CEASA na década de 1970, perdeu seu papel de principal abastecedor da cidade do Rio de Janeiro e precisou criar estratégias para se reinventar.

Além da importância do mercado municipal para a região onde estão inseridos, também fica evidente a pluralidade de produtos que são comercializados e a sua relação cultural com a região. É o caso do Mercado Público de Porto Alegre com a cultura gaúcha, onde ocorre o consumo de chimarrão, a venda de ervamate a granel, das cuias, bombachas, alpargatas, fumo, botas, panos de prato, dentre outros itens que são comprados como “lembranças do Rio Grande do Sul”, também do Mercado Municipal de Uberlândia onde são vendidos artigos tipicamente mineiros tais como doces de leite, frutas em pasta, queijos regionais, mel e fubá. (Cavedon *et al.*, 2010). Castilhos e Cavedon (2004) identificaram as especificidades administrativas do Mercado Público de Porto Alegre levando em consideração os aspectos culturais ligados a cidade. Essa etnografia relata o cotidiano ali vivido revelando como se dão as relações interpessoais, confirmando a importância do local que confirma a identidade dos porto-alegrenses. Ademais, as obras de Cavedon (2004) e Cavedon *et al.* (2010) destacam que esse aspecto cultural não é refletido apenas no aspecto material, mas que as práticas dos clientes e vendedores dos mercados municipais também são um reflexo dos aspectos imateriais contidos no local.

Silva (2012), afirma a importância do Mercado de São Carlos para área comercial devido a sua pluralidade de atividades, isso porque existem no local estabelecimentos de venda de roupas, bolsas, mochilas, relojarias, eletrônicos, ervas medicinais, brinquedos e produtos alimentícios. Por sua vez, o estudo

realizado por Saraiva, Carrieri e Soares (2014) analisou as relações de territorialidade e identidade no ambiente organizacional do Mercado Municipal de Belo Horizonte, aprofundando sua pesquisa ao que é distintivo, duradouro e central numa organização. Os autores analisam as práticas da paróquia tida como duradoura, dos comerciantes tidos como distintivos e do escritório tido como central, conjugando um ambiente de harmonia e conflitos onde cada ator social defende os interesses do seu grupo, no entanto, também concluem que apesar das diferenças, os agentes se compreendem sob a mesma lógica de sobrevivência mútua, logo, espaço e identidade são intimamente relacionados pois a identidade reflete a forma de agir dos atores sociais conforme a sua compreensão sobre o espaço.

A etnografia de Rossato Neto (2003) acerca do processo sucessório das bancas do Mercado Público de Porto Alegre interpreta e compreende os fatores que levam os filhos a assumirem o lugar de seus pais nas lojas, e como isso está cheio de aspectos culturais e históricos das famílias e gerações. Os pais imigrantes e sem estudo, se orgulham de ter conquistado bens, porém, não se preparam para sucessão do trabalho, já os filhos, em sua maioria com faculdade, nem sempre querem assumir o negócio, ou as vezes, por quesitos financeiros, se veem obrigados a trabalhar nas bancas.

O estudo realizado por Silva (2007) destacou a evidente relação entre o público e o privado, relatando as reformas ocorridas nos

mercados de Vila Rubim e de Porto Alegre. O autor coloca que o vínculo se dá quando o privado usufrui ou toma posse de uma propriedade do Estado oferecendo significativos privados a um espaço compartilhado por outros grupos sociais, através dos espaços ociosos transformados em produtivos. Relata também a invasão da Praça Manoel Rosindo do Vila Rubim, em Vitória (ES) por comerciantes, na qual os vendedores têm direito de utilização reconhecido pela prefeitura, que está construindo e reformando lojas para eles. Os vendedores apesar de permitirem a presença de outras pessoas na praça ditam as regras no local e utilizam até de violência para legitimar seu controle. Ou seja, os comerciantes demarcam seu lugar, cuidam dele com base em suas regras e até o vendem para outra pessoa caso queiram, mesmo o espaço sendo uma praça pública.

Procedimentos metodológicos

Para o alcance do objetivo proposto, a pesquisa classificou-se como descritiva com abordagem qualitativa, na medida em que buscou-se descrever os fatos de determinada realidade, descrevendo-os com exatidão (Denzin & Lincoln, 2006), buscando conhecer a comunidade estudada, seus problemas e características (Triviños, 1987) com uso de dados secundários por meio de pesquisa em documentos, artigos, reportagens, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), redes sociais e websites que tratam da história da Cidade de Maringá e do Mercado Municipal de Maringá, como por

exemplo a Associação Comercial de Maringá, a Prefeitura Municipal e o próprio Mercado. Esses materiais contextualizaram e referenciaram o tema, sendo essenciais para descrição dos eventos e para compreensão do objetivo do estudo.

Também foram coletados dados por meio de observação direta e não-participante realizadas no local, com o intuito de apreender as relações dos frequentadores do Mercado, sejam eles comerciantes, funcionários, ou clientes, e o entorno do local. Essa observação foi feita pelo primeiro autor desse artigo por dois meses em momentos variados, durante a semana e nos finais de semana. Os dados foram analisados visando o entendimento das relações estabelecidas entre o Mercado e o seu entorno, com foco especial na apropriação do espaço público por esse estabelecimento. Tais análises e discussões são apresentadas no item a seguir.

A cidade de Maringá e o mercado municipal (“Mercado de Maringá”)

Localizada no noroeste do Paraná, Maringá foi planejada com o objetivo de se tornar um polo regional em meados da década de 1940 colonizada pela Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). O desenvolvimento da cidade foi baseado em um plano urbanístico planejado pelo engenheiro Jorge Macedo Vieira, projeto este que se caracterizava pelas largas avenidas e canteiros centrais que destacavam o paisagismo. O projeto

também determinava o zoneamento das áreas. Existiam as áreas comerciais, as áreas industriais, e as áreas residenciais divididas em elite, popular e operária. A área mais valorizada estava próxima do centro cívico, de dois parques e foi planejada para abrigar toda a estrutura necessária (escola, parque infantil, hospital, áreas de esporte, igreja, cemitério), as duas últimas estavam em regiões mais afastadas e não constava no projeto maiores estruturas (Cordovil, 2010; Paulo, 2019; Rodrigues, 2004). Toda essa hierarquização permitia a CMNP a comercializar os lotes com preços muito mais elevados (Rodrigues, 2004). Esse foi só o começo da história, que se repetiu no decorrer dos anos.

Os loteamentos que surgiam eram embasados no planejamento inicial da cidade, reproduzindo a segregação e hierarquização do espaço. O Estado também teve papel importante nesse processo. Em última instância era ele que aprovava as políticas urbanas, endossando toda essa expansão contraditória. O problema é que em toda sua história, Maringá teve/tem representantes públicos que também estavam/estão envolvidos com o ramo imobiliário (Rodrigues, 2004). Há em Maringá um “conceito” de que ela é uma cidade bonita, arborizada, com alta qualidade de vida e que é uma cidade sem favelas, no entanto, conforme relatado, esse discurso esconde um processo de remoções que alocava as camadas mais pobres para além do município. Socorro (2004 como citado em Rodrigues, 2004, p. 51) atesta isso ao relatar a prática da Prefeitura Municipal de dar passagens de ônibus de volta, aos mais pobres que chegavam na cidade pois não eram

bem-vindos (Rodrigues, 2004). Houve também o exemplo mais recente do Bairro Santa Felicidade, onde as famílias que ali residiam foram removidas e destinadas a locais mais afastados, ação justificada pela Prefeitura Municipal, pela revitalização do local, já que a área era “precária” e “insegura” e estava envolta de grandes empreendimentos e condomínios de luxo (Paulo, 2019; Shimada, 2015).

Assim, partimos do pressuposto de que a história de Maringá é repleta de contradições, especialmente em função da atuação do mercado imobiliário exercendo práticas de segregação e diferenciação, excluindo as pessoas de menores rendimentos para as periferias desde os primeiros anos da cidade. Até mesmo os lotes mais afastados não podiam ser comprados pelos mais pobres e os faziam se deslocar para as cidades vizinhas (Araujo, 2010; Paulo, 2019; Rodrigues, 2004).

Num contexto mais recente, um dos últimos projetos de reestruturação urbana envolveu a criação do Novo Centro de Maringá, que inicialmente foi idealizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer para abranger edifícios residenciais, comerciais, com amplos espaços de circulação. O projeto foi chamado de Ágora. Ele acabou não sendo posto em prática conforme planejado, no entanto, a região atualmente é uma das mais valorizadas do município, com prédios luxuosos e de alto padrão, e é justamente dentro desse complexo que se localiza o Mercado de Maringá (Paulo, 2019; Rodrigues, 2004).

Localizado no primeiro armazém cerealista da cidade, o Mercado Municipal de Maringá, popularmente chamado de Mercadão, preserva a história do barracão construído em 1958 pela Cerealista Tamandaré para estocar e comercializar produtos secos e molhados (Mercado Municipal de Maringá, 2019). Inaugurado em outubro de 2009, com área de aproximadamente 7.000 m², após obras de reforma e ampliação da antiga estrutura, atualmente conta com 33 lojas, que são em sua maioria do ramo gastronômico, sendo um ponto de encontro e lazer na cidade. Também existem no local vendas de frutas típicas e exóticas, vinhos nacionais e importados, cervejas das mais variadas localidades, temperos, queijos, carnes, peixes, doces e chocolates (Prefeitura Municipal de Maringá, 2019). Mesmo sendo um empreendimento privado, a Prefeitura autorizou que fosse utilizado o termo “municipal” no nome da organização (Sartor, 2010).

De forma mais específica, o Mercadão está situado no Novo Centro de Maringá, na Avenida Prudente de Moraes, e sua lateral direita faz divisa com a travessa Jorge Amado que abrigava antigamente a estação ferroviária de Maringá. Atualmente a região onde se encontra o Mercado Municipal faz parte do chamado eixo central de Maringá. A travessa Jorge Amado é palco de eventos culturais de relevância como por exemplo a 5^o Festa Literária Internacional de Maringá (FLIM), ocorrida em novembro de 2018 e que recebeu diversos poetas e artistas famosos e conceituados, contendo como assunto principal o tema “resistências”, onde foi discutido temas

pertinentes às minorias. Também recebeu o 10º Festival Afro-Brasileiro de Maringá (Mercado Municipal de Maringá, 2018) e a chamada “Ciência na Praça” onde alunos de pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) repassaram informações sobre os projetos científicos desenvolvidos por eles, e até mesmo encontro de carros antigos (O Diário, 2015, 2018).

No entanto, esse tipo de utilização do entorno do empreendimento não ocorre com tanta frequência, na verdade, ela se dá mais pelo próprio Mercadão. Isso porque os bares e restaurantes laterais do empreendimento criaram extensões de suas lojas na via, ocupando diariamente esse espaço. Quando foi inaugurado existia apenas um deque na pequena área cedida pela prefeitura (Sartor, 2010), e as lojas vendiam em sua maioria produtos artesanais, frutas e verduras, flores e carnes (Record News, 2015). A Figura 1, a seguir, retrata o Mercadão nesse período.

Figura 1: Vista lateral do Mercado e seu deque



Fonte: Sartor, P. (2010, maio 31). Novo conceito de comprar e lazer [blogspot]. Recuperado de <https://priscilasartor.blogspot.com/2010/05>.

A partir de junho de 2011, sob um novo comando diretivo, os então gestores do mercado municipal decidiram reposicionar o conceito do negócio com foco na gastronomia. Para tal propuseram a revitalização da travessa Jorge Amado, projeto que foi aprovado pela Prefeitura Municipal, dessa forma o Mercado iniciou o plantio de mudas, a instalação de irrigação automática, luminárias, bancos, mesas, ombrelones, vasos e lixeiras. Em contrapartida a Prefeitura cedeu parte do espaço para que os bares e restaurantes o utilizassem (Associação comercial de Maringá [ACIM], 2017). A Figura 02 mostra a revitalização da praça, após a conclusão das obras.

Figura 2: Travessa revitalizada



Fonte: Associação Comercial de Maringá. (2017, setembro 19) Muito mais que calçada e estacionamento [site]. Recuperado de <https://www.acim.com.br/2017/09/19/muito-mais-que-calcada-e-estacionamento/>.

Abaixo relato da diretora da época do Mercado Municipal:

Se de um lado estava o calçadão abandonado em meio a paredões, porque os estabelecimentos do entorno voltaram suas fachadas para as avenidas, por outro lado precisávamos de uma área externa para complementar nossa proposta gastronômica. Ter uma área externa era unir o útil ao agradável [...] tivemos retorno financeiro pelo aumento do fluxo e do tempo de permanência no

Mercadão, mas mais do que isso é a aprovação da comunidade. Pessoas vêm aqui ler e brincar com os filhos, virou um ponto de lazer [...] nosso objetivo não é apenas estético, mas funcional para oferecer um espaço gastronômico de alta qualidade e eficiência (ACIM, 2017).

Assim, conforme apresentado por Harvey (1996), cada vez mais as empresas investem em valorização do espaço e na elevação da qualidade do espaço para atrair os consumidores seletivos e com dinheiro. Fica claro na própria fala da empresária que a utilização da área externa gerou grandes benefícios, essencialmente financeiros ao empreendimento, comprovando, portanto, ser esse mais um caso de atuação do Estado em benefício das empresas particulares, ou seja, conforme proposto por Carlos (2013), o espaço público passa a respeitar a lógica privada da propriedade a fim de reprodução de capital e geração de lucro.

Conforme aponta Silva (2007), espaços compartilhados pela população são tidos como “ociosos”, “antigos” ou “abandonados”, e por isso, são transformados na justificativa de se tornarem produtivos, como foi o caso do Mercado Municipal. Observa-se que os vasos foram dispostos a fim de criar uma demarcação do local “pertencente” ao mercadão. As Figuras 3 e 4, a seguir, evidenciam a utilização lateral pelos bares e restaurantes.

Figura 3: Utilização lateral dos bares



Fonte: Mercado Municipal de Maringá. (2019, fevereiro 1) Fotos [site]. Recuperado de <http://mercadaomaringa.com.br/fotos/>.

Figura 4: Utilização lateral dos bares - noturno



Fonte: maringaparana (2019, outubro 1) Noite Linda! [Instagram].
Recuperado de <https://www.instagram.com/p/B3F3o8dAsXV/>.

Averiguou-se nas observações que foram realizadas no local um maior movimento aos finais de semana essencialmente na área externa. Aos sábados, muitos frequentadores costumam passar a

toda a tarde no local e aos domingos o espaço é utilizado sobretudo na hora do almoço. Outro detalhe é que os bares e restaurantes são de alto padrão e qualidade e com preços pouco acessíveis. Contemplou-se também que para os clientes, estar no local é sinônimo de status social, o que vai de encontro com o conceito de Lefebvre acerca dos aspectos materiais e imateriais do espaço urbano, que também foram percebidos nos estudos de Cavedon (2004) e Cavedon *et al.* (2010). Em comparação aos outros mercados municipais apresentados nesse trabalho, o de Maringá diferencia-se pela proposta. Enquanto um tem foco praticamente exclusivo na gastronomia, os demais são plurais nas atividades e comercializam itens relativos a cultura de sua região, como por exemplo os mercados municipais de Porto Alegre e de Uberlândia.

Alguns eventos comerciais de grande magnitude também são realizados pelo Mercado na travessa, dentre os que mais chamaram a atenção no ano de 2018, foi um festival de cervejas artesanais trazido para Maringá, e principalmente a megaestrutura montada para receber o público durante a copa do mundo. O local ofereceu telões de LED, cobertura, objetos decorativos, áreas de jogos e recreação. O evento contou com o investimento dos lojistas, além de um patrocínio de uma grande empresa fabricante de cervejas. Ao todo foram gastos R\$100 mil. O objetivo era atender 80 mil pessoas durante o período (Mercado Municipal de Maringá, 2018). Recentemente, em agosto de 2018, a Prefeitura de Maringá lançou um edital do concurso nacional de estudos preliminares de requalificação do

desenho urbano e paisagístico do Espaço Público do Eixo Monumental, que inclui a travessa Jorge Amado (Prefeitura Municipal de Maringá, 2018a). Além disso, durante o período natalino, a Associação de Lojistas do Mercado de Maringá investiu um pouco mais de R\$100 mil em decoração em participação ao projeto Maringá Encantada da administração municipal. A Travessa Jorge Amado contou com uma Vitória Régia de 16 m² feita com cordão luminoso de LED branco e verde, além de uma árvore de Natal de LED com 10 metros de altura. A então presidente da Associação dos Lojistas do Mercado de Maringá, afirma que a preocupação em enfeitar a parte externa do Mercado é em apresentar o espaço aos turistas, para incentivá-los que se deslocam de outras cidades para curtir o clima natalino de Maringá. Ela afirma em sua fala: “queremos oferecer mais uma opção, mais um ambiente que encante e convide as famílias a entrarem no espírito de Natal. Quão mais fizermos neste momento, mais visibilidade traremos a Maringá” (Mercado Municipal de Maringá, 2018).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Mercado Municipal de Maringá apresenta elementos que encontram respaldo nos argumentos apresentados por Harvey (1996), onde o autor relata que o governo fornece condições para empreendimentos que procuram lugares para investir ou se instalar. Corrêa (2004), já dizia que a atuação do Estado é no sentido de viabilizar as práticas de acumulação. Apesar do discurso de embelezamento da cidade, revitalização e atração turística, que aliás é predominante na cidade de Maringá, verificou-se no caso

estudado que o Estado tem como objetivo muito mais o desenvolvimento econômico dos empreendimentos do que de reais melhorias sociais (Harvey, 1996). Conforme discutido nesse tópico, o Estado, na figura da Prefeitura Municipal de Maringá, favorece todo esse processo, logo a parceria entre Prefeitura e Mercado Municipal beneficia um agente privado e uma parcela da população frequentadora do local em detrimento de diversas outras ações que poderiam ocorrer ali em benefício de toda a sociedade.

Considerações finais

Com base nos preceitos de Lefebvre (2000) acerca da concepção do espaço urbano como um produto social, de Corrêa (2004) quanto ao papel do Estado na produção desse espaço e de sua atuação a fim de privilegiar os interesses das classes dominantes, e de Harvey (1996) que desvenda o apoio do governo no fornecimento de espaço e infraestrutura para empreendimentos se instalarem, conclui-se nesse trabalho que a utilização da travessa Jorge Amado pelo Mercado Municipal de Maringá é mais um exemplo de utilização do espaço público por agentes privados. No decorrer da pesquisa diversos aspectos se destacaram para embasar esse entendimento, como por exemplo a “revitalização” da travessa Jorge Amado pela empresa, e em troca a liberação da prefeitura para utilização do local, dos eventos comerciais com estruturas de grande magnitude que tomam o local, e das decorações natalinas no final do ano.

Apesar de o discurso ser outro, as ações objetivam atrair o público ao empreendimento e aumentar o consumo. Diferentemente de outros Mercados Municipais, o de Maringá tem foco mais gastronômico, deixando de lado os quesitos da cultura regional e de histórico só se mantem a estrutura do barracão da antiga cerealista. Indo um pouco além, sendo Maringá uma cidade de contradições, elitizada e de acesso para poucos, talvez ironicamente, possa-se argumentar que o Mercado Municipal de Maringá representa a cultura da cidade.

Botelho (2005) em sua obra questiona até que ponto as intervenções são ou não excludentes. Acredita-se que, conforme debatido nesse trabalho, há uma seleção daqueles que podem adentrar aos locais, afinal, para quem é destinada a área externa do Mercado de Maringá? Como podemos falar em uma cidade de todos, em uma cidade bela e planejada, quando não há espaço para todos que nela vivem? (Honorato & Saraiva, 2016).

A travessa faz parte do eixo central de Maringá, e localiza-se no Novo Centro de Maringá, região altamente valorizada, repleta de empreendimentos imobiliários e com moradores que solicitam que não sejam realizados encontros populares no local.

Esse trabalho também identificou que frequentar o Mercado está cheio de simbolismos e significados, embora não explorado em profundidade neste trabalho. Mesmo sendo de âmbito municipal e aberto para todos, o público que frequenta o mercado costuma ser de maior poder aquisitivo, reflexo talvez

dos produtos ofertados no local que não são financeiramente tão acessíveis, como frutas típicas e exóticas, vinhos e cervejas nacionais e importados e alta gastronomia, e até mesmo da estrutura do local. Toda essa materialidade constrange as pessoas e seleciona aqueles que podem ter acesso a localidade.

Por fim, desde suas origens os Mercados Municipais têm sua relevância onde estão inseridos. Apesar das contradições, não se pode negar que são locais repletos de representações, identidades e história, e por isso, são em sua essência um reflexo da produção social do espaço urbano. Além disso, eles estão inseridos no contexto das cidades, que quando pensadas através dos Estudos Organizacionais como uma organização, transparecem as hegemonias, contradições e lutas daqueles que nela habitam, portanto, esse trabalho buscou contribuir e refinar essas discussões dentro dos Estudos Organizacionais questionando essa desigualdade do espaço urbano decorrente da (re)produção das cidades que são consideradas como mercadoria, e sugerindo que é preciso pensar em ações que considerem a pluralidade e que vão de encontro com a hegemonia tão presente nas cidades brasileiras.

Referências

Abe, T. K., Schmitzhaus, A. M., & Chagas, P. B. (2015). O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Maringá:

uma análise preliminar e crítica das prioridades de investimento. *Caderno de Administração*, 23(2), 1-13.

Alves, L. A. & Ribeiro, V. (2011). Os mercados públicos e a cidade: as transformações do Mercado Municipal de Uberlândia (MG). *Caminhos da Geografia*, 12(39), 209-225.

Araújo, M. C. A (2010). Cidade de Maringá: a constituição de um espaço urbano planejado e segregado. In N. A. Rodrigues & C. Tonella (Orgs). *Retratos da Região Metropolitana de Maringá: subsídios para a elaboração de políticas públicas participativas* (pp. 165-191). Maringá: Eduem.

Associação Comercial de Maringá. (2017). *Muito mais que calçada e estacionamento* [site]. Recuperado em 19 setembro, 2017, de: <https://www.acim.com.br/2017/09/19/muito-mais-quecalcada-e-estacionamento/>.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bitar, N. P. (2014). Patrimônio, trabalho e tempo: o novo Mercado Municipal do Rio de Janeiro. *Illuminuras*, 15(36), 80-114.

Borges, W. A. & Sela, V. M. (2013). Cooperação intergovernamental e produção do espaço urbano: o alinhamento entre mercado, financiamento público, política eleitoral e obras públicas na cidade de Maringá/PR. *Anais do Encontro Nacional*

da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, XXXVII.

Botelho, T. R. (2005). Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luiz. *Eure*, 31(93), 53-71.

Carlos, A. F. A. (2013). Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In A. F. A. Carlos, M. L. Souza, & M. E. B. Sposito (Orgs). *A produção do espaço urbano: agentes e processos; escalas e desafios* (pp. 53-74). São Paulo: Contexto.

Castilhos, R. B. & Cavedon, N. R. (2004). Mercado público de Porto Alegre: um espaço organizacional dividido entre o sagrado e o profano. *Revista Eletrônica de Administração*, 10(1), 1-15.

Cavedon, N. R. (2004). “Pode chegar freguês”: a cultura organizacional do Mercado Público de Porto Alegre. *Organizações & Sociedade*, 11(29), 173-189.

Cavedon, N. R., Fantinel, L. D., Ávila, L. R., & Valadão, V. M. (2010). O mate amargo e o doce de leite: entrecruzando as culturas regionais, locais e organizacionais nos mercados públicos de Porto Alegre e Uberlândia. *Gestão e Planejamento*, 11(2), 157-175.

Chauí, M. (1989). *M. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil* (4a ed). São Paulo: Brasiliense.

Coimbra, K. E. R. & Saraiva, L. A. S. (2013). Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento quarteirão do soul. *Gestão & Regionalidade*, 29(86), 34-46.

Cordovil, F. C. S. (2010). *A aventura planejada: engenharia e urbanismo em Maringá, PR, 1947 a 1982*. Tese de doutorado, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, Brasil.

Corrêa, R. L. (2013). Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In A. F. A. Carlos, M. L. Souza, & M. E. B. Sposito (Orgs). *A produção do espaço urbano: agentes e processos; escalas e desafios* (pp. 41-51). São Paulo: Contexto.

Corrêa, R. L. (2012). Espaço, um conceito chave da geografia. In I. E. Castro, P. C. C. Gomes, & R. L. Corrêa. *Geografia: conceitos e temas* (15a ed.) (pp. 15-47). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Corrêa, R. L. (2004). *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.

Denzin, N. & Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.

Godoy, A. M. G. (2009). Mercado imobiliário? Planejamento público? Qual a controvérsia na ocupação do solo urbano? *Textos de Economia*, 12(1), 11-37.

Harvey, D. (1996). Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, 39, 48-64.

Honorato, B. E. F. & Saraiva, L. A. S. (2016). Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. *Desenvolvimento em Questão*, 14(36), 158-186.

Ipiranga, A, S. R. (2010). A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(1), 65-91.

Lefebvre, H. (2000). *La production de l'espace* (4a ed.). Paris: Éditions Anthropos.

Leitão, G. (1999). *A construção do eldorado urbano: o plano diretor da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, 1970/1988*. Niterói: Eduff.

Leite, R. P. (2008). Localizando o espaço público: gentrificação e cultura urbana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 83, 35-54.

Mendes, L. & Cavedon, N.R. (2012). A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 4(1), 123-140.

Mercado Municipal de Maringá (2018). *Flim começa hoje*. Recuperado em 21 novembro, 2018, de: <http://mercadaomaringa.com.br/flim-comeca-hoje-e-segue-atedomingoprogramacao-inclui-apresentacoes-na-travessa-jorge-amado/>.

Mercado Municipal de Maringá (2019). Recuperado em 1 fevereiro, 2019 de: <http://mercadaomaringa.com.br>.

O Diário (2015). *Encontro de carros antigos será neste sábado no Mercado Municipal em Maringá* Recuperado em 26 março, 2015 de: <https://maringa.odiario.com/maringa/2015/03/encontro-de-carros-antigos-sera-nestesabadono-mercadao-municipal-em-maringa/1294447/>.

O Diário (2018). *Uem promove ciência na praça* Recuperado em 11 agosto, 2018, de: <https://maringa.odiario.com/maringa/2018/08/uem-promove-ciencia-na-praca/2510113/>.

Paulo, C. F. O. (2019). *(Des)(Re)Territorialização e produção do espaço urbano: um estudo sobre uma ocupação na cidade de*

Maringá-PR. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil.

Pintaudi, S. M. (2006). Os mercados públicos: metamorfoses de um escape na história urbana. *Revista Cidades*, 3(5), 81-100.

Prefeitura Municipal de Maringá (2019). Recuperado em 3 janeiro, 2019, de: <http://www2.maringa.pr.gov.br/turismo/?cod=atrativos-turisticos/45/>.

Prefeitura Municipal de Maringá (2018a). *Concurso nacional para eixo monumental*. Recuperado em 8 outubro, 2018, de: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=89010569d65589&id=33816>.

Prefeitura Municipal de Maringá (2018b). Recuperado em 23 outubro, 2018, de: <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=f1b9c0c3f755f1&id=33879>

Reschilian, P. R. & Uehara, A.Y. (2012). Desafios à questão metropolitana: o processo de organização do espaço urbano e regional de Maringá. *Oculum Ensaios*, 15, 76-87.

Record News (2015). *Mercado Municipal preserva a história de Maringá*. Recuperado em 19 outubro, 2015, de: <https://noticias.r7.com/record-news/record-news->

[rural/videos/mercadomunicipal-preserva-historia-de-maringa-pr-19102015](#)

Rodrigues, A. L. (2004). *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Rolnik, R. (2012). *O que é cidade*. São Paulo, Brasiliense.

Rossato Neto, F. J. (2003). “*Ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais*”: o processo sucessório nas bancas do Mercado Público de Porto Alegre. Dissertação de mestrado, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Sánchez, F. (2001). A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*, 16, 31-49.

Saraiva, L. A. S. & Carrieri, A. P. (2012). Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 547-576.

Saraiva, L. A. S., Carrieri, A. P., & Soares, A. S. (2014). Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do mercado central de Belo Horizonte. *Revista de Administração Mackenzie*, 15(2), 97-126.

Sartor, P. (2010). *Novo conceito de comprar e lazer*. Recuperado em 31 maio, 2010, de: <https://priscilasartor.blogspot.com/2010/05>

Shimada, N. E. (2015). *Trajetórias anônimas no cotidiano da cidade: a territorialização do Bairro Santa Felicidade pelos seus moradores*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil.

Silva, A. R. L. (2007). *As práticas sociais e o “fazer estratégia”, um estudo dos comerciantes de hortifrutícolas no mercado Vila Rubim*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Silva, L. M. (2012). *Avaliação da qualidade ambiental: Mercado Municipal de São Carlos/SP*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. São Carlos, Brasil.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Viegas, G. C. F. S. & Saraiva, L. A. S. (2015). Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. *Revista de Administração Mackenzie*, 16(5), 68-94.

Weber, M. (1979). A dominação não-legítima (Tipologia das cidades). In M. Weber. *Economia e sociedade*, v. 2 (pp. 13-22). Brasília: UnB.

Parte 3

Gestão

Capítulo 8

O ORGANIZAR MULTIESPÉCIE DA CIDADE

*Letícia Dias Fantinel*²⁶

Introdução²⁷

O fenômeno urbano contemporâneo desafia nossa capacidade de pensar territórios, políticas públicas, práticas de intervenção, além da própria noção de compartilhamento da cidade. É instigante refletir que a vida urbana tem favorecido o desenvolvimento e a proliferação não apenas da espécie humana, mas de inúmeras outras espécies, com quem vivemos e produzimos a cidade até hoje. Compartilhamos o meio urbano com cães, gatos, pássaros, ratos, baratas, formigas, morcegos, mosquitos, entre outras, nossas espécies companheiras

²⁶ Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo. Contato: leticiafantinel@gmail.com.

²⁷ A autora agradece à Prefeitura Municipal de Vitória, em especial às humanas e humanos que trabalham no CVSA, pela acolhida e acesso durante a realização da pesquisa; aos não-humanos que permitiram observação e interação durante a estada em campo; e também à não-humana Sissi, importante mediadora deste estudo.

(Haraway, 2003), que, assim como nós, foram adaptando-se a essas novas formas de viver, em um longo percurso de co-dependência e evolução conjunta (Marvin, Garry; McHugh, 2014).

Este estudo parte de uma concepção de cidade em movimento, que contraria o discurso urbanístico de um espaço urbano fixo, pronto, cujo uso obedece a uma lógica estritamente racional (Certeau, 2008). A partir dessa inspiração, compreendendo a cidade como produzida por processos organizativos cotidianos, desenvolvi esta pesquisa alinhada a uma proposta de seguir os cidadãos em suas experiências cotidianas e redes de sociabilidade. Nesse contexto, compreendo a cidade a partir de um movimento que reconhece essa produção como engendrada a partir de um organizar multiespécie, entendimento que desenvolvo ao longo do artigo. Em linhas gerais, vejo, como Segata (2016), a cidade não enquanto mera composição entre humanos e seus artefatos e práticas, mas sim como fenômeno coproduzido pelas diferentes espécies que nos acompanham, com sua agência e recalcitrância; animais humanos e não-humanos são, portanto, seres que produzem, movimentam e transformam a cidade.

Assim sendo, compartilho a preocupação presente na área dos Estudos Organizacionais (EOR) (Labatut, Munro & Desmond, 2016) com o esforço na apreensão do organizar mais que humano, a partir de uma perspectiva multiespécie (Kirksey & Helmreich, 2010). O quadro teórico de referência foi construído,

portanto, na intenção de despertar uma compreensão da cidade como coproduzida por humanos e outros animais em processos organizativos dinâmicos. Para isso, parto do entendimento de que é necessário atenção às implicações que isso traz, como um deslocamento do antropocentrismo que tradicionalmente marca a produção científica nas Ciências Sociais e Sociais Aplicadas. Ao problematizar esse deslocamento, portanto, entendo que as implicações se estendem para muito além da proposta que trago aqui; da mesma forma, sei que a própria noção do organizar multiespécie pode ser transposta a outros tantos processos organizativos. Todavia, destaco que aqui, minha proposta é contribuir de forma mais localizada para a compreensão das práticas que organizam as cidades, em coro com um campo nos EOR, especialmente no Brasil, que traduz preocupações com o urbano (Fischer, 1997; Mônica Mac-Allister, 2004; Ipiranga, 2010; Saraiva & Carrieri, 2012; Fantinel & Fischer, 2012). A contribuição ocorre, nesse sentido, ao colocar em perspectiva um conjunto de atores que em geral não são “convidados” (Sage *et al.*, 2016) nos processos organizativos e ao partir da premissa de que, no contexto de produção urbana, humanos e outros animais têm vidas cruzadas e coproduzidas e que, assim, fazem juntos a cidade (Segata, 2016).

A partir de uma lacuna percebida na possibilidade de os EOR vislumbrarem a chamada agência animal nos processos organizativos de forma geral e urbanos em particular, o presente artigo tem como objetivo **compreender o organizar multiespécie urbano a partir das mudanças nas práticas de**

organização de populações animais em contextos urbanos.

Tendo em mente a coprodução da cidade por agências animais humanas e não-humanas, o estudo foi realizado com base no caso de um centro municipal de vigilância, prevenção e controle de zoonoses localizado na cidade de Vitória, Espírito Santo. O centro recentemente passou por reformulações e foi concebido como uma unidade do sistema local de saúde responsável pela vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de fatores ambientais que representem risco à saúde humana.

A equipe estudada é formada por profissionais como biólogos, médicos veterinários, agentes de saúde, técnicos de laboratório, e realiza serviços de controle de vetores de arboviroses, controle de abelhas, aranhas, escorpiões e outros animais peçonhentos, controle dos chamados animais reservatórios (cães, gatos e morcegos), controle de roedores e animais sinantrópicos (pombos, caramujos), e vigilância da qualidade da água, ar e solo. Nesse contexto, iniciativas junto à população são realizadas, como ações de educação em Saúde Ambiental, de castração de cães e gatos com prioridade às áreas de maior vulnerabilidade do município, adoção de animais capturados e diagnosticados como saudáveis e aptos a serem ressocializados. A forma organizativa que foi o lócus da pesquisa é particularmente interessante por sua interface com o poder público e com a sociedade civil, mas, principalmente, por esforços recentes em considerar agências animais dentro das “fronteiras do organizar” (Sage *et al.*, 2016), até mesmo pela própria natureza do fazer organizacional.

Durante o período de um ano, acompanhei as atividades do órgão, tendo por base as premissas da etnografia multiespécie (Kirksey & Helmreich, 2010). Os dados foram produzidos com a mobilização da observação participante, em que o grau de participação variou de acordo com a disponibilidade tanto minha quanto da equipe, além da necessidade de *expertise* e requisitos técnicos para a realização de determinadas tarefas. Os diários de campo, em conjunto com documentos cedidos e dados audiovisuais produzidos, foram compilados e analisados a partir de uma abordagem interpretativa (Lincoln & Guba, 2006), seguindo os procedimentos preconizados por Gibbs (2009), tendo o quadro teórico de referência como guia.

Os achados de campo guiaram minhas análises em dois percursos interpretativos: (1) a evidência de alterações em âmbito legal que estabelecem papéis mais claros para o poder público, resultam em novas estruturas de gestão e impõem e delimitam práticas de organização de populações animais na cidade; (2) as mudanças nas posturas dos cidadãos, que desafiam essas práticas em novas instâncias e colocam demandas muitas vezes contraditórias ao poder público ao lidar com essas práticas organizativas. Os resultados evidenciaram, assim, transformações sociais que refletem formas de produzir a cidade provocativas no sentido de repensar a tradicional exclusão de animais não-humanos dos processos organizativos urbanos.

Teorizando sobre as práticas que produzem o organizar multiespécie

Desde nosso surgimento como espécie, grupos humanos coexistem com outros animais (Ingold, 1994), em um longo percurso de codependência e evolução conjunta (Marvin, Garry; McHugh, 2014). Enquanto seres humanos, contemporaneamente, seguimos partilhando com outras espécies a vida em sociedade. Animais estão presentes em fazendas, matadouros e frigoríficos, tendo seu próprio corpo ou secreções produzidas por ele como fonte de alimento. Ainda do seu corpo extraímos partes que nos beneficiam de outras formas, como lã, couro, penas. Animais são instrumentalizados como força de trabalho em ambientes rurais, como no caso de cães de caça e pastoreio, bovinos e equinos, por exemplo, ou em ambientes urbanos, como cães guia ou farejadores e animais de terapia. Seus corpos vivos ou mortos são utilizados em experimentações acadêmicas e científicas. Espécies animais convivem conosco em nossas casas, na qualidade de *pets*, movimentando um mercado bilionário; servem de entretenimento em zoológicos, circos, esportes de diferentes naturezas; protagonizam programas e séries de televisão, são vistos no cinema e onipresentes em vídeos, fotos e memes acessados diariamente na internet. Processos de expansões urbanas e novas construções precisam lidar cotidianamente com o habitat de espécies selvagens ou asselvajadas, em relações muitas vezes conflituosas. Assim, cães, gatos, pássaros, ratos, baratas, formigas, morcegos e mosquitos são nossas espécies

companheiras (Haraway, 2003) na vida urbana e são mote de políticas públicas de saúde e de meio ambiente. E, ainda que todas as biossocialidades (Rabinow, 1992) citadas neste longo parágrafo sejam mediadas por processos organizativos, pouco falamos de nossas relações com outras espécies animais nos EOR (Labatut, Munro & Desmond, 2016).

Outras áreas do conhecimento já vêm problematizando relações interespecies, bem como campos multidisciplinares formam-se a partir de tal preocupação. Os chamados *Animal Studies* (Waldau, 2013; Wolfe, 2009), os *Human-Animal Studies* ou ainda a *Anthrozoology* (Demello, 2012), por exemplo, são de matriz transdisciplinar, caracterizados pela diversidade e heterogeneidade nos olhares sobre as interseções das vidas animais com as sociedades humanas. Nas Ciências Sociais, Wilkie e McKinnon (2013) descrevem o movimento teórico e analítico denominado *animal turn*, com foco nos estudos “mais que humanos”, em que são discutidas relações interespecies e seus impactos e implicações em diferentes grupos e sociedades.

Os EOR, recentemente, aproximam-se dessa virada epistemológica e ontológica. Podemos ilustrar esse movimento com a publicação do número especial da revista *Organization*, dedicado ao tema *Animals and Organizations*, em 2016, originado pelo grupo de trabalho de mesmo nome criado no LAEMOS 2014 (*Latin American & European Organization Studies*), bem como ao tema central da conferência SCOS 2016 (*Standing Conference on Organizational Symbolism*), intitulada

The Animal. É possível entender esses movimentos como formas de reconhecimento da necessidade de aprofundamento e maior atenção a espécies que não a humana que estão presentes ou são implicadas no fazer organizacional.

Para que fique claro o alinhamento a tal compreensão, é fundamental dar um passo atrás e destacar que meu entendimento sobre relações organizadas entre seres humanos e outros animais se relaciona a uma lógica de desnaturalização da concepção do que é a própria organização, que na Administração tradicionalmente se concebe como um sistema social limitado, racionalizado, de estrutura rígida e fronteiras definidas. Nesse contexto, sobressai-se uma abordagem ontologicamente diversa da compreensão hegemônica na área, cuja preocupação não se encontra no produto reificado do que supostamente seria uma organização, mas sim no processo de organizar, que oferece novas possibilidades à análise organizacional, como a problematização da neutralidade e estabilidade de organizações e seus fenômenos (Duarte & Alcadipani, 2016).

Nesse caminho para a compreensão de processos organizativos, iniciei a pesquisa acionando a lente das práticas sociais, que, em sua abordagem filosófica, leva a ver a prática como bloco fundamental sobre o qual se produz a realidade, de forma que o foco recai sobre a atividade cotidiana (Feldman & Orlikowski, 2011). Tal abordagem, aplicada ao contexto urbano, concebe a cidade como fenômeno em movimento, cuja produção se dá no

cotidiano e implica um estado em permanente transformação – ou seja, a cidade está sempre sendo praticada (Certeau, 2008). Nesse contexto, também me alinho à busca por apreender a urbe como fluxo, em sua pluralidade, complexidade e contradições (Fischer, 1997), como fenômeno situado espaço-temporalmente (Fantinel & Fischer, 2012), compreendendo que as práticas que produzem a cidade constituem-se na tensão entre forças de estabilização e desestabilização dos espaços (Domingues, Fantinel, & Figueiredo, 2019). A gestão urbana configura-se, portanto, como uma das formas possíveis de praticar a cidade, não sendo nem determinante nem a mais importante na dinâmica viva das práticas dos diferentes grupos que habitam a cidade (Honorato & Saraiva, 2016). Afasto-me, assim, de concepções que passam por perceber o organizar da cidade como atribuição exclusiva do poder público municipal, por exemplo; compreendo que a cidade se organiza no cotidiano, por meio de práticas organizativas que se entrecruzam nas relações entre os cidadãos. Em complemento, acrescentando a lente multiespécie, abre-se espaço para um conceito mais ampliado de cidadão.

Nessa perspectiva, é necessário ajustar o foco. A exemplo de Haraway (2008), desloco o olhar de uma perspectiva antropocentrada para uma biocentrada, e percebo, como já argumentaram Ingram, Sethna & Dean (2017), que o urbano e o natural não se encontram em polos opostos: cidades não são separadas da natureza. Ainda que comumente as cidades sejam associadas a produções “artificiais” e exclusivamente humanas,

elas são habitats multiespécie (Kheraj, 2017) em permanente construção. Interações entre humanos e outros animais estruturam parte importante do cotidiano de nossas espécies (Demello, 2012), algo que se reproduz na vida urbana, não apenas no convívio com animais domesticados, mas também com animais não-humanos que vivem às margens (Griffiths, Poulter, & Sibley, 2000), em uma espécie de liminaridade, ou seja, nem totalmente domesticados, nem inteiramente selvagens (Demello, 2012). A cidade portanto, constitui-se nas relações entre as criaturas que a habitam: animais não-humanos também "colonizaram" espaços urbanos, modificando ou adaptando assim não apenas comportamentos humanos, mas também seus próprios comportamentos (Ingram, Sethna & Dean, 2017).

Entretanto, assim como a cidade racionalizada e utópica vista pelo pensamento urbanístico (Certeau, 2008), os processos organizativos em geral tendem a apagar os atores indisciplinados e problemáticos (Sage *et al.*, 2016). De acordo com essa ideia, os animais em processos de gestão são frequentemente vistos a partir de uma abordagem que privilegia o controle, sendo removidos ou descartados quando não são passivos, domesticados ou úteis para fins organizacionais. No entanto, o organizar humano da cidade está diretamente envolvido com o organizar de animais indisciplinados. Isso exige que os processos de organização sejam realizados “por meio de, ao invés de contra, diferentes agências animais, [que são] até mesmo desorganizadoras, certamente incômodas, mas

nunca monstruosas ou simplesmente gerenciadas” (Sage *et al.*, 2016, p. 447).

Pensar a cidade multiespécie implica, também, necessariamente, romper com a clássica cisão entre natureza e cultura, algo que por muito tempo sustentou premissas de base para as Ciências Sociais e reforça a separação das espécies (Pacini-Ketchabaw, Taylor & Blaise, 2016). É possível, assim, conceber o urbano como domínio humano e animal ao mesmo tempo, constituído nas interfaces entre o natural e o cultural – Haraway (2008), inclusive, utiliza o termo *natureculture* para problematizar essa dualidade em geral tomada como certa. Diferentes biossocialidades (Rabinow, 1992), portanto, produzem cidades multiespécies, construídas cotidianamente em práticas organizativas que envolvem seres que possuem “força, trajetória, recalcitrância” (Souza, 2013, p. 247), e que, justamente por causa disso, não é possível estabelecer de antemão aquilo que se pode esperar deles. Não se trata, portanto, de reduzir o animal a um objeto dessas práticas. Levando-se em consideração o modo como animais humanos e não-humanos têm suas vidas cruzadas e coproduzidas (Segata, 2016), a chave é considerar a agência animal no processo de organização da cidade, investigando como, juntas, diferentes espécies produzem o organizar.

A abordagem multiespécie, por conseguinte, traz para os EOR pontos fundamentais que compõem a *species turn* (Kirksey & Helmreich, 2010), como o desafio ao antropocentrismo

característico das ciências sociais e a problematização da divisão entre natureza e cultura. Tal perspectiva possibilita o surgimento de epistemologias relacionais, como a proposta por Haraway (2003), que compreende o desenvolvimento de espécies animais (humanas e não-humanas) em dinâmicos devires, sem a constituição prévia de uns ou outros como sujeitos ou objetos. Compõem-se, assim, ontologias constantemente emergentes, de espécies que, por adaptação (inclusive genética, mas não apenas), constroem em conjunto conexões que são de interesse para estudos sobre a gestão e o organizar.

Etnografando a cidade multiespécie

Esta pesquisa surge no seio de um projeto mais amplo, cujo objetivo é compreender diferentes formas organizadas de socialidades entre animais humanos e não-humanos. Desde então, venho trabalhando numa agenda que evidencie interesses de pesquisa acerca de tais socialidades, de forma que um dos tópicos da tipologia que desenvolvi problematiza a gestão pública e social no contato com animais não-humanos (ver Fantinel, 2017). Considerarei inicialmente como possibilidades de estudo formas organizativas cujo fazer cotidiano envolvesse de alguma maneira este tópico, como organizações autointituladas protetoras de animais, órgãos de controle de zoonoses ou que operacionalizam políticas de preservação e relacionamento com animais selvagens e em extinção. Dentre elas, destacou-se o

órgão chamado “Centro de Vigilância em Saúde Ambiental” (CVSA), por algumas razões que explico a seguir.

A primeira razão tem relação direta com a interface do órgão com o poder público, por ser vinculado diretamente à prefeitura municipal, e com a sociedade civil, pela natureza de suas ações de atendimento à população. Além disso, enquanto fazia o levantamento de possíveis organizações para realização do trabalho de campo, tomei conhecimento de esforços recentes da gestão do órgão em fazer o que eu denominaria, tomando emprestada a expressão de Sage *et al.* (2016), de trazer agências animais para dentro das fronteiras do organizar. Isso porque o CVSA teve uma série de alterações estruturais, mas principalmente, em suas práticas, que podem ser simbolizadas pela mudança de nome (até poucos anos atrás o CVSA recebia a denominação de “Centro de Controle de Zoonoses”, cujo enfoque específico nas zoonoses contrasta com a ênfase mais ampla em saúde ambiental do novo nome), mudanças essas que serão discutidas oportunamente neste texto.

Captar fenômenos organizativos como eles acontecem é uma das prerrogativas da abordagem etnográfica dentro dos Estudos Organizacionais, que prima pela vivência do cotidiano organizacional junto com os sujeitos da pesquisa (Yanow, 2012). Ao buscar referências metodológicas que ajudassem a guiar meu olhar pelo campo, tive contato com a discussão sobre a etnografia multiespécie, cuja preocupação reside justamente em problematizar as relações as quais eu estava ocupada em compreender.

A etnografia multiespécie é uma estratégia de pesquisa que emerge da necessidade de se problematizarem as imbricações da existência humana com outras formas de vida, especialmente no sentido de considerar que uma multiplicidade de organismos relacionam-se com forças de natureza política, econômica e cultural (Kirksey & Helmreich, 2010). Trata-se de uma alternativa metodológica que responde às limitações à captação de uma gama gigantesca de organismos cujas vidas e mortes estão ligadas a mundos sociais humanos (Kirksey & Helmreich, 2010): plantas, mamíferos, micróbios, fungos e outros tantos seres animados. A dimensão humana não é, contudo, captada como um dado biocultural, mas sim como uma forma de corporalidade inserida nessa dinâmica, que implica constantes redefinições do que significa ser humano (Ogden, Hall, & Tanita, 2013).

Isso posto, reitero, inspirada em Gherardi (2018), que o papel da etnografia em minha pesquisa ultrapassa uma noção de método, composta de procedimentos sistemáticos e preestabelecidos, e aproxima-se de uma noção de estilo, inclinada a uma estética, algo que se reconhece em uma primeira aproximação, e que se encontra permanentemente em movimento. O “dado etnográfico”, portanto, está sempre em formação, em devir, nesse esforço do pesquisador não de “estar lá”, mas de “estar com”; assim, a escrita etnográfica insere-se na produção de um texto ao mesmo tempo afetivo e performativo, inventado no processo de execução (Gherardi, 2018). Ademais, saliento que, em alinhamento à perspectiva teórica e epistemológica que

adoto, concebo a etnografia também como prática, engendrada de forma a modificar-se constantemente, e conduzida segundo uma preocupação para a qual Cavedon (2008) já havia alertado: seguir o fluxo do campo. No processo de condução da pesquisa, isso significou acompanhar sujeitos animais humanos e não-humanos em diferentes práticas, dentro e fora dos espaços do CVSA, inclusive naquelas engendradas pelos humanos em espaços virtuais.

Assim, durante os 14 meses em que estive em campo, acompanhei o cotidiano do CVSA uma ou duas vezes por semana, com um tempo médio de permanência de 3 horas e 40 minutos por visita, com respectivo registro em diários de campo. O órgão tem funcionamento em horário comercial, de segunda a sexta, mas são feitos plantões durante os finais de semana e feriados, considerando a necessidade de atendimento aos animais no canil e gatil, demandas da população em geral (como a recolha de animais atropelados, por exemplo) e eventos como as feiras de adoção de animais. Por isso, tive o cuidado de participar em horários e dias variados, acompanhando atividades regulares e esporádicas, no horário regular e durante plantões.

Assim, estive junto com os sujeitos tanto no âmbito de atividades administrativas, como reuniões, quanto atividades de campo, como orientações e atendimento à população, palestras em escolas, observação a animais agressores e com suspeita de raiva, atividades de controle de mosquito, captura de cães e morcegos, ações de bloqueio ao vírus da raiva, medicação de

animais no canil e gatil, feiras de adoção de animais ressocializados, entre outras. Além disso, durante o período da pesquisa de campo, por iniciativa dos próprios sujeitos de pesquisa, fui incluída no grupo em que a equipe do serviço de controle animal se comunicava via aplicativo de mensagens de celular, o que me ajudou a manter atualizada das rotinas do setor mesmo quando eu não estava fisicamente presente.

Especificamente no âmbito da etnografia multiespécie, entendo que ela pode ser compreendida como um gênero da etnografia que busca reconciliar-se com a emergência da vida a partir das dinâmicas produzidas entre um conjunto de seres dotados de agência, sejam eles organismos ou entidades (Ogden, Hall, & Tanita, 2013). Nesse sentido, cabe destacar que estamos falando de um distanciamento de abordagens estritamente simbólicas, em que o foco se constrói sobre os significados construídos sobre objetos (entre eles os animais) e aproximação de abordagens fenomenológicas, em que a materialidade das relações tecidas ocupa centralidade. Animais não-humanos não são considerados meros recursos simbólicos para a produção social humana (contrariando a frase tradicional de Claude Lévi-Strauss segundo a qual animais seriam “bons para pensar”) e, neste estudo, são entendidos como agentes ativos e recalitrantes no processo de organizar (atendendo assim à provocação de Donna Haraway de que animais são “bons para viver junto”). Tal perspectiva compreende as relações conjuntas entre diferentes espécies, como constituintes do mundo material,

não como produto mas como devir, em uma epistemologia do “tornar-se com” (becoming with) (Haraway, 2008).

Não obstante, é importante reconhecer que a prática da etnografia multiespécie é, também por sua recenticidade, dotada de um caráter fortemente experimental e permeada de desafios (Pacini-Ketchabaw, Taylor & Blaise, 2016). Precisei, neste esforço de reconhecer a pesquisa, o fenômeno e o objeto como mais que humanos, ampliar a própria noção do que é considerado um sujeito de pesquisa. Cães, gatos, morcegos, mosquitos, entre outros seres, agora eram também meus pesquisados, o que demandou de mim uma sensibilidade para as relações entre a minha e outras espécies, entre mim e outros animais humanos e não-humanos. O exercício diário dessa sensibilidade dentro e fora do campo me fez perceber, meses depois de iniciar a condução da observação participante, que uma importante mediadora das minhas relações com humanos e não-humanos no campo era nomeadamente uma não-humana, por motivos que explico a seguir.

Eu, alguns anos antes (quando sequer pensava em me dedicar a este projeto de pesquisa), havia adotado uma cachorrinha resgatada que estava no canil sob a tutela do CVSA. A não-humana Sissi teve papel muito importante nessa pesquisa, começando por, mas não se limitando a, facilitar o acesso ao campo. Mesmo considerando que ter adotado Sissi não me eximiu de passar por todos os trâmites necessários à aprovação da realização da pesquisa, conhecer previamente algumas

pessoas que trabalhavam no órgão auxiliou na conquista da confiança dos pesquisados, algo fundamental no processo de conhecer o “outro” em que consiste o trabalho etnográfico (Cavedon, 2008), fosse ele humano ou não. Essa aproximação inicial facilitou a abertura para a realização de observações *in loco* durante um período relativamente longo (permaneci em campo entre setembro de 2017 a outubro de 2018). Ainda, Sissi, como uma verdadeira informante-chave, me guiou pelo campo e me ensinou a me comportar em muitos dos espaços constituídos pelas práticas pesquisadas, como explicarei neste tópico.

Figura 1: Os caminhos da cidade multiespécie: pesquisadora e informante-chave indo a campo



Fonte: Acervo da autora, dados da pesquisa

Além disso, muitas vezes fui cobrada por meus sujeitos de pesquisa humanos para que eu levasse Sissi para revê-los, o que fiz em algumas idas a campo, especialmente nas feiras de adoção organizadas pelo CVSA. Nessas ocasiões, Sissi tinha um duplo papel, mediando contatos entre humanos e não-humanos. Por um lado, ela era apresentada a possíveis adotantes como um “caso de sucesso”, cujo temperamento dócil evidenciava, segundo eles, que a adaptação de cães de rua ao ambiente doméstico era viável – o que levava muitas dessas pessoas a me fazer questionamentos sobre esse processo (este foi o caso, por exemplo, do humano que adotou Tico, apresentado na Figura 3). A imagem a seguir mostra um dos momentos de interação da informante-chave em campo.

Figura 2: A não-humana Sissi interagindo com humanos durante a pesquisa



Fonte: Acervo da autora, dados da pesquisa.

Por outro lado, a presença de Sissi em campo me ajudava a reconhecer diferentes temperamentos de não-humanos e a modular minha própria reação a partir deles. Procurei, assim, na medida do possível, reproduzir alguns comportamentos de Sissi no contato com os demais cães em campo: mantinha certa distância dos mais ariscos e instáveis, respeitando seu espaço; já com os mais receptivos ao contato, me aproximava, emulando os códigos corporificados para aproximação entre os membros

da espécie, como se pode ver pela figura a seguir, na qual o não-humano Tico evidencia sinais de submissão e docilidade.

Figura 3: A humana Letícia interagindo com o não-humano Tico durante a pesquisa



Fonte: Acervo da autora, dados da pesquisa.

O processo de ter comigo em tempo integral um membro de uma espécie companheira (Haraway, 2003) me foi de grande valia para que eu pudesse refletir sobre as relações que me

propus a investigar, instigando minha sensibilidade e me provocando a produzir ponderações sobre o campo, as quais foram sendo incorporadas às relações engendradas durante a pesquisa, especialmente com sujeitos de pesquisa não-humanos. Assim, a abordagem multiespécie me permitiu ter, em um primeiro momento, uma importante *gatekeeper* não-humana, e, posteriormente, uma valiosa informante-chave, que guiou meu olhar e meu corpo durante a condução da pesquisa, o que caracteriza de forma bastante peculiar os caminhos metodológicos deste estudo, em consonância com os pressupostos do método empreendido.

Apresentação e discussão dos resultados

A massa de dados produzidos a partir das interações com o campo foi reunida e organizada em documentos produzidos em *software* editor de texto. A partir daí, codifiquei todo o material segundo as recomendações de Gibbs (2009), realizando, inicialmente, um procedimento de “leitura intensa”, atentando para as diferentes ocorrências em campo, mesmo as mais lugares-comuns ou cotidianas. Depois disso, fui produzindo códigos descritivos, emergentes exclusivamente dos dados, que foram progressivamente agrupados em códigos analíticos, tendo em mente uma preocupação com o rigor interpretativo (Lincoln & Guba, 2006). Tal processo de organização resultou na emersão de dois percursos interpretativos, que foram submetidos a atores humanos chaves no campo, que avaliaram as

interpretações que produzi, fizeram sugestões e posteriormente as validaram.

Os percursos interpretativos indicam, por conseguinte, que as práticas organizativas caracterizadas pela inclusão (Sage *et al.*, 2016) de agências animais foram decorrentes de dois eixos centrais. Depreendi que o organizar multiespécie urbano pode ser compreendido a partir de (1) alterações em âmbito legal que, ao estabelecerem papéis mais claros para o poder público resultam em novas estruturas de gestão e impactam nas práticas cotidianas; (2) mudanças em termos de controle social, que refletem determinadas posturas perante espécies companheiras (Haraway, 2003) e delimitam as práticas de organização de populações animais na cidade. Ambas as categorias de análise evidenciam mudanças nas práticas de organização multiespécie engendradas por transformações sociais que implicam novas formas de produzir a cidade.

Nos últimos anos, no Brasil, estabeleceram-se marcos regulatórios para o chamado manejo de animais, como, por exemplo, a proibição da eutanásia de animais saudáveis. Ainda, os centros de zoonoses passaram a obedecer a uma legislação mais restrita em termos de suas atribuições. A portaria 758/2014, por exemplo, integrou as unidades de zoonoses ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, ou seja, elas passaram a ser consideradas oficialmente como unidades de saúde, assim como um posto de atenção primária ou um hospital. Também em 2014 foi publicada a portaria 1138, que

definiu ações e serviços de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses. Com essa portaria, a atenção foi direcionada para os chamados “animais de relevância para a saúde pública”, de forma que se estabeleceram critérios para captura e eutanásia de animais. Além disso, foram estipulados prazos para a permanência de animais nas dependências dos estabelecimentos.

Se até alguns anos atrás não havia uma clareza em relação à atribuição das práticas de organização de populações animais na cidade, sendo praticamente consenso de que tudo o que dissesse respeito a animais deveria caber ao controle de zoonoses, essa realidade vem sendo mudada. As mudanças na legislação ensejaram uma nova estrutura municipal de gestão ambiental e animal na cidade e novas práticas no manejo dos animais. Atualmente, a estrutura municipal concentra práticas de organização de populações animais em duas esferas principais: saúde (Secretaria Municipal de Saúde – Semus) e meio ambiente (Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Semmam). Assim, a legislação municipal, ao mesmo tempo em que direcionou as atividades do antigo centro de zoonoses (Semus) apenas para as atividades focadas em saúde humana, criou recentemente uma gerência especializada no bem estar animal (Semmam), que deveria realizar as atividades relacionadas a abandono, maus tratos, adoções, etc, focadas na saúde do animal, e não dos humanos. Contudo, até o momento da realização da pesquisa, muitas atividades ainda não haviam sido repassadas para a Semmam, o que resultava em problemas na

gestão ou mesmo realização dessas atividades, por conta da confusão de atribuições e da própria capacidade das secretarias em absorver as demandas.

Atualmente, segundo a página do CVSA na internet, apresenta-se o órgão como uma Unidade do sistema local de saúde, voltada à vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de fatores ambientais que podem colocar em risco a saúde humana. A equipe do CVSA é multiprofissional, composta por agentes de saúde e de combate a endemias, técnicos de laboratório, biólogos, médicos veterinários, entre outras categorias profissionais prioritariamente da área das ciências da vida. Sob sua responsabilidade estão atividades de vigilância ambiental de fatores não biológicos relacionados à qualidade da água, ar e solo; e atividades de vigilância sanitária e epidemiológica, que englobam controle de vetores de arboviroses (doenças ocasionadas pelos chamados arbovírus, como o vírus da dengue, Zika, febre chikungunya e febre amarela), controle de abelhas, aranhas, escorpiões e outros animais peçonhentos, controle dos chamados animais reservatórios para doenças como a raiva (cães, gatos e morcegos), controle de roedores e animais sinantrópicos (pombos, caramujos).

Dentre os serviços prestados, há uma grande variedade de iniciativas, como a investigação e diagnóstico de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana. Nesse âmbito, convergem a captura de animais sob determinadas condições, castração de

cães e gatos com prioridade às áreas de maior vulnerabilidade do município, disponibilização para adoção de animais capturados e diagnosticados como saudáveis e aptos a serem ressocializados, bem como ações de orientação e educação em saúde ambiental junto à população, como se pode verificar pelas imagens a seguir.

Figura 4: Cartaz de divulgação de feira de adoção de animais com deficiência organizada pelo CVSA



Fonte: Acervo da autora, dados da pesquisa.

Figura 5: Feira de adoção do CVSA na cidade de Vitória



Fonte: acervo da autora, dados da pesquisa

Figura 6: Ação de educação em saúde em escola da rede municipal



Fonte: Acervo da autora, dados da pesquisa.

Figura 7: Ação de orientação em saúde realizada em domicílio



Fonte: Acervo da autora, dados da pesquisa.

Figura 8: Campanha municipal de vacinação contra raiva



Fonte: Acervo da autora, dados da pesquisa.

Apesar de algumas indefinições de atribuição entre órgãos da prefeitura, como foi mencionado, é possível perceber que muitas práticas de organização das populações animais sofreram alteração. Um exemplo emblemático foram as práticas de captura e eutanásia de animais recolhidos. Se o antigo centro de zoonoses chegou a ser descrito durante a coleta de dados como uma “fábrica de eutanásias”, de forma que animais que estivessem nas ruas (especialmente cães) eram recolhidos indistintamente, sendo muitos sacrificados, atualmente, práticas como essas são proibidas por lei e rechaçadas pelos trabalhadores do órgão e pela população. São práticas que produzem o organizar multiespécie da cidade, tanto em termos das práticas cotidianas dos cidadãos quando em termos das práticas institucionalizadas de gestão e organização por parte do poder público.

Pude observar exemplos dessas práticas em campo, na observação de socialidades construídas entre populações humanas e de animais semi-domiciliados, especialmente em regiões consideradas mais vulneráveis da cidade. A existência dos chamados animais comunitários, que são aqueles enquadrados nessa condição, é prevista e protegida por lei, o que demanda práticas de gestão por parte da prefeitura que respeitem a presença desses animais não-humanos em espaço urbano. Por parte dos cidadãos humanos, as práticas de interação com esses cidadãos não-humanos, em geral cães e gatos, é apropriada e se revela em cuidados como disponibilização de alimentos, água e mesmo na mobilização de

membros da comunidade local para assegurarem que esses animais sejam vacinados nas campanhas de imunização municipal.

Outro ponto interessante evidenciado pelos dados obtidos em campo diz respeito a um movimento no âmbito de políticas e práticas específicas visando ao monitoramento, e não extermínio, de populações animais, que vai além do banimento de eutanásia e captura de mamíferos fora dos critérios de saúde pública. Durante o acompanhamento de orientações e palestras à comunidade sobre arboviroses como a dengue, a zika e a chikungunya, foi possível observar o esforço na produção de uma representação do animal que fugisse à tradicional categoria de vilão na transmissão das doenças. Para ilustrar esse esforço, seguem-se as figuras 9, 10 e 11, retiradas de campanhas de outros municípios no combate à dengue, e a figura 12, parte do material visual utilizado em campanhas educacionais pelo setor de Educação em Saúde do CVSA.

Figuras 9, 10 e 11: Representações do mosquito *Aedes aegypti* em campanhas de combate à dengue



Fontes: <http://gazetauniversitaria.jor.br/aparecida-da-combate-ao-mosquito-da-dengue/>. ;
<http://www.iati.pe.gov.br/https://www.mantena.mg.gov.br/secretaria-de-saude-alerta-populacao-para-o-combate-ao-mosquito-transmissor-da-dengue/>.

Figura 12: Representação do mosquito *Aedes aegypti* em campanha do CVSA



Fonte: Acervo da autora, dados da pesquisa.

Um olhar rápido sobre as imagens já permite ver as diferenças entre as posturas frente ao animal: nas primeiras figuras, apresenta-se um ser monstruoso, deformado, com expressão de agressividade; na última, uma frugal e simpática representação do mosquito. O seguinte trecho do diário de campo explica o

posicionamento a partir da visão de uma das agentes de saúde que trabalham no setor de educação do CVSA:

[nome da servidora] disse que o que mais se encontra [quando se buscam imagens do mosquito da dengue na internet] são mosquitos com olhos vermelhos, garras, dentes afiados, representando algo de satânico, malévolos. Mas ela continuou (inclusive citou o exemplo da postura da Abrasco [Associação Brasileira de Saúde Coletiva], que critica o modelo mosquitocêntrico), [...] disse que o objetivo da atuação agora era tirar o foco do mosquito. A atuação anterior desenvolvia uma representação de que o mosquito é mau, que ele prejudica as pessoas, de que ele tem algo de ruim em sua essência. No entanto, na visão dela, aquilo não seria correto e nem estaria de acordo com as abordagens mais atuais. Na visão dessas abordagens, o mosquito está seguindo a natureza dele. Ele é o habitante natural desses locais, especialmente mangues e locais alagados ou alagadiços. O mosquito está pura e simplesmente, na visão dela, adaptando-se a uma situação criada pela invasão dos seres humanos, é a natureza dele. As pessoas é que deveriam mudar sua atuação e não propiciar focos para o nascimento do mosquito. (Diário de campo, 07/06/18)

O modelo mosquitocêntrico de que fala a pesquisada trata de uma forma de combate às arboviroses que prioriza o *combate ao mosquito*, e não às condições socioambientais que propiciam a proliferação da doença. Nesse modelo, não é tratado o déficit crônico de saneamento que as cidades brasileiras enfrentam,

especialmente em decorrência das profundas desigualdades sociais num contexto urbano permeado pelo capital, mas um modelo de combate vetorial da larva e uso de venenos que pouco resultado apresenta nas décadas de sua utilização (Torres, 2018).

A dengue, chamada por Segata (2016, p. 387) de “doença dos pobres”, aparelhou o Estado brasileiro de forma a produzir, em vez de reformas, “periferias morais e geográficas”, produção que, enquanto não discutida criticamente, reforça a manutenção de programas de controle centrados no mosquito (Segata, 2016). Sendo assim, constroem-se práticas de organização da cidade que não vilanizam o animal e lidem com ele considerando sua agência, cuja intencionalidade não passa por *derrotar um país inteiro*, como algumas campanhas de combate à degue podem fazer crer.

Figura 13: Campanhas nacionais contra o mosquito da dengue de 1996 e 2016, respectivamente



Fonte: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/logica-mosquitocentrica-0>

Os resultados desta pesquisa mostram que, aliadas às mudanças legais e estruturais, que balizam as práticas organizativas por parte do poder público, temos presenciado cada vez mais fortes atuações de controle social, via Ministério Público, órgãos da mídia e organizações da sociedade civil, o que por vezes também é fonte de conflitos com o poder público municipal. Questões referentes ao manejo animal na cidade têm tido muita visibilidade na mídia local, o que demanda novas práticas por parte do CVSA, especialmente em termos da divulgação das práticas de trabalho do órgão. Entende-se que, mais que a simples produção de um manejo adequado dos animais, esse manejo deve ser visto como adequado pela população e, digamos assim, *humanizado*.

Algumas situações observadas durante o trabalho de campo evidenciam essas relações da comunidade com o poder municipal. Um deles é o cuidado especial que os cães ditos “de raça” capturados por qualquer motivo recebem no abrigo. Como tais cães atraem particular atenção por parte da população (há uma enorme demanda pela adoção desse tipo de animal), eles são em geral colocados nos espaços mais visíveis dos canis, de forma que possam ser observados facilmente por quem adentra o espaço do CVSA. Isso acontece especialmente para evitar alguma suspeita de que esses animais possam ter morrido sob a guarda do município, o que pode gerar reclamações e denúncias (o que raramente ocorreria se fosse o caso de cães que não são considerados de raça). Exemplos desses animais são Frida e Spike, uma bull terrier e um chow chow que foram mencionados até em texto exclusivo na página da prefeitura na internet

(Prefeitura de Vitória, 2018), como se pode ver na imagem a seguir.

Figura 14: Notícia divulgada no site da prefeitura sobre cães de raça à espera de adoção



Fonte: Acervo da autora, dados da pesquisa.

Outra situação que reforça esse tipo de preocupação nas relações com a comunidade foi evidenciada quando uma das servidoras, com espanto, narrou à pesquisadora que um cidadão havia feito uma denúncia formal por telefone, afirmando que funcionários com uniforme da prefeitura (agentes de saúde, no caso) estariam

montando armadilhas para *matar ratos* em alguns pontos da cidade – quando na verdade é exatamente a atribuição desses agentes. Ratos, assim como mosquitos, são construídos em meio urbano como *pragas*, e, como tal, seu extermínio ainda é naturalizado, embora essa noção, aos poucos, vá deixando de ser consensual em várias cidades do mundo. Recentemente, o caso de uma organização da sociedade civil em Paris, a Paris Animaux Zoopolis, teve muita repercussão ao promover a defesa do direito à vida de ratos na cidade, argumentando que a morte em massa desses animais não é motivada por questão de perigo ou ameaça à saúde humana, mas simplesmente por razões de imagem (Le Figaro, 2018).

As relações com as comunidades locais são, nesse sentido, um ponto nevrálgico na gestão do órgão. Isso porque muitas associações negativas permeiam o imaginário popular sobre a organização, associações que remetem às práticas do antigo centro de zoonoses. Isso tem impacto direto no trabalho do CVSA, muitas vezes negativo. Durante o trabalho de campo, foram coletados relatos de funcionários que descreveram situações de moradores hostilizando ou até mesmo apedrejando o veículo que faz o recolhimento de animais, popularmente chamado de carrocinha. A própria pesquisadora, enquanto acompanhava ações de orientação à população, já foi questionada se os corpos dos cães capturados eram, depois de mortos, destinados à fabricação de algum produto.

Parte da população parece, assim, lidar com agências animais em sua condição permeada por direitos. Para Haraway (2008), tal constituição pode ser relacionada a um deslocamento do antropocentrismo, em que a excepcionalidade humana pode ser de alguma forma questionada. O animal, em algumas circunstâncias, sai da esfera de um mero “recurso”, seja material ou simbólico, e passa a uma esfera de agência. E é exatamente nesses deslocamentos do antropocentrismo, muitas vezes ambíguos, que se revela talvez uma das maiores dificuldades de reconfiguração das práticas organizativas que envolvem animais no CVSA. Quando as expectativas e demandas da sociedade se alteram, e quando as relações com espécies companheiras transitam entre as fronteiras interespecies, o desafio da pesquisa está em pensar novas categorias e subsidiar a gestão pública e social de forma que ela dê conta de lidar com tais agências em um mundo compartilhado por diferentes espécies.

Contudo, as reações da população humana não são homogêneas. Foram observadas igualmente algumas situações em que as pessoas exigiam não necessariamente um trato mais adequado ou queriam fiscalizar as práticas de manejo dos animais na cidade, mas sim o contrário: esperavam que a prefeitura assumisse responsabilidades sobre animais domésticos, ainda que essa responsabilidade não esteja estabelecida em lei. São comuns relatos de funcionários em que munícipes os interpelam durante serviços externos para solicitar recolhimento de seus cães e gatos indesejados que estejam em seus domicílios ou errantes nas ruas, seja por estarem velhos, doentes ou por

qualquer outro motivo que não esteja enquadrado nos critérios definidos como animais de relevância para a saúde pública (no caso de cães, se enquadram apenas fêmeas no cio, animais atropelados, agressores ou casos de suspeita de raiva).

As teorias organizacionais tendem a excluir animais não-humanos dos limites da organização por haver o entendimento de que o progresso, a eficiência, a eficácia são atrelados a nossa capacidade de controlar a natureza, e de que agências animais seriam indisciplinadas e desorganizadoras, devendo portanto ser mantidas fora das fronteiras organizacionais (Sage *et al.*, 2016). Contudo, essa exclusão não é permitida a organizações como o CVSA, cujas práticas vêm sendo alteradas tanto por mudanças legais quanto no trato com o cidadão. Há que se lidar, portanto com agências humanas e de outros animais. A gestão municipal está, ao deparar-se com demandas conflitantes por parte da população, buscando atuar sob a pressão de diferentes posturas frente ao próprio animal, que por vezes se misturam: uma relacionada a sua objetificação, em que pessoas querem livrar-se de um *problema* em suas casas ou nas ruas, e outra ligada à percepção do animal não-humano enquanto *sujeito* de direitos, estendendo essa condição não apenas a cães e gatos, mas por vezes a ratos e mosquitos.

Considerações finais

Partir de uma compreensão do fenômeno urbano como relacional por meio da perspectiva das práticas sociais implica conceber a cidade enquanto dinâmica, enquanto movimento. Não obstante, o presente estudo colabora com o campo dos EOR em seus olhares sobre a cidade, apontando caminhos ao acrescentar a uma tradição de estudos em consolidação mais uma camada não menos complexa que as já evidenciadas em pesquisas anteriores: a perspectiva multiespécie. Vimos aqui que a cidade se constitui, assim, nas diferentes relações engendradas entre as criaturas que habitam a cidade.

Com base em um caso concreto foi possível mostrar, a partir de evidências empíricas, de que forma as mudanças nas práticas organizativas, ensejadas por alterações legais e na postura de alguns cidadãos, podem ser instrumentos para se refletir sobre o organizar multiespécie urbano. Como contribuição tanto a pesquisadores como praticantes, cabe destacar o aporte de agências animais para compreender o organizar urbano, considerando o organizar da cidade como produzido por e produtor de socialidades multiespécies organizadas. Assim, ao trazermos a agência animal para as fronteiras do organizar, ajustamos a própria concepção de organização à realidade urbana, uma vez que compartilhamos e produzimos a cidade em conjunto com outras espécies.

Tal movimento tem implicações gerenciais e acadêmicas. No que diz respeito à gestão das cidades, o incremento de políticas públicas que levem em consideração populações animais contribui no planejamento de implementação de ações de saúde e ambientais, como no caso da forma organizativa municipal que esteve no foco deste estudo. No âmbito acadêmico, o movimento tem relevância tanto teórica quanto metodológica. Em termos teóricos, a cidade multiespécie retira o fenômeno urbano do domínio exclusivamente humano e o incrusta de tal forma na natureza que traz, como pano de fundo, o desafio à barreira entre natureza e cultura, tão cara em diferentes domínios do saber científico. Em última análise, ele retira da espécie humana o foco de estudo da produção de fenômenos sociais como a cidade e provoca o questionamento sobre se existe algo que nos faz tão especiais assim perante outros seres vivos. Metodologicamente, o uso da etnografia multiespécie representa ao fazer etnográfico o despertar de novas sensibilidades ao ampliar a própria noção de sujeito de pesquisa, o que demanda, conseqüentemente, novas formas de fazer pesquisa de campo.

Não me proponho, no entanto, a encerrar qualquer discussão levantada aqui, especialmente tendo em vista os imensos desafios epistemológicos, ontológicos, teóricos e metodológicos que temos em frente no processo de desnaturalizar nossas perspectivas científicas tradicionalmente antropocêntricas. Um dos problemas fundamentais, é importante destacar, é a própria questão da representação, para a qual não há resposta definitiva,

mas que exige constante atenção e reflexão. Que “voz” é essa, a do animal não-humano, a ser registrada, descrita e analisada na etnografia multiespécie? Como representar o animal não-humano senão por uma perspectiva humana, a única que podemos ter?

Por fim, é importante salientar que este trabalho desperta mais questões que provê respostas. Anseio, assim, que uma agenda de pesquisa se consolide em torno de objetos e fenômenos que atravessem socialidades organizadas entre animais humanos e não-humanos, evidenciando novos caminhos e preocupações que contribuam ao desenvolvimento do campo. O organizar multiespécie da cidade, nesse sentido, é apenas uma de suas facetas. Enquanto revestida por aspectos históricos, instrumentais, éticos, culturais e simbólicos, que permeiam e estão inseridos em organizações, a relação humano-animal evidencia sua relevância enquanto campo e lócus de interesse para os EOR.

Referências

Cavedon, N. R. (2008). *Antropologia para administradores*. Porto Alegre: UFRGS.

Certeau, M. (2008). *A invenção do cotidiano: 1 – Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes.

Demello, M. (2012). *Animals and Society: an introduction to human-animal studies*. New York: Columbia University Press.

Domingues, F. F., Fantinel, L. D., & Figueiredo, M. D. (2019). Between the conceived and the lived, the practiced: the crossing of spaces at the arts and crafts fair of Namorados Square in Vitória/ES, Brazil. *Organizações & Sociedade*, 26(88), 28-49.

Duarte, M. F. & Alcadipani, R. (2016). Contribuições do organizar (organizing) para os Estudos Organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 23(76), 57-72.

Fantinel, L. D. (2017). The animal body in the OS. *Booklet of Standing Conference for Organizational Symbolism Booklet*. Rome, Italy, 35th.

Fantinel, L. D. & Fischer, T. M. D. (2012). Organizações e contextos urbanos: os cafés e as sociabilidades. *Gestão e Sociedade*, 6(15), 280-307.

Feldman, M. S. & Orlikowski, W. J. (2011). Theorizing practice and practicing theory. *Organization Science*, 22(5), 1240-1253.

Fischer, T. M. D. (1997). A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais Salvador, BA, cidade puzzle. *Revista de Administração Pública*, 31(3), 74-88.

Gherardi, S. (2018). Theorizing affective ethnography for organization studies. *Organization*, 26(6), 1-20.

Gibbs, G. (2009). *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed.

Griffiths, H., Poulter, I., & Sibley, D. (2000). Feral cats in the city. In C. Philo & C. Wilbert (Eds.), *Animal spaces, beastly places: new geographies of human-animal relations* (pp. 59-72). London/New York: Routledge.

Haraway, D. (2008). *When species meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Haraway, D. (2003). *The companion species manifesto: dogs, people, and significant otherness*. Chicago: Prickly Paradigm Press.

Honorato, B. E. F. & Saraiva, L. A. S. (2016). Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. *Desenvolvimento em Questão*, 14(36), 158-186.

Ingold, T. (1994). *What is an animal?* London: Routledge.

Ingram, D., Sethna, C., & Dean, J. (2017). Introduction: canamalia urbanis. In D. Ingram, C. Sethna, & J. Dean (Eds.), *Animal metropolis: histories of human-animal relations in urban Canada* (pp. 1-27). Calgary: University of Calgary Press.

Ipiranga, A. S. R. (2010). A cultura da cidade e seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(1), 65-91.

Kheraj, S. (2017). Why animals matter in urban history, or why cities matter in animal history. In D. Ingram, C. Sethna, & J. Dean (Eds.), *Animal metropolis: histories of human-animal relations in urban Canada* (pp. 309-324). Calgary: University of Calgary Press.

Kirksey, S. E. & Helmreich, S. (2010). The emergence of multispecies ethnography. *Cultural Anthropology*, 25(4), 545-576.

Labatut, J., Munro, I., & Desmond, J. (2016). Animals and organizations. *Organization*, 23(3), 315-329.

Le Figaro (2018, outubro). *Une association défend les rats de Paris*. Recuperado em 14 janeiro, 2019, de: <http://www.lefigaro.fr/flash-actu/2018/10/04/97001-20181004FILWWW00164-une-association-defend-les-rats-de-paris.php>

Lincoln, Y. S. & Guba, E. G. (2006). Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. In N. K. Denzin & Yvonna S. Lincoln (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens* (pp. 169-192). Porto Alegre: Artmed.

Marvin, G. & McHugh, S. (2014). *Routledge handbook of human-animal studies*. *Routledge Handbook of Human-Animal Studies*. London: Routledge.

Mac-Allister, M. (2004). A cidade no campo dos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 11(n.spe.), 171-181.

Ogden, L. A., Hall, B., & Tanita, K. (2013). Animals, plants, people, and things: a review of multispecies ethnography. *Environment and Society*, 4(1), 5-24.

Pacini-Ketchabaw, V., Taylor, A., & Blaise, M. (2016). Decentring the human in multispecies ethnographies. In C. A. Taylor & C. Hughes (Eds.). *Posthuman research – practices in education* (pp. 149-167). New York: Palgrave Macmillan.

Prefeitura de Vitória. (2018). *Cães bull terrier e chow chow esperam adoção responsável no CVSA*. Recuperado 14 janeiro, 2019, de: <http://vitoria.es.gov.br/noticia/caes-bull-terrier-e-chow-chow-esperam-adocao-responsavel-no-cvsa-26966>

Rabinow, P. (1992). Artificiality and enlightenment: from sociobiology to biosociality. In J. C. & S. Kwintee (Eds.). *Incorporations* (pp. 234-252). New York: Zone.

Sage, D., Justesen, L., Dainty, A., Tryggestad, K., & Mouritsen, J. (2016). Organizing space and time through relational human-

animal boundary work: exclusion, invitation and disturbance. *Organization*, 23(3), 434-450.

Saraiva, L. A. S. & Carrieri, A. P. (2012). Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 547-576.

Segata, J. (2016). A doença socialista e o mosquito dos pobres. *Iluminuras*, 17(42), 372-389.

Souza, I. M. A. (2013). Vidas experimentais: humanos e roedores no laboratório. *Etnográfica*, 17(2), 241-268.

Torres, R. (2018). “É um programa perdulário, ineficaz e perigoso”: o Brasil está fazendo tudo errado no combate a doenças transmitidas por mosquitos? Entrevista com Lia Giraldo. Recuperado 14 janeiro, 2019, de: <https://outraspalavras.net/outrasaude/2990/>

Waldau, P. (2013). *Animal studies*. Oxford: Oxford University Press.

Wilkie, R. & McKinnon, A. (2013). George Herbert Mead on humans and other animals: social relations after human-animal studies. *Sociological Research Online*, 18(4), 1113.

Wolfe, C. (2009). Human, all too human: “animal studies” and the humanities. *PMLA*, 124(2), 564-575.

Yanow, D. (2012). Organizational ethnography between toolbox and world-making. *Journal of Organizational Ethnography*, 1(1), 31-42.

Capítulo 9

CIDADES EM MOVIMENTO: AUTO-ORGANIZAÇÃO, EMERGÊNCIA E INSURGÊNCIA CIDADÃ

*Patrícia Gêmily Grenfell de Oliveira*²⁸

*Herus Orsano Machado*²⁹

*Hermano José Batista de Carvalho*³⁰

Introdução

Estudos e discussões sobre os espaços urbanos abordando assuntos relacionados a sua dinâmica e seus fenômenos têm sido recorrentes. Johnson (2003) afirma que os espaços urbanos são formados por interações, que são frutos dos comportamentos

²⁸ Mestra em Administração pela Universidade Estadual do Ceará. Contato: patygemilyjp@gmail.com.

²⁹ Mestrando em Administração pela Universidade Estadual do Ceará. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Contato: herusadm@gmail.com.

³⁰ Doutor em Planificacón Territorial y Desarrollo Regional pela Universitat de Barcelona. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará. Contato: hermano.carvalho@uece.br.

emergentes, possuem como características a dinamicidade, a flexibilidade e surgem de forma voluntária, a partir de um processo auto-organizado, com características complexas que dão vida e inovação às cidades.

Castells (2011) se refere ao espaço urbano, como uma mistura de valores e comportamentos, chamada cultura urbana, que torna a urbanização um processo aberto com arranjos complexos que formam a rede urbana. A compreensão do espaço urbano como uma grande rede de conexões e suas dimensões (física e imaterial) é uma nova maneira de entender as cidades, o que vem constituindo um novo paradigma para esse campo de estudo (Portugali, 2012).

A partir desse novo paradigma, Ponchirolli (2007) ratifica que o surgimento dessa nova perspectiva emerge de uma racionalidade baseada na totalidade do fenômeno de suas interações. Por sua vez, Portugali (2012) corrobora que as cidades são ambientes complexos e estão constantemente em estado de emergência e desequilíbrio, revelando sempre elementos não lineares. Assim, a cidade constitui um sistema aberto, gerando o fenômeno da autoprodução e auto-organização.

Pinto, Carvalho e Câmara (2014) afirmam que as teorias clássicas de urbanismo permanecem tratando as cidades sob a perspectiva da previsibilidade, sendo passíveis de controle e planejamento tradicionais. Ou seja, continuam sendo vistas como sistemas fechados na busca por equilíbrio e entropia, sem

levar em conta que os fenômenos que surgem nas cidades ocorrem mais de maneira autônoma e espontânea do que planejada (Johnson, 2003). Assim, faz-se necessário olhar para as cidades pelo prisma da teoria da complexidade, visto que essa teoria busca compreender seus objetos por meio das relações entre suas partes e o meio, de maneira imprevisível e complexa.

A cidade, sob a perspectiva dos sistemas auto-organizados, possui um comportamento adaptativo que se auto-regula por meio da sinergia que surge de maneira espontânea entre seus agentes sociais e que podem possibilitar transformações nesse ambiente (Portugali, 2012). Esse posicionamento é corroborado por Lima (2015), ressaltando que as formas associativas que emergem das cidades aumentaram muito com a sociedade em rede, e que esse crescimento se mostra emergente na busca por transformações na sociedade.

Tais formas associativas citadas pelo autor são formadas a partir de atores sociais que compõem a comunidade, com ou sem a consciência de que estão sendo produzidas. Elas emergem das necessidades e vontades espontâneas encontradas no dia-a-dia dos cidadãos, como pode ser visto nos grupos insurgentes.

Para efeito deste trabalho, consideram-se grupos insurgentes aqueles que reúnem as características de auto-organização e emergência, mas que apresentam como diferencial marcante o fato de prestarem serviços à população, sejam eles lícitos ou ilícitos, formais ou informais, que tenham como origem e

destino a própria comunidade, e que, de alguma forma, não estão sendo executados pelo “*status quo*” do poder público.

Com base nesse contexto, surge a questão de pesquisa que fundamenta este estudo: Quais características possuem os grupos e associações insurgentes e quais papéis desempenham como atores sociais? Assim, tem-se como objetivo geral deste trabalho: Compreender a dinâmica dos grupos insurgentes, suas características gerais e peculiaridades específicas. Por meio do entendimento da dinâmica das cidades e de seus atores sociais, desperta-se a necessidade de compreender essas associações e grupos insurgentes e os papéis que desempenham na sociedade.

Este estudo torna-se relevante diante da lacuna verificada, através da revisão da literatura, visto que não foram encontradas pesquisas que abordem este tema na área da gestão de cidades, sob a perspectiva da insurgência cidadã à luz da Teoria da Complexidade de Cidades. Assim, busca-se contribuir com o incremento do conhecimento no campo da gestão de cidades, visto ser um tema novo para área das ciências sociais aplicadas, em especial para a Administração, proporcionando uma compreensão mais ampla e crítica na busca por uma gestão pública mais efetiva.

A presente pesquisa está estruturada em cinco seções além dessa introdução: referencial teórico, metodologia, resultados da pesquisa e considerações finais.

Teoria da complexidade aplicada à gestão de cidades

O século XXI mostra sinais de grandes transformações e mudanças disruptivas no mundo em diversas esferas e contextos (Portugali, 2012). A exemplo da era pós-digital, com avanços tecnológicos, uso da inteligência artificial e da comunicação em rede, têm alterado não só o dia-a-dia das pessoas, mas a maneira como essas pessoas interagem e convivem em comunidade. Tais mudanças também trazem consequências na organização e funcionamento das cidades, revelando a necessidade de olhar para estas pela lente da complexidade, devido ao seu caráter complexo (Portugali, 2012).

O reconhecimento da função estratégica das cidades deveria vir acompanhado pela ideia da complexidade de sua realidade, porém nem sempre isso ocorre (Ferrão, 2003; Alves & Gabriel, 2014). Durante todo o século XX, até por volta dos anos 1960 e 1970, as cidades eram pensadas e planejadas apenas em seu caráter estrutural (Ferrão, 2003). Porém, as cidades e o seu crescimento é, em sua essência, um processo complexo, visto que se compõem de diversos padrões de comportamento e diversos atores em diferentes proporções de espaço e tempo. Portanto, faz-se necessária a compreensão dos relacionamentos dinâmicos entre seus diversos ambientes: social; econômico; natural e construído (Batty, 2008; Alves & Gabriel, 2014).

Portugali (2012) afirma que a cidade não é um organismo por si só; sua complexidade existe pelo fato dela ser composta por

inúmeras partes que interagem e a fazem funcionar por meio de suas inter-relações. Porém, o olhar sobre as cidades ainda está pautado em conceitos racionalistas e deterministas, pois sua gestão usualmente se encontra gerenciada por meio do planejamento e do controle (Pinto, Carvalho & Câmara, 2014).

O planejamento pensado para as cidades sob a perspectiva da complexidade teria surgido com o declínio da teoria dos sistemas, visto que esta apresentava poucas chances de transformação. Neste período, começaram a surgir os defensores do processo *bottom up* (de baixo para cima), os quais acreditavam que as cidades deveriam ser pensadas para e pelas pessoas que a utilizam. De maneira que todo planejamento deveria partir da compreensão e entendimento de seu desenvolvimento histórico e de seu interior geográfico, e não apenas sob a perspectiva do *design* urbano e da dimensão econômica (Portugali, 2012).

Essa alteração de pensamento surge como uma mudança paradigmática para as ciências. Um dos nomes mais importantes dessa mudança paradigmática na forma de pensar as cidades foi Jacobs (2011), que traz uma nova alternativa na forma de se pensar e planejar a cidade moderna, por meio da visão da complexidade, o que possibilita processos de autosustentação e auto-organização e renovação. E traz um olhar capaz de compreender não só as dimensões objetivas do emaranhado urbano (estrutural, funcional, histórica), mas também as subjetivas (inconsciente coletivo) acarretando retornos tangíveis

à sociedade (Limena, 2001; Souza, 2010; Lefebvre, 2011; Jacobs, 2011).

Atualmente, muitas cidades têm sido planejadas e geridas com ênfase na dimensão política, pois é através dela que os cidadãos conseguem exercer seu direito à cidade. Porém, nem sempre elas conseguem proporcionar isso de fato. Assim, mostra-se necessária uma nova concepção sobre o planejamento e gestão das cidades que gere políticas capazes de reconhecer a importância da opinião da população e que, ainda, consiga ultrapassar o tecnicismo e ponderar os conflitos de interesses entre os agentes de produção da cidade e a sua comunidade (Sandercock, 1998; Friedmann, 1998; Lefebvre, 2011).

Insurgência cidadã como fator de transformação na sociedade

Os centros urbanos são como palcos multiculturais e complexos, nos quais as identidades de seus agentes estão cada vez mais diversificadas e a luta pela cidadania compreende diferentes dimensões do ser, como: de gênero, étnica, de classes e regional. Contudo, compreendem também dimensões de afinidades, de políticas e de valores, pela igualdade, liberdade, paz, sustentabilidade, respeito à diversidade, diferenças culturais, entre outras (Scherer-Warren, 2006).

Para Silva (2017), a cidadania possui duas variações: a primeira

é a formal, que consiste em fazer parte de uma comunidade; e a segunda está relacionada ao acesso aos direitos políticos, civis e sociais disponíveis a todos. As duas variações não são mutuamente excludentes, mas se sobrepõem.

Nesse contexto, a insurgência cidadã trazida por Holston (2013) surge por meio de um entendimento mais amplo do conceito de cidadania que envolve diferentes aspectos como os civis, socioeconômicos, culturais e legais. O autor aborda a insurgência, no Brasil, como consequência dos conflitos e desigualdades históricas ocorridas no país ao longo dos anos.

As democracias que não oferecem a seus cidadãos acesso a direitos básicos são muitas, e que essas democracias vivem atualmente uma forma de segregação, pois convivem com injustiças e violência contra os cidadãos. Tratam os sujeitos de forma desigual, não oferecendo condições de acesso aos recursos públicos, tornando o acesso aos direitos uma forma de tratamento especial (Holston, 2013).

Historicamente, a cidadania no Brasil, diferentemente de diversos países, é compreendida pela perspectiva diferenciada, na qual a inserção dos indivíduos perante o Estado não é pautada na igualdade legal (Holston, 2013). O Estado, que deveria prezar pelo direito igualitário a todos cidadãos, impõe sua hegemonia na luta de classes, ajustando-se às necessidades da acumulação do capital (Silva, 2017).

Assim, Holston (2013) define este tipo de cidadania como

“diferenciada”, “porque ela se funda na diferenciação e não na equiparação de tipos de cidadãos” ela reforça “uma forma de distanciar as pessoas umas das outras” (Holston, 2013, p. 23). O autor faz uma regressão histórica para entender a evolução da cidadania urbana e conclui que o contexto histórico e social está diretamente ligado à insurgência cidadã. Ele ainda afirma que a insurgência cidadã é, de fato, uma maneira de inovação democrática e uma das formas de cidadania. Por isso a importância de ser compreendida e potencializada (Holston, 2013).

Dessa forma, a persistência de uma cidadania diferenciada, exclusiva e desigual, é o principal estímulo à insurgência cidadã, vez que ela marginaliza os cidadãos por classe social, econômica, orientação sexual ou religiosa, entre outras formas. Os cidadãos tratados de maneira diferenciada se insurgem contra as ditaduras sociais impostas e o sistema implantado, podendo até realizar esses movimentos de formas ilícitas ou ilegais (Holston, 2013).

Essa insurgência cidadã nasce das periferias urbanas, com intuito de expressar desejos e demandas por direitos à cidade, por meio de novos atores políticos, através de uma linguagem reivindicatória. Ela auxilia também na expansão da cidadania democrática com base em princípios igualitários que buscam desestabilizar o *status quo* e consolidar um modelo capaz de diminuir as desigualdades e injustiças históricas (Souza, 2010; Holston, 2013).

Holston (2013) reitera que a manutenção do *status quo* prejudica de maneira direta a distribuição de direitos, além de que o confronto entre o regime de ordem e os movimentos de contestação geram novas injustiças que põem em risco a expansão da cidadania democrática no Brasil. Isso resulta ameaça aos avanços adquiridos ao longo dos anos.

A luta pela cidadania, em sua ideia mais completa, se dá em todos os âmbitos da cidade. Essa luta surge com o desejo de mudanças e transformação ligado a diferentes aspectos como gênero, etnia e classes. Assim, os movimentos e grupos insurgentes podem ser entendidos como consequência das contradições urbanas ou reflexo da vivência na cidade, que apontam possíveis desigualdades ou problemas na criação e execução de políticas públicas e práticas de governo. Gohn (2010) afirma que os movimentos expressam energias de resistência ao velho e de construção do novo. Essas energias são potencializadas através de suas práticas ativas e propositivas.

Gohn (2010) afirma que esses movimentos, além de lutarem pela inclusão social, criam uma consciência de pertencimento em seus participantes. Os cidadãos “reivindicam novas possibilidades de leitura dos espaços urbanos em favor da solidariedade, proporcionando uma criação paralela e eficaz no território” (Lima, 2014, p. 33). Enfocam também temas urbanos como mobilidade, uso e ocupação do espaço público, patrimônio material e imaterial, e até mesmo a mudança da esfera pública (Lima, 2014).

A insurgência cidadã e os movimentos dela oriundos desempenham um papel essencial para mudanças nas atuais práticas de planejamento urbano, pois, como consequência deles, pode ser possível a construção de cidades mais aptas para interações e inclusão dos cidadãos no seu planejamento e uso (Lima, 2014).

Portanto, a insurgência cidadã e os movimentos dela advindos modificam o ambiente e a programação dos espaços públicos e da cidade como um todo, muitas vezes mais do que a própria esfera pública. Ademais, a soma desses grupos e movimentos tende a assumir uma direção e até mesmo transformá-los em movimentos mais abrangentes, os quais ultrapassam os níveis locais (Lima, 2015).

A insurgência cidadã transcende a cidadania civil e social fazendo com que os mais desfavorecidos lutem por seus direitos à medida que os abastados podem gozar integralmente desses direitos por meio de uma garantia que se deu no contexto histórico vivido (Silva, 2017). Tais movimentos são o coração e o pulsar da sociedade e mostram-se como uma expressão forte da construção e transformação social pensada e apropriada coletivamente pelos que a reproduzem (Hori, 2017).

Silva (2017, p. 74) traz como características desses movimentos, a criatividade e adaptação, conforme trecho:

(...) a engenhosidade da população faz com que desses lugares flua criatividade para adaptações e estratégias que renovem a vida diária. A aglutinação dessa criatividade se corporifica em

movimentos de insurgência cidadã e redefinem a cidadania urbana em termos de acesso a recursos.

A autora ainda afirma que os integrantes desses movimentos manifestam suas práticas de insurgência não apenas sobre assuntos de cunho socioeconômico, mas também ligados a uso e ocupação dos espaços urbanos, mobilidade, definições de patrimônio material e imaterial e outros temas que dizem respeito à administração pública (Silva, 2017).

Diante desse contexto, a presente pesquisa dá ênfase em estudar os movimentos de natureza crítica e de resistência, independentemente de sua escala de articulação e abrangência, que possuam caráter reivindicatório que emana da insurgência cidadã.

Metodologia

Natureza e Tipologia do Estudo

A presente pesquisa pode ser compreendida em sua tipologia como um estudo de caso, caracterizado como um estudo multicase, visto que este tipo de estudo possibilita o levantamento de evidências relevantes e de maior confiabilidade quando comparado aos estudos de casos únicos, sendo considerado mais robusto (Yin, 2001). Quanto aos fins, é tipificada como exploratória e descritiva. E quanto aos meios,

documental e de campo (Vergara, 2014). A pesquisa se utilizou também de uma abordagem metodológica qualitativa, na tentativa de lidar com a complexidade do objeto de estudo. A abordagem foi escolhida, pois “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Silva, 2005, p. 20).

Universo de Pesquisa e Delimitação Geográfica

O universo da presente pesquisa é composto pelos grupos e movimentos insurgentes da cidade de Fortaleza, na qual se insere a sua delimitação geográfica. No primeiro momento, para seleção foi utilizado o critério da tipicidade, sendo os elementos alvos da pesquisa os movimentos julgados representativos da população (Vergara, 2014). As áreas de atuação dos grupos escolhidos são: mobilidade urbana e feminismo, meio ambiente, cultural e social. A ideia foi selecionar coletivos ou grupos com finalidades diferentes e que tivessem como foco a atuação na cidade de Fortaleza.

Tais coletivos estão apresentados brevemente a seguir:

a) Coletivo Ciclanas

Figura 1 – Marca do Coletivo Ciclanas



Fonte: Perfil do Coletivo Ciclanas no Instagram (2018).

É um coletivo formado por mulheres feministas que utilizam a bicicleta como meio de transporte e buscam ocupar o espaço público e uma maior representatividade das mulheres no meio cicloativista.

b) Movimento Pró-árvore

Figura 2 – Marca do Movimento Pró-Árvore



Fonte: Página do Movimento Pró-Árvore no Facebook (2018).

Surgiu em 2011, se intitula um coletivo multidisciplinar, composto por cidadãos que possuem consciência sobre a importância das árvores para a qualidade de vida nas cidades. Busca contribuir para mudar o quadro atual da cidade com relação ao meio-ambiente por meio do conhecimento e participação.

c) Coletivo Dois Vetim

Figura 3 – Marca do Coletivo Dois Vetim



Fonte: Perfil do Coletivo Dois Vetim no Instagram (2018).

É um coletivo formado por dois jovens fotógrafos da periferia de Fortaleza, possuindo como objetivo levar por meio da imagem fotográfica o acesso à arte e cultura para as periferias de Fortaleza.

d) Coletivo Afro Raíces

Figura 4 – Marca do Coletivo Afro Raíces



Fonte: Perfil do Coletivo Afro Raíces no Instagram (2018).

Formado por jovens negros, é um coletivo que tem como objetivo a auto-afirmação da identidade negra e a luta por direitos iguais para a população negra.

Para o alcance do objetivo definido, a coleta de dados ocorreu por meio da técnica de entrevista e como instrumento de pesquisa, foi utilizado o roteiro de entrevista semiestruturado. A técnica utilizada para análise de dados foi análise de conteúdo, e se deu a partir de categorias, a qual busca trazer elementos relevantes da teoria (Gil, 2002).

Como dito, a análise se deu a partir de três categorias, e dez subcategorias de análise foram estabelecidas conforme emergiam da teoria e do campo empírico.

Quadro 1 - Categorias e Subcategorias da pesquisa

Categorias	Subcategorias
Surgimento e História	Contexto geral
	Membro fundador
	Necessidade (s)/ Lacuna (s) para surgimento
Características gerais e peculiaridades	Auto-organização e emergência
	Hierarquia
	Dinâmica
	Cidadania diferenciada
	Outras peculiaridades específicas
Intervenções e consequências	Tipos de Intervenções
	Consequências observada

Fonte: Elaborado pelos autores.

Recorreu-se também ao *software* Atlas-TI®, que auxiliou no processo de armazenamento, organização e categorização das entrevistas.

Resultados

As cidades são ambientes complexos, pois são compostas por diversas partes que se inter-relacionam e estão em constante estado de desequilíbrio e emergência. Desta forma, não podem ser compreendidas como resultado de um processo linear, mas um processo complexo (Portugali, 2012). Elas são palcos para ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural, que possibilitam diferentes formas da população se organizar e

expressar suas necessidades (Gohn, 2008). Neste contexto, e considerando os resultados da presente pesquisa, podemos compreender o papel motor que desempenham os grupos e movimentos insurgentes na transformação das cidades e da sociedade.

O objetivo principal deste trabalho foi compreender a dinâmica dos grupos insurgentes, suas características gerais, peculiaridades. Os grupos e movimentos insurgentes na perspectiva da gestão da cidade, pelo menos até a conclusão deste trabalho, ainda não haviam sido explorados com foco na gestão das cidades no âmbito nacional, mostrando a singularidade da presente pesquisa.

Ao analisar a categoria surgimento e história, pode-se compreender em qual contexto os grupos surgiram. Assim, verificou-se que todos os coletivos estudados surgiram na tentativa de suprir uma lacuna encontrada na sociedade, o que mostra seu caráter insurgente e emergente, confirmando a dinâmica *bottom up* que emerge como um fenômeno coletivo de reivindicação (Johnson, 2003).

Como verificado no campo empírico, esses movimentos surgem pela necessidade de uma demanda não atendida da população, como também por meio de uma reflexão sobre sua própria experiência (Gohn, 2010). Portanto, confirma o conceito de cidadania que tem como principal característica o sentimento de pertencimento a uma cidade ou comunidade além da luta pelo

direito à cidade e a busca por uma cidade mais justa (Harvey, 2014).

Para a segunda categoria buscou-se identificar características gerais dos grupos, como elementos de auto-organização, dinamicidade e insurgência, além de peculiaridades de cada grupo estudado. No campo pesquisado, todos os coletivos possuem características de auto-organização conforme conceito trazido por Portugalli (2013) e Teodoro (2015), que aborda o surgimento espontâneo e emergente, além dos altos níveis de interação entre as pessoas, o que se transforma em fonte de criatividade, aprendizagem e inovação (Silva, 2017).

No que tange à hierarquia dos coletivos, verificou-se que a descentralização, horizontalidade, multiliderança e informalidade são as principais características encontradas, o que confirma o caráter autoorganizado e complexo dos coletivos, visto que são compostos por diferentes atores que interagem de forma dinâmica por meio de regras próprias e não precisam de líderes, surgindo através do processo *bottom up* (Johnson, 2003).

Outro ponto a ser destacado no que tange às características dos coletivos estudados, está relacionado à questão financeira, visto que nenhum deles possui ajuda ou apoio financeiro da gestão pública. A maioria se autofinanciam quando necessitam desenvolver alguma atividade, ou seja, são independentes, com exceção do Ciclanas que pode contar com auxílio da Associação

Ciclovida Fortaleza.

O contexto empírico estudado manifestou de maneira muito clara o conceito de cidadania diferenciada, trazido por Holston (2013), o qual afirma que, os cidadãos tratados de forma diferenciada se insurgem como forma de protesto a essa diferenciação. Assim, a cidadania diferenciada tem se mostrado um gatilho para que a cidadania insurgente aconteça e transforme a realidade encontrada. Portanto, podemos afirmar que as cidades não são criadas e nem transformadas por políticos e planejadores, mas por macro comportamentos amplificados nas cidades por meio das interações entre seus atores sociais (Johnson, 2003; Jacobs, 2011).

No que diz respeito às peculiaridades dos coletivos, encontramos que muitas características são comuns aos diferentes coletivos, mas que algumas peculiaridades são encontradas devido a maturidade do coletivo e tipo de causa que defende. Destaca-se o Coletivo Afro Raízes, que, diferentemente do demais coletivos, afirma ter dificuldade quanto a aceitação de sua causa perante a sociedade, visto que a discussão sobre preconceito racial já está bem mais desenvolvida quando abordada sob a perspectiva de classes, mas não na abordagem de raças. Ainda sobre as peculiaridades, destaca-se também o Coletivo Ciclanas, que não se relaciona com a Gestão Pública e municipal, devido ao seu posicionamento político.

Os achados deste estudo para a terceira categoria de análise que

aborda as intervenções realizadas pelos grupos estudados evidenciam três aspectos dessas intervenções: tipos de intervenção; abrangência das intervenções e consequências. No que diz respeito aos tipos de intervenções, essas são principalmente de carácter educativo e de protesto, foi identificado também que essas intervenções são realizadas em duas vertentes diferentes, as intervenções por meio tradicionais, de forma presencial e também por meio virtual, que acontece principalmente por meio das redes sociais como Facebook, Instagram e Twitter. Com relação a abrangência, a maioria possui abrangência local, o que reforça que os coletivos surgem de demandas específicas e locais.

No que diz respeito às consequências das intervenções, verificou-se uma unanimidade com relação à consciência da força do trabalho em conjunto com outros grupos e movimentos, que somam suas forças coletivamente, visando transformações maiores e duradouras. Além da confirmação de que essas intervenções ajudam a despertar a cidadania e trazem a noção de pertencimento e empoderamento desses atores (Gohn, 2010).

Portanto, para uma melhor visualização dos principais resultados encontrados na presente pesquisa segue um quadro resumo abordando cada categoria analisada:

Quadro 2 – Resumo dos principais resultados encontrados

PRINCIPAIS RESULTADOS		
Surgimento	Dinâmica bottom up	Emerge dos cidadãos
		Reflexão da própria experiência vivenciada
		Caráter reivindicatório
		Necessidade não atendida
	Conceito de cidadania	Sentimento de Pertencimento
		Busca pelo Direito à cidade
Luta por uma cidade mais justa		
Características e Peculiaridades	Gerais	Auto-organização
		Espontaneidade
		Resistência
		Insurgência
		Emergência
		Altos níveis de Interação que geram: criatividade, aprendizado e inovação
		Regras próprias
	Hierarquia	Descentralização
		Horizontalidade
		Multiliderança
		Informalidade
	Questão financeira	São independentes
	Peculiaridades	Maturidade
Tipo de causa		
Intervenções	Tipos	Protesto
		Educativas
	Vertentes	Meio tradicional (presenciais)

		Meio Virtual (redes sociais)
	Abrangência	Local
	Principais consequências observadas	Despertar da cidadania
		Maior noção de pertencimento
		Criação de políticas públicas
		Mudanças na comunidade

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante dos resultados obtidos nessa pesquisa, revela-se importante que a Gestão Pública procure uma maior interação com esses grupos e movimentos, visto que esses Coletivos possuem grande noção e conhecimento empírico das necessidades reais da população, pois esses cidadãos vivenciam a cidade por meio da ação participante (Lima, 2015).

Assim, como afirma Johnson (2003), o feedback local dos moradores e usuários se revela um aliado para o planejamento descentralizado e participativo. Esses grupos devem ser vistos pela Gestão Pública como colaboradores para um gerenciamento e planejamento mais eficaz da cidade. Mas, para que isso aconteça, é necessária a adoção de um modelo de gestão que fuja dos moldes tradicionais, que não têm dado respostas capazes de atender satisfatoriamente às necessidades da população. Assim, reforça-se a necessidade de uma nova visão para a gestão de cidades, com foco nas pessoas, numa sociedade mais justa e igualitária, por um modelo de gestão participativo e que proporcione um retorno real a sociedade (Sandercock, 1998; Friedmann, 1998; Limena, 2001; Batty, 2007; Souza, 2010;

Jacobs, 2011; Lefebvre, 2011; Portugali, 2012).

Considerações finais

Por fim, este trabalho traz como contribuição um ponto de vista social, que engloba a participação do cidadão na gestão das cidades. Tão importante quanto esta, outra contribuição deste trabalho está no ineditismo da abordagem para as ciências sociais aplicadas, em especial para a Administração, por contemplar um tema novo e pouco abordado.

Com relação às limitações desta pesquisa estão: (a) o referencial teórico, visto que, por ser um tema novo, conta com poucos autores para o embasamento, além de ser um tema com foco em países em desenvolvimento, dificultando ainda mais o uso de autores estrangeiros; (b) os resultados não podem ser generalizados, pois trata-se de grupos e movimentos que estão em constante mudança, além de suas características que variarem conforme o tipo de atuação e causas defendidas; (c) a técnica de entrevista semiestruturada, pois leva consigo certa subjetividade, por vezes difícil de mensurar, visto que necessita do conhecimento prévio e entendimento do contexto tanto por parte do entrevistador, quanto por parte do respondente, sobre assuntos que nem sempre são do seu total conhecimento; (d) a falta de disponibilidade dos membros dos coletivos para entrevistas em profundidade.

Para futuras pesquisas sugere-se: estudo com outros coletivos que abordem temáticas diferentes, com intuito de aprofundar os achados desta pesquisa; um estudo das relações da Gestão Pública com os coletivos e movimentos urbanos, pois, assim, contribuiria para a ampliação do conhecimento sobre tema no campo da insurgência cidadã como motor para a gestão de cidades; e a realização de estudos de casos que utilizem modelos de gestão que captem de maneira mais adequada as contribuições desses grupos e movimentos.

Finalmente, espera-se que a pesquisa aqui desenvolvida seja útil e sirva de inspiração para estudiosos, acadêmicos e profissionais da área, contribuindo para o avanço de novas pesquisas, com intuito de fortalecer o campo da gestão de cidades pela lente da complexidade e da emergência.

A importância do desenvolvimento de outros estudos sobre o tema justifica-se também pela pouca literatura existente, tanto no nível nacional como no internacional, fazendo-se necessária a formação de uma massa crítica cujo ponto de formação podem estar nas constatações advindas do campo empírico, o qual se torna referência relevante em situações de escassez de estudos teóricos sobre o tema.

Referências

Ives, V. V. V. & Gabriel, K. (2013). Cidade, planejamento e gestão urbana: o estudo de impacto de vizinhança (eiv) e a participação popular. *Caminhos de Geografia*, 14(46), 86-92.

Batty, M. (2008). The size, scale, and shape of cities. *Science*, 319(5864), 769-771.

Castell, M. (2011). *A questão urbana* (4a ed). São Paulo: Paz e Terra.

Coletivo afro raízes (2018). Instagram. Recuperado em 5 setembro, 2018, de: <https://www.instagram.com/coletivoafroaizes/>

Coletivo ciclanas (2018). Instagram. Recuperado em 5 setembro, 2018, de: <https://www.instagram.com/ciclanas/>

Coletivo dois vetim (2018). Instagram. Recuperado em 5 setembro, 2018, de: <https://www.instagram.com/coletivo.doisvetim/>

Ferrão, J. (2003). Intervir na cidade: complexidade, visão e rumo. In N. Portas, A. Domingues, & J. Cabral (Coord.) *Políticas urbanas – tendências, estratégias e oportunidades* (pp. 218-225). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Friedmann, J. (1998). The new political economy of planning: the rise of civil society. In M. Douglass & J. Friedmann (Eds.). *Cities for citizens: planning and the rise of civil society in a global age* (pp. 19-38). New York: Academy Press.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Gohn, M. G. (2014). *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes.

Holston, J. (2013). *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Hori, P. (2017). Os coletivos urbanos da cidade de São Paulo: ações e reações. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, São Paulo, SP, Brasil, XVII.

Jacobs, J. (2009). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Johnson, S. (2003). *Emergência: a dinâmica de rede em formigas, cérebros, cidades e softwares*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lefebvre, H. (2008). *O direito à cidade* (5a ed). São Paulo: Centauro.

Lima, C. H. M. (2015). Cidade em movimento: práticas insurgentes no ambiente urbano. *Oculum Ensaio*, 12(1), 39-48.

Lima, C. H. (2014). A cidade insurgente: estratégias dos coletivos urbanos e vida pública. *Arquitetura Revista*, 10(1), 31-36.

Limena, M. & Cavalcanti, M. (2001). Cidades complexas no século XXI: ciência, técnica e arte. *São Paulo em Perspectiva*, 15(3), 37-44.

Pinto, F. R., Carvalho, H. J. B., & Câmara, S. F. (2014). Gestão inteligente de cidades: a complexidade e a inovação na gestão dos aglomerados urbanos. *Anais do Congresso de Administração, Sociedade e Inovação*, Volta Redonda, RJ, Brasil, IV.

Ponchirolli, O. (2007). A teoria da complexidade e as organizações. *Revista Diálogo Educacional*, 7(22), 81-100.

Portas, N., Domingues, A., & Cabral, J. (Coord.) *Políticas urbanas – tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Portugali, J. (2012). Complexity theories of cities: achievements, criticism and potentials. In J. Portugali, H. Meyer, E. Stolk, & E. Tan (Eds.). *Complexity theories of cities have come of age* (pp. 47-62). Berlin: Springer.

Movimento pró-árvore (2018). Facebook. Recuperado em 5 setembro, 2018, de: https://www.facebook.com/pg/MovimentoProArvore/photos/?ref=page_internal

Sandercock, L. (1998). (Ed.). *Making the invisible visible: a multicultural planning history* (v. 2). Berkeley: University of California Press.

Scherer-Warren, I. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e estado*, 21(1), 109-130.

Silva, M. M. (2017). Insurgência e conservadorismo: considerações sobre o paradoxo da cidadania no Brasil. *Revista Em Pauta*, 15(39), 70-84.

Silva, E. L. & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: UFSC.

Souza, M. J. L. (2001). *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Teodoro, P. H. M. (2015). Sustentabilidade, espaço urbano e complexidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 42(1), 23-43.

Vergara, S. C. (2014). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (2a ed). Porto Alegre: Artmed.

SOBRE OS AUTORES

Alessandro Gomes Enoque

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Associado da Universidade Federal de Uberlândia.

Alexandre de Pádua Carrieri

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais.

Ana Silvia Rocha Ipiranga

Doutora em Psicologia do Trabalho e da Organização pela Università di Bologna. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará.

Carlos César de Oliveira Lacerda

Doutorando em Administração pela Universidade Estadual do Ceará.

Carlos Henrique Goncalves Freitas

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia.

Cintia Rodrigues de Oliveira Medeiros

Doutora em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas. Professora Adjunta da Universidade Federal de Uberlândia.

Claudio Henrique Fontenelle Santos

Doutorando em Administração pela Universidade de Lisboa.

Elisângela de Jesus Furtado

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Fabiana Florio Domingues

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Fabiane Louise Bitencourt Pinto

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Secretaria de Administração do Estado da Bahia.

Gabriel Farias Alves Correia

Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Hermano José Batista de Carvalho

Doutor em Planificaci3n Territorial y Desarrollo Regional pela Universitat de Barcelona. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Cear3.

Herus Orsano Machado

Mestrando em Administra3o pela Universidade Estadual do Cear3. Professor do Instituto Federal de Educa3o, Ci3ncia e Tecnologia do Maranh3o.

Jos3 Vitor Palhares dos Santos

Doutorando em Administra3o pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Instituto Federal Farroupilha.

Leticia Dias Fantinel

Doutora em Administra3o pela Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunta da Universidade Federal do Esp3rito Santo.

Luiz Alex Silva Saraiva

Doutor em Administra3o pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Associado da Universidade Federal de Minas Gerais.

Mateus Pires Martins

Mestrando em Administra3o pela Universidade Estadual de Maring3.

Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia.
Professora Associada da Universidade Federal da Bahia.

Patrícia Gêmily Grenfell de Oliveira

Mestra em Administração pela Universidade Estadual do Ceará.

Priscilla Borgonhoni Chagas

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Maringá.

Ulf Thoene

Ph.D. em Direito pela University of Warwick. Professor da Universidad de La Sabana.

Valdir Machado Valadão Júnior

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia.

